DIÁRIO OFICIAL

Imprensa Oficial do Estado

Belém, terça-feira
25 de abril de 2017

ANO CXXVII DA IOE
127º DA REPÚBLICA
Nº 33.360

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

88 Páginas

O **Certificado Digital** é sua identidade virtual. Com ele, você acessa, de forma segura, ágil e sustentável, todos os serviços e instituições, via internet. E com a garantia do sigilo e da integridade das informações.

Adquira seu Certificado Digital IOE. É oficial. Pode confiar.

Informações:
(91) 4009-7828
e-mail: ar@ioe.pa.gov.br

Hospital de Clínicas realizará Processo Seletivo Simplificado

Com o objetivo de preencher vagas para auxiliar administrativo e enfermeiro (com especialidades em clínica médica e terapia intensiva), a Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna fará Processo Seletivo Simplificado (PSS).

As contratações em Nível Médio e Superior serão de caráter temporário e destinadas ao município de Belém.

A partir do dia 27 de abril, as inscrições poderão ser realizadas por intermédio de formulário disponibilizado no endereço eletrônico www3.uepa.br/psshc2017.

Mais detalhes sobre as vagas e requisitos exigidos para o certame estão disponíveis no edital do PSS, que pode ser acessado em www.gasparvianna.pa.gov.br.

PÁGINA 16

Capacitação de servidores

Acordos de Cooperação Técnica foram celebrados entre as Prefeitura de Aveiro e de Paragominas e a Escola de Governança Pública do Estado do Pará (Egpa). A finalidade é proporcionar o aperfeiçoamento de servidores públicos municipais.

A capacitação, que também será mútua, ocorrerá, inicialmente, por um período de dois anos, a contar da data de assinatura do contrato.

PÁGINA 8

Microcrédito nos municípios

A fim de promover crescimento e consolidação de micros e pequenos negócios, nos municípios de Anapu, Porto de Moz e Senador José Porfírio, são firmados Convênios de Cooperação Técnica com o Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito-Credcidadão.

As ações serão implantadas pelo programa, promovendo a geração de trabalho e renda no municípios.

PÁGINA 35

Saúde das mulheres

A 1ª Conferência Estadual de Saúde das Mulheres do Pará vai acontecer nos dias 18 e 19 de junho, em Belém. O tema do encontro é "Saúde das Mulheres: desafios para a Integralidade com Equidade".

Terá como eixo principal a "Implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde das Mulheres", além de quatro subeixos, definidos nos documentos reguladores e norteadores.

PÁGINA 5

Alterações em cronograma

A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) informa alterações do cronograma da chamada (004/2017) para concessão de bolsas de iniciação científica da instituição.

Entre as novas mudanças estão a data de divulgação do resultado final e divulgação do resultado preliminar: classificação e concessão de quotas.

PÁGINA 39

Consultoria e assessoria

A Prefeitura de Marituba abrirá licitação para realizar pregão com a finalidade de prestar serviços técnicos profissionais especializados de consultoria e assessoria técnico-científica.

O contratado vai realizar planilha para preenchimento do quadro efetivo de servidores municipais. A abertura será no dia 8 de maio, às 10h. Edital completo na sede da prefeitura.

PÁGINA 60

Reforma e ampliação

Para que seja feita a reforma geral e ampliação na Escola Estadual Professora Placídia Cardoso, em Belém, a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) vai abrir licitação para empresas especializadas.

Os interessados em participar podem obter o edital no endereço eletrônico www.seduc.pa.gov.br. A abertura acontecerá no dia 13/05, às 10h.

PÁGINA 31

Agenda Cultural
Programe-se!

CINEMA

A Tartaruga Vermelha

Local: Cine Líbero Luxardo

(Av. Gentil Bittencourt, nº 650)

Ingressos: R$12 (aceita-se meia)

Dia 26/04 (quarta) - 18h

Sinopse: Após sobreviver a um naufrágio, um homem se vê em uma ilha completamente deserta. Lá ele consegue se manter, através da pesca, e tenta construir uma jangada que lhe permita deixar o local. Só que, sempre que ele parte com a embarcação, ela é destruída por um ser misterioso. Logo ele descobre que a causa é uma imensa tartaruga vermelha, com quem manterá uma relação inusitada.

CINEMA

Manchester à Beira-Mar

Local: Cine Líbero Luxardo

(Av. Gentil Bittencourt, nº 650)

Ingressos: R$12 (aceita-se meia)

Dia 26/04 (quarta) - 19h30

Sinopse: Lee Chandler (Casey Affleck) é forçado a retornar para sua cidade natal com o objetivo de tomar conta de seu sobrinho adolescente após o pai (Kyle Chandler) do rapaz, seu irmão, falecer precocemente. Este retorno ficará ainda mais complicado quando Lee precisar enfrentar as razões que o fizeram ir embora e deixar sua família para trás, anos antes.

ENVIO DE CONTEÚDOS

O envio de conteúdos para publicação no Diário Oficial do Estado deve ser realizado, no caso de órgãos e secretarias de Estado, via sistema e-DIÁRIO, disponível no site **www.ioepa.com.br**

No ato do envio, o usuário **DEVE EVITAR:**

- Documentos que contenham notas de rodapé;
- Logomarcas; fontes coloridas; ou qualquer tipo de imagem;
- Caixas de texto; marcadores, quebras de seção, quebra manual de linhas, marcadores próprios dos editores de texto, como pontos; quadrados; setas etc.

Obs.: O não atendimento dessas especificações poderá gerar problemas na publicação.

VENDA DE EXEMPLAR

- Avulso R$ 2,00
- Atrasado R$ 3,00

ASSINATURA / RECLAMAÇÃO

91 4009-7810 / 4009-7818

ASSINATURA SEMESTRAL

- Capital R$ 200,00
- Outras cidades R$ 350,00

ASSINATURA ANUAL

- Capital R$ 400,00
- Outras cidades R$ 650,00

OBS 1: As assinaturas do **Diário Oficial** não dão direito ao recebimento de **Cadernos Especiais**, elaborados exclusivamente aos órgãos interessados.

OBS 2: As reclamações deverão ser feitas 24 horas após a circulação do **Diário Oficial** na Capital, e até 8 dias nos demais Estados e Municípios.

PUBLICAÇÕES

91 4009-7810
4009-7819

- cm x coluna (8cm) R$ 65,00

(*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

ORÇAMENTO GRÁFICO

91 4009-7810
4009-7817

SAC
SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE
sac@ioe.pa.gov.br | 4009.7818

Simão Robison Oliveira Jatene
GOVERNADOR

José da Cruz Marinho
VICE-GOVERNADOR

Márcio Desidério Teixeira Miranda
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Ricardo Ferreira Nunes
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gilberto Valente Martins
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Imprensa Oficial do Estado

DIRETORIA, ADMINISTRAÇÃO,
REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO

Trav. do Chaco, 2271
Marco • CEP: 66.093-410
Belém - Pará
PABX: 4009-7800
FAX: 4009-7819
www.ioepa.com.br

Luis Cláudio Rocha Lima
PRESIDENTE

Edson Ferreira Farias
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Augusto Henrique da Silva Neto
DIRETOR INDUSTRIAL

Ana Carmen Palheta Alves
DIRETORA DE DOCUMENTAÇÃO E TECNOLOGIA

NESTA EDIÇÃO | Terça-feira, 25 de Abril de 2017

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR ..... - PÁG. 5
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO ..... - PÁG. 6
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO ..... - PÁG. 6
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO ..... - PÁG. 7

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO ... - PÁG. 7
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO ..... - PÁG. 7
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 7
INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 8
ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 8

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA ..... - PÁG. 8
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. ..... - PÁG. 11
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 11

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO ..... - PÁG. 11

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA ..... - PÁG. 12
HOSPITAL OPHIR LOYOLA ..... - PÁG. 14
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ ..... - PÁG. 15
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ ..... - PÁG. 15
FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA ..... - PÁG. 16

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES ..... - PÁG. 17
COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 17

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA ..... - PÁG. 18
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ ..... - PÁG. 18
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL ..... - PÁG. 18
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 19
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 21

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE ..... - PÁG. 21
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 22

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL ..... - PÁG. 22
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ ..... - PÁG. 23
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ ..... - PÁG. 23
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 23
CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES ..... - PÁG. 25
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 25
FUNDO DE INVESTIMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA ..... - PÁG. 26
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 26

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA ..... - PÁG. 30
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ ..... - PÁG. 30

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO ..... - PÁG. 30
FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO ..... - PÁG. 30

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO ..... - PÁG. 31
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 33

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA ..... - PÁG. 33
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ ..... - PÁG. 34
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO-CREDCIDADÃO ..... - PÁG. 35

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS ..... - PÁG. 36

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA ..... - PÁG. 36
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ ..... - PÁG. 37
INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 37

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS ..... - PÁG. 37
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ ..... - PÁG. 37
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 38

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA ..... - PÁG. 38
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS ..... - PÁG. 38
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 39

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER ..... - PÁG. 40

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO ..... - PÁG. 40

DEFENSORIA PÚBLICA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO ..... - PÁG. 41

JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 44

TRIBUNAIS DE CONTAS
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 44
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 44

MINISTÉRIO PÚBLICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 47
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 47

MUNICÍPIOS ..... - PÁG. 58
EMPRESARIAL ..... - PÁG. 61

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

GABINETE DO GOVERNADOR
Governador: Simão Robison Oliveira Jatene
Tel.: (91) 3201-5669 / 5587 Fax: (91) 3248-0133

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR
Vice-Governador: José da Cruz Marinho
Tel.: (91) 3201-3631 Fax: (91) 3201-3745

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO
Chefe: José Megale Filho
Tel.: (91) 3201- 5563 / 5564 Fax: (91) 3248-0765

NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO E CIDADANIA
Diretora Geral: Daniele Salim Khayat
Tel.:

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO
Chefe: Ten. Cel. PM César Mauricio de Abreu Mello
Tel.: (91) 3084-2450 / 2456 Fax: (91) 3084-2455

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE
Procurador Geral: Ophir Filgueiras Cavalcante Junior
Tel.: (91) 3225-0811 / 0777 Fax: (91) 3241-2828

AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE
Auditor: Roberto Paulo Amoras
Tel.: (91) 3239-6477 / 6479 Fax: (91) 3239-6476

FUNDAÇÃO PROPAZ
Presidente: Jorge Antônio Santos Bittencourt
Tel.: (91) 3201-3724

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ESTADO DE MUNICÍPIOS SUSTENTÁVEIS
Secretário: Izabela Jatene de Souza
Tel.:

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ESTADO DE INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - SEEIPS
Secretária: Heitor Márcio Pinheiro Santos
Tel.: (91) 3201-3725

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ESTADO PARA COORD. DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES - SEPMV
Secretário: Justiniano de Queiroz Netto
Tel.:

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD
Secretária: Alice Viana Soares Monteiro
Tel.: (91) 3289- 6202 / 6224 Fax: (91) 3241-2971

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE
Presidente: Luis Cláudio Rocha Lima
Tel.: (91) 4009-7800 Fax: (91) 4009-7802

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IASEP
Presidente: Iris Ayres de Azevedo Gama
Tel.: (91) 4006-7954 / 7965 / 7991 / 7994 Fax: (91) 4006-7962 / 7972

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - IGEPREV
Presidente: Allan Gomes Moreira
Tel.: (91) 3230-3521 Fax: (91) 3230-3521

ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ - EGPA
Diretor Geral: Ruy Martini Santos Filho
Tel.: (91) 3214-6802 / 6803 Fax: (91) 3214-6802

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
Secretário: Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha
Tel.: (91) 3222-5720 / 3218-4200 / 4324 Fax: (91) 3223-0776

BANCO DO ESTADO DO PARÁ - BANPARÁ
Presidente: Augusto Sérgio Amorim
Tel.: (91) 3348-3320 / 3209 Fax: (91) 3223-0823

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - JUCEPA
Presidente: Cilene Moreira Sabino de Oliveira
Tel.: (91) 3217-5801 / 5802 / 5803 Fax: (91) 3217-5840

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO - SEPLAN
Secretário: José Alberto da Silva Colares
Tel.: (91) 3241-9291 / 3242-9900 / 3204-7417 Fax: (91) 3241-0709

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA
Secretário: Vitor Manuel Jesus Mateus
Tel.: (91) 4006-4800 / 4804/ 4805 Fax: (91) 4006-4849

HOSPITAL OPHIR LOYOLA
Diretor Geral: Luiz Cláudio Lopes Chaves
Tel.: (91) 3342-1100 / 3342-1305 Geral: 3289-1002 Fax: (91) 3289-1009

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ
Presidente: Rosangela Brandão Monteiro
Tel.: (91) 3241-5208 / 4009-2241 Fax: (91) 4009-2299

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA
Presidente: Ana Suely Leite Saraiva
Tel.: (91) 3242-6905 / 9100 Fax: (91) 3242-6905

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA
Presidente: Ana Lydia Ledo de Castro Ribeiro Cabeça
Tel.: (91) 3276-5665 / 0601 Fax: (91) 3276-1150

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN
Secretário: Kleber Ferreira de Menezes
Tel.: (91) 3218-78007846/7805 3243-3256 Fax: (91) 3231-5845

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ - CPH
Presidente: Alexandre Raimundo de Vasconcelos Wanghon
Tel.: (91) 3201-3605 Fax: (91) 3201-3605

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ARCON
Diretor Geral: Bruno Henrique Reis Guedes
Tel.: (91) 3213-3403 / 3241-1717 Fax: (91) 3213-3467

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA - SEDAP
Secretário: Giovanni Corrêa Queiroz
Tel.: (91) 3226-8904 / 1363 Fax: (91) 3226-7864 /3246-6168

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA
Presidente: Daniel Nunes Lopes
Tel.: (91) 3181-6500 / 6501 Pabx: 3181-6500 Fax: (91) 3229-9488

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL
Gerente Executivo: Frederico Aníbal da Costa Monteiro
Tel.: (91) 98895-6120

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADEPARA
Diretor Geral: Luciano Guedes
Tel.: (91) 3210-1104 / 1102 Fax: (91) 3210-1105

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ - EMATER
Presidente: Paulo Amazonas Pedroso
Tel.: (91) 3256-0150 / 0015 Fax: (91) 3256-0015

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE- SEMAS
Secretário: Luiz Fernandes Rocha
Tel.: (91) 3184-3330 / 3341 Geral: 3184-3300 Fax: (91) 3276-8564

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - IDEFLOR-Bio
Diretor Geral: Thiago Valente Novaes
Tel.: (91) 3184-3377 / 3362 Fax: (91) 3184-3377

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP
Secretário: Gen. Jeannot Jansen da Silva Filho
Tel.: (91) 3215-2200 / 3215-2255 Fax: (91) 3225-2644

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - PM
Comandante Geral: Cel. PM Roberto Luiz de Freitas Campos
Tel.: (91) 3277-5644 Fax: (91) 3277-5644

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ - CBM
Comandante Geral: CEL. QOBM Zanelli Antonio Melo Nascimento
Tel.: (91) 4006-8313 / 8352 / 8396 Fax: (91) 3257-7200

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
Delegado Geral: Rilmar Firmino de Sousa
Tel.: (91) 4006-9045 Fax: (91) 3252-0050

CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES
Diretor Geral: Orlando Salgado Gouvêa
Tel.: (91) 4009-6012 Geral: 4009-6075 Fax: (91) 4009-6016

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN
Diretor Superintendente: Andréa Yared de Oliveira Hass
Tel.: (91) 3214-6253 / 6256 Fax: (91) 3214-6249

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ - SUSIPE
Superintendente: Ten. Cel. André Luiz de Almeida e Cunha
Tel.: (91) 3230-2214 / 3242-2539 Fax: (91) 3224-6726

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SECULT
Secretário: Paulo Roberto Chaves Fernandes
Tel.: (91) 4009-8736 / 8740 Fax: (91) 4009-8740

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP
Presidente: Dina Maria César de Oliveira
Tel.: (91) 3202-4350 / 4333 Fax: (91) 3202-4351

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES
Superintendente: Paulo José Campos de Melo
Tel.: (91) 3201-9471 / 9478 Fax: (91) 3201-9476

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM
Secretário: Daniel Nardin Tavares
Tel.: (91) 3202-0931 / 0901 Fax: (91) 3202-0903

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA
Presidente: Adelaide Oliveira de Lima Pontes
Tel.: (91) 3228-0838 / 4005-7746 Fax: (91) 3226-6753

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC
Secretária: Ana Cláudia Serruya Hage
Tel.: (91) 3211-5107 / 5160 / 5161 Fax: (91) 3211-5026

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA
Reitor: Juarez Antônio Simões Quaresma
Tel.: (91) 3244-5177 Fax: (91) 3244-5460

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SEASTER
Secretário: Ana Maria do Socorro Magno Cunha
Tel.: (91) 3254-1373

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ- FASEPA
Presidente: Simão Pedro Martins Bastos
Tel.: (91) 3204-0201 Fax: (91) 3204-0204

NUCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO - CREDCIDADAO
Gerente Executivo: Maria Alves dos Santos
Tel.: (91) 3201-9555

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SEJUDH
Secretário: Michell Mendes Durans da Silva
Tel.: (91) 4009-2722 / 2723 / 2744 / 2700 Fax: (91) 3225-1632 / 3242-9651

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA - SEDEME
Secretário: Adnan Demachki
Tel.: (91) 3110-2550

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ
Presidente: Cláudio Luciano da Rocha Conde
Tel.: (91) 3224-2663

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ - CODEC
Presidente: Rogério Bastos das Neves
Tel.: (91) 3236-2884

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ - IMETROPARÁ
Presidente: Jorge Otávio Bahia de Rezende
Tel.: (91) 3246-2554 / 2404 / 1800 Fax: (91) 3266-1526

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S/A - CEASA
Presidente: Bianca Amaral Piedade Pamplona Ribeiro
Tel.: (91) 3228-9191 / 9260 / 9157 Fax: (91) 3228-9191

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS - SEDOP
Secretário: Ruy Klautau de Mendonça
Tel.: (91) 3183-0002

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA
Presidente: Abraão Benassuly Neto
Tel.: (91) 3202-8567 / 8514 Fax: (91) 3236-2199

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB
Presidente: Lucilene Bastos Farinha
Tel.: (91) 3214-8500 / 8101 Fax: (91) 3243-0555

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE TRANSPORTE METROPOLITANO
Presidente: César Meira
Tel.: (91) 3110-8450

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA - SECTET
Secretário: Alex Bolonha Fiúza de Mello
Tel.: (91) 4009-2510 / 4009-2512 Fax: (91) 3242-5969

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA
Presidente: Eduardo José Monteiro da Costa
Tel.: (91) 3223-2560

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA
Presidente: Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires
Tel.: (91) 3344-5201 / 5208 / 5217 Fax: (91) 3344-5204

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SEEL
Secretária: Renilce Conceição do Espírito Santo Nicodemos Lobo
Tel.: (91) 3201-2300 Fax: (91) 3201-2331

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR
Secretário: Adenauer Marinho de Oliveira Góes
Tel.: (91) 3110-5003

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

DECRETO

Convoca a 1ª Conferência Estadual de Saúde das Mulheres do Pará.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e V, da Constituição Estadual, e

Considerando a Portaria GM/MS nº. 1.016, de 11 de maio de 2016, que convoca a 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres;

Considerando as informações constantes no Processo nº. 2017/90371;

Considerando o Parecer nº. 103/2017 da Procuradoria-Geral do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica convocada a 1ª Conferência Estadual de Saúde das Mulheres do Pará a se realizar nos dias 18 e 19 de junho de 2017, em Belém/Pará, em local a definir, com o tema: "Saúde das Mulheres: desafios para a Integralidade com Equidade"; o eixo principal: "Implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde das Mulheres" e seus 4 (quatro) subeixos, definidos no teor dos documentos reguladores e norteadores do certame.

Art. 2º A 1ª Conferência Estadual de Saúde das Mulheres do Pará será presidida pela Presidente do Conselho Estadual de Saúde e, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente do Conselho Estadual de Saúde.

Art. 3º O Regulamento e a Proposta de Regimento Interno da 1ª Conferência Estadual de Saúde das Mulheres do Pará serão aprovados pelo Conselho Estadual de Saúde e publicados mediante Resolução.

Art. 4º As despesas com a realização da 1ª Conferência Estadual de Saúde das Mulheres do Pará correrão por conta dos recursos orçamentários consignados à Secretaria de Estado de Saúde Pública.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 24 DE ABRIL DE 2017.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos X e XX, da Constituição Estadual, combinado aos arts. 128, inciso I, alínea "c", e 129, da Lei Estadual nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006, e

Considerando os elementos informativos colacionados no Inquérito Policial Militar instaurado pela Portaria nº. 002/2015-CorCPR II, os quais conduziram ao indiciamento do CEL PM RR MARCOS MACHADO EISMANN, pois, enquanto ainda estava na ativa, haveria, em tese, procedido incorretamente no desempenho do cargo violando o sentimento do dever no exercício da função ou do serviço policial militar, a honra pessoal, o pundonor policial militar e o decoro da classe;

Considerando que, supostamente, o Oficial justificante, no dia 26 de janeiro de 2010, na função de Comandante do Comando de Policiamento Regional II, com sede em Marabá/PA, na qualidade de representante legal da PMPA e do Estado do Pará, haveria viabilizado o reconhecimento de limites territoriais entre o 4º BPM e a propriedade da Senhora Kong Uen Laan;

Considerando que o eventual consentimento do Oficial Justificante haveria ensejado a expansão da propriedade privada da Senhora Kong Uen Laan em detrimento de bem público inalienável, de propriedade do Estado do Pará, localizado em frente ao 4º Batalhão de Polícia Militar sob as matrículas nº. 13.729 e nº. 16.208, posteriormente unificados na matrícula nº. 22.177;

Considerando que narrativa fátiva conduz à violação, em tese, dos incisos III, IV, VII, IX, XI, XIII, XXVI, XXXIII, XXXVI e XXXVII do art. 18, c/c os incisos XCVII, CI, CIII, CIV do art. 37, e seu § 1º, todos da Lei nº. 6.833/06 (Código de Ética e Disciplina da PMPA), bem como ao que estabelece o § 2º do art. 37, do mesmo diploma legal;

Considerando as informações constantes nos Processos nºs. 2016/361700 e 2016/500235;

Considerando o Parecer nº. 0096/2017 da Procuradoria-Geral do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica extinto o Conselho de Justificação nomeado pelo Decreto de 17 de outubro de 2016, publicado no DOE nº. 33.233, de 18 de outubro de 2016.

Art. 2º Ficam nomeados, nos termos do que preceituam os arts. 129 e 131 da Lei Estadual nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006, para compor o Conselho de Justificação destinado a apurar as supostas faltas funcionais do Justificante CEL PM RR MARCOS MACHADO EISMANN os oficiais militares a seguir relacionados:

CEL QOPM JOSÉ VICENTE BRAGA DA SILVA, do CG – Presidente

CEL QOPM WALDOMIRO SERAPHICO DE ASSIS CARVALHO, do CG – Interrogante e Relator

CEL QOPM CARLOS EMÍLIO DE SOUSA FERREIRA, do CG – Escrivão

Art. 3º O prazo para conclusão do presente procedimento é de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Decreto, nos termos do art. 133, combinado ao art. 123 da Lei nº. 6.833, de 13 de fevereiro de 2006.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 24 DE ABRIL DE 2017.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.135, inciso III, da Constituição Estadual, e

Considerando que a candidata abaixo discriminada, aprovada e nomeada no Concurso Público C-167 da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, não preencheu os requisitos de posse exigidos no Edital nº. 001/2012-SEAD/SEDUC, de 22 de agosto de 2012, o qual regeu o referido certame;

Considerando os Termos do Processo nº. 2017/78675 da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC;

Considerando o Parecer nº.104/2017 da Procuradoria-Geral do Estado,

R E S O L V E:

Art. 1º. Tornar sem efeito, com base nos termos do art. 22, § 3º, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, a nomeação da candidata mencionada neste Decreto, a qual foi nomeada para exercer o cargo a seguir discriminado, com lotação na Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.

CARGO: PROFESSOR CLASSE I, NÍVEL A

DISCIPLINA: ENSINO RELIGIOSO

MUNICÍPIO ABAETETUBA - 13ª URE

EDINAMAR RIBEIRO FERREIRA

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 24 DE ABRIL DE 2017.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.135, inciso V, da Constituição Estadual, e

Considerando os termos do Ofício nº. 004/2017-CPSP, datado de 15 de fevereiro de 2017, da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC;

Considerando que o candidato abaixo discriminado, aprovado e nomeado no Concurso Público C-125 da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, não tomou posse dentro do prazo previsto em Lei, conforme Processo nº. 2017/78637;

Considerando o Parecer nº. 113/2017 da Procuradoria Geral do Estado,

R E S O L V E:

Art. 1º Tornar sem efeito, com base nos termos do art. 22, § 3º, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, a nomeação da candidata mencionada neste Decreto, a qual foi nomeada, para exercer o cargo a seguir discriminado, com lotação na Secretaria de Estado de Educação - SEDUC.

CARGO: TÉCNICO EM EDUCAÇÃO

MUNICÍPIO: BELÉM

MARIA WANDERLENE SOUSA DE ALMEIDA

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 24 DE ABRIL DE 2017.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE:

exonerar, de acordo com o art. 135, inciso II, da Constituição Estadual, e art. 1º da Lei nº. 6.378, de 12 de julho de 2001, IZABELA JATENE DE SOUZA do cargo de Secretário Extraordinário de Estado de Integração de Políticas Sociais.

PALÁCIO DO GOVERNO, 24 DE ABRIL DE 2017.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE:

exonerar, de acordo com o art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, combinado com o art. 3º, inciso IX, da Lei nº. 8.096, de 1º de janeiro de 2015, HEITOR MÁRCIO PINHEIRO SANTOS do cargo de Coordenador do Núcleo (Pará Social).

PALÁCIO DO GOVERNO, 24 DE ABRIL DE 2017.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE:

nomear, de acordo com o art. 135, inciso II, da Constituição Estadual, e art. 1º da Lei nº. 6.378, de 12 de julho de 2001, IZABELA JATENE DE SOUZA para exercer o cargo de Secretário Extraordinário de Estado de Municípios Sustentáveis.

PALÁCIO DO GOVERNO, 24 DE ABRIL DE 2017.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE:

nomear, de acordo com o art. 135, inciso II, da Constituição Estadual, e art. 1º da Lei nº. 6.378, de 12 de julho de 2001, HEITOR MÁRCIO PINHEIRO SANTOS para exercer o cargo de Secretário Extraordinário de Estado de Integração de Políticas Sociais.

PALÁCIO DO GOVERNO, 24 DE ABRIL DE 2017.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

ERRATA

No Decreto Estadual de 23 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 33.219, de 26 de setembro de 2016, que nomeou membros para compor o Conselho Estadual de Trânsito, constante no Processo nº. 2017/101857.

ONDE SE LÊ:

"Art. 2º.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

Titular: ANA PAULA GOUVEIA GROSSINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

Titular: MAJ PM JORGEANDRO DE ALMEIDA SEAD
SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES E LOGÍSTICAS DE CARGAS SECAS - SINTRACARPA
Titular: LUIZ GALVANI LUZ DA SILVA
LEIA-SE:
"Art. 2º.....
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
Titular: ANA PAULA GOUVEA GROSSINHO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
Titular: MAJ PM JORGE ANDRE DE ALMEIDA SEADE
SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES E LOGÍSTICAS DE CARGAS SECAS - SINTRACARPA
Suplente: LUIZ GALVANI LUZ DA SILVA
*** Republicada por ter saído com incorreção no DOE nº 33.344, de 30 de março de 2017.**

Protocolo 170403

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

PORTARIA Nº 555/2017-CCG DE 24 DE ABRIL DE 2017
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2017/148905,
R E S O L V E:
I. exonerar ÉDER SILVA DE OLIVEIRA do cargo em comissão de Titular de Delegacia, código GEP-DAS-011.2, com lotação na Polícia Civil.
II. nomear ERIK PETERSSON DA SILVA para exercer o cargo em comissão de Titular de Delegacia, código GEP-DAS-011.2, com lotação na Polícia Civil.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 24 DE ABRIL DE 2017.
JOSÉ MEGALE
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 556/2017-CCG DE 24 DE ABRIL DE 2017
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2017/170785,
R E S O L V E:
nomear IGOR PACHECO DE ALMEIDA BEZERRA para exercer o cargo em comissão de Gestor de Unidade SEDUC na Escola, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Secretaria de Estado de Educação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 24 DE ABRIL DE 2017.
JOSÉ MEGALE
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 557/2017-CCG DE 24 DE ABRIL DE 2017
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO a exoneração, a pedido, de *Iranildo Farias Barreto*;
CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2017/159641,
R E S O L V E:
nomear JOSÉ WALTER BARROS DO NASCIMENTO para exercer o cargo em comissão de Gerente de Segurança de Unidade Prisional, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Superintendência do Sistema Penitenciário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 24 DE ABRIL DE 2017.
JOSÉ MEGALE
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 558/2017-CCG DE 24 DE ABRIL DE 2017
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e
R E S O L V E:
relotar MARCUS VINÍCIUS ATAÍDE COSTA, Assistente Técnico I, no Gabinete da Secretária Extraordinária de Estado de Municípios Sustentáveis.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 24 DE ABRIL DE 2017.
JOSÉ MEGALE
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 559/2017-CCG DE 24 DE ABRIL DE 2017
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e
R E S O L V E:
relotar FERNANDA DA CUNHA TOSTES LEITÃO, Assistente Técnico II, no Gabinete da Secretária Extraordinária de Estado de Municípios Sustentáveis.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 24 DE ABRIL DE 2017.
JOSÉ MEGALE
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 560/2017-CCG DE 24 DE ABRIL DE 2017
O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e
R E S O L V E:
relotar CLARICE BRITO RIBEIRO PINTO, Assistente Técnico II, no Gabinete da Secretária Extraordinária de Estado de Municípios Sustentáveis.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 24 DE ABRIL DE 2017.
JOSÉ MEGALE
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

Protocolo 170404

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2017-CPL/CMG
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de lavanderia para atendimento das necessidades da Residência Oficial do Governador do Estado do Pará, por um período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos, cuja abertura dar-se-á às 10h00min, (Brasília), do dia 05/05/2017, através do site: www.comprasnet.gov.br.
PREGOEIRO: Ariel Dourado Sampaio Martins de Barros – MAJ PM
Orçamento:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte do Recurso	Origem do Recurso
04.122.1297.8315000	33.90.39	0101000000	Estadual

ORDENADOR: César Maurício de Abreu Mello – TEN CEL PM
Obs.: Os interessados poderão retirar o edital no www.comprasnet.gov.br ou no Mural de Licitações (www.compraspara.gov.br).

Protocolo: 170328

DIÁRIA

PORTARIA Nº 098/2017 – CMG, 24 DE ABRIL DE 2017
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e.
CONSIDERANDO: o Processo nº 251/2017-CMG, datado de 17/04/2017
RESOLVE:
I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos policiais militares abaixo mencionados, por terem seguido viagem para o município de São Félix do Xingu/PA, a serviço do Governo do Estado.

NOME	MF	CPF	PERÍODO	DIÁRIAS
CB PM RG 32628 EDWARDO **JOHNATAS** NASCIMENTO DA SILVA	54193299-1	510.614.222-91	15 a 18/04/17	3,5 (completa)
SD PM RG 33981 KLEBER **GEMAQUE** CARDOSO	4218999-1	887.709.152-53		

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém/PA, 24 de abril de 2017
CÉSAR MAURÍCIO DE ABREU MELLO – CEL QOPM RG 21133
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 170015

PORTARIA Nº 100/2017 – CMG, 24 DE ABRIL DE 2017
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e.
CONSIDERANDO: O Processo nº 253/2017-CMG, datado de 19/04/2017
RESOLVE:
I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos policiais militares abaixo mencionados, por terem seguido viagem para o município de São Félix do Xingu/PA, a serviço do Governo do Estado.

NOME	MF	CPF	PERÍODO	DIÁRIAS
CAP PM RG 27209 **EDSON** BAILÃO RIBEIRO	5780098/1	488.926.102-87	15 a 18/04/17	3,5 (completa)
2º SGT PM RG 27198 **JÚLIO** SALGADO SOUZA	57822951	391.771.492-20		
SD PM RG 32558 **DANIEL SILVA** CARDOSO	54195420/1	727.566.402-04		

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém/PA, 24 de abril de 2017
CÉSAR MAURÍCIO DE ABREU MELLO – CEL QOPM RG 21133
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 170030

PORTARIA Nº 101/2017 – CMG, 24 DE ABRIL DE 2017
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e.
CONSIDERANDO: o Processo nº 254/2017-CMG, datado de 19/04/2017
RESOLVE:
I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos servidores abaixo mencionados, por terem seguido viagem para o município de Salinópolis/PA, a serviço do Governo do Estado.

NOME	MF	CPF	PERÍODO	DIÁRIAS
FLÁVIO MONTEIRO DA CRUZ	55587755	218.274.942-04	12 a 13/04/17	1,5 (alimentação)
ROSANGELA ARAÚJO DE CARVALHO	57223277	361.696.092-49	12 a 14/04/17	2,5 (alimentação)
REGIANI DA SILVA PEREIRA	57234990	996.411.942-91	12 a 14/04/17	2,5 (alimentação)
RAIMUNDO ADJALME AMORIM DA SILVA	36730/1	057.986.122-87	12 a 14/04/17	2,5 (alimentação)
SANDRA HELENA DA COSTA RAMOS	54184438	566.240.182-91	12 a 14/04/17	2,5 (alimentação)

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém/PA, 24 de abril de 2017
CÉSAR MAURÍCIO DE ABREU MELLO – CEL QOPM RG 21133
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado
Protocolo: 170037

PORTARIA Nº 099/2017 – CMG, 24 DE ABRIL DE 2017
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e.
CONSIDERANDO: O Processo nº 256/2017-CMG, datado de 19/04/17
RESOLVE:
I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos policiais militares abaixo mencionados, em virtude do deslocamento do município de Abaetetuba/PA para Belém/PA, a serviço do Governo do Estado.

NOME	MF	CPF	PERÍODO	DIÁRIAS
CB PM RG 25672 EVERALDO **MONTEIRO** DE MACÊDO	5732522/1	253.990.632-04	11 a 14/04/17	3,0 (alimentação)
			15 a 17/04/17	2,0 (alimentação)
CB PM RG 36789 **DIENE** MIRANDA MENEZES	5722173/1	959.619.922-68	11 a 14/04/17	3,0 (alimentação)
			15 a 17/04/17	2,0 (alimentação)

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém/PA, 24 de abril de 2017
CÉSAR MAURÍCIO DE ABREU MELLO – CEL QOPM RG 21133
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado
Protocolo: 170020

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PORTARIA

Portaria nº 224/2017-PGE.G., 13 de abril de 2017.
A Procuradora-Geral Adjunta Administrativa, no uso de suas atribuições legais...
RESOLVE:
I - INTERROMPER a contar de 13.04.2017, o gozo de férias da Procuradora do Estado Gabriella Dinelly Rabelo Mareco, id. funcional 5896472/1, concedida pela Portaria nº 160/2017-PGE.G., de 15.03.17, ficando o saldo remanescente para o gozo oportuno.
II – REVOGAR a contar de 13.04.2017, a Portaria n° 205/2017-PGE.G., de 03.04.17, que designou o Procurador do Estado João Olegário Palácios, id. funcional 57223907/1, para responder pela Coordenação da Procuradoria Cível, Trabalhista e Administrativa.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se
SORAYA FERNANDES DA SILVA LEITAO
Procuradora-Geral Adjunta Administrativa
Protocolo: 169971

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

FÉRIAS

Portaria nº 049 de 24 de Abril de 2017
O Presidente da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições,
Resolve:
Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, no período de 02.05 a 31.05.2017, com retorno as suas atividades no dia 01.06.2017.

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO
ANA CARMEN PALHETA ALVES	5127556/1	2016/2017
ANDRE LUIS MARQUES DA SILVA	57234644/3	2016/2017
EDSON FERREIRA FARIAS	5080428/1	2016/2017
TEODORA MAIA GUIMARAEAS	8014253/1	2016/2017

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
LUIS CLÁUDIO ROCHA LIMA
Presidente
Protocolo: 170150

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo: 4º
Data da Assinatura: 10/04/2017.
Vigência: 10/04/2017 A 10/04/2018
Justificativa: PRORROGAÇÃO DO PRAZO.
Contrato: 012
Exercício: 2013
Dotação Orçamentária: 8242- 0261 - 339039
Contratada: MENDES FRAZÃO CENTRO DE SAÚDE LTDA-ME (CESAMF),
CNPJ nº. 11.169.566/0001-68
Endereço: Rua Raquel Lemos, nº. 530 e CEP: 68.743-574, bairro Caiçara, Castanhal/Pa
Ordenador: IRIS AYRES DE AZEVEDO GAMA

Termo Aditivo: 4º
Data da Assinatura: 16/04/2017.
Vigência: 16/04/2017 A 16 /04/2018
Justificativa: PRORROGAÇÃO DO PRAZO.
Contrato: 015
Exercício: 2013
Dotação Orçamentária: 8242- 0261 - 339039
Contratada: H N MURAKAMI E CIA LTDA(UNIDADE DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM
CNPJ nº. 01.982.531/0001-90
Endereço: TV Silvino Pinto, nº. 456 e CEP: 68.743-574, bairro: Centro, Santarém/PA,
Ordenador: IRIS AYRES DE AZEVEDO GAMA

Termo Aditivo: 4º
Data da Assinatura: 24/04/2017.
Vigência: 24/04/2017 A 24 /04/2018
Justificativa: PRORROGAÇÃO DO PRAZO.
Contrato: 016
Exercício: 2013
Dotação Orçamentária: 8242- 0261 - 339039
Contratada: CLÍNICA PRÓ-CARDÍACO LTDA, CNPJ nº. 02.428.931/0003-82
Endereço: Av. Dom Romualdo Coelho, nº. 19 – Qd 389 e CEP: 68.445-973, bairro Vila Dos Cabanos, Barcarena/PA,
Ordenador: IRIS AYRES DE AZEVEDO GAMA

Termo Aditivo: 3º
Data da Assinatura: 01/04/2017.
Vigência: 01/04/2017 A 01/04/2018
Justificativa: PRORROGAÇÃO DO PRAZO.
Contrato: 020
Exercício: 2013
Dotação Orçamentária: 8242- 0261 - 339039
Contratada: ACCEB- ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS E CONDOMÍNIOS E EMPREEMDIMENTOS DE BELÉM LTDA-EPP
CNPJ nº. 11.162.355/0001-01
Endereço: TV ENEAS PINHEIRO, Nº.1706, Bairro: MARCO, CEP:66.095-100, no Município de BELÉM/PA,
Ordenador: IRIS AYRES DE AZEVEDO GAMA

Termo Aditivo: 1ª
Data da Assinatura: 01/04/2017.
Vigência: 01/04/2017 A 01/04/2018
Justificativa: PRORROGAÇÃO DO PRAZO.
Contrato: 126
Exercício: 2016
Dotação Orçamentária: 8242- 0261-339039
Contratada: CENTRO DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL LTDA-ME (BIOLAB)
CNPJ nº. 03.903.998/0003-94
Endereço: Rua João Pessoa, nº.26,bairro Centro, município CAPANEMA/PA, CEP:68.700-030,
Ordenador: IRIS AYRES DE AZEVEDO GAMA

Termo Aditivo: 1º
Data da Assinatura: 04/04/2017.
Vigência: 04/04/2017 A 04/04/2018
Justificativa: PRORROGAÇÃO DO PRAZO.
Contrato: 138
Exercício: 2016
Dotação Orçamentária: 8242- 0261 - 339039
Contratada: CEMAZA-INSTITUTO DE PATOLOGIA CLÍNICA LTDA, CNPJ nº. 83.365.700/0001-07
Endereço: TRAV. Castelo Branco, nº.912,bairro São Brás, município BELÉM/PA,CEP:66.063-000
Ordenador: IRIS AYRES DE AZEVEDO GAMA

_____

Termo Aditivo: 1º
Data da Assinatura: 04/04/2017.
Vigência: 04/04/2017 A 04/04/2018
Justificativa: PRORROGAÇÃO DO PRAZO.
Contrato: 14
Exercício: 2016
Dotação Orçamentária: 8242- 0261 - 339039
Contratada: ADIBIANNY MELO DUALIBE BARROS-ME
CNPJ nº. 17.908.636/0001-39
Endereço: AV. Conselheiro Furtado, nº.2865,bairro Cremação, município BELÉM/PA,CEP:66.063-060
Ordenador: IRIS AYRES DE AZEVEDO GAMA

Protocolo: 170236

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: Pregão Eletrônico: nº 05/2017
Processo nº º 2016/438296
Tipo de Licitação: MENOR PREÇO GLOBAL
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de vigilância armada nas instalações físicas e mobiliárias do IGEPREV com fornecimento de materiais e equipamentos
Data do Inicio do prazo para envio da proposta eletrônica: xx/xx/2017.
Acesso Eletrônico ao Edital e à Participação: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.compraspara.com.br
Data de Abertura: 09 de Maio de 2017.
Horário: 10:00 (Dez) horas. (Horário de Brasília)

Protocolo: 169843

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
O INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ, por sua Comissão Permanente de Licitação, comunica o resultado do Pregão Eletrônico nº 04/2017, homologado em 19/04/2017, cujo objeto é Aquisição de material permanente de 01 (um) unidade de armazenamento de dados (Hard Disk). Tendo como vencedora a empresa LICITEC TECNOLOGIA EIRELI EPP - CNPJ:16.628.132/0001-00, com valor de global R$1.892,00 (Um mil oitocentos e noventa e dois reais).
Patricia Pinheiro – Pregoeira
CPL – IGEPREV.

Protocolo: 170130

ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 021/2017-EGPA
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE AVEIRO E A ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ – EGPA.
OBJETO: O objeto do presente instrumento é o estabelecimento de ACORDO DE COOPERAÇÃO entre a EGPA e a PREFEITURA MUNICIPAL DE AVEIRO com objetivo de garantir a troca mútua de esforços para o aperfeiçoamento da atividade de capacitação dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Aveiro e do Poder Executivo do Estado do Pará, respectivamente.
VIGÊNCIA: O presente acordo vigerá a partir da data de sua assinatura pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, por igual período.
DATA DA ASSINATURA: 18/04/2017.
RESPONSÁVEIS PELAS ASSINATURAS: Ruy Martini Santos Filho – Diretor Geral da EGPA e Vilson Gonçalves – Prefeito Municipal de Aveiro/PA.

Protocolo: 169947

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 023/2017-EGPA
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS E A ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ – EGPA.
OBJETO: O objeto do presente instrumento é o estabelecimento de ACORDO DE COOPERAÇÃO entre a EGPA e a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS com objetivo de garantir a troca mútua de esforços para o aperfeiçoamento da atividade de capacitação dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Paragominas e do Poder Executivo do Estado do Pará, respectivamente.
VIGÊNCIA: O presente acordo vigerá a partir da data de sua assinatura pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, por igual período.
DATA DA ASSINATURA: 12/04/2017.
RESPONSÁVEIS PELAS ASSINATURAS: Ruy Martini Santos Filho – Diretor Geral da EGPA e Paulo Pombo Tocantins – Prefeito Municipal de Paragominas/PA.

Protocolo: 169945

DIÁRIA

PORTARIA N º 076 DE 20 DE ABRIL DE 2017.
A DIRETORA GERAL DA ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ-EGPA, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 6.569 de 06 de agosto de 2003, e posteriores alterações, e;
CONSIDERANDO o Memorando nº. 005/2017 – CGP/GAB, de 18/04/2017, nos autos do Processo nº. 2017/164450
RESOLVE:
CONCEDER: 03 (três) diárias, a servidora DANIELA FUMIE YOSHITOME, ocupante do cargo: Técnico em Administração e Finanças - Psicóloga, matrícula nº57211100, CPF: 673.877.722-15, com o objetivo de acompanhar as disciplinas referente ao curso Técnico em Secretária Escolar no município de Santo Antônio do Tauá/PA., no período de 07/05/2017 a 08/05/2017 e 28/05/2017 a 29/05/2017.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
DENISE ALVES MENDES
Diretora Geral em exercício

Protocolo: 169905

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

.

PORTARIA

PORTARIA DE REVOGAÇÃO DE ISENÇÃO DO ICMS - CAIF/DTR
Portaria nº 2017330001884, de 20 de abril de 2017
MOTIVO: Revogar a Portaria n.º 2017330001820, de 11 de abril de 2017, que concedeu a isenção do ICMS na aquisição de veículo para pessoa com deficiência.
BASE LEGAL: Lei Complementar n.º 24, de 07 de janeiro de 1975; Convênio ICMS 38, de 30 de março de 2012; arts. 1º e 50 do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001 e Portaria n.º 0085, de 19 de junho de 2009.
INTERESSADO: JONAS BRITO DA SILVA.
CPF: 252.419.662-34.
MARCA/MODELO: CITROEN/C3 1.6 A EXCL.

Protocolo: 170149

GABINETE DO SECRETÁRIO
Portaria nº 187 DE 18 DE ABRIL DE 2017
REMOVER, de ofício, no interesse da Administração Tributária, o servidor RAIMUNDO WILSON FERREIRA DE OLIVEIRA, Id Func nº 5911776/1, Fiscal de Receitas Estaduais, da Célula de Programação, Controle e Avaliação das Ações Fiscais/DFI para a CECOMT da Serra do Cachimbo, para execução de atividade considerada de especial relevância para a Administração Tributária pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação desta Portaria, nos termos do § 1º, inciso V do art. 31 da Resolução CONSAT nº 002, de 19 de março de 2014.
SUBSECRETÁRIA / DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Portaria nº 852 DE 17 DE ABRIL DE 2017
TRANSFERIR o período de gozo de férias do servidor JOSE CLAUDIO RODRIGUES LEITE, Id Func nº 5143993/1, Assistente Administrativo, lotado na CERAT de Marabá, do mês de abril/2017 para o período de 04/12/2017 a 02/01/2018, referente ao exercício de 28/08/2015 a 27/08/2016.
Portaria nº 853 DE 17 DE ABRIL DE 2017
CONCEDER à servidora AÇUCENA MARIA SOUSA DUAILIBE, Id Func nº 54488/1, Assistente Administrativo, lotada na CECOMT Mercadorias em Trânsito, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 15/05/2017 a 13/06/2017, correspondentes ao triênio de 10/03/2004 a 09/03/2007.
Portaria nº 855 DE 13 DE ABRIL DE 2017
AUTORIZAR, 19 (dezenove) dias de gozo de férias do servidor JOSE FERNANDO MARTINS BASTOS, Id Func nº 5209919/1, Motorista, lotado na Célula de Gestão de Apoio Logístico/DAD, para serem usufruídas no período de 05/04/2017 a 23/04/2017, referente ao exercício de 30.10.2015 a 29.10.2016.
Portaria nº 856 DE 18 DE ABRIL DE 2017
CONCEDER à servidora DOLORES FERREIRA SANTOS VALENTE, Id Func nº 57266/2, Técnico em Gestão Pública, lotada na UECOMT de Vila do Conde/CECOMT Portos e Aeroportos, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 15/05/2017 a 13/06/2017, correspondentes ao triênio de 17/09/2011 a 16/09/2014.
Portaria nº 859 DE 18 DE ABRIL DE 2017
CONCEDER à servidora ROSINETE MONTEIRO DE ARAUJO, Id Func nº 5570204/1, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais-c, lotada na CEEAT de Grandes Contribuintes, 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, no período de 01/04/2017 a 30/05/2017, correspondentes ao triênio de 21/03/1992 a 20/03/1995.
Portaria nº 860 DE 18 DE ABRIL DE 2017
CONCEDER à servidora ANA CRISTINA MOURA VIANA, Id Func nº 5097223/1, Fiscal de Receitas Estaduais-c, lotada na Corregedoria Fazendária, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 02/05/2017 a 31/05/2017, correspondentes ao triênio de 01/09/2007 a 31/08/2010.
Portaria nº 862 DE 18 DE ABRIL DE 2017
CONCEDER à servidora ROSINETE MONTEIRO DE ARAUJO, Id Func nº 5570204/1, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais-c, lotada na CEEAT de Grandes Contribuintes, 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, no período de 31/05/2017 a 29/07/2017, correspondentes ao triênio de 21/03/2013 a 20/03/2016.
Portaria nº 863 DE 18 DE ABRIL DE 2017
CONCEDER ao servidor LUIS AUGUSTO RODRIGUES MORAES, Id Func nº 48119/2, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais-c, lotado na CECOMT de Portos e Aeroportos, 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, no período de 05/06/2017 a 03/08/2017, correspondentes ao triênio de 22/05/1993 a 21/05/1996.
Portaria nº 864 DE 18 DE ABRIL DE 2017
CONCEDER ao servidor DJALMA TADEU CORREA PANTOJA, Id Func nº 3246400/3, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais-c, lotado na CERAT de Paragominas, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 03/07/2017 a 01/08/2017, correspondentes ao triênio de 01/02/2011 a 31/01/2014.
Portaria nº 866 DE 19 DE ABRIL DE 2017
TRANSFERIR o período de gozo de férias da servidora ANGELICA DE JESUS CAMPOS QUEIROZ FURTADO, Id Func nº 57202219/8, Gerente Fazendário, lotada na Coordenação De Assuntos Fazendários Estratégicos, do mês de março/2017 para o período de 26/12/2017 a 24/01/2018, referente ao exercício de 01/03/2016 a 28/02/2017.
ERRATA
Portaria nº 673 DE 27.03.2017, PUBLICADA NO DOE Nº 33.345 DE 31.03.2017.
Onde se lê: Identificação Funcional nº 5914741/1
Leia-se: Identificação Funcional nº 5156505/1.
ERRATA
Portaria nº 1325 DE 10.12.2014, PUBLICADA NO DOE Nº 32.792 DE 19.12.2014.
Onde se lê: triênio de 03/05/1996 a 02/05/1999
Leia-se: triênio de 02/08/1997 a 01/08/2000.

Protocolo: 170221

PORTARIA Nº684 DE 4 DE MARÇO DE 2017
A SUBSECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA e a DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria nº 1.597 de 23/09/2016 (publicada no D.O.E. nº 33.220 de 27/09/2016),
RESOLVEM:
REVOGAR a contar de 15/03/2017, os efeitos da Portaria nº 661 de 27 de Abril de 2015, publicada no DOE, que designou o servidor RAIMUNDO NONATO DE SOUZA MATOS, Identificação Funcional nº. 05797705/2, Secretario de Gabinete, lotado na CGAL, para atuar como Fiscal do contrato nº078/2014.
DESIGNAR, a servidora MARIA DA CONCEIÇÃO DE S LEAL, Identificação Funcional nº 57234997/02, Secretário de Gabinete, lotada na CGAL, para atuar como Fiscal do Contrato nº078/2014/SEFA, firmado entre a SEFA e a Empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, referente a prestação de serviços de cobertura securitária para 9 (nove) lanchas de Fiscalização de propriedade da Secretaria de Estado da Fazenda do Pará, na conformidade do

contrato acima citado.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
MARIA RUTE TOSTES DA SILVA
Subsecretária da Administração Tributária
RUTILENE DE FÁTIMA DA FONSECA GARCIA
Diretora de Administração - SEFA/PA

Protocolo: 170317

PORTARIA Nº700 DE 04 DE ABRIL DE 2017

A SUBSECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA e a DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria nº 1.597 de 23/09/2016 (publicada no D.O.E. nº 33.220 de 27/09/2016),
RESOLVEM:
REVOGAR, os efeitos da Portaria nº 985 de 13 de Agosto de 2012, publicada no DOE, que designou o servidor MARIA CRISTINA BRAZ MANGAS, Identificação Funcional nº 5889531, Coordenador Fazendário, lotado na CGAL, para fiscal do Contrato nº 024/2012- T. B. FIGUEIREDO NUNES ENGENHARIA CONSTRUÇÃO
DESIGNAR, o servidora, ANTONIA AUCILENE TEIXEIRA CAMPOS Identificação Funcional nº593222301, Assessor Fazendário, lotado na CGAL, para atuar como Fiscal do Contrato nº 024/2012/SEFA, firmado entre a SEFA e T. B. FIGUEIREDO NUNES ENGENHARIA CONSTRUÇÃO, para prestação de serviços terceirizados de natureza continuada, por meio de postos de serviço de recepcionista, copeiro, telefonista e limpador de veículos, em regime de hora e piso salarial definidos por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria, para atender as necessidades das unidades fazendárias da Secretaria de Estado da Fazenda/ SEFA, na conformidade do contrato acima citado
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
MARIA RUTE TOSTES DA SILVA
Subsecretária da Administração Tributária
RUTILENE DE FÁTIMA DA FONSECA GARCIA
Diretora de Administração - SEFA/PA

Protocolo: 170337

Portaria nº 699 DE 5 DE ABRIL DE 2017

A SUBSECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA e a DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria nº 1.597 de 23/09/2016 (publicada no D.O.E. nº 33.220 de 27/09/2016),
RESOLVEM:
REVOGAR, os efeitos da Portaria nº 142 de 20 de Janeiro de 2017, publicada no DOE, que designou o servidor, Maria da Conceição Leal, Identificação Funcional nº 57234997/1, Coordenadora Fazendária, lotada na DAD/CGAL, para atuar como fiscal do Contrato nº 005/2017/SEFA-CLARO S/A
DESIGNAR, o servidora, ANTONIA AUCILENE TEIXEIRA CAMPOS Identificação Funcional nº593222301, Assessor Fazendário, lotado na CGAL, para atuar como Fiscal do Contrato nº005/2017/SEFA, firmado entre a SEFA e CLARO S/A, o objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada para a SEFA, na conformidade do contrato acima citado
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
SHU YUNG FON
Subsecretário da Administração Tributária em Exercício
RUTILENE DE FÁTIMA DA FONSECA GARCIA
Diretora de Administração - SEFA/PA

Protocolo: 170341

PORTARIA Nº698 DE 5 DE ABRIL DE 2017

A SUBSECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA e a DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria nº 1.597 de 23/09/2016 (publicada no D.O.E. nº 33.220 de 27/09/2016),
RESOLVEM:
REVOGAR, os efeitos da Portaria nº 450 de 20 de Março de 2015, publicada no DOE, que designou o servidor, RAIMUNDO CARLOS SILVA FERREIRA, Identificação Funcional nº. 2186/1, Secretario de Gabinete , lotado na CGAL, para fiscal do Contrato nº 042/2015- CLARO S/A.
DESIGNAR, o servidora, ANTONIA AUCILENE TEIXEIRA CAMPOS Identificação Funcional nº593222301, Assessor Fazendário, lotado na CGAL, para atuar como Fiscal do Contrato nº 042/2015/SEFA, firmado entre a SEFA e CLARO S/A, a prestação de serviços de telefonia móvel, na conformidade do contrato acima citado
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
SHU YUNG FON
Subsecretário da Administração Tributária em Exercício
RUTILENE DE FÁTIMA DA FONSECA GARCIA
Diretora de Administração - SEFA/PA

Protocolo: 170322

ERRATA

ERRATA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RESULTADO DE DILIGÊNCIA FISCAL – CERAT BELÉM
Publicado no DOE nº 33359, de 24 de abril de 2017
Onde se lê: Ordem de Serviço nº 012013370000007-6
Leia-se: Ordem de Serviço nº 012016820000009-6
***Republicado por ter saído com incorreções.**

Protocolo: 169847

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO nº 002/2017/SEFA
Publicada no Diário Oficial nº 33351 de 10/04/2017, sob o número do Protocolo: 164894
ONDE SE LÊ: Vigência: até 06/05/2017
LEIA-SE: Vigência: 07/04/2017 a 06/06/2017

Protocolo: 170006

SUPRIMENTO DE FUNDO

Portaria nº 873, 20 DE ABRIL DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM EXERCÍCIO e a DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes foram delegadas pela Portaria nº 1.597/2016-GS de 23.09.2016,publicada no DOE nº 33.220, de 27.09.2016 e considerando o Mem. nº 47/2017 – CECOMT - ITINGA
RESOLVE:
CONCEDER ao (a) servidor (a) OSCARINA SUELY SALHEB PACHECO, Técnico, matrícula nº 3250229/2, portador do CPF nº 28169611253 , Suprimento de Fundos no valor total de R$ 2.000,00 (Dois mil reais), o qual deverá observar a classificação orçamentária:
17101.04.123.1424. 8251 - GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA
33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO: R$ 2.000,00 (Dois mil reais)
Os recursos acima mencionados destinam-se as despesas da CECOMT-ITINGA, não subordinadas ao processo normal de aplicação, referente ao mês de ABRIL do exercício corrente, e deverão ser aplicados 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento.
A prestação de Contas deverá ocorrer até o 5º (quinto) dia útil após o período de aplicação.
Shu Yung Fon
Subsecretário da Administração Tributária em exercício
Rutilene de Fátima da Fonseca Garcia
Diretora de Administração

Protocolo: 169965

DIÁRIA

Portaria nº 868 de 24 de abril de 2017, AUTORIZAR 14 e 1/2 diárias servidor JOSE FERNANDO MARTINS BASTOS, nº 0520991901, MOTORISTA APOIO LOGÍSTICO,objetivo de conduzir veiculo oficial no serviço de fiscalização de trânsito na, no período de 01.05.2017 a 15.05.2017, no trecho Belém/Conceição Do Araguaia/Belém.
Portaria nº 867 de 19 de abril de 2017, AUTORIZAR 1 e 1/2 diárias servidor PAULO HERBETH SANTOS LIMA, nº 0570115501, AUDITOR -C, ADM.TRIB. DE SUBST. TRIBUTÁRIA, objetivo de vistoria de embarcações pesqueiras, no período de 18.04.2017 a 19.04.2017, no trecho Bel/ Bragança / Bel.
Portaria nº de 869 de 24 de abril de 2017, AUTORIZAR 6 e 1/2 diárias servidor CARLOS ALBERTO ALVARES PINTO, nº 0325548401, TECNICO B ADM.TRIB. DO IPVA E ITCD, objetivo de vistoria em imóveis para avaliação, no período de 02.05.2017 a 08.05.2017, no trecho Belém, Maraba, Parauapebas,Belém.
Portaria nº 865 de 24 de abril de 2017,AUTORIZAR 2 e 1/2 diárias servidor JOSE GUILHERME DE SOUZA MOITTA KOURY, nº 0585816001, COORDENADOR FAZENDARIO, CONTROLE DE AUTOMAÇÃO FISCAL, objetivo de representação oficial da Sefa na reunião de projeto da nfc-e, no período de 24.04.2017 a 26.04.2017, no trecho Bel/São Paulo-/ Bel.
Portaria nº 870 de 24 de ABRIL de 2017, ALTERAR o período, da portaria nº626 de 21/03/2017, DOE 33339 de 23/03/2017, de 27/03/2017 a 29/03/2017, para 28/03/2017 a 29/03/2017,o pagamento de 2 e 1/2 diárias servidor devolveu 1 diária MAURO AIRTON MOURA DE LIMA PONTES, nº 0512856001, FISCAL -C, MONITORAMENTO E ESTUDOS TÉCNICOS DE FISCALIZAÇÃO, objetivo de participar de debate de assuntos inerentes a unidade de inteligencia fiscal, no período de 27.03.2017 a 29.03.2017, no trecho Bel- Brasilia-Bel.

Protocolo: 170219

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Coordenador da CERAT Marabá, no uso de suas atribuições, NOTIFICA aos titulares, sócios ou representantes legais das firmas abaixo relacionadas, nos termos dos Artigos 11 da Lei n.º 6.182/98 e dos artigos 65 e 66 da Lei n.º 5.530/89, combinado com os artigos 124 e 744 do RICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676/01, a apresentarem os documentos a seguir relacionados, objeto de ação fiscal de Rotina ou Pontual, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do 15º dia da publicação deste edital, na forma do art. 14, parágrafo 3º, III da Lei 6.182/98.
Razão Social: ALCIDES NEGREIROS RODRIGUES
Inscrição Estadual: 15.229.745-6
Notificação Fiscal nº 032017820000208-5
Período: De 04/2016 até 04/2016
Auditor Fiscal solicitante: Matheus de Oliveira Mazza
Documentos solicitados:
Outras Declarações: Comprovante de recolhimento NFA Nº 848304.
Razão Social: FRANCISCO ALVES DE REZENDE
Inscrição Estadual: 15.182.138-0
Notificação Fiscal nº 032017820000217-4
Período: De 08/2016 até 08/2016
Auditor Fiscal solicitante: Matheus de Oliveira Mazza
Documentos solicitados:
Outras Declarações: Comprovante de recolhimento NF Avulsas.
Razão Social: ALBERTINO PEREIRA CARMO
Inscrição Estadual: 15.100.524-9
Notificação Fiscal nº 032017820000212-3
Período: De 08/2016 até 08/2016
Auditor Fiscal solicitante: Matheus de Oliveira Mazza
Documentos solicitados:
Outras Declarações: Comprovante de recolhimento NF Avulsas.
Razão Social: ALCINO ALVES DA COSTA
Inscrição Estadual: 15.324.488-7
Notificação Fiscal nº 032017820000213-1
Período: De 08/2016 até 08/2016
Auditor Fiscal solicitante: Matheus de Oliveira Mazza
Documentos solicitados:
Outras Declarações: Comprovante de recolhimento NF Avulsas.
Razão Social: ARTUR CLAUDINO DE ALMEIDA NETO
Inscrição Estadual: 15.306.681-4
Notificação Fiscal nº 032017820000214-0
Período: De 08/2016 até 08/2016
Auditor Fiscal solicitante: Matheus de Oliveira Mazza
Documentos solicitados:
Outras Declarações: Comprovante de recolhimento NF Avulsas.
Razão Social: JONAS PEREIRA SANTOS
Inscrição Estadual: 15.339.201-0
Notificação Fiscal nº 032017820000218-2
Período: De 08/2016 até 08/2016
Auditor Fiscal solicitante: Matheus de Oliveira Mazza
Documentos solicitados:
Outras Declarações: Comprovante de recolhimento NF Avulsas.
Razão Social: OSVALDO BARBOSA
Inscrição Estadual: 15.206.588-1
Notificação Fiscal nº 032017820000220-4
Período: De 08/2016 até 08/2016
Auditor Fiscal solicitante: Matheus de Oliveira Mazza
Documentos solicitados:
Outras Declarações: Comprovante de recolhimento NF Avulsas.
Razão Social: MARCOS ANTONIO CANDIDO DE LUCENA
Inscrição Estadual: 15.421.619-4
Notificação Fiscal nº 032017820000223-9
Período: De 08/2016 até 08/2016
Auditor Fiscal solicitante: Matheus de Oliveira Mazza
Documentos solicitados:
Outras Declarações: Comprovante de recolhimento NF Avulsas.
Razão Social: FRANCISCO ALVES DE REZENDE
Inscrição Estadual: 15.182.138-0
Notificação Fiscal nº 032017820000142-9
Período: De 08/2016 até 08/2016
Auditor Fiscal solicitante: Matheus de Oliveira Mazza
Documentos solicitados:
Outras Declarações: Comprovante de recolhimento NF Avulsas.
Razão Social: ALACIDES NEGREIROS RODRIGUES
Inscrição Estadual: 15.229.745-6
Notificação Fiscal nº 032017820000227-1
Período: De 04/2016 até 04/2016
Auditor Fiscal solicitante: Matheus de Oliveira Mazza
Documentos solicitados:
Outras Declarações: Comprovante de recolhimento NF Avulsas.
Razão Social: GISLAINY DE OLIVEIRA SOUSA
Inscrição Estadual: 15.309.119-3
Notificação Fiscal nº 032017820000228-0
Período: De 04/2016 até 04/2016
Auditor Fiscal solicitante: Matheus de Oliveira Mazza
Documentos solicitados:
Outras Declarações: Comprovante de recolhimento NF Avulsas.

Outros documentos poderão ser solicitados no decorrer destas ações fiscais.
Local p/ entrega da documentação: Rodovia Transamazônica Km 05, Quadra Especial, Folha 30, Nova Marabá – Marabá – PA, fone: (94)2101.4800.
O não atendimento às presentes NOTIFICAÇÕES, nos prazos estipulados, determinarão a imediata aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do Artigo 78, inciso XI, alínea C da Lei n.º 5.530/89, ficando ciente, desde logo, que a presente medida caracteriza o início da ação fiscal pertinente, visando ao interesse do Erário Estadual.
DERCELINO GONÇALVES DA COSTA
Coordenador da CERAT Marabá

Protocolo: 170172

O Coordenador da CERAT Marabá, no uso de suas atribuições, NOTIFICA aos titulares, sócios ou representantes legais das firmas abaixo relacionadas, nos termos dos Artigos 11 da Lei n.º 6.182/98 e dos artigos 65 e 66 da Lei n.º 5.530/89, combinado com os artigos 124 e 744 do RICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676/01, a apresentarem os documentos a seguir relacionados, objeto de ação fiscal de Rotina ou Pontual, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do 15º dia da publicação deste edital, na forma do art. 14, parágrafo 3º, III da Lei 6.182/98.
Razão Social: GARRETO E SILVEIRA LTDA - ME
Inscrição Estadual: 15.207.740-5
Termo de Inicio de Fiscalização nº 032017820000188-7
Período: De 01/2015 até 12/2015
Auditor Fiscal solicitante: Lílian de Jesus Penha Viana Nogueira
Documentos solicitados:
Contrato Social e Alterações
Livro Caixa
Livro de Registro de Utilização de Termos de Ocorrências
Notas Fiscais de Entradas
Notas Fiscais de Saída
Outros 1: PGDAS
Outros 2: Comprovantes de Recolhimento de ICMS do período.
Outros documentos poderão ser solicitados no decorrer destas ações fiscais.
Local p/ entrega da documentação: Rodovia Transamazônica Km 05, Quadra Especial, Folha 30, Nova Marabá – Marabá – PA, fone: (94)2101.4800.
O não atendimento às presentes NOTIFICAÇÕES, nos prazos estipulados, determinarão a imediata aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do Artigo 78, inciso XI, alínea C da Lei n.º 5.530/89, ficando ciente, desde logo, que a presente medida caracteriza o início da ação fiscal pertinente, visando ao interesse do Erário Estadual.
DERCELINO GONÇALVES DA COSTA
Coordenador da CERAT Marabá

Protocolo: 170145

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO- CEEAT- IPVA/ITCD
A Coordenadora Executiva Especial de Administração Tributária de IPVA/ITCD, no uso de suas atribuições, NOTIFICA o Contribuinte abaixo relacionado, nos termos do artigo 11 da Lei nº 6.182/98 e do artigo 27 da Lei nº 5.529/89, a apresentar os documentos a seguir relacionados, objeto da ação fiscal de rotina ou pontual nº 192017850000049-0, no prazo de 15 (quinze dias), contados da data em que se considera notificado o Contribuinte, na forma do artigo 14, § 3º , III da Lei 6.182/98, alterada pelo artigo 4º , IX da Lei Complementar nº 58 , de 03 de agosto de 2006.
CONTRIBUINTE : MARLON MAICK CHAGAS DOS SANTOS
CPF : 70070652287
Auditor Fiscal solicitante : MARIA CECILIA ESTEVES DIAS
Documento solicitado : DAE DE RECOLHIMENTO DE IPVA 01/2014, 01/2015,E 01/2016
Outros documentos poderão ser solicitados no decorrer desta ação fiscal.
Período da Ação Fiscal : 01/2014 A 12/2016
Local para entrega da documentação : SEFA- Av. Gentil Bittencourt nº 2566 , 4º andar , entre José Bonifácio e Castelo Branco ¨C Belém-Pá . Fone 30398554
O não atendimento à presente NOTIFICAÇÃO, no prazo estipulado, determinará a imediata aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do artigo 18, inciso IV, da Lei nº 5.529/89, ficando ciente, desde logo, que a presente medida caracteriza o inicio da ação fiscal pertinente, visando ao interesse do Erário Pública Estadual.
Belém-Pá, 24 de ABRIL DE 2017
IRENE RAIOL DOS SANTOS
Coord. Exec. Esp. De Adm. Tributária do IPVA/ITCD

Protocolo: 170237

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RESULTADO DE DILIGENCIA FISCAL – CERAT BELEM
O Coordenador Regional de Administração Tributária e Não Tributária - CERAT Belém da Secretaria de Estado da Fazenda, no uso de suas atribuições, FAZ SABER a todos quanto o presente Edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento, que se encontra a disposição do contribuinte E H Y MIYASHITA, Insc. Est. Nº 15.192.570-4, o RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO originário da Diligência Fiscal solicitado pela Diretoria de Julgamento de 1ª Instância para o AINF Nº 012014510002660-4, executada através da Ordem de Serviço nº 012017820000180-4, ficando o mesmo NOTIFICADO no prazo de 15 (quinze) dias após a data da publicação deste Edital. Fica assegurado ao sujeito passivo o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que se considera notificado o contribuinte, na forma do art. 14, § 3º, III da Lei 6.182/98, para que apresente manifestação sobre o Relatório de Fiscalização, devendo a mesma ser apresentada na sede da Coordenação, localizada na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 2º andar, entre Av. José Bonifácio e Trav. Castelo Branco - São Braz, no horário de 08:00 as 14:00 hs, conforme estabelece a Lei Estadual n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei nº 7.078, de 28 de dezembro de 2007.
Findo o prazo, com ou sem manifestação do sujeito passivo, o processo será encaminhado à Diretoria de Julgamento em 1ª Instância para prosseguimento dos trâmites legais.
AFRE Responsável: MARIA GORETE DE SOUSA PANTOJA
Moacyr Dinelly de Souza Navarro
Coordenador Fazendário – CERAT - Belém

Protocolo: 169985

OUTRAS MATÉRIAS

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS RETIRADA DE PAUTA DE JULGAMENTO
A Secretaria Geral torna público que foi retirado de pauta o recurso, com julgamento previsto como segue:
SEGUNDA CÂMARA PERMANTENTE DE JULGAMENTO
Em 11/05/2017, às 09:00h, recurso n. 13068, AINF n. 172016510000216-0, contribuinte PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS, Insc. Estadual n. 15000256-4, advogada: DANIELLE VALLE COUTO, OAB/PA-11542.
ACÓRDÃOS
ACÓRDÃO n. 5639 - 2ª CPJ. RECURSO N. 11.816 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 172013510000083-1).
ACÓRDÃO n. 5640 - 2ª CPJ. RECURSO N. 11.818 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 172013510000082-3).
ACÓRDÃO n. 5641 - 2ª CPJ. RECURSO N. 11.820 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 172013510000077-7).
CONSELHEIRO RELATOR: CARLOS ALBERTO MARTINS QUEIROZ.
EMENTA: ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. 1. A substituição tributária encontra-se consagrada na Constituição Federal de 1988 em seu art. 150, § 7º, inserido pela Emenda Constitucional n. 03 de 17 de março de 1993 e atualmente reconhecida e amparada através da Lei Complementar n. 87/1996. A Lei n. 5.530/1989, em seu art. 39, instituiu a substituição tributária do ICMS no Estado do Pará, cumulado com o art. 642 do RICMS-PA. 2. Não representa confisco, a multa aplicada, em ação fiscal, referente a fato contrário à lei, quando atende ao limite legal. 3. Deixar de reter e recolher, na qualidade de substituto tributário, o ICMS devido ao Estado do Pará constitui infração à legislação tributária e sujeita o infrator às penalidades legais, independente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 18/04/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 18/04/2017.
ACÓRDÃO n. 5642 - 2ª CPJ. RECURSO N. 11.864 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 102010510000200-4). CONSELHEIRO RELATOR: CARLOS ALBERTO MARTINS QUEIROZ. EMENTA: ICMS. LEVANTAMETNO FISCAL. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS. 1. O levantamento fiscal, enquanto peça acusatória, far-se-á acompanhar dos elementos que lhe deram origem, sob pena de cerceamento do direito de defesa. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 18/04/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 18/04/2017.
ACÓRDÃO n. 5643 - 2ª CPJ. RECURSO N. 12.008 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012014510002215-3). CONSELHEIRO RELATOR: CARLOS ALBERTO MARTINS QUEIROZ. EMENTA: ICMS. DIEF. RETIFICAÇÃO DE DADOS. 1. A retificação da Declaração de Informações Econômico-Fiscal (DIEF), na forma prevista na legislação, não afasta a imposição de multa, não sendo admitida a denúncia espontânea quando referente à obrigação de entrega de declaração periódica, seja normal ou retificadora (art. 7º, § 1º da Lei n. 6.182/1998). 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Felipe Augusto Hanemann Coimbra, pelo provimento do Recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 18/04/2017. DATA DO ACÓRDÃO: 20/04/2017.

Protocolo: 170135

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE IPVA – CAT
Portaria n.º201704002081, de 24/04/2017 - Proc n.º 2017730007844/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Ney Sandro de Souza Paz – CPF: 459.748.532-53
Marca/Tipo/Chassi
I/FIAT PALIO ATTRACT 1.4/Pas/Automovel/8AP19627MG4161638
Portaria n.º201704002083, de 24/04/2017 - Proc n.º 2017730007846/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Antonio Costa Oliveira – CPF: 069.522.912-53
Marca/Tipo/Chassi
CHEV/PRISMA 1.4MT LTZ/Pas/Automovel/9BGKT69L0EG284075
Portaria n.º201704002085, de 24/04/2017 - Proc n.º 2017730007845/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Jorge Alves Santos – CPF: 256.669.752-34
Marca/Tipo/Chassi
VW/NOVO CROSSFOX MA/Pas/Automovel/9BWAL45Z3F4066379
Portaria n.º201704002087, de 24/04/2017 - Proc n.º 42017730003186/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Jose Odaci Maia de Lima – CPF: 232.935.602-10
Marca/Tipo/Chassi
FORD/ECOSPORT FSL 1.6/Mis/Camioneta/9BFZB55P1F8534855
Portaria n.º201704002089, de 24/04/2017 - Proc n.º 2017730007728/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Vera Lucia Kzan Reis – CPF: 038.165.672-15
Marca/Tipo/Chassi
CHEV/PRISMA 10MT JOYE/Pas/Automovel/9BGKL69U0HG195091
Portaria n.º201704002091, de 24/04/2017 - Proc n.º 2017730007801/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Manoel Cavalcante da Silva – CPF: 042.077.422-04
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/WEEKEND ATTRACTIVE/Pas/Automovel/9BD37412FH5097705
Portaria n.º201704002093, de 24/04/2017 - Proc n.º 2017730008096/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Miguel Reinaldo Fernandes Paula – CPF: 453.686.512-87
Marca/Tipo/Chassi
CHEVROLET/COBALT 1.8 LTZ/Pas/Automovel/9BGJC69Z0FB102807
Portaria n.º201704002095, de 24/04/2017 - Proc n.º 2017730008097/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Jose Fernando Albuquerque Simoes – CPF: 189.390.742-20
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/IDEA ESSENCE 1.6/Pas/Automovel/9BD13571TF2280446
Portaria n.º201704002097, de 24/04/2017 - Proc n.º 2017730007916/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Reginaldo Silva Xavier – CPF: 624.859.202-06
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/DOBLO ATTRACTIV 1.4/Pas/Automovel/9BD119707D1107136
Portaria n.º201704002099, de 24/04/2017 - Proc n.º 2017730008098/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Elvis Leão de Souza – CPF: 411.530.572-04
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/PALIO WEEK TREKKING/Pas/Automovel/9BD17350M94233069

Portaria n.º201704002101, de 24/04/2017 - Proc n.º 2017730007883/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2017
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Aldenor de Jesus Cardoso Lobato – CPF: 671.028.677-00
Marca/Tipo/Chassi
CHEVROLET/COBALT 1.8 LTZ/Pas/ Automovel/9BGJC69Z0EB271929

Protocolo: 170111

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO Nº: 02
DATA DE ASSINATURA: **24.04.17**
VALOR: **R$-148.772,83 (Cento e quarenta e oito mil, setecentos e setenta e dois reais e oitenta e três centavos)**
VIGÊNCIA: **25.04.17 a 24.04.18**
CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO: **Outros**
JUSTIFICATIVA: **Prorrogação de prazo**
CONTRATO Nº: **44**
EXERCÍCIO**: 2014**
CONTRATADO: **TREVIT SISTEMAS LTDA.**
ENDEREÇO: **Av. Anísio F Coelho, Nº 1301**
CEP: **29060-670** Vitória/ES
TELEFONE**: (27) 31852999**
ORDENADOR**: Augusto Sérgio Amorim Costa**

Protocolo: 169998

TERMO ADITIVO Nº: 03
DATA DE ASSINATURA: **18.04.2017**
VALOR: **R$-2.813.325,73 (Dois milhões oitocentos e treze mil trezentos e vinte e cinco reais e setenta e três centavos)**
VIGÊNCIA**: 05.05.17 a 04.05.18**
CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO: **Outros**
JUSTIFICATIVA: **Prorrogação de prazo**
CONTRATO Nº: **042**
EXERCÍCIO**: 2014**
CONTRATADO: **A. A. BELO FILHO - ME**
ENDEREÇO: **Av. Expedicionário Oswaldo de Almeida Ramos, Nº 210 Sala 106 - Centro**
CEP: 27700-000 Vassouras/RJ
TELEFONE: **(21) 40638740**
ORDENADOR**: Augusto Sérgio Amorim Costa**

Protocolo: 169991

TERMO ADITIVO Nº: 01
DATA DE ASSINATURA: 18.04.2017
VALOR: R$-3.154.345,12 (Três milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e quarenta e cinco reais e doze centavos).
VIGÊNCIA: 20.06.17 a 19.06.18
CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO: Outros
JUSTIFICATIVA: Prorrogação de prazo
CONTRATO Nº: 048
EXERCÍCIO: 2016
CONTRATADO: ALCANCE PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP
ENDEREÇO: Conjunto Cidade Nova VI, WE 69, Nº 331 Sala A – Bairro: Coqueiro
CEP: 67140-110 Belém/PA
TELEFONE: : (91) 3226 0802
ORDENADOR: Augusto Sérgio Amorim Costa

Protocolo: 169997

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

DIÁRIA

Portaria nº 108/2017 de 24.04.2017. Artigo 1°: CONCEDER ao servidor PAULO CESAR FERNANDES DE FARIAS, Coordenador Regional, Matrícula n°. 57189273/4, e CPF nº 062.435.842-91, 18 e ½ (dezoito e meia) diárias no valor de R$ 2.497,50 (dois mil, quatrocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), para exercer atividades do Registro Mercantil na UD de Parauapebas/Pa, no período de 10/04 a 28/04/2017, conforme processo 2017/143251.Artigo 2°: O pagamento das diárias será custeado pela conveniada "Associação dos Profissionais de Contabilidade de Parauapebas ASPCONPA", CNPJ nº 01.871.707/0001-36, com posterior prestação de contas. conforme processo 2017/143251. CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA-Presidente

Protocolo: 170163

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO

.

PORTARIA

Portaria nº 42, DE 24 DE ABRIL DE 2017 - DIOR
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, usando das atribuições legais que lhes confere o artigo 4º, do(s) Decreto(s) nº 1673, de 2 de janeiro de 2017, que aprova a Programação Orçamentária e o Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para o primeiro quadrimestre do exercício de 2017.
RESOLVE:
I - Alterar o montante aprovado na Programação Orçamentária e no Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, do primeiro quadrimestre do exercício de 2017, de acordo com o(s) anexo(s) constante(s) desta Portaria.
II - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se,
JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES
Secretário de Estado de Planejamento

ANEXO A Portaria nº 42, DE 24 DE ABRIL DE 2017

ÁREA/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/ GRUPO DE DESPESA/SUBGRUPO DE DESPESA	FONTE	1º QUADRIMESTRE - 2017				
		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
DEFESA SOCIAL						
CBM						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	147.338,00	147.338,00
Despesas Ordinárias						
	0101	0,00	0,00	0,00	147.338,00	147.338,00
CPC						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	42.508,00	42.508,00
Despesas Ordinárias						
	0101	0,00	0,00	0,00	42.508,00	42.508,00
PMPA						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	559.123,00	559.123,00
Despesas Ordinárias						
	0101	0,00	0,00	0,00	559.123,00	559.123,00
Polícia Civil						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	341.260,00	341.260,00
Despesas Ordinárias						
	0101	0,00	0,00	0,00	341.260,00	341.260,00
SEGUP						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	22.187,00	22.187,00
Despesas Ordinárias						
	0101	0,00	0,00	0,00	22.187,00	22.187,00
DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO						
ADEPARÁ						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	108.000,00	108.000,00
Despesas Ordinárias						
	0101	0,00	0,00	0,00	108.000,00	108.000,00
ITERPA						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
Despesas Ordinárias						
	0101	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
GESTÃO						
EGPA						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
Despesas Ordinárias						
	0101	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
SEPLAN						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
Despesas Ordinárias						
	0101	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
POLÍTICA SÓCIO-CULTURAL						
SEEL						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
DEA						
	0101	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
SUBORDINADOS AO GOVERNO DO ESTADO						
FUNTELPA						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	34.000,00	34.000,00
Despesas Ordinárias						
	0101	0,00	0,00	0,00	34.000,00	34.000,00
Gab. Vice-Governador						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00
Despesas Ordinárias						
	0101	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00
SECOM						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
Despesas Ordinárias						
	0101	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00

PROGRAMA/ÓRGÃO	FONTE	1º QUADRIMESTRE - 2017				
		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
ESPORTE E LAZER		0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
SEEL						
	0101	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
MANUTENÇÃO DA GESTÃO		0,00	0,00	0,00	1.313.416,00	1.313.416,00
ADEPARÁ						
	0101	0,00	0,00	0,00	108.000,00	108.000,00

CBM					
0101	0,00	0,00	0,00	147.338,00	147.338,00
CPC					
0101	0,00	0,00	0,00	42.508,00	42.508,00
EGPA					
0101	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
FUNTELPA					
0101	0,00	0,00	0,00	34.000,00	34.000,00
Gab. Vice-Governador					
0101	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00
ITERPA					
0101	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
PMPA					
0101	0,00	0,00	0,00	559.123,00	559.123,00
Polícia Civil					
0101	0,00	0,00	0,00	341.260,00	341.260,00
SECOM					
0101	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
SEGUP					
0101	0,00	0,00	0,00	22.187,00	22.187,00
SEPLAN					
0101	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00

FONTE	1º QUADRIMESTRE - 2017				
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
0101 - RECURSOS ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	2.313.416,00	2.313.416,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	2.313.416,00	2.313.416,00

Protocolo: 170366

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

.

PORTARIA N° 233 DE 17 DE ABRIL DE 2017
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através do Decreto n° 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado no DOE Nº 28.508/18.07.1997 e,
CONSIDERANDO o teor do Processo nº 2016/289500.
R E S O L V E:
REVOGAR, os efeitos da Portaria nº 118 de 15/02/2007, publicada no DOE nº 30.867 de 16/02/2007, que cedeu à FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA, a servidora RENATA MARIA COUTINHO ALVES, matrícula nº 5636450/1, cargo MÉDICO, lotada no 1º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE - BELÉM.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE,
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM 17.04.2017.
VITOR MANUEL JESUS MATEUS
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Protocolo: 170191

PORTARIA N° 534 DE 18 DE ABRIL DE 2017
O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria nº 50 de 17.01.2006, publicada no DOE nº. 30605 de 19.01.2006 e,
CONSIDERANDO o teor do Processo nº 2017/96942.
RESOLVE:
REMOVER, a contar 02.03.2017, para fins de regularização funcional, a servidora ALETHEIA PATRICIA DE QUEIROZ RODRIGUES, cargo TECNICO DE ENFERMAGEM, matrícula nº57206628/1 do CENTRO DE SAUDE-PEDREIRA para a UNIDADE DE REFERENCIA ESPECIALIZADA-PRESIDENTE VARGAS.
INCLUIR
NA PORTARIA Nº 526 DE 07/04/2017 PUBLICADA NO DOE 33.351 DE 10/04/2017 QUE REMOVEU A SERVIDORA ADRIANA DANIELLE SILVA SENA DOS SANTOS, MATRÍCULA N° 57197575/1, A CONTAR 18/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE,
DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, EM 18.04.2017.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SESPA

Protocolo: 170204

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE
GERÊNCIA DE DIREITOS E VANTAGENS
LICENÇA SEM VENCIMENTOS
PORTARIA N°. 602 DE 25 DE ABRIL DE 2017
O DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE/DGTES, no uso da competência delegada através da Portaria nº. 050/17.01. 2006, publicada no DOE nº 30.605/19.01.2006, e considerando os termos do Processo nº 2017/95910.
R E S O L V E:
CONCEDER Licença Sem Vencimentos a servidora SUELEN DA SILVA BRITO, Matrícula n° 57191955/2, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotada no 9° Centro Regional de Saúde, por um período de (02) dois anos, a contar de 25.04.2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE /SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 25.04.2017
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

PORTARIA N°. 601 DE 24 DE ABRIL DE 2017
O DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE/DGTES, no uso da competência delegada através da Portaria nº. 050/17.01. 2006, publicada no DOE nº 30.605/19.01.2006, e considerando os termos do Processo nº 2017/47175.
R E S O L V E:
CONCEDER Licença Sem Vencimentos a servidora ALTEMIRA MARIA MAIA MARÇAL, Matrícula n° 57224653/1, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotada no 10° Centro Regional de Saúde, por um período de (02) dois anos, a contar de 24.04.2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE /SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 24.04.2017
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

CANCELAMENTO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS
Portaria nº 588 DE 13 DE ABRIL DE 2017
O DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE/DGTES, no uso da competência delegada através da Portaria nº. 050/17.01. 2006, publicada no DOE nº 30.605/19.01.2006, e considerando os termos do Processo nº S/Nº.
R E S O L V E:
CANCELAR, a partir de 11.04.2017, a Licença Sem Vencimentos concedida através da Portaria n°. 910 de 10.11.2015, publicada no DOE: 33.015 de 19.11.2015, referente a servidora RUTHELLY DO NASCIMENTO GOMES, Matrícula n° 5892311/1, ocupante do cargo de Agente de Portaria, lotada no Hospital Regional de Conceição do Araguaia.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE /SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 13.04.2017
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
Diretor de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde.
REPUBLICADO POR INCORREÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL Nº 33.357/19.04.2017

Protocolo: 170232

ERRATA

ERRATA DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 169702
N° DO TERMO: 03/2012
ONDE SE LÊ: 6º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação nº 08/12
LEIA-SE: 6º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação nº 03/12
PARTÍCIPES:
Beneficiário Ente Público: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP.
Concedente: Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA
Ordenador: Vitor Manuel Jesus Mateus

Protocolo: 170002

FÉRIAS

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE
GERÊNCIA DE DIREITOS E VANTAGENS
FÉRIAS A PARTE
Portaria n.º 603 DE 24 DE ABRIL DE 2017
O DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE/DGTES, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº. 039/03.04. 96,
R E S O L V E:
CONCEDER, Férias regulamentares de 30 dias aos servidores desta SESPA, abaixo relacionados, no mês de MAIO/2017.

MATRICULA	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
54195135-1	WALDILEA LOPES VALE	2015/2016	25.05.2017 A 23.06.2017
118389-1	JOAO DA MATA DA SILVA	2016/2017	01.05.2017 A 30.05.2017
108650-1	JOSE MARIA NAZARENO PEREIRA FERREIRA	01/10/2015 A 31/03/2016	01.05.2017 A 20.05.2017

PORTARIA N°. 604 DE 24 DE ABRIL DE 2017
O DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE/DGTES, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº. 039/03.04. 96,
RESOLVE:
CONCEDER, Férias regulamentares de 30 dias a servidora desta SESPA, NORMA SUELI MENDES DE OLIVEIRA, Matrícula nº 5761905-2, para o período de 01.06.2017 A 30.06.2017, exercício 2013/2014, CONFORME PARECER JURIDICO CONSTANTE NO PROCESSO Nº 2017/94043.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE /SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 24.04.2017.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde/SESPA.

TORNAR SEM EFEITO FÉRIAS
Portaria n.º 605 DE 24 DE ABRIL DE 2017
O DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE/DGTES, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº. 039/03.04. 96,
R E S O L V E:
TORNAR SEM EFEITO, as férias da servidora CARLA MALVINA DA SILVA BAHIA, matrícula n°. 5904368-2 para o período: 03.02.2017 A 04.03.2017, referente ao Exercício: 2016/2017, concedidas através da Portaria n° 599/20.04.2017, publicada no DOE N°. 33.359/24.04.2017.
Portaria n.º 606 DE 24 DE ABRIL DE 2017
O DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE/DGTES, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº. 039/03.04. 96,
R E S O L V E:
TORNAR SEM EFEITO, as férias da servidora ANDREIA LEITE DE ALENCAR, matrícula n°. 5895957-1, para o período: 02.05.2017 A 31.05.2017, referente ao Exercício: 2014/2015, concedidas através da Portaria n° 511/05.04.2017, publicada no DOE N°. 33.349/06.04.2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE /SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 24.04.2017.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde/SESPA.

Protocolo: 170222

LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO PARÁ

ERRATA

ERRATA DA Portaria nº 117 DE 04/04/2017
O Diretor do Laboratório Central no uso de suas atribuições legais, delegadas através da Portaria nº 035/06.01. 2011, publicada no D.O. E, nº 31.829 de 10 de janeiro de 2011.
RESOLVE:
RETIFICAR a Portaria nº 117 de 04/04/2017, publicada no D.O. E nº 33.348 de 05/04/2017.
Onde se lê: Davilson Ribeiro da Silva.
Leia-se: Aguinaldo de Souza Bartolomeu.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SEBASTIÃO LICÍNIO LIRA DOS SANTOS
DIRETOR NO LACEN/PA

Protocolo: 170026

SUPRIMENTO DE FUNDO

SUPRIMENTO DE FUNDO
Portaria nº 129 de 24/04/2017
Prazo para Aplicação (em dias): 30
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 45
Nome do Servidor: VANIA DO SOCORRO COELHO CARVALHO
Cargo do Servidor: AGENTE DE PORTARIA
Matricula: 57194150-1
Recurso (s):
Programa de Trabalho: 1030514278302
Fonte do Recurso: 0149001978
Natureza da Despesa: 339030 / Valor: R$ 2.500,00
Natureza da Despesa: 339036 / Valor: R$ 3.000,00
Observação: COBRIR DESPESAS EVENTUAIS DESTE LACEN.
Ordenador: SEBASTIÃO LICÍNIO LIRA DOS SANTOS

Protocolo: 170038

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 3ª REGIONAL

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2017/3º CRS/SESPA
O 3º Centro Regional de Saúde/SESPA, através de sua Pregoeira, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO por LOTE, conforme abaixo:
OBJETO: Aquisição de Materiais de Consumo não perecíveis para atender o 3º CRS (Escritório Regional) e as Unidades de Saúde gerenciadas pelo 3º CRS (CS de Terra Alta, CS de São João da Ponta), pelo período de 12 meses, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.
ABERTURA: 09/05/2017
HORÁRIO: 09:00h. (horário de Brasília).
LOCAL: www.comprasnet.gov.br.
Obs.: Os interessados poderão retirar o edital nos sítios: www.comprasnet.gov.br e no www.compraspara.pa.gov.br (Mural de Licitações).
Castanhal (PA), 24 de abril de 2017.
NAZARENA NAIFF BARRETO
PREGOEIRA/3º CRS/SESPA

Protocolo: 170175

DIÁRIA

Port. Nº 185 e 186 de Diárias de 24/04/2017
Objetivo:Participar da VIII Conferência Munic. de Saúde, no município de Ig. Açú.
Servidores:Eliana S. Balestreri chefia DCA mat:57208111
Sergio da C. Carvalho motorista mat:1036585
Origem:Castanhal/Ig. Açú Período:26/04/17
Ordenador: Etevaldo José M. da Paixão

Protocolo: 169924

Port. Nº 187 e 188 de diárias de 24/04/2017
Objetivo:Participar de reunião no Auditório do Lacen-Pa sobre adesão à Central Sorológica de Triagem Pré-Natal.
Servidores: Etevaldo José M. da Paixão diretor reg. Mat:5167000-2
Edinelma Silva de C. Mota enfermeira mat:55587738
Edmilson Alves C. Filho motorista mat:0503399
Castanhal/Belém Período: 26/04/17
Ordenador: Etevaldo José M. da Paixão

Protocolo: 169857

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 4ª REGIONAL

ERRATA

ERRATA
Errata das Portarias de Diárias Nº. 186 e 189 de 17 de abril de 2017,
Publicadas no D.O.E. nº 33.359 de 24/04/2017.
ONDE SE LÊ: Participar do 2º Laboratório do Plano Diretor Estadual – HCOR/SESPA.
LEIA-SE: Participar do 3º Laboratório do Plano Diretor Estadual – HCOR/SESPA.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Breno Henry Oliveira dos Santos
Diretor do 4ºCRS/SESPA

Protocolo: 170124

DIÁRIA

DIÁRIA
Portaria nº 173 DE 07 DE ABRIL DE 2017
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Realizar monitoramento, supervisão e fortalecimento da Gestão do Programa VIGIAGUA nos sistemas de informação SISAGUA e GAL em resposta ao informe do Nível Central.
Origem: Capanema/PA - Destino(s): Peixe-Boi, Salinópolis e Santarém Novo/PA.

Nome do Servidor	Matricula	Cargo
Rubens Souza de Oliveira	0504790	Ag. Saúde Pública

Período: 02 a 04/05/2017 - Quantidade: 2,5 (duas e meia) diárias
Ordenador: Breno Henry Oliveira dos Santos
Portaria nº 174 DE 07 DE ABRIL DE 2017
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Conduzir veículo com técnico da VISAMB/4ºCRS para realizar monitoramento, supervisão e fortalecimento da Gestão do Programa VIGIAGUA nos sistemas de informação SISAGUA e GAL em resposta ao informe do Nível Central.
Origem: Capanema/PA - Destino(s): Peixe-Boi, Salinópolis e Santarém Novo/PA.

Nome do Servidor	Matricula	Cargo
Antonio Marques da Cruz	0500866	Motorista

Período: 02 a 04/05/2017 - Quantidade: 2,5 (duas e meia) diárias
Ordenador: Breno Henry Oliveira dos Santos
Portaria nº 175 DE 07 DE ABRIL DE 2017
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Realizar monitoramento, supervisão e fortalecimento da Gestão do Programa VIGIAGUA nos sistemas de informação SISAGUA e GAL em resposta ao informe do Nível Central.
Origem: Capanema/PA - Destino(s): Bonito, Ourém e Santa Luzia do Pará/PA.

Nome do Servidor	Matricula	Cargo
Antonio Ismael Barros do Carmo	57206704-1	Ag. Controle de Endemias

Período: 09 a 11/05/2017 - Quantidade: 2,5 (duas e meia) diárias
Ordenador: Breno Henry Oliveira dos Santos
Portaria nº 176 DE 07 DE ABRIL DE 2017
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Conduzir veículo com técnico da VISAMB/4ºCRS para realizar monitoramento, supervisão e fortalecimento da Gestão do Programa VIGIAGUA nos sistemas de informação SISAGUA e GAL em resposta ao informe do Nível Central.
Origem: Capanema/PA - Destino(s): Bonito, Ourém e Santa Luzia do Pará/PA.

Nome do Servidor	Matricula	Cargo
Antonio Marques da Cruz	0500866	Motorista

Período: 09 a 11/05/2017 - Quantidade: 2,5 (duas e meia) diárias
Ordenador: Breno Henry Oliveira dos Santos
Portaria nº 190 DE 18 DE ABRIL DE 2017
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Dar apoio técnico na revisão da PPI do Município.
Origem: Capanema/PA - Destino(s): Augusto Corrêa/PA.

Nome do Servidor	Matricula	Cargo
Vera Lucia Almeida Damous	119032-1	Odontóloga
Carmen Lucia Pinheiro de Oliveira	5521491-2	Comissionado

Período: 26 e 27/04/2017 - Quantidade: 1,5 (uma e meia) diárias
Ordenador: Breno Henry Oliveira dos Santos
Portaria nº 191 DE 18 DE ABRIL DE 2017
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Conduzir veículo com servidoras da DOCA/4ºCRS para dar apoio técnico na revisão da PPI do Município.
Origem: Capanema/PA - Destino(s): Augusto Corrêa/PA.

Nome do Servidor	Matricula	Cargo
Oseas Pompeu de Sales	0504833	Motorista

Período: 26 e 27/04/2017 - Quantidade: 1,5 (uma e meia) diárias
Ordenador: Breno Henry Oliveira dos Santos

Protocolo: 170128

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 8ª REGIONAL

Portaria nº 84 DE 20 DE ABRIL DE 2017
Objetivo: Participar do 3º Laboratório de Inovação em Planejamento, Gestão, Avaliação e Regulação Políticas, Sistemas Redes e Serviços de Saúde.
Origem: BREVES/PÁ - Destino(s): BELÉM/PÁ.
Servidor(es): 57190515-1 ERIKA BARROS ALVES CORDEIRO (Farmacêutica) / 3,5 Diárias de 24 a 27/04/2017.
Ordenador: CARLA MALVINA DA SILVA BAHIA

Protocolo: 170266

Portaria nº 85 DE 20 DE ABRIL DE 2017
Objetivo: Realizar Orientação Técnica junto ao Gestor Municipal quanto ao Planejamento das Ações para o 2017 na Atenção Primária.
Origem: BREVES/PÁ - Destino(s): MELGAÇO/PÁ.
Servidor(es): 5904368/1 CARLA MALVINA DA SILVA BAHIA (Enfermeira) e 5925082/1 ANDREA NOGUEIRA OTONI (Chefe da Div. Técnica 8CRS) / 4,5 Diárias de 24 a 28/04/2017.
Ordenador: CARLA MALVINA DA SILVA BAHIA

Protocolo: 170269

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 9ª REGIONAL

DESIGNAR SERVIDOR

Portaria nº 019 DE 20 DE ABRIL DE 2017
A DIRETORA DO 9° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições que foram conferidas pela Portaria nº 296/2017-CCG de 24/02/2017, publicada no Diário Oficial do Estado nº 33323 de 01/03/2017.
CONSIDERANDO os termos da C.I Nº 033/2017- Direção /9ºCRS.
RESOLVE:
Designar o servidor RAGNER BORGIA JUNOTT, Id Funcional n°7203562 ocupante do cargo de Enfermeiro, lotado no 9° Centro Regional de Saúde para responder pela Direção do 9º Centro Regional de Saúde/SESPA, sem ônus, durante o impedimento da titular, MARCELA GIOVANA GUSMÃO TOLENTINO DE MATOS, no período de 24/04/2017 a 27/04/2017.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SESPA/ 9° CRS, 24 de Abril de 2017.
MARCELA GIOVANA GUSMÃO TOLENTINO DE MATOS
DIRETORA DO 9° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

Protocolo: 170051

DIÁRIA

Portaria nº 94 de 19 de Abril de 2017
Fundamento Legal: DECRETO N° 2819 DE 06 SETEMBRO DE 1994.
OBJETIVO: Participar da Ação Cidadania promovida pelo Ministério Publico do Estado do Pará e Ministério Publico Federal, através da Ação em Saúde realizada em parceria com o Propaz, na Comunidade de Cachoeira Porteira, município de Oriximiná.
Origem: Santarém/ PA- Brasil
Destino: Oriximiná/ PA – Brasil
Período: 03/04/2017 a 09/04/2017 / N° de Diária: 6,5 (seis diárias e meias)
Servidores:
Angélica Silva dos Santos
CPF: 647.400.722-20
Matrícula: 59017971
Cargo: Técnico de Enfermagem.
Ana Lucia de Souza Viana
CPF: 769.648.412-53
Matrícula: 55586831
Cargo: Atendente de Consultório Dentário
Fredson Luiz Oliveira Costa
CPF: 724.929.532-20
Matrícula: 58972721
Cargo: Enfermeiro
Cely Alinne Lopes de Oliveira
CPF: 671.654.002-49
Matrícula: 59004501
Cargo: Técnico de Enfermagem
Kêndria Ândria Silva Ribeiro
CPF: 651.246.342-00
Matrícula: 571967211
Cargo: Técnico de Enfermagem.
Lana Karla de Siqueira Pereira
CPF: 852.307.902-53
Matrícula: 571916902
Cargo: Técnico de Enfermagem.
Luciana Aires Rosa
CPF: 861.458.862-34
Matrícula: 58973651
Cargo: Assistente Social
Marcia Chaves Nina
CPF: 387.570.602-15
Matrícula: 541923071

Cargo: Técnico em Patologia Clinica
Maria Luísa Silva Rodrigues
CPF: 205.629.852-04
Matrícula: 541958562
Cargo: Técnico de Enfermagem.
Mauro Jorge de Carvalho Figueira
CPF: 250.892.262-53
Matrícula: 555876831
Cargo: Odontologo.
Josie Giceli da Silva Vieira
CPF: 687.106.902-04
Matrícula: 5897263
Cargo: Enfermeiro.
Ordenador: MARCELA GIOVANA GUSMÃO TOLENTINO DE MATOS.

Protocolo: 170062

Portaria nº 70 de 31 de Março de 2017
Fundamento Legal: DECRETO N° 2819 DE 06 SETEMBRO DE 1994.
OBJETIVO: Participar da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará-CIB-SUS-PA e do Encontro de Gestores de Saúde e ainda realizar a Avalição da Execução e do desenvolvimento de Sistemas Regionais de Atenção Integrada a Saúde.
Origem: Santarém/ PA- Brasil
Destino: Belém/ PA – Brasil
Período: 07/04/2017 a 12/04/2017 / N° de Diária: 5,5 (cinco diárias e meias)
Servidora:
Marcela Giovana Gusmão Tolentino de Matos
CPF: 232.878.292-20
Matrícula: 541900191
Cargo: Enfermeiro

Protocolo: 170055

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 13ª REGIONAL

Portaria nº 120 de 10 de Abril de 2017
Objetivo de: Participar da Reunião da Câmara Técnica e CIR.
Fundamento Legal: Lei 5.810/1994 - Art. 145(RJU)
Origem: CAMETÁ – PA
Destino(s): BARCARENA – PA
Servidor(es):
5265983-2 / ARIALDO JOÃO SANCHES DE OLIVEIRA (Técnico de Enfermagem)
57223440-2 / BENEDITO NONATO FIGUEIREDO CALDAS (Chefe Admin.Financeiro)
5875528-2 / CRISTIANA DOS SANTOS DA SILVA (Assistente Social)
5108420-1 / FRANCISCA SOLANGE ALENCAR DOS SANTOS (Ag. Administrativo)
5913132-1 / ILANA MONIQUE DO SOC. DE M. CARVALHO (Ag. Administrativo)
0505204 / JOÃO BATISTA PINHEIRO (Agente de Saúde Pública)
5108411-2 / JOSÉ MARIA PITEIRA DE CARVALHO (Motorista)
57233230-1 / VICENTE FILHO ASSUNÇÃO DA CRUZ (Agente de Portaria)
/ 3,5 diárias (Completa) / de 17/04/2017 a 20/04/2017.
Ordenador de Despesa
JOÃO HAROLDO DIAS MARTINS
Diretor do 13º CRS/SESPA

Protocolo: 170129

Portaria nº 107 de 05 de Abril de 2017
Objetivo de: Realizar abastecimento de Imunobiológicos e Insumos ao município de Limoeiro do Ajuru.
Fundamento Legal: Lei 5.810/1994 - Art. 145(RJU)
Origem: CAMETÁ – PA
Destino(s): LIMOEIRO DO AJURU – PA
Servidor(es):
5900470-1 / IONILSON ALVES DA SILVA (Marinheiro Fluvial de Convés)
57205455-1 / ALONSO LOPES DOS SANTOS (Motorista)
/ 1,5 diárias (Completa) / de 17/04/2017 a 18/04/2017.
Ordenador de Despesa
JOÃO HAROLDO DIAS MARTINS
Diretor do 13º CRS/SESPA

Protocolo: 169951

Portaria nº 108 de 05 de Abril de 2017
Objetivo de: Realizar abastecimento de Imunobiológicos e Insumos ao município de Oeiras do Pará.
Fundamento Legal: Lei 5.810/1994 - Art. 145(RJU)
Origem: CAMETÁ – PA
Destino(s): OEIRAS DO PARÁ – PA
Servidor(es):
5850940-3 / DENILTON DE CASTRO TAVARES (Farmacêutico)
/ 1,5 diárias (Completa) / de 17/04/2017 a 18/04/2017.
Ordenador de Despesa
JOÃO HAROLDO DIAS MARTINS
Diretor do 13º CRS/SESPA

Protocolo: 169955

Portaria nº 102 de 03 de Abril de 2017
Objetivo de: Supervisionar e Atualizar o Sistema de Informação da Malária – SIVEP.
Fundamento Legal: Lei 5.810/1994 - Art. 145(RJU)
Origem: CAMETÁ – PA
Destino(s): BAIÃO – PA
Servidor(es):
0505299 / JOSÉ RAIMUNDO DA SILVA (Agente de Saúde Pública)
/ 2,5 diárias (Completa) / de 17/04/2017 a 19/04/2017.
Ordenador de Despesa
JOÃO HAROLDO DIAS MARTINS
Diretor do 13º CRS/SESPA

Protocolo: 169966

Portaria nº 101 de 03 de Abril de 2017
Objetivo de: Realizar Supervisão e Avaliação das ações de vigilância e controle de Leishmaniose, com verificação de recursos humanos, materiais e estoque de medicamentos disponíveis.
Fundamento Legal: Lei 5.810/1994 - Art. 145(RJU)
Origem: CAMETÁ – PA
Destino(s): BAIÃO – PA
Servidor(es):
0478480 / BENEDITO AUGUSTO GONZAGA DE CASTRO (Auxiliar de Saneamento)
/ 2,5 diárias (Completa) / de 17/04/2017 a 19/04/2017.
Ordenador de Despesa
JOÃO HAROLDO DIAS MARTINS
Diretor do 13º CRS/SESPA

Protocolo: 169963

Portaria nº 106 de 05 de Abril de 2017
Objetivo de: Realizar visita técnica para assessoramento e apoio a Ouvidoria do SUS do referido município visando a orientação de recadastramento das suas sub-redes devido a troca de gestão no ano de 2017.
Fundamento Legal: Lei 5.810/1994 - Art. 145(RJU)
Origem: CAMETÁ – PA
Destino(s): LIMOEIRO DO AJURU – PA
Servidor(es):
57190531-1 / ANTONIA DENIZE CARDOSO DAMASCENO (Agente Administrativo)
/ 2,5 diárias (Completa) / de 17/04/2017 a 19/04/2017.
Ordenador de Despesa
JOÃO HAROLDO DIAS MARTINS
Diretor do 13º CRS/SESPA

Protocolo: 169967

Portaria nº 99 de 31 de Março de 2017
Objetivo de: Realizar monitoramento e assessoramento ao município sobre o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN (Bolsa Família, Nutrisus, Vitamina "A" e Academia de Saúde).
Fundamento Legal: Lei 5.810/1994 - Art. 145(RJU)
Origem: CAMETÁ – PA
Destino(s): BAIÃO – PA
Servidor(es):
5482640 / RAQUEL DOS SANTOS MOREIRA (Odontólogo)
5913159-1 / ROSELETE PROGÊNIO MIRANDA (Agente Administrativo)
/ 2,5 diárias (Completa) / de 12/04/2017 a 14/04/2017.
Ordenador de Despesa
JOÃO HAROLDO DIAS MARTINS
Diretor do 13º CRS/SESPA

Protocolo: 169946

HOSPITAL OPHIR LOYOLA

LICENÇA PRÊMIO

Portaria nº 328/2017-GAB/DG/HOL.
O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL OPHIR LOYOLA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 23/04/2015, publicada no DOE nº 32.873 de 27/04/2015.
CONSIDERANDO a nova redação do Art. 116 da Lei Estadual nº 5.099/83, Combinando com o Art. 98 da Lei nº 5.810/94-RJU;
CONSIDERANDO os termos contidos no Processo nº 16/330078 de 12/08/2016
CONSIDERANDO o que foi apurado nos assentamentos funcionais da servidora MARIA MARLI DE FREITAS MATOS, Agente Administrativo, matrícula n° 3260895/1, lotada na Divisão de Controle e Movimentação de Pessoal, referente ao 7º triênio, de 24/02/2004 a 23/02/2007(30 dias).
RESOLVE:
CONCEDER licença prêmio de 30 (trinta) dias, a servidora MARIA MARLI DE FREITAS MATOS, Agente Administrativo, matrícula n° 3260895/1, pertencente ao Quadro de Pessoal Ativo do HOL, para ser gozada no período de 03/04/2017 a 02/05/2017.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Hospital Ophir Loyola.
Em, 17 de abril de 2017.
LUIZ CLAUDIO LOPES CHAVES
Diretor Geral do HOL

Protocolo: 169969

DESIGNAR SERVIDOR

Portaria nº 354/2017 – GAB/DG/HOL.
O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL OPHIR LOYOLA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 23/04/2015 publicada no DOE nº 32.873 de 27/04/2015 e;
CONSIDERANDO a participação no evento SUMMIT BARIÁTRICA de 2017, nos dias 25 e 26/04/2017 na Cidade de São Paulo/ SP, do servidor LUIZ CLAUDIO LOPES CHAVES, matrícula nº 3186059/2, Cargo Médico e Diretor Geral, deste Hospital.
RESOLVE:
DESIGNAR, o servidor ALBERTO GOMES FERREIRA JUNIOR, Médico e Diretor Clínico matrícula nº 3188663/3, pertencente ao Quadro de Pessoal Ativo do HOL, para responder pela Diretoria Geral, em razão da ausência do seu titular.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Hospital Ophir Loyola.
Em, 24 de abril de 2017.
LUIZ CLAUDIO LOPES CHAVES
Diretor Geral do HOL

Protocolo: 170229

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo: 2016/274895
Pregão Eletrônico nº 024/2017 – SRP: 09/2017
Objeto: Adaptador de Ventilação tubo reto com tranca entrada de Luer
Comunicamos aos interessados que a licitação em epígrafe foi DESERTA.
Belém, 24 de abril de 2017.
Celso Augusto Moraes Gonçalves
Pregoeiro/HOL

Protocolo: 170298

Processo: 2016/363619
Pregão Eletrônico nº 153/2016
Objeto: Aquisição de Cartuchos Toner Novos – de primeiro uso, não reutilizados, não remanufaturados e originais do fabricante HP.
Comunicamos aos interessados que a licitação em epígrafe foi REVOGADA.
Belém, 24 de abril de 2017.
Celso Augusto Moraes Gonçalves
Pregoeiro/HOL

Protocolo: 170339

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2017
Processo: 2016/428475
Objeto: Fornecimento de Gêneros alimentícios – Polpas de Frutas.
A autoridade competente do Hospital Ophir Loyola, homologa o aludido certame, efetuado sob o critério "Menor Preço", em favor da empresa:
MARAJÓ FRUIT DO PARÁ INDÚSTRIA COMÉRCIO LTDA - EPP.
Valor Total da Licitação: R$ 105.318,00
Belém, 24 de abril de 2017
Ordenador: LUIZ CLAUDIO LOPES CHAVES.

Protocolo: 170170

TORNAR SEM EFEITO

TORNAR SEM EFEITO
Tornar sem efeito a publicação de Protocolo 169299, publicadas no Diário Oficial do Estado nº 33359 de 24/04/2017, que trata do EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2016 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 091/2016
LUIZ CLÁUDIO LOPES CHAVES
Diretor Geral

Protocolo: 169916

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2016 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 091/2016
Processo nº. 2015/548664
FORNECEDOR: GUILBER FARMACÊUTICA COMÉRCIO LTDA – ME
Valor Total: R$ 12.096,00
VIGÊNCIA: 12/04/2017 a 11/04/2018
OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL TÉCNICO-HOSPITALAR, conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO
cobertura de obito tamanho grande, impermeável, em plástico, de cor opaca, resistente, etiqueta de identificação e ziper frontal.Marca: Araken	UND	1200	R$ 9,49
cobertura de obito tamanho medio, impermeável, em plástico, de cor opaca, resistente, etiqueta de identificação e ziper frontal.Marca: Araken	UND	96	R$ 8,50

Ordenador: LUIZ CLAUDIO LOPES CHAVES.

Protocolo: 169917

Portaria nº 327/2017 - GAB/DG/HOL
O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL OPHIR LOYOLA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 23/04/2015 publicado no DOE nº 32.873 de 27/04/2015 e;
Considerando o disposto do art. 72, inciso III, da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o processo de nº 2017/102235;
RESOLVE:
I- Autorizar o afastamento da servidora SUELI HUET DE BACELAR LIMA, ocupante da função de Agente Administrativo, matricula 5784930/2, lotada na Divisão de Oncologia Clinica (Quimioterapia) a contar de 09/03/2017, por um período de 08 (oito) dias, decorrente do falecimento de CLAUDIO HUET DE BARCELAR(Irmão), sem prejuízo de sua remuneração.
II - Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 09/03/2017
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Hospital Ophir Loyola
Belém, 17 de abril de 2017.
LUIZ CLAUDIO LOPES CHAVES
Diretor Geral do HOL

Protocolo: 169973

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO 23/2017
A Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará - FSCMP, através do presente Pregoeiro (a), nomeado (a) pela Portaria nº 433/2016-GP/FSCMP, de 05/07/2016 D.O.E. nº. 33.163 de 06/07/2016 avisa que será realizada licitação na modalidade MENOR PREÇO POR ITENS na forma Eletrônica nº23/2017/FSCMP, Compra de Material técnico hospitalar (cateter, eletrodo, papel), para atender as necessidades da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, conforme especificações constantes do Anexo I do Termo de Referência deste Edital, Data de Abertura da Licitação: 08/05/2017, às 10:00 horas. Endereço Eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br UASG: 925448. Funcional Programática: 10.302.1427.8288, Elemento de despesa: 339030. Fontes: 0103, 0269 0269003264,0149006652,0149006653 e 0149006654. Ordenador Responsável:. Rosangela Brandão Monteiro O Edital encontra-se disponível na Internet nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br contatos pelos telefones (91)3241-0398 (91)4009-2278, cpl.santacasa@globo.com
Belém/PA, 24 de Abril de 2017.
Isis Souza Coimbra
Pregoeiro(a) da FSCMP

Protocolo: 169868

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA 181/GAP/GP/FSCMP
A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 22/03/2017, publicado no DOE nº 33.338.
Conforme Requerimento de 27.03.2017.
R E S O L V E:
CONCEDER, Licença Paternidade ao servidor CLAUDOMIRO PIRES SOUZA JUNIOR, Id. Funcional 57196810-1, Agente de Artes Praticas, lotado na Gerência de Desenvolvimento de Pessoas, 10 (dez) dias no período de 26.03.2017 a 04.04.2017, formalizada de acordo com a Certidão nº 065656.01.55.2017.1.01448.076.0686225-39.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de março de 2017.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém – PA, 19 de Abril de 2017.
ROSANE MARQUES ROSADO GOMES
Presidente da FSCMP em exercício

Protocolo: 169839

Portaria nº 215/GAP/GP/FSCMP
A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 22/03/2017, publicado no DOE nº 33.338.
CONSIDERANDO o falecimento do (a) genitor (a) do (a) Servidor (a) ANDERSON CLAUDIO DE LIMA BRITO, ocorrido em 27 de Fevereiro de 2017 e especialmente o que dispõe o art. 72, inciso III, da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994;
RESOLVE:
I - Autorizar o afastamento por motivo de falecimento de pessoa da família ao (a) servidor (a) ANDERSON CLAUDIO DE LIMA BRITO, ocupante do cargo de Técnico de Radiologia, Id. Funcional nº 57175636-1, lotado no Radiologia/Mamografia/GDIE, no período de 27.02.2017 a 06.03.2017, conforme certidão de óbito nº 065656.01.55.2017.4.00360.234.0149272-12.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de Fevereiro 2017.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém – PA, 18 de Abril de 2017.
ROSANE MARQUES ROSADO GOMES
Presidente da FSCMP em exercício

Protocolo: 169838

Portaria nº 180/GAP/GP/FSCMP
A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 22/03/2017, publicado no DOE nº 33.338.
CONSIDERANDO o falecimento do (a) genitor (a) do (a) Servidor (a) MARCILENA TELES DE MORAES, ocorrido em 11 de Março de 2017 e especialmente o que dispõe o art. 72, inciso III, da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994;
RESOLVE:
I - Autorizar o afastamento por motivo de falecimento de pessoa da família ao (a) servidor (a) MARCILENA TELES DE MORAES, ocupante do cargo de Economista, Id. Funcional nº 57232073-1, lotado na Gerência de Contabilidade, no período de 11.03.2017 a 18.03.2017, conforme certidão de óbito nº 067595.01.55.2017.4.00401.123.0157656-10.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Março 2017.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém – PA, 04 de Abril de 2017.
ROSANE MARQUES ROSADO GOMES
Presidente da FSCMP em exercício

Protocolo: 169837

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

LICENÇA MATERNIDADE

P o r t a r i a nº. 324/2017 – GEAPE/HEMOPA, 20 de abril de 2017.
A Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o Atestado Médico.
R E S O L V E:
I - Conceder Licença Maternidade, a servidora, Alessandra Dias do Nascimento, Cargo: Técnico de Patologia Clínica, matrícula nº. 57203604/4, lotada no (a) Hemonúcleo de Abaetetuba, desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA, de acordo com o que dispõe o artigo 88, da lei 5.810 de 24 janeiro de 1994, e Emenda Constitucional nº 44 de 09 de março de 2009, a contar de 27 de março de 2017 a 22 de setembro de 2017.
Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará-HEMOPA, em 20 de abril de 2017.
Dra Ana Suely Leite Saraiva
Presidente da Fundação HEMOPA

Protocolo: 170139

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Portaria nº 326/2017 – GEAPE/HEMOPA, 20 de abril de 2017.
A Presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o Laudo Nº 2780/2017.
RESOLVE,
I – Conceder Licença Saúde (o) servidor (a) Mauricio Tapajos Vasconcelos, matricula n° 7000537/1, Cargo: Enfermeiro, lotada (o) na (o), Coordenação do Hemocentro Regional de Santarém, desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA, a contar de 31 de março de 2017 a 14 de abril de 2017, Laudo Nº 2780/2017.
.
II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se, Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, em 20 de abril de 2017.
Dra Ana Suely Leite Saraiva
Presidente da Fundação HEMOPA

Protocolo: 170142

Portaria nº 325/2017 – GEAPE/HEMOPA, 20 de abril de 2017.
A Presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o Laudo Nº 9264-17.
RESOLVE,
I – Conceder Licença Saúde (o) servidor (a) Maria Augusta Lacerda, matricula n° 57207502/1, Cargo: Biomédico, lotada (o) na (o), Coordenação do Hemocentro Regional de Marabá, desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA, a contar de 31 de março de 2017 a 14 de abril de 2017, Laudo Nº 9264-17.
.
II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se, Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, em 20 de abril de 2017.
Dra Ana Suely Leite Saraiva
Presidente da Fundação HEMOPA

Protocolo: 170141

CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 070/2017
FORNECIMENTO DE SANGUE E HEMOCOMPONENTES
DAS PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARCARENA – HOSPITAL MUNICIPAL DR. AFONSO RODRIGUES (CONTRATANTE); FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO PARÁ – HEMOPA (CONTRATADA).
DO OBJETO: Execução de serviços especializados, com exclusividade, na forma de fornecimento de sangue e/ou componentes relativos à captação de doadores, coleta de sangue, análise laboratorial, classificação e processamento de sangue, bem como armazenamento de dados clínicos e laboratoriais dos doadores, conforme manual de unidades associadas.
DO PRAZO: A vigência do presente instrumento será de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, conforme fixado no contrato.
DO VALOR: Sem valor estimado.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Sem fonte de recurso estimada.
DO FORO: Belém – Pará
DATA DA ASSINATURA:12/04/2017
ASSINATURAS:
EUGÊNIA JARIS CHAGAS TELES - SECRETARIA DE SAÚDE DE BARCARENA .
RICARDO NAZARÉ SOUZA ALMADA – HOSPITAL MUNICIPAL DE BARCARENA DR. AFONSO RODRIGUES
ANA SUELY LEITE SARAIVA – HEMOPA
ENDEREÇO DO CONTRATADO E CEP: Trav. Padre Eutíquio, nº 2109, Bairro Batista Campos, CEP nº 66.033-000, Belém – PA.

Protocolo: 170158

OUTRAS MATÉRIAS

Portaria nº 323/2017 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, de 20 de abril de 2017.
A Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o Requerimento da servidora Renata Letícia Maués Rodrigues,
RESOLVE:
I – Distratar, a pedido, o (a) servidor (a), Renata Letícia Maués Rodrigues, matrícula nº 8011821/1 do cargo de Agente Administrativo, lotado (a) na Dirertoria Técnica esta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, a contar de 08 de maio de 2017.
II – Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, em 20 de abril de 2017.
Ana Suely Leite Saraiva
Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – HEMOPA

Protocolo: 170143

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

PORTARIA

PORTARIA N° 127, DE 13 DE ABRIL DE 2017
A Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 27 de Janeiro de 2012, publicada no DOE n° 32.087 de 30.01.2012 Considerando o disposto no Decreto n° 870, de 04 de Outubro de 2013.
RESOLVE:
DESIGNAR, o servidor RUBENS EINAR CORREA DANTAS (Matrícula – 57190728/ 2), para acompanhar e fiscalizar os seguintes contratos:
- CONTRATO Nº 80/2017 – X T C COMÉRCIO E INST. HOSPITALAR LTDA.
- CONTRATO Nº 81/2017 – ML COMÉRCIO IMPORT. E EXPORT. DE MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA - EPP.

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a aquisição de Sondas, para atender a necessidade de 12 (doze) meses nas clínicas, unidades de terapia intensiva e serviços da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FHCGV), conforme especificações contidas no anexo I do edital do Pregão Eletrônico n° 74/2016.
VIGÊNCIA: De 13/04/2017 a 12/04/2018.
PROCESSO Nº 203537/20156
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico n° 74/2016.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se
ANA LYDIA LEDO DE CASTRO RIBEIRO CABEÇA
PRESIDENTE – FHCGV

Protocolo: 169949

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade: 010/2017
Valor: R$ 185.457,60
Objeto: Contratação de empresa especializada para fazer a manutenção preventiva e corretiva em 12 (doze) máquinas de hemodiálise marca FRESENIUS, modelo 4008B, de numerações IV5AR286, IV5AR287, IV5AR288, IV5AR289, IV5AR290, IV5AR291, IV5AR292, IV5AR293, IV5AR294, IV5AR295, IV5AR296, IV5AR297 e 02 (duas) máquinas de hemodiálise, marca FRESENIUS, modelo 4008S, de numerações 8vcamg01 e 8vcamq55 que se encontram na sede da FHCGV.
Data de Ratificação: 29/03/2017
Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/93.
Orçamento:
Programa de Trabalho: 648288 e/ou 908288
Natureza da Despesa: 339039
Fonte do Recurso: 0269 e/ou 0103
Origem do Recurso Estadual
Contratado(s):
Nome: ANTONIO C. M. ARAÚJO-EPP (TECMED)
Endereço: Tv. Angustura, nº. 3605 - Marco
CEP . 66.095-040
Telefone: (91) 3264-0077
E-mail: faleconosco@tecmed-pa.com.br
Ordenador: ANA LYDIA LEDO DE CASTRO RIBEIRO CABEÇA

Protocolo: 169569

Inexigibilidade: 012/2017
Valor: R$ 298.650,12
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de peças, para 01 (um) equipamento de hemodinâmica, marca PHILIPS, pertencente ao setor de Hemodinâmica, existente nesta Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Vianna.
Data de Ratificação: 15/02/2017
Fundamento Legal: Art. 25, inciso I, da Lei nº. 8.666/93.
Orçamento:
Programa de Trabalho: 648288 e/ou 908288
Natureza da Despesa: 339039
Fonte do Recurso: 0269 e/ou 0103
Origem do Recurso Estadual
Contratado(s):
Nome: PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA
Endereço: Av. Piracema 141 módulos 3 E 4, Tamboré.
CEP . 06.460-000 Barueri-SP
Telefone: (61) 9852-1884
E-mail: denise.nery.antunes@philips.com
Ordenador: ANA LYDIA LEDO DE CASTRO RIBEIRO CABEÇA

Protocolo: 170342

OUTRAS MATÉRIAS

LICENÇA PATERNIDADE
Nº de Dias: 10 (Dez) dias
Nome: CHARLES MOREIRA BORGES
Matrícula: 54184142/ 3
Cargo/Lotação: MEDICO/FPEHCGV
Período: 18/04/2017 a 27/04/2017
Nº da Certidão: 06565601552017101451038068708702
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
ANA LYDIA LEDO DE CASTRO RIBEIRO CABECA
Presidente / FPEHCGV

Protocolo: 170090

Portaria nº 155, DE 24 DE ABRIL DE 2017
A Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Estadual de 27.01.12, publicado no DOE nº 32.087, de 30.01.12, considerando a Portaria Conjunta n° 01,de 16.03.17- SEAD/SEPLAN/SEFA/AGE.
RESOLVE:
DESIGNAR, os membros abaixo relacionados, para comporem a COMISSÃO INTERNA DE REAVALIAÇÃO DOS IMOBILIÁRIOS da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna.
PRESIDENTE:
- PAULO ROBERTO SANTOS WANDERLEY – DIRETOR ADMINISTRATIVO

MEMBROS:
- DIRCE JUCÁ DE GUAPINDAIA – ASSESSORA DE PLANEJAMENTO
- REGIANE CANTÉ DA SILVA – SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
- ROBERTO BALTAZAR DA COSTA – ENGENHEIRO CIVIL
- CARLOS NASCIMENTO PEIXOTO FILHO – CONTADOR

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
ANA LYDIA LEDO DE CASTRO RIBEIRO CABEÇA
Presidente / FPEHCGV

Protocolo: 170208

Convocação para contratação dos candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado – PSS 002/2017/ FPEHCGV
Convocamos os candidatos listados no anexo 1, para comparecerem à Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna na data de 27/04/2017, hora e local especificados para entrega das documentações constantes no anexo 2 e recebimento da requisição para realização de exames admissionais, conforme estabelecido no Edital 002/2017.
O não comparecimento do candidato, munido das documentações exigidas, dentro do prazo estabelecido, implicará na sua NÃO contratação, conforme item 7.5 do referido edital.

ANEXO 1

MÉDICO – ESPECIALIDADE CARDIOLOGIA		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**	**HORÁRIO/LOCAL**
1º	MARIO BARBOSA GUEDES NUNES	08h as 12h / SALA 01 - GEP
2º	SUELENY DO SOCORRO LOPES VINSON	08h as 12h / SALA 01 - GEP
3º	ALDINE TORRES DE MIRANDA	08h as 12h / SALA 01 - GEP
4º	BRUNA LIVIA DAS NEVES CERQUEIRA	08h as 12h / SALA 01 - GEP
5º	VIVIANE PATRICIA FONSECA LOPES	08h as 12h / SALA 01 - GEP
MÉDICO – ESPECIALIDADE CIRURGIA PEDIÁTRICA		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**	**HORÁRIO/LOCAL**
1º	FABIO SOARES DA SILVA	08h as 12h / SALA 01 - GEP
MÉDICO – ESPECIALIDADE CLÍNICA MÉDICA		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**	**HORÁRIO/LOCAL**
1º	VALLERIA ADRIANA QUEIROZ LIMA GALUCIO	08h as 12h / SALA 01 - GEP
MÉDICO – ESPECIALIDADE CLÍNICA MÉDICA: ÁREA DE ATUAÇÃO EM MEDICINA DE URGÊNCIA		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**	**HORÁRIO/LOCAL**
1º	GIOVANNA PONTES MOURA DE OLIVEIRA	08h as 12h / SALA 01 - GEP
2º	CASSIA SOUZA FARIAS DO VALE	08h as 12h / SALA 01 - GEP
3º	BRENA GISELLI CEI SALOMAO	08h as 12h / SALA 01 - GEP
4º	ANDRESSA PEREIRA CRUZ	08h as 12h / SALA 01 - GEP
MÉDICO – ESPECIALIDADE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**	**HORÁRIO/LOCAL**
1º	BRUNO PALHARES SEQUEIRA	08h as 12h / SALA 01 - GEP
2º	GEIZA DINIZ DE MAGALHAES	08h as 12h / SALA 01 - GEP
3º	DANIEL MAGNO CHARONE	08h as 12h / SALA 01 - GEP
4º	BRENDA DINIZ RODRIGUES	08h as 12h / SALA 01 - GEP
5º	LUCIANE MARIA ABRAAO GUERREIRO GOMES	08h as 12h / SALA 01 - GEP
6º	MARCELLA BEATRIZ GUIMARAES VEROLLA MOLINA	08h as 12h / SALA 01 - GEP
7º	GISELE FREIRE DA FONSECA TEIXEIRA	08h as 12h / SALA 01 - GEP
8º	HEBERT DE JESUS TEIXEIRA	08h as 12h / SALA 01 - GEP
9º	TAYSSA FERNANDA FARO DE MELO GUIMARAES	08h as 12h / SALA 01 - GEP
10º	WILSON RIBEIRO LOPES NETO	08h as 12h / SALA 01 - GEP
11º	GIOVANNI AITA	08h as 12h / SALA 01 - GEP
MÉDICO – ESPECIALIDADE NEFROLOGIA		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**	**HORÁRIO/LOCAL**
1º	CHARLES MOREIRA BORGES	13h as 17h / SALA 01 - GEP
2º	ROSA LARISSA ROCHA DA SILVA	13h as 17h / SALA 01 - GEP
3º	RAFAEL MENDONÇA LUZ	13h as 17h / SALA 01 - GEP
4º	VALERIA REGINA DE CRISTO ALVARES	13h as 17h / SALA 01 - GEP
5º	EVANDRO LUIS SCHON	13h as 17h / SALA 01 - GEP
6º	BRENO RICELLY AVILA PINHEIRO	13h as 17h / SALA 01 - GEP
7º	IVELLYN PEREIRA NUNES	13h as 17h / SALA 01 - GEP
8º	KELLY AMARAL DOS SANTOS NEVES	13h as 17h / SALA 01 - GEP
9º	SCHEILA DO SOCORRO VASCONCELOS AVILA DA COSTA	13h as 17h / SALA 01 - GEP
10º	ALINE BARBOSA DE MELO	13h as 17h / SALA 01 - GEP
MÉDICO – ESPECIALIDADE PSIQUIATRIA		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**	**HORÁRIO/LOCAL**
1º	AMANDA DE JESUS LOPES DE FARIAS	13h as 17h / SALA 01 - GEP
2º	WAGNER PINHEIRO GESSER	13h as 17h / SALA 01 - GEP
3º	MASAMI LIDA	13h as 17h / SALA 01 - GEP
4º	LENISE CRISTINA NEMER BARROS	13h as 17h / SALA 01 - GEP
MÉDICO – ESPECIALIDADE TERAPIA INTENSIVA		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**	**HORÁRIO/LOCAL**
1º	JOSE BRASIL FREIRE JUNIOR	13h as 17h / SALA 01 - GEP
2º	CAMILLA SOARES ARRAES CAMPOS	13h as 17h / SALA 01 - GEP
3º	DIEGO FELIPE SILVA FEIO	13h as 17h / SALA 01 - GEP
MÉDICO – ESPECIALIDADE NEUROLOGIA		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**	**SITUAÇÃO**
1º	ANDRE LUIZ BORBA LIMA	13h as 17h / SALA 01 - GEP

ANEXO 2
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES	QUANTIDADE
FOTOS 3X4	2 FOTOS
CARTEIRA DE IDENTIDADE	ORIGINAL E 3 CÓPIAS
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	ORIGINAL E 3 CÓPIAS
DIPLOMA DE GRADUAÇÃO DE CURSO SUPERIOR	ORIGINAL E 3 CÓPIAS
TITULO DE RESIDENCIA OU DE ESPECIALISTA	ORIGINAL E 3 CÓPIAS
REGISTRO NO ORGÃO DE CLASSE COMPETENTE (CARTEIRA CRM)	ORIGINAL E 3 CÓPIAS
COMPROVANTE DE QUITAÇÃO JUNTO AO CONSELHO DE CLASSE	ORIGINAL E 3 CÓPIAS
CPF	ORIGINAL E 3 CÓPIAS
PIS/PASEP	ORIGINAL E 3 CÓPIAS
TITULO DE ELEITOR E COMPROVANTE DE QUITAÇÃO ELEITORAL DAS DUAS ULTIMAS ELEIÇÕES	ORIGINAL E 3 CÓPIAS
CERTIFICADO DE RESERVISTA OU CARTA PATENTE	ORIGINAL E 3 CÓPIAS
CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO OU DE CASAMENTO COM AVERBAÇÃO DE DIVORCIO	ORIGINAL E 3 CÓPIAS
CERTIDÃO DE NASCIMENTOS DOS FILHOS	ORIGINAL E 2 CÓPIAS
DECLARAÇÃO DE HORÁRIO CASO POSSUA OUTRO VINCULO EM ÓRGÃO PÚBLICO	ORIGINAL E 3 CÓPIAS

Protocolo: 170100

EXTRATO DO EDITAL Nº 003/2017 – FPEHCGV
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS
A Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna – FPEHCGV, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS, para selecionar candidatos a fim de desempenhar funções de Nível Médio: AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Remuneração: R$ 937,00 + gratificações + Auxílios; e Superior: ENFERMEIRO - ESPECIALIDADE: CLÍNICA MEDICA e ENFERMEIRO – ESPECIALIDADE: TERAPIA INTENSIVA, Remuneração: R$ 1.804,28 + gratificações + Auxílios.
As contratações, serão de caráter temporário, dar-se-ão no município de Belém e terão como fundamento a Lei Complementar nº 07, de 25 de setembro de 1991, alterada pela Lei Complementar nº 077, de 28 de dezembro de 2011; o Decreto nº 1.230, de 26 de fevereiro 2015, Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, no que couber, Decreto nº 1.741, de 19 de abril de 2017 e de acordo com as disposições deste Edital.
De acordo com o Art. 6º, do Decreto nº 1.741, de 19/04/2017, para concorrer ao Processo Seletivo Simplificado, o candidato deve satisfazer as seguintes condições: I - ser brasileiro nos termos da Constituição; II - ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos; III - estar em pleno exercício dos direitos políticos; IV - possuir a escolaridade exigida para a função a qual está concorrendo; V - estar quite com as obrigações eleitorais e militares; VI - apresentar atestado de aptidão física e mental; VII - não haver sofrido sanção impeditiva de exercício de cargo público.
As inscrições estarão abertas no dia 27 de abril de 2017 e deverão ser efetuadas no formulário de inscrição disponibilizado no link http://www3.uepa.br/psshc2017 maiores detalhes sobre as vagas oferecidas e outras informações constam no inteiro teor no edital, que se encontra divulgado no endereço eletrônico http://www.gasparvianna.pa.gov.br.
Belém (Pará), 24 de abril de 2017.
Ana Lydia Cabeça
Diretora Presidente da FPEHCGV

Protocolo: 170240

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 20 DE 24 DE ABRIL DE 2017
Nome: MARIA CRISTINA MACEDO BARRA
Id. Funcional nº 3275850/1
Cargo: Engenheiro Civil
Lotação: Diretoria de Planejamento da Infraestrutura de Transportes
Número de dias: 30 (trinta)
Período da Licença: 03.05 a 01.06.2017
Triênio: 16.02.1984 a 15.02.1987

PORTARIA Nº 21 DE 24 DE ABRIL DE 2017
Nome: HENRIQUE SEVERINO MONTERO MONTENEGRO DUARTE
Id. Funcional nº 4009312/1
Cargo: Engenheiro Civil
Lotação: Diretoria Técnica de Transportes
Número de dias: 30 (trinta)
Período da Licença: 02 a 31.05.2017
Triênio: 09.08.1988 a 08.08.1991

PORTARIA Nº 22 DE 24 DE ABRIL DE 2017
Nome: ANTONIO JOSÉ DO NASCIMENTO
Id. Funcional nº 5104610/1
Cargo: Braçal
Lotação: Coordenadoria de Finanças
Número de dias: 60 (sessenta)
Período da Licença: 28.04 a 26.06.2017
Triênio: 21.09.2010 a 20.09.2013
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
JOSÉ ANTONIO CARNEIRO PECK
Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 170121

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO
N° do Contrato: **019/2015** Proc. n°: **2017/130569**
Nº. do termo: **3º** Data de Assinatura: **30/03/2017.**
Justificativa: **a prorrogação de prazo está sendo solicitado em virtude de acréscimo de serviços no contrato. A prorrogação de prazo encontra fundamento no** Art. 57, § 1º, IV da Lei nº 8.666/93, bem com no item 4.5 da Cláusula IV
Prazo: **120 dias.**
Início da Vigência**: 02/04/2017** Término da Vigência**: 30/07/2017**
CONTRATANTES: **SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES – SETRAN – CNPJ nº. 04.953.717/0001-09 E A ETEC – EMPRESA TÉCNICA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA – CNPJ nº 05.856.869/0001-56.**
Logradouro: **Rua do Paiol** Bairro: **Val de Cães.**
CEP: **66.617-630**
Cidade: **Belém** UF: **PA** Nº.: **15-A.**
ORDENADOR
HÉLIO NUNES CARDOSO **-** SECRETÁRIO ADJUNTO DE TRANSPORTES.

Protocolo: 170173

FÉRIAS

PORTARIA Nº 19 DE 24 DE ABRIL DE 2017
O Diretor Administrativo e Financeiro no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 17 de 10 de fevereiro de 2015, republicada no DOE nº 32.833 de 24.02.2015;
RESOLVE:
CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores desta Secretaria, referente ao mês de Maio/2017, conforme relação anexa.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
JOSÉ ANTONIO CARNEIRO PECK
Diretor Administrativo e Financeiro

ANEXO DA PORTARIA Nº 19 DE 24 DE ABRIL DE 2017

MAT.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
8018235/7	HÉRIO NUNES CARDOSO	22.04.2016 a 21.04.2017	02 a 31.05.17
5909499/2	SERGIANE DO SOCORRO COSTA LOPES	01.05.2016 a 30.04.2017	02 a 31.05.17
5926310/1	THANYSE KAROLYNE SILVA PESSOA	01.05.2016 a 30.04.2017	02 a 31.05.17
5904782/2	MARCELA CAMILA FERREIRA DA SILVA	01.01.2016 a 31.12.2016	02 a 31.05.17
3272826/1	ASDRUBO DOS SANTOS PEREIRA	10.04.2015 a 09.04.2016	02 a 31.05.17
2033372/1	MARIA LÚCIA ROCHA DE OLIVEIRA	18.05.2016 a 17.05.2017	17.05 a 15.06.17
5919946/1	MIKIO LUZ NISHIYA	01.06.2015 a 31.05.2016	02 a 31.05.17
5085543/8	CLIVIA CORDEIRO	18.05.2016 a 17.05.2017	17.05 a 15.06.17
5608384/2	LUIZA TOKIKO YANAGUIBASHI SHIBATA	01.01.2016 a 31.12.2016	02 a 31.05.17
3277763/1	MARIA EDILENE CONCEIÇÃO NASCIMENTO	08.05.2016 a 07.05.2017	08.05 a 06.06.17
3272761/1	JOSÉ AFFONSO DA SILVA	02.10.2015 a 01.10.2016	21.05 a 19.06.17
5919062/1	EVALDO GILLIARD DE ARAÚJO BRAGA	18.05.2016 a 17.05.17	22.05 a 20.06.17
3278220/1	JOSÉ RIBAMAR HENRIQUE DE SOUZA	01.04.2016 a 31.03.2017	02 a 31.05.17
3277887/1	JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS LIMA	11.06.2015 a 10.06.2016	02 a 31.05.17
2041049/1	RAIMUNDO WALTERLOO DA SILVA	01.03.2016 a 28.02.2017	02 a 31.05.17
3278140/1	ARTHUR RUBENS RABELO MARTINS	16.03.2016 a 15.03.2017	02 a 31.05.17
73504352/3	ANA MARIA DANTAS ELOY DE MORAES	01.05.2016 a 30.04.2017	02 a 31.05.17
5853079/5	FRANCISCO LEONARDO DIAS TOMAZ	01.05.2016 a 30.04.2017	02 a 31.05.17
3278190/1	FRANCISCO RUBINALDO ALVES RODRIGUES	19.12.2015 a 18.12.2016	02 a 31.05.17
2038226/1	JOÃO DOMINGOS VIEIRA DA SILVA	01.01.2015 a 31.12.2015	02 a 31.05.17
80846070/2	YARA DO SOCORRO SANTOS DA SILVA CHAGAS	01.05.2016 a 30.04.2017	02 a 31.05.17
5889681/3	FLÁVIA LADEIRA MENDES	01.05.2016 a 30.04.2017	02 a 31.05.17
2033658/1	DETRIO RANULFI COSTA DA SILVA	11.02.2016 a 10.02.2017	02 a 31.05.17
2043807/1	ANTONIO SILVA DE OLIVEIRA	01.03.2015 a 29.02.2016	02 a 31.05.17
2028530/1	CARLOS ROCHA DA SILVA	01.07.2015 a 30.06.2016	02 a 31.05.17
2046075/1	OSMAR GOMES DA COSTA	01.07.2015 a 30.06.2016	02 a 31.05.17
2040778/1	PEDRO DELMO PINHEIRO BITTENCOURT	01.03.2015 a 29.02.2016	02 a 31.05.17
2046253/1	RAIMUNDO ANSELMO LEAL DE OLIVEIRA	01.07.2015 a 30.06.2016	02 a 31.05.17
2034352/1	ANTONIO OLIVAR GOMES PEREIRA	01.09.2015 a 31.08.2016	02 a 31.05.17
2042231/1	FRANCISCO NASCIMENTO CORREA DA SILVA	01.04.2016 a 31.03.2017	02 a 31.05.17
2038595/1	JOSÉ MARIA PANTOJA DE OLIVEIRA	08.02.2015 a 07.02.2016	02 a 31.05.17
2035103/1	JOSÉ NEUTO GOMES DA COSTA	17.06.2015 a 16.06.2016	02 a 31.05.17
2040336/1	JULIO FERREIRA DA SILVA	01.03.2015 a 28.02.2016	02 a 31.05.17
2042940/1	MANOEL ANTONIO DA SILVA AVIZ	01.04.2016 a 31.03.2017	02 a 31.05.17
2048310/1	PEDRO OSVALDO DA COSTA	02.05.2016 a 01.05.2017	02 a 31.05.17
2040883/1	RAIMUNDO ADIEL DE SOUZA	01.03.2016 a 28.02.2017	02 a 31.05.17
2049260/1	RAIMUNDO ANTONIO FERREIRA DA SILVA	12.07.2015 a 11.07.2016	02 a 31.05.17
2046857/1	ADILSON DE CARVALHO FEIO	22.04.2016 a 21.04.2017	02 a 31.05.17
2025558/1	BENEDITO LIMA DOS SANTOS	02.05.2016 a 01.05.2017	02 a 31.05.17
2024250/1	EDILMA ANTONIA SILVA MARTINS	18.03.2016 a 17.03.2017	02 a 31.05.17
2026368/1	MANOEL CORREA PINHEIRO	04.04.2016 a 03.04.2017	02 a 31.05.17
2035766/1	RAIMUNDO JORGE DE OLIVEIRA MESQUITA	26.03.2015 a 25.03.2016	02 a 31.05.17
5889278/1	WALLACE DA SILVA GASPAR	05.05.2016 a 04.05.2017	05.05 a 03.06.17
2046890/1	DOMINGOS DE JESUS MACEDO	24.04.2016 a 23.04.2017	02 a 31.05.17
2046989/1	LUCIVALDO BARBOSA DA SILVA	15.05.2016 a 14.05.2017	15.05 a 13.06.17
2036010/1	JOSÉ SANTOS OLIVEIRA	01.07.2015 a 30.06.2016	02 a 30.05.17

Protocolo: 170088

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº. 055/2017-GP DE 24 DE ABRIL DE 2017.
O DIRETOR PRESIDENTE da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará – CPH, usando dos poderes que lhe são conferidos pelo inciso VII do Artº. 18º do Estatuto Social da CPH,
CONSIDERANDO os princípios administrativos dispostos no art.37 da Constituição Federal 1988;
CONSIDERANDO os termos da lei federal 8.666/93;
CONSIDERANDO a necessidade da adoção de critérios para fiscalização mais efetiva, no que se refere a gestão dos contratos celebrados por esta Companhia;
CONSIDERANDO finalmente, que a adoção desses critérios é fundamental para obediência do princípio da eficiência administrativa;
R E S O L V E:
Designar os servidores abaixo indicados para, com observância na legislação vigente, atuar como fiscal do contrato celebrado entre a Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará-CPH e a empresa – CONSTRUMEC, CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, MECÂNICAS E HIDRÁULICAS LTDA-ME
CONTRATO: 07/2017-CPH
OBJETO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças (exceto compressor), do sistema de ar condicionados do TERMINAL HIDROVIÁRIO DO PORTO DE BELÉM LUIS REBELO NETO - THPBLRN, que visa atender a Companhia de Portos de Hidrovias do Estado do Pará - CPH, cujas orientações, especificações e serviços que se encontram enumerados e explicitados no Edital do Pregão Presencial n.º 002/2017-CPH, sob o título de Termo de Referência.
FISCAL TITULAR: Adriano Luiz Abrunheiro Trindade - Matrícula nº: 5924389
1º FISCAL SUBSTITUTO: Gilberto Pereira de Sousa - Matrícula nº: 5903601
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete da Presidência da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará – CPH, 24 de abril de 2017.
ALEXANDRE RAIMUNDO DE VASCONCELOS WANGHON
Diretor Presidente

Protocolo: 170210

CONTRATO

CONTRATO 07/2017-CPH
R$ 60.000,00
OBJETO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva), com fornecimento de peças (exceto compressor), do sistema de ar condicionados do TERMINAL HIDROVIÁRIO DO PORTO DE BELÉM LUIS REBELO NETO - THPBLRN, que visa atender a Companhia de Portos de Hidrovias do Estado do Pará - CPH, cujas orientações, especificações e serviços que se encontram enumerados e explicitados no Edital do Pregão Presencial n.º 002/2017-CPH, sob o título de Termo de Referência.
Data de Assinatura: 17/04/2017
Vigência: 17/04/2017 a 16/04/2018
Pregão Presencial n.º 002/2017-CPH
Funcional Programática: 26.784.1435.8496
Fonte/Natureza: 0101 e 0261/339039
CNPJ: 17.947.832/0001-12 CONSTRUMEC, CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, MECÂNICAS E HIDRÁULICAS LTDA-ME
Endereço: Avenida João Batista, ADV, 4, Quadra 47, bairro: Almir Gabriel, CEP: 67.200-000, município de Marituba, Estado do Pará
Ordenador: ALEXANDRE RAIMUNDO DE VASCONCELOS WANGHON

Protocolo: 170252

DIÁRIA

PORTARIA Nº. 057/2017-GP DE 24 DE ABRIL DE 2017
O DIRETOR PRESIDENTE da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará – CPH, usando dos poderes que lhe são conferidos pelo inciso VII do Artº. 18º do Estatuto Social da CPH,
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de diária, ao servidor que viajará de Belém para Barcarena - PA dia 28/04/2017, com objetivo de realizar vistoria e inspeção das instalações do Terminal Hidroviário de Passageiros e Cargas do referido município, edificação adequada, reformada, ampliada e recuperada por esta CPH.

SERVIDOR	CARGO	MATRÍCULA	CPF	DIÁRIA
Ramon Nunes Veloso Campos	Gerente	5913220	033.209.113-92	1/2

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete da Presidência da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará – CPH, 24 de abril de 2017.
ALEXANDRE RAIMUNDO DE VASCONCELOS WANGHON
Diretor Presidente

Protocolo: 170213

PORTARIA Nº. 058/2017-GP DE 24 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR PRESIDENTE da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará – CPH, usando dos poderes que lhe são conferidos pelo inciso VII do Artº. 18º do Estatuto Social da CPH,
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de diária, ao servidor que viajará de Belém para Barcarena - PA dia 28/04/2017, com objetivo de realizar vistoria e inspeção das instalações do Terminal Hidroviário de Passageiros e Cargas do referido município, edificação adequada, reformada, ampliada e recuperada por esta CPH.

SERVIDOR	CARGO	MATRÍCULA	CPF	DIÁRIA
Dimitri Romariz Amoêdo de Araújo	Supervisor II	5903594	910.781.992-72	1/2

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete da Presidência da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará – CPH, 24 de abril de 2017.
ALEXANDRE RAIMUNDO DE VASCONCELOS WANGHON
Diretor Presidente

Protocolo: 170214

PORTARIA Nº. 056/2016-GP DE 24 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR PRESIDENTE da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará – CPH, no exercício das suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 6.308, de 17 de julho de 2000;
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de diária, ao servidor que viajará de Belém para Barcarena - PA dia 28/04/2017, com objetivo de conduzir Servidores na vistoria e inspeção das instalações do Terminal Hidroviário de Passageiros e Cargas do referido município, edificação adequada, reformada, ampliada e recuperada por esta CPH.

SERVIDOR	CARGO	MATRÍCULA	CPF	DIÁRIA
Hertyz Hermandez Alves dos Santos	Supervisor I	5911972	587.523.902-68	1/2

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete da Presidência da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará – CPH, 24 de abril de 2017.
ALEXANDRE RAIMUNDO DE VASCONCELOS WANGHON
Diretor Presidente

Protocolo: 170211

.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA

.

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 082 DE 18 DE ABRIL DE 2017

A DIRETORA ADMINISTRATIVO E FINANCEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,
CONSIDERANDO, o art 98 da Lei nº 5.810/94 e o Processo nº 2017/146346;
R E S O L V E:
CONCEDER licença Prêmio ao servidor SÉRGIO VITOR CAVALCANTE CAMPOS, matrícula 18.740/2, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, no período de 01/05/2017 a 30/05/2017, correspondente ao triênio 2005/2008 e de 03/07/2017 a 02/08/2017correspondente ao triênio 2008 a 2011 .
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CLAUDIA VINAGRE DE MELLO
Diretora Administrativa e Financeira.

Protocolo: 170127

DIÁRIA

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 138 /2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n° 5.810/94, Art. 145.
OBJETIVO: Participar de reunião com a Presidência do IBAMA, Ministério Público Federal-MPF,PMV e SEMAS, para discutir a fiscalização das áreas de produção do Estado do Pará .
DESTINO: Brasília/DF PERÍODO: 25/04 a 26/04/2017
Nº DE DIÁRIAS: 1 e ½ (uma e meio) diária
VALOR:R$432,00(Quatrocentos e Trinta e Dois Reais)
BENEFICIÁRIO: Afif Al Jawabri
MATRÍCULA: 593146/1
CARGO: Secretario Adjunto
ORIGEM: Belém /PA
ORDENADOR: Giovanni Correa Queiroz

Protocolo: 170148

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 0287/2017

O Presidente do INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 5º, alínea "b" da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975 e;
Considerando o memorando nº 042/2017 – DAF, de 17.04.2017;
R E S O L V E:
DESIGNAR o servidor DANILO AUGUSTO DOS SANTOS ANJOS, matrícula nº 80845091/1, Técnico em Administração e Finanças, para responder pela Coordenadoria Administrativa - CA, no período de 17.04.2017 a 16.05.2017, por motivo de Férias da titular, JULIÂNGELA DE MENDONÇA CARDOSO, matrícula n° 57234988/1.
Publique-se
Daniel Nunes Lopes
Presidente
Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, 17 de abril de 2017.

PORTARIA Nº 285/2017

O Presidente do INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 5º, alínea "b" da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975 e;
Considerando o memorando nº 12/2017 –COF, de 10.04.2017;
R E S O L V E:
DESIGNAR a servidora CHRISTINA COELI AVELAR PIRES, matrícula nº 55588960/2, Técnico em Administração e Finanças, para responder pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças-COF, no período de 02 a 31.05.2017, por motivo de férias do titular JURANDIR PEDRO SILVA DE BRITO, matrícula n° 22675/1.
Publique-se
Daniel Nunes Lopes
Presidente
Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, 18 de abril de 2017.

Protocolo: 170257

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 291/2017

O Presidente do INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 5º, alínea "b" da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e;
CONSIDERANDO o requerimento s/nº, datado de 30/03/2017.
R E S O L V E:
CONCEDER de acordo com o Art. 98, da Lei nº 5.810 de 24.01.94, 30 (trinta) dias de Licença Premio ao servidor RUBENS BATISTA DOS SANTOS, matrícula nº 3166651/1, Oficial Administrativo, no período de 02 a 31.05.2017, correspondente ao período aquisitivo de 01.08.2007 a 31.07.2010, conforme processo nº 2007/421382.
Publique-se.
Daniel Nunes Lopes
Presidente
Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, em 24 de abril de 2017.

Protocolo: 170167

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 003/2017 – ITERPA
Processo nº. 2016/468558

OBJETO: AQUSIÇÃO DE MINI-CENTRAIS DE AR
Nos termos do art. 5º, inc. IV da Lei nº. 6.474 de 6 de agosto de 2002 e do art. 9º, inc. V do Decreto nº. 2.069 de 20 de fevereiro de 2006, e tendo em vista o que consta no presente processo, HOMOLOGO o resultado do julgamento do Pregão Eletrônico nº. 003/2017, adjudicando o GRUPO 1 no valor global de R$ 243.246,00 (duzentos e quarenta e três mil, duzentos e quarenta e seis reais) para a empresa PG OBRAS COM. E SERV. LTDA., inscrita no CNPJ: 22.245.360/0001-96
Autorizo o empenho da despesa, a lavratura do termo de contrato e a notificação da vencedora para assinatura do contrato, no prazo legal.
Belém (PA), 24 de abril de 2017.
SANDRA ROSEMARY PEREIRA DE SOUZA NERY
Diretora de Administração e Finanças - ITERPA

Protocolo: 170183

OUTRAS MATÉRIAS

ERRATA DO EDITAL DE PERMUTA DE TERRAS, DATADO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 33.271, CONSTANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2013/144337-ITERPA, MUNICÍPIO DE AVEIRO.
ONDE SE LÊ: Lote 19 Setor D;
LEIA-SE: Lote 19 Setor K.
Belém(PA), 24 de abril de 2017.
Daniel Nunes Lopes - Presidente

Protocolo: 170162

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

TERMO ADITIVO A CONTRATO

1° TERMO ADITIVO
Data de Assinatura: 06/04/2017.
Objeto: Prorrogação de Vigência do Contrato n°. 04/2016, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme art. 57, II da Lei 8.666/93.
Vigência: De 14/04/2017 à 14/04/2018.
Contrato: 04
Exercício: 2016
Contratado: DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 15.741.481/0001-63
Ordenador: Frederico Aníbal da Costa Monteiro

Protocolo: 170036

DIÁRIA

PORTARIA N° 083/2017
Belém, 20 de Abril de 2017.

A GERENTE FINANCEIRA, no exercício de suas atribuições legais, estabelecidas pela portaria nº 2.426/2012 de 22 de Novembro de 2012 e de acordo com o processo nº 2017/169481.
RESOLVE: CONCEDER 0,5 (meia) diária, ao servidor Dellívio Castro Sacramento, cargo de motorista, matricula: 54191311/1, para o município de Marapanim/PA no dia 26/04/2017, com o objetivo de Conduzir a servidora, Ana Ferreira ao município mencionado. Conforme Lei Estadual 5810/94.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
LUCIANA COELHO DO NASCIMENTO
Gerente Financeira

Protocolo: 170123

PORTARIA Nº. 091/2017
Belém, 24 de Abril de 2017.

A GERENTE FINANCEIRA, no exercício de suas atribuições legais, estabelecidas pela portaria nº 2.426/2012 de 22 de Novembro de 2012 e de acordo com o processo nº 2017/170783.
RESOLVE: CONCEDER 0,5 (meia) diária, a servidora Ana Vanja Pereira Ferreira, cargo de Apoio Técnico, matricula: 5903649/4, para custear as despesas com a viagem ao município de Marapanim/PA no dia 26/04/2017 com o objetivo de subsidiar a logística dos produtos a serem comercializados na Feira da Agricultura Familiar Itinerante, no dia 27/04/2017. Lei Estadual 5810/94.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
LUCIANA COELHO DO NASCIMENTO
Gerente Financeira

Protocolo: 170137

PORTARIA Nº. 88/2017-NGPR
Belém, 24 de Abril de 2017.

A GERENTE FINANCEIRA, no exercício de suas atribuições legais, estabelecidas pela portaria nº 028/2015 de 12 de fevereiro de 2015 e de acordo com o processo nº 2017/170633.
RESOLVE: CONCEDER 0,5 (meia) diária, a servidora Conceição Sampaio Carnaúba, Gerente Operacional – Análise de Contas Matrícula: 8014456/3, para custear as despesas com a viagem ao município de São Francisco do Pará/PA no dia 25/04/2017, com objetivo Realizar visita técnica no PIP KM 92. Fundamento Legal: Lei 5.810/94.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Luciana Coelho do Nascimento
Gerente Financeira

Protocolo: 170109

PORTARIA Nº. 086/2017-NGPR
Belém 20 de Abril de 2017.

A GERENTE FINANCEIRA, no exercício de suas atribuições legais, estabelecidas pela portaria nº 2.426/2012 de 22 de Novembro de 2012 e de acordo com o processo nº 2017/169427.

RESOLVE: CONCEDER 0,5 (meia) diária, a servidora Andréa Nazaré Veiros Cabral Guimarães, Apoio Técnico, matricula: 57234705/2, para custear as despesas com a viagem ao município de Acará/PA, no dia 26/04/2017 com o objetivo Subsidiar a logística dos produtos a serem comercializados na Feira da Agricultura Familiar Itinerante do dia 27/04/2017. Fundamento Legal: Lei 5810/94.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Luciana Coelho do Nascimento
Gerente Financeira

Protocolo: 170131

PORTARIA Nº. 087/2017-NGPR
Belém, 24 de Abril de 2017.

O GERENTE EXECUTIVO DO NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL - NGPR, no exercício de suas atribuições legais, estabelecida na Lei Estadual nº 6.797, de 16 de novembro de 2005 e de acordo com o processo nº 2017/170587.
RESOLVE: CONCEDER 0,5 (meia) diária, a servidora LUCIANA COELHO DO NASCIMENTO, Gerente Administrativa, matricula: 5896909/3, para custear as despesas com a viagem ao município de Acará/PA no dia 26/04/2017, com objetivo de subsidiar a logística dos produtos a serem comercializados na Feira Agricultura Familiar Itinerante do dia 27/04/2017. Fundamento Legal: Lei 5.810/94
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
FREDERICO ANIBAL COSTA MONTEIRO
Gerente Executivo do Núcleo de Gerenciamento Pará Rural

Protocolo: 170136

PORTARIA Nº. 89/2017
Belém, 24 de Abril de 2017.

A GERENTE FINANCEIRA, no exercício de suas atribuições legais, estabelecidas pela portaria nº 028/2015 de 12 de fevereiro de 2015 e de acordo com o processo nº 2017/170422.
RESOLVE: CONCEDER 0,5 (meia) diária, ao servidor Leandro Dos Santos Serique, Apoio Técnico, matricula: 5906031/2, para custear as despesas com a viagem ao município de São Francisco do Pará/PA no dia 25/04/2017, com objetivo Realizar visita técnica ao PIP KM 92. Fundamento Legal: Lei 5.810/94.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Luciana Coelho do Nascimento
Gerente Financeira

Protocolo: 170117

PORTARIA Nº.085/2017-NGPR
Belém 20 de Abril de 2017.

A GERENTE FINANCEIRA, no exercício de suas atribuições legais, estabelecidas pela portaria nº 028/2015 de 12 de fevereiro de 2015 e de acordo com o processo nº 2017/169289.
RESOLVE: CONCEDER 0,5 (meia) diária, ao servidor Arnaldo Henrique de Oliveira, cargo de Motorista, matricula 3272435/1, para custear as despesas com a viagem ao município de Acará/PA no dia 26/04/2017, com o objetivo de Conduzir as Servidoras Luciana Coelho do Nascimento e Andréa Guimarães ao município mencionado. Conforme Lei Estadual 5810/94.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Luciana Coelho do Nascimento
Gerente Financeira

Protocolo: 170125

PORTARIA Nº.090/2017-NGPR
Belém 24 de Abril de 2017.

A GERENTE FINANCEIRA, no exercício de suas atribuições legais, estabelecidas pela portaria nº 028/2015 de 12 de fevereiro de 2015 e de acordo com o processo nº 2017/170608.
RESOLVE: CONCEDER 0,5 (meia) diária, ao servidor Arnaldo Henrique de Oliveira, cargo de Motorista, matricula 3272435/1, para custear as despesas com a viagem ao município de São Francisco do Pará/PA no dia 25/04/2017, com o objetivo de Conduzir os Servidores Conceição Carnaúba e Leandro Serique ao município mencionado. Conforme Lei Estadual 5810/94.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Luciana Coelho do Nascimento
Gerente Financeira

Protocolo: 170119

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 1357 /2017 - ADEPARÁ, 24 DE ABRIL DE 2017
O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ-ADEPARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, da Lei Estadual 6.482 de 17 de setembro de 2002.
CONSIDERANDO, o memorando nº936/2016, protocolo nº2016/355349, e ainda o despacho da DDIA, datado de 17/04/17.
CONSIDERANDO, o que determina o Art. 49, da lei nº 5.810/94, que trata do INSTITUTO DA REMOÇÃO.
R E S O L V E:
REMOVER o (a) servidor (a) ANTONIO CARLOS CARDOSO RODRIGUES, matrícula n° 54186764/ 1, ocupante do cargo de Auxiliar de Campo, da G erência de Defesa Animal/GEDA para a Gerência Regional de Castanhal/ ULSA de Santo Antônio do Tauá, a contar da data de publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
LUCIANO GUEDES
Diretor Geral

Protocolo: 169964

ERRATA

PUBLICAÇÃO Nº **169765 DE 21/04/2017.**
PORTARIA N° **1330/2017**
Onde se lê**: "PERÍODO: 24/04/2017 A 29/04/2017/ DIÁRIAS: 5,5"**
Leia-se: **"PERÍODO: 24/04/2017 A 27/04/2017/ DIÁRIAS: 3,5"**

Protocolo: 169989

DIÁRIA

Portaria: 1332/2017
Objetivo: Dar apoio as ações de inquérito da brucelose e tuberculose nas propriedades sorteadas pelo MAPA.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: BELÉM/PA
Destino: GURUPÁ/PA
Servidor:
4583594/CAROLINNE DA COSTA FREITAS (COLABORADOR EVENTUAL DE NIVEL 2) / 11,5 DIÁRIAS / 24/04/2017 A 05/05/2017.
777788777/CLEIDE CRAVO RIBEIRO (COLABORADOR EVENTUAL DE NIVEL 2) / 11,5 DIÁRIAS / 24/04/2017 A 05/05/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FROES.

Protocolo: 169845

Portaria: 1347/2017
Objetivo: Realizar coleta de material, referente ao inquérito epidemiológico de Brucelose e Tuberculose.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: BREU BRANCO/PA
Destino: GOIANÉSIA DO PARÁ /PA
Servidor:
555881361/ ALEXANDRE DA SILVA CUNHA (MÉDICO VETERINÁRIO) / 4,5 DIÁRIAS/ 26/04/2017 A 30/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 169910

Portaria: 1349/2017
Objetivo: Auxiliar coleta de sangue e teste de tuberculinização no rebanho das propriedades selecionadas para inquérito da Brucelose e Tuberculose no município de Muaná.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: SOURE/PA
Destino: MUANÁ/PA
Servidor:
031751891/AGNALDO DA SILVA BARBOSA (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA)/ 7,5 DIÁRIAS / 28/04/2017 A 05/05/2017
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 169914

Portaria: 1350/2017
Objetivo: irá participar da reunião técnica de padronização nas áreas de epidemiologia e sanidade animal.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: JACUNDÁ/PA
Destino: TUCURUÍ/PA
Servidor:
572345451/ RODRIGO ANTÔNIO MONTEIRO DA SILVA (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 3,5 DIÁRIAS / 23/04/2017 A 26/04/2017
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 169918

Portaria: 1351/2017
Objetivo: irá participar da reunião técnica de padronização nas áreas de epidemiologia e sanidade animal.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: PACAJÁ/PA
Destino: TUCURUÍ/PA
Servidor:
541875681/ JOSÉ IVANEU LIMA (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 3,5 DIÁRIAS / 23/04/2017 A 26/04/2017
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 169922

Portaria: 1339/2017
Objetivo: Realizar educação sanitária no município de Nova Ipixuna.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: MARABÁ/PA
Destino: NOVA IPIXUNA/PA
Servidor:
571899771/ELIANA CLAUDIA OLIVEIRA VIANA (FISCAL ESTADUAL AGROPECUARIO) / 1,5 DIÁRIAS/ 26/04/2017 A 27/04/2017.
58617483/JAKSCELINA GOMES MARTINS (AGENTE DE DEFESA AGROPECUARIA) / 1,5 DIÁRIAS/ 26/04/2017 A 27/04/2017.
541896841/EDINETE FERNANDES SAMPAIO (AUXILIAR DE CAMPO) / 1,5 DIÁRIAS/ 26/04/2017 A 27/04/2017.
541937681/TATIANA PAIVA LEÃO NUNES (MEDICO VETERINARIO) / 1,5 DIÁRIAS/ 26/04/2017 A 27/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 169926

Portaria: 1341/2017
Objetivo: Irá participar da reunião técnica de padronização nas áreas de epidemiologia e sanidade animal.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: BELÉM/PA
Destino: TUCURUÍ/PA
Servidor:
571982122/ANA PAULA VILHENA BECKMAN PINHO (MÉDICO VETERINÁRIO) / 3,5 DIÁRIAS/ 23/04/2017 A 26/04/2017.
572345121/DANILO BRITO DO NASCIMENTO (MEDICO VETERINARIO) / 3,5 DIÁRIAS/ 23/04/2017 A 26/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 169930

Portaria: 1336/2017
Objetivo: Irá participar da reunião técnica de padronização nas áreas de epidemiologia e sanidade animal.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: NOVO REPARTIMENTO/PA
Destino: TUCURUÍ/PA
Servidor:
572238201/LUIS PAULO CARVALHO ALMEIDA (AGENTE DE DEFESA AGROPECUARIA) / 3,5 DIÁRIAS/ 23/04/2017 A 26/04/2017.
5895582/ALEX FERNANDO GURGEL RIOS (MÉDICO VETERINÁRIO) / 3,5 DIÁRIAS/ 23/04/2017 A 26/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 169890

Portaria: 1338/2017
Objetivo: Realizar vistoria/fiscalização em um dos depósitos de agrotóxicos da prestadora sete soluções e tecnologia ambiental LTDA, no município de Canaã dos Carajás.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: XINGUARA/PA
Destino: CANAÃ DOS CARAJÁS/PA
Servidor:
572233671/DEYVESON GOMES DE BASTOS (AGENTE DE DEFESA AGROPECUARIA) / 1,5 DIÁRIAS/ 27/04/2017 A 28/04/2017.
572345531/LUCIANA DE SOUSA LOPES (ENGENHEIRO AGRONOMO) / 1,5 DIÁRIAS/ 27/04/2017 A 28/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 169894

Portaria: 1334/2017
Objetivo: Irá participar da reunião técnica de padronização nas áreas de epidemiologia e sanidade animal.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: BREU BRANCO/PA
Destino: TUCURUÍ/PA
Servidor:
555881361/ALEXANDRE DA SILVA CUNHA (MÉDICO VETERINÁRIO) / 1,5 DIÁRIAS/ 24/04/2017 A 25/04/2017.
572233311/IRENILSON ANTONIO DA SILVA (AGENTE DE DEFESA AGROPECUARIA) / 1,5 DIÁRIAS/ 24/04/2017 A 25/04/2017.
555861061/CARLOS ALBERTO RIBEIRO FILHO (AGENTE DE DEFESA AGROPECUARIA) / 1,5 DIÁRIAS/ 24/04/2017 A 25/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 169886

Portaria: 1345/2017
Objetivo: Realizar abertura da campanha de vacinação etapa maio de 2017 de febre aftosa, programa de controle de raiva nos herbívoros e palestras sobre uso de agrotóxicos em propriedades rurais na região.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: ITUPIRANGA/PA
Destino: MARABÁ/PA
Servidor:
571738031/JOELSON DE SOUZA REZENDE (MÉDICO VETERINÁRIO) / 1,5 DIÁRIAS/ 28/04/2017 A 29/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.

Protocolo: 169907

Portaria: 1354/2017
Objetivo: Realizar vistorias técnicas em revendas agropecuárias, nos municípios de Porto de Moz e Prainha.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: ALMEIRIM/PA
Destino: PORTO DE MOZ/PRAINHA/PA
Servidor:
59288961/CARLOS EDUARDO DA SILVA BAIA (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO)/ 2,5 DIÁRIAS/ 24/04/2017 A 26/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.
Protocolo: 169940

Portaria: 1343/2017
Objetivo: Realizar ações de investigação e captura de morcegos hematófagos.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: BREU BRANCO/PA
Destino: BAIÃO/PA
Servidor:
555861061/CARLOS ALBERTO RIBEIRO FILHO (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) /2,5 DIÁRIAS/ 26/04/2017 A 28/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.
Protocolo: 169944

Portaria: 1337/2017
Objetivo: Auxiliar atendimento no escritório da regional de Tucurui.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: PACAJÁ/PA
Destino: TUCURUÍ/PA
Servidor:
59119331/DANIELLE CRISTINA SILVA CORREIA (AUXILIAR DE CAMPO) / 4,5 DIÁRIAS/ 24/04/2017 A 28/04/2017.
59119331/DANIELLE CRISTINA SILVA CORREIA (AUXILIAR DE CAMPO) / 3,5 DIÁRIAS/ 17/04/2017 A 20/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.
Protocolo: 169892

Portaria: 1342/2017
Objetivo: Dar apoio na ação de investigação e captura de morcegos hematófagos.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: BREU BRANCO/PA
Destino: BAIÃO/PA
Servidor:
572233311/IRENILSON ANTÔNIO DA SILVA (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA)/2,5 DIÁRIAS/ 26/04/2017 A 28/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.
Protocolo: 169900

Portaria: 1344/2017
Objetivo: Realizar coleta de sangue e teste de tuberculização no rebanho das propriedades selecionadas para o inquérito, no município de Muaná.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: SOURE/PA
Destino: MUANÁ/PA
Servidor:
572096462/KELLY CRISTINY GOMES DA PAIXÃO ALBUQUERQUE (MÉDICO VETERINÁRIO) / 7,5 DIÁRIAS / 28/04/2017 A 05/05/2017
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.
Protocolo: 169904

Portaria: 1335/2017
Objetivo: Irá participar da reunião técnica de padronização nas áreas de epidemiologia e sanidade animal.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: GOIANÉSIA DO PARÁ/PA
Destino: TUCURUÍ/PA
Servidor:
002180/DORGIVAL ROBERTO BARBOSA FILHO (MÉDICO VETERINÁRIO) / 3,5 DIÁRIAS/ 23/04/2017 A 26/04/2017.
752240911/LELIO TOMAZ DOS SANTOS (AGENTE DE DEFESA AGROPECUARIA) / 3,5 DIÁRIAS/ 23/04/2017 A 26/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.
Protocolo: 169888

Portaria: 1352/20172
Objetivo: irá participar da reunião técnica de padronização nas áreas de epidemiologia e sanidade animal.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: BELÉM/PA
Destino: TUCURUÍ/PA
Servidor:
518556402/ SUSICLAY DE BARROS NETO (MÉDICO VETERINÁRIO) / 3,5 DIÁRIAS / 23/04/2017 A 26/04/2017
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.
Protocolo: 169937

Portaria: 1356/2017
Objetivo: Dar apoio no cadastramento de propriedades rurais que possuem suínos no município de Curralinho.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: BELÉM/PA
Destino: CURRALINHO/PA
Servidor:
5434157/LUZIA BERNADETH DA COSTA PEREIRA (GERENTE) / 11,5 DIÁRIAS/ 24/04/2017 A 05/05/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.
Protocolo: 169897

Portaria: 1346/2017
Objetivo: Realizar coleta de material, referente ao inquérito epidemiológico de Brucelose e Tuberculose.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: JACUNDÁ/PA
Destino: GOIANÉSIA DO PARÁ/PA
Servidor:
572345451/ RODRIGO ANTÔNIO MONTEIRO DA SILVA (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 4,5 DIÁRIAS / 26/04/2017 A 30/04/2017
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.
Protocolo: 169909

Portaria: 1348/2017
Objetivo: Realizar processo de saneamento em propriedades rurais para anemia infecciosa de equídea AIE no município de Brasil Novo.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: ALTAMIRA/PA
Destino: BRASIL NOVO/PA
Servidor:
56481061/OZIAS PEREIRA DE SOUZA (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIA) / 1,5 DIÁRIAS / 27/04/2017 A 28/04/2017
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.
Protocolo: 169913

Portaria: 1340/2017
Objetivo: Realizar abertura de campanha de vacinação etapa maio de 2017 de febre aftosa, programa de controle de raiva nos herbívoros e palestras sobre uso de agrotóxicos em propriedades rurais na região.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: MARABÁ/PA
Destino: MARABÁ /PA
Servidor:
571897311/DANIELLY BUSATO GUINHAZI (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 1,5 DIÁRIAS/ 28/04/2017 A 29/04/2017.
59226001/EDENILTON NONATO LEITE (AGENTE DE DEFESA AGROPECUARIA) / 1,5 DIÁRIAS/ 28/04/2017 A 29/04/2017.
58710423/FABIO ALAN QUEIROZ CORREA (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 1,5 DIÁRIAS/ 28/04/2017 A 29/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.
Protocolo: 169933

Portaria: 1353/2017
Objetivo: Dar apoio nas atividades e atendimento ao público na Ulsa de Tomé- Açu.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: ABAETETUBA/PA
Destino: TOMÉ-AÇU /PA
Servidor:
541937711/EDSON XAVIER NEVES (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) / 2,5 DIÁRIAS/ 25/04/2017 A 27/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.
Protocolo: 169938

Portaria: 1355/2017
Objetivo: Responder interinamente pelo SIE local – SIE 026 – Matadouro Frigorifico Mafrimar Ltda, localizado no município de Barcarena.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: MOJU/PA
Destino: BARCARENA/PA
Servidor:
572237111/ PAULO FERNANDO PIRES BASTOS JUNIOR (MÉDICO VETERINÁRIO) / 2,5 DIÁRIAS / 17/04/2017 A 19/04/2017
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.
Protocolo: 169942

Portaria: 1333/2017
Objetivo: Realizar busca de materiais de expediente para a campanha de vacinação da etapa de maio de 2017 de febre aftosa, entregar documentos pendentes de 2016 das gerencias e resolver pendencias administrativas da gerencia regional de Marabá nos setores da sede.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: MARABÁ/PA
Destino: BELÉM/PA
Servidor:
571760221/JUAREZ FARIAS PONTES NETO (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) / 2,5 DIÁRIAS/ 24/04/2017 A 26/04/2017.
58710423/FABIO ALAN QUEIROZ CORREA (ENGENHEIRO AGRONOMO) / 2,5 DIÁRIAS/ 24/04/2017 A 26/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.
Protocolo: 169884

FÉRIAS

PORTARIA Nº1358- ADEPARÁ, DE 24 DE ABRIL DE 2017.
A AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARA – ADEPARÁ, por meio de seu Diretor Administrativo e Financeiro, em conjunto com a Gerente de Recursos Humanos, pelas atribuições regimentalmente conferidas pelo artigo 15, inciso I, VII e artigo 18, inciso I e XIX de Decreto Estadual nº 393 de 11 de setembro de 2003.
CONSIDERANDO o que determina o Art. 72, inciso I, Art. 74 parágrafo 1º e 2º, Art. 75, inciso I e II, Art. 76, parágrafo 1º da lei nº 5.810/94.
RESOLVE: Conceder férias regulamentares aos servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, referente ao mês de MAIO/2017, conforme mapa abaixo.

MAPA DE FÉRIAS REFERENTES AO MÊS DE MAIO/2017

Matrícula	Nome	Período Aquisitivo	Gozo	LOTAÇÃO
54197246/1	ANA CARLA AZARIAS CRUZ	2016/2017	15.05.17 A 13.06.17	GPCRH
5917406/ 1	ANDRE LUIS DA SILVA SIQUEIRA	2015/2016	03.04.17 A 02.05.17	DG
54197078/1	ANDRE ROCHA GALINDO	2015/2016	02.05.17 A 31.05.17	GTI
54187263/1	ANTONIO PAULO DIAS PINHEIRO	2014/2015	01.05.17 A 30.05.17	GURUPI
55587389/1	BARTO MONTEIRO LOPES	2015/2016	02.05.17 A 31.05.17	ITINGA
5917035/1	BRUNO ADMES FARIAS REIS	2016/2017	10.04.17 A 09.05.17	GEF
57209321/ 2	DIOGO CLAUDIO DA SILVA	2016/2017	01.05.17 A 30.05.17	SAO FELIX DO XINGU
54187143/1	ELINALDO DA SILVA BARROS	2014/2015	02.05.17 A 31.05.17	ITINGA
57223520/ 1	ELNEYSON RODRIGO N. QUEIROZ	2016/2017	10.04.17 A 09.05.17	MAE DO RIO
54192707/ 1	ENGEL BLAGITZ CICHOVSKI	2015/2016	02.05.17 A 31.05.17	SANTA MARIA DO PARA
54185742/ 1	ERMINO BRAGA FILHO	2011/2012	02.05.17 A 31.05.17	CASTANHAL / GSIE
5861659/ 3	GELRI MACHADO GALEÃO	2014/2015	16.05.17 A 14.06.17	CASTANHAL / GSIE
54187271/ 1	GIOVANNI FABRICIO VILHENA MAURO	2015/2016	01.05.17 A 30.05.17	C. DO ARAGUAIA / POSTO
54189674/ 1	JOSE AUGUSTO ARAUJO DOS SANTOS	2016/2017	02.05.17 A 31.05.17	PROCURADORIA
54192690/1	JOSE MARIA NASCIMENTO SILVA	2015/2016	02.05.17 A 31.05.17	GRH
57223607/ 1	JOSILEIDE ARAUJO DA SILVA	2015/2016	03.04.17 A 02.05.17	GARRAFAO DO NORTE
57223356/ 1	JUAN CLEBSON FERREIRA CORDEIRO	2015/2016	03.04.17 A 02.05.17	CEASA
5868424/ 3	LEONIDAS PARRY DE CASTRO	2015/2016	22.05.17 A 20.06.17	GEAGRO
54186972/ 1	LORENA SAMPAIO LOBATO	2014/2015	22.05.17 A 20.06.17	SANTA IZABEL / GSIE
55588835/1	LUCIANA COSTA MARQUES	2016/2017	15.05.17 A 13.06.17	IGARAPE-ACU
54186844/ 1	MARCILENE NOGUEIRA DA SILVA	2014/2015	21.03.17 A 19.04.17	CEDIDO
5925835/1	MARIA TERESA IVANISCKA C.GARCIA	2016/2017	28.04.17 A 27.05.17	COMUNICAÇAO
55588072/ 1	NELMA JAQUELINE COSTA DE BRITO	2016/2017	02.05.17 A 31.05.17	GECON
54187437/ 1	NOLLAR LIBERALI FILHO	2015/2016	08.05.17 A 06.06.17	MUANA
5920106/1	OSIEL FERREIRA BATISTA	2015/2016	01.05.17 A 30.05.17	SAO FELIX DO XINGU
54180044/ 1	RAIMUNDO LIMA GRANJA	2015/2016	02.05.17 A 31.05.17	PORTO
54197860/ 1	RAIMUNDO NONATO SILVA	2015/2016	03.05.17 A 01.06.17	CEASA
55588139/ 1	ROGERIO DE SA XAVIER	2016/2017	29.05.17 A 28.06.17	PROTOCOLO
55586109/1	RONILDO BARBOSA DE MENEZES	2015/2016	01.04.17 A 30.04.17	ITINGA
5903953/2	ROSINALDO PAMPLONA FERREIRA	2016/2017	03.04.17 A 02.05.17	GEMAP
5920084/1	RUDISON ALVES PIRES	2015/2016	01.05.17 A 30.05.17	CRUZEIRO DO SUL
57173488/ 1	WEBERT LUIZ SILVA DE QUEIROZ	2015/2016	02.05.17 A 31.05.17	LICITAÇÃO
5925459/1	WYLMARA COSTA DE SOUZA	2016/2017	01.05.17 A 30.05.17	ORIXIMINA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
LUIS ALBERTO DA SILVA FROES
Diretor Administrativo e Financeiro
MARGARETH SOARES DE ARAUJO
Gerente de Recursos Humanos.
Protocolo: 170223

TORNAR SEM EFEITO
Portaria: 1132/2017
Objetivo: Realizar inquérito de Brucelose e Tuberculose.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: SANTARÉM/PA
Destino: TRAIRÃO/PA
Servidor:
572239381/ALEXANDRO DE SOUZA BORGARO (AGENTE DE DEFESA AGROPECUARIA) / 13,5 DIÁRIAS/ 16/04/2017 A 29/04/2017.
Ordenador: LUIZ ALBERTO DA SILVA FRÓES.
Protocolo: 170080

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

DIÁRIA
PORTARIA 002/2017 – BENEFICIARIO: RODRIGO SOUZA DE LIMA; MATRICULA: 57174850; FUNÇÃO:EXT.RURAL I; OBJETIVO: PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA; PERIODO: 24 A 25/04/2017; Nº DE DIARIAS: 1,5; ORIGEM: SÃO DOMINGOS DO CAPIM/PA; DESTINO: MARITUBA/PA; PROJETO ATIVIDADE: 8502; FONTE: 0261006357 ORDENADOR DE DESPESA: HENRIQUE JOSE FERRO CRISTO
Protocolo: 169984
PORTARIA 001/2017 – BENEFICIARIO: BAZILEA DE NAZARE ARAUJO RODRIGUES DE OLIVEIRA; MATRICULA: 5051053; FUNÇÃO: EXT. RURAL I; OBJETIVO: PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA; PERIODO: 24 A 25/04/2017; Nº DE DIARIAS: 1,5; ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMA/PA; DESTINO: MARITUBA/PA; PROJETO ATIVIDADE: 8502; FONTE: 0261006357 ORDENADOR DE DESPESA: HENRIQUE JOSE FERRO CRISTO
Protocolo: 169979
PORTARIA 004/2017 – BENEFICIARIO: JOSE VALDECI BENICIO DA SILVA; MATRICULA: 5721090/7; FUNÇÃO:EXT.RURAL II; OBJETIVO: PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA; PERIODO: 24 A 25/04/2017; Nº DE DIARIAS: 1,5; ORIGEM: IRITUIA/PA; DESTINO: MARITUBA/PA; PROJETO ATIVIDADE: 8502; FONTE: 0261006357 ORDENADOR DE DESPESA: HENRIQUE JOSE FERRO CRISTO
Protocolo: 169987
PORTARIA 003/2017 – BENEFICIARIO: CLEYTON JERDAN DE LIMA DAMASCENO; MATRICULA: 57176611/1; FUNÇÃO:EXT. RURAL I-COORDENADOR LOCAL; OBJETIVO: PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA; PERIODO: 24 A 25/04/2017; Nº DE DIARIAS: 1,5; ORIGEM: IPIXUNA DO PARÁ; DESTINO: MARITUBA/PA; PROJETO ATIVIDADE: 8502; FONTE: 0261006357 ORDENADOR DE DESPESA: HENRIQUE JOSE FERRO CRISTO
Protocolo: 169986
PORTARIA 005/2017 – BENEFICIARIO: PAULO SYDNEI DE OLIVEIRA VIEIRA; MATRICULA: 584646129/1; FUNÇÃO:EXT. RURAL II; OBJETIVO: PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA; PERIODO: 24 A 25/04/2017; Nº DE DIARIAS: 1,5; ORIGEM: AURORA DO PARÁ; DESTINO: MARITUBA/PA; PROJETO ATIVIDADE: 8502; FONTE: 0261006357 ORDENADOR DE DESPESA: HENRIQUE JOSE FERRO CRISTO
Protocolo: 169990
PORTARIA 006/2017 – BENEFICIARIO: ANTONIO AUGUSTO RODRIGUES DOS SANTOS; MATRICULA: 3175480-010; FUNÇÃO:EXT.RURAL I; OBJETIVO: PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA; PERIODO: 24 A 25/04/2017; Nº DE DIARIAS: 1,5; ORIGEM: CAPITÃO POÇO/PA; DESTINO: MARITUBA/PA; PROJETO ATIVIDADE: 8502; FONTE: 0261006357 ORDENADOR DE DESPESA: HENRIQUE JOSE FERRO CRISTO
Protocolo: 169995

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

PORTARIA

PORTARIA N.º 582/2017-GAB/SEC
BELÉM, 24 DE ABRIL DE 2017.
CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA, Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Tecnologia, usando das atribuições que lhe são conferidas;
CONSIDERANDO que Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, dentre outras disposições, versa sobre a obrigatoriedade de avaliação dos bens da Administração Pública para fins de alienação;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 6.555, de 3 de julho de 2003, que dispõe sobre a alienação, por doação, para fins de uso de interesses exclusivamente social, de bens móveis, considerados inservíveis, pelos órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, do Estado do Pará, e dá outras providências;
CONSIDERANDO o Decreto nº 0280, de 25 de julho de 2003, que dispõe sobre a utilização do Sistema de Patrimônio - SISPAT pelos órgãos da Administração Pública Estadual, e dá outras providências;
CONSIDERANDO a Portaria nº 962, de 19 setembro de 2008, da Secretaria de Estado de Administração, que aprova Manual de Gestão do Patrimônio Mobiliário do Estado;
CONSIDERANDO a importância da integridade do patrimônio público, devendo a Administração Pública prezar pela sua conservação;
CONSIDERANDO a necessidade de instituir comissão específica para realizar o inventário e proceder a avaliação dos bens móveis desta Secretaria, nos moldes orientados no Manual de de Gestão do Patrimônio Mobiliário do Estado;
CONSIDERANDO os fatos descritos nos autos do Documento nº. 11686/2017, em especial o teor do Memorando nº. 168578/2017-GEMAP/COAD/DGAF/SAGAT, de 12/04/2017 e,
CONSIDERANDO os princípios que regem a Administração Pública, em especial os da legalidade e eficiência.
RESOLVE:
Art 1º. Instituir a Comissão de Inventário e Avaliação de Bens Móveis da Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Sustentabilidade -SEMAS.
Art. 2º A Comissão de que trata o art. 1º desta Portaria será composta pelos seguintes servidores:
a) ROSEMBERG SILVA SOUZA, matricula nº 57175419/1, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional/Gerente;
b) JOSE ROSINALDO DOS REIS OLIVEIRA, matrícula: 57175462/1, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional;
c) WILSON ROCHA MARTINS, matrícula nº 57201901/1, ocupante do cargo de Assistente Administrativo;
d) LEONARDO FELIPH DE MORAES GOMES, matrícula nº 5875730/3, ocupante do cargo de Motorista, lotados na Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – DGAF e,
e) EVALDO PEREIRA RIBEIRO, matrícula: 57215455/1, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Informática/Gerente, lotada na Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI.
Art. 3º Compete à Comissão de Inventário e Avaliação de Bens Móveis da SEMAS realizar levantamento físico e contábil, classificar, avaliar e propor as formas de desfazimento necessários aos bens móveis constantes no acervo patrimonial desta Secretaria, pelo período de 01(um) ano.
Art. 4º A Comissão terá como Presidente, o servidor ROSEMBERG SILVA SOUZA, a quem competirá conduzir todos os trabalhos realizados pela Comissão.
Art. 5º A execução das atividades da Comissão pelos servidores participantes será incluída como exercício efetivo de suas funções institucionais, sendo considerada como serviço público relevante.
Art. 6º Caberá à Secretaria Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias – SAGAT que, através do setor competente tome devida providências ao fiel cumprimento do presente Ato.
Art. 7º Esta Portaria retroage a 22 de Março de 2017.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Tecnologia
Protocolo: 170201

PORTARIA Nº 0594/2017-GAB/SEMAS
BELÉM, 24 DE ABRIL DE 2017.
CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA, Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Tecnologia, usando das atribuições que lhe são conferidas;
CONSIDERANDO os fatos descritos nos autos do Processo nº 01866/2017, e o teor do Memorando nº 163278/2017/GRECO/DTI/SAGAT;
RESOLVE:
I – DESIGNAR, para atuar como fiscal de Contrato, pelo prazo que perdurar a vigência dos Contratos, os servidores abaixo relacionados:

CONTRATO	PARTES	FISCAL/ MATRÍCULA
Nº 003/2017	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEMAS/PA E A EMPRESA ARROW ECS BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA	WANDERSON FELISMINO DA SILVA SOUZA, Matrícula: 55587749/2 – TITULAR DAVID JUNIOR SANTOS DE SOUZA, Matrícula: 5918510/1 - SUPLENTE
Nº 004/2017	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEMAS/PA E A EMPRESA DRIVE A INFORMATICA LTDA	
Nº 005/2017	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEMAS/PA E A EMPRESA GL ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA	
Nº 006/2017	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEMAS/PA E A EMPRESA MICROTÉCNICA INFORMATICA LTDA	
Nº 007/2017	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEMAS/PA E A EMPRESA PUHL INFORMATICA LTDA - ME	
Nº 008/2017	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEMAS/PA E A EMPRESA TOTAL DISTRIBUIDORA E ATACADISTA LTDA	
Nº 009/2017	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEMAS/PA E A EMPRESA TERACOM TELEMÁTICA S. A	

II – Determinar à Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – DGAF, que através do setor competente, tome a devida providência ao fiel cumprimento do presente Ato.
III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Tecnologia
Protocolo: 170184

DESIGNAR SERVIDOR
PORTARIA Nº 576/2017-GAB/SEMAS BELÉM, 19 DE ABRIL DE 2017
O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em exercício, no uso das atribuições;
CONSIDERANDO o Memo.167930/2017/GEMIM/CMINA/DLA/SAGRA;
R E S O L V E:
I – DESIGNAR, no período de 02 a 31/05/2017 a servidora ALESSANDRA DE AZEVEDO RODRIGUES DA SILVA, matricula nº 54180297/2, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Meio Ambiente, para responder pela Gerência de Projetos Minerários Metálicos, em substituição a titular PATRICIA DA CONCEICAO CABRAL, Matrícula nº 57175687/ 1, durante férias regulares;
II – Determinar à Secretaria Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologia – SAGAT que, através do setor competente, tome devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
LUIZ FERNANDES ROCHA
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS.
Protocolo: 170165

DIÁRIA

PORTARIA Nº 0590/2017-GAB/SEMAS DE 24 DE ABRIL DE 2017
OBJETIVO: VISTORIAS TÉCNICAS NOS MUNICÍPIOS CITADOS.
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.
ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO: PARAUAPEBAS/PA, CANAÃ DOS CARAJÁS/PA E OURILÂNDIA DO NORTE/PA
PERIODO: 24/04 A 28/04/2017 - (04 E ½) DIÁRIAS.
SERVIDORES:
- 5900166/2 - RAISA NICOLE CAMPOS CARDOSO – (TEC. EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE)
- 5927741/1 - JUVENAL JUAREZ ANDRADE DA S. NETO – (TEC. EM GEST. DE MEIO AMBIENTE)
- 5620449/1 - JOSE MARIA PINHEIRO GOMES – (MOTORISTA)
ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA
Protocolo: 170226

PORTARIA Nº 0580/2017-GAB/SEMAS DE 24 DE ABRIL DE 2017
OBJETIVO: MONITORAMENTO DIÁRIO EM ATERRO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO CITADO.
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.
ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO: MARITUBA/PA.
PERIODO: 03/04/2017 - (½) DIÁRIA
SERVIDORES:
- 000000 – AMANDA GENTIL NERY – (COLABORADOR EVENTUAL)
- 5923696/1 - RAFAEL MESQUITA TAVARES – (TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE)
- 5928164/1 - ALLAN SILVA TELLES – (MOTORISTA)
ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA
Protocolo: 169856

PORTARIA Nº 0586/2017-GAB/SEMAS DE 24 DE ABRIL DE 2017
OBJETIVO: MONITORAMENTO DIÁRIO EM ATERRO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO CITADO.
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.
ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO: MARITUBA/PA.
PERIODO: 30/03/2017 - (½) DIÁRIA
SERVIDORES:
- 5925887/1 – LORRAN DONADIA NARUSE – (TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE)
- 5923696/1 - RAFAEL MESQUITA TAVARES – (TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE)
- 54181818/2 - LUIZ GUILHERME SOUZA DE MENEZES – (MOTORISTA)
ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA
Protocolo: 170326

PORTARIA Nº 0583/2017-GAB/SEMAS DE 24 DE ABRIL DE 2017

OBJETIVO: MONITORAMENTO DIÁRIO EM ATERRO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO CITADO.
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.
ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO: MARITUBA/PA.
PERIODO: 14/04/2017 - (½) DIÁRIA
SERVIDORES:
- 57176603/1 – DANIELLE FREITAS FAYAL – (TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE/GERENTE)
- 5923696/1 - RAFAEL MESQUITA TAVARES – (TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE)
- 57194270/1 - MARIA DO SOCORRO MONTEIRO LEITE DE SOUSA – (MOTORISTA)
ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo: 170293

PORTARIA Nº 0591/2017-GAB/SEMAS DE 24 DE ABRIL DE 2017

OBJETIVO: CONDUZIR VEÍCULO OFICIAL.
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.
ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO: CONCORDIA DO PARÁ/PA.
PERIODO: 21/04 A 23/04/2017 - (02 E ½) DIÁRIAS
SERVIDORES:
- 5609291/2 – EDIVALDO BARATA FIGUEIRA – (MOTORISTA)
ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo: 170248

PORTARIA Nº 0588/2017-GAB/SEMAS DE 24 DE ABRIL DE 2017

OBJETIVO: MONITORAMENTO DIÁRIO EM ATERRO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO CITADO.
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.
ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO: MARITUBA/PA.
PERIODO: 08/04/2017 - (½) DIÁRIA
SERVIDORES:
- 000000 – AMANDA GENTIL NERY – (COLABORADOR EVENTUAL)
- 5923696/1 - RAFAEL MESQUITA TAVARES – (TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE)
- 57196924/1 - PAULO CARVALHO LIMA – (MOTORISTA)
ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo: 170312

OUTRAS MATÉRIAS

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamento (switch)
A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade através de seu Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Financeira, CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA decide por REVOGAR o Pregão Eletrônico em epígrafe, para ajustes no termo de referência.
Belém, 25 de abril de 2017
Cristiane de Sousa Lima
Pregoeira SEMAS/Pa

Protocolo: 170274

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LICENÇA MATERNIDADE

Portaria nº. 289 de 20 de abril de 2017

CONSIDERANDO o Art. 77, III e o Art. 88 da Lei Estadual nº.5.810, de 24/01/94;
CONSIDERANDO a Emenda Constitucional nº. 44 de 09/03/2009;
CONSIDERANDO a Lei nº. 7.267 de 05/05/2009;
CONSIDERANDO o processo nº.2017/158945
RESOLVE:
Conceder à servidora Raquel Soares Souza, matrícula nº. 5893920, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Ambiental, lotada na DGMUC – Diretoria de Gestão e Monitoramento das Unidades de Conservação, deste Instituto, 180 (Cento e Oitenta) dias de Licença Maternidade, no período de 31.03.2017 a 27.09.2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Thiago Valente Novaes

Protocolo: 170195

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/2016

Aos 20 dias do mês de abril de 2017, às 09:00, na sede do IDEFLOR-Bio, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 724/216 para análise e julgamento dos recursos administrativos interposto pelas licitantes ATITUDE CONSTRUTORA LTDA-EPP E CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA referentes ao resultado preliminar da fase de classificação de propostas, publicado no sitio do IDEFLOR-Bio em 16/02/2017.
Os recursos administrativos foram analisados pelo Parecer Técnico nº 04/2017 – INFRA/GLOG/DAF que segue anexo, em seu inteiro teor, cuja conclusão apontou que todas as propostas apresentadas pelas licitantes estão em desacordo com o Edital.
Em face disso, julgam-se desclassificadas todas as propostas financeiras apresentadas, com fulcro no inciso I do art. 48 e inciso IV do art. 43 da Lei nº 8.666/93 e conforme Parecer Jurídico nº 102/2017 constante dos autos do processo administrativo nº 2016/410591.
O Parecer Técnico nº 04/2017 – INFRA/GLOG/DAF é bastante claro quanto aos motivos que ensejam a desclassificação de todas as licitantes, vez que estabeleceu ponto a ponto tudo aquilo que está em desacordo com o Edital, em cada proposta, conforme art. 43, inciso IV, supra. Dessa forma, resta cumprida a obrigação legal de motivação clara para desclassificação das propostas, pelo que resta afastada qualquer nulidade do ato administrativo por ausência de motivação.
Logo, a vista do art. 48, §3º da Lei nº 8.666/93, sendo desclassificadas todas as propostas, esta CPL decide autorizar a apresentação de novas propostas, as quais deverão ser apresentadas livres dos vícios determinantes da desclassificação, ou seja, devem observar fielmente as exigências do Edital, conforme Parecer Técnico nº 04/2017 – INFRA/GLOG/DAF. Esta CPL alerta ser vedada a apresentação de proposta inteiramente nova, devendo esta se ater à correção dos aludidos defeitos.
Ademais, somente os licitantes devidamente habilitados poderão apresentar as novas propostas com a correção dos erros apontados (TCU. Processo TC-009.097/1995-3. Decisão nº85/1998 – Plenário).
Por fim, as novas propostas deverão ser apresentadas até o dia 08 de maio de 2017 às 09:00hs no protocolo do IDEFLOR-Bio sito a Av. João Paulo II, s/n – Parque Estadual do Utinga – PEUT, e a sessão de abertura dos envelopes será as 10:00hs do mesmo dia no Auditório do IDEFLOR-Bio, no mesmo endereço.
Belém-PA, 24 de abril de 2017.
Membros da Comissão Permanente de Licitação:
HILDA ELIZABETH SOUTO DE VASCONCELOS
Presidente da CPL
JOÃO BATISTA CHAVES CARDOSO
Membro da CPL
PHILLIPE ALENCAR DE VILHENA
Membro da CPL

Protocolo: 170154

DIÁRIA

PORTARIA Nº. 285 DE 19 DE ABRIL DE 2017

Objetivo: Realizar visita técnica de monitoramento para encerramento de Três Contratos de Transição.
Fundamento Legal: Conforme o processo nº. 2017/157634, Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.
Origem: Belém-Pa
Destino: Santarém/Juruti - Pa
Período: 28/04 a 06/05/2017 - 8,5 (oito e meia) diárias
Servidor:
38337617 - Michele de Azevedo Pinto - Engenheira Florestal
ORDENADOR: THIAGO VALENTE NOVAES

Protocolo: 170271

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE CONTRATO DE CESSÃO DE USO N° 001/2017

PARTES:
CEDENTE: IDEFLOR-BIO
CESSIONÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ
OBJETO: O presente termo tem por objeto a CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL pertencente ao IDEFLOR-Bio, ora CEDENTE em favor da CESSIONÁRIA Prefeitura Municipal de Tucuruí, uma vez que este instrumento de colaboração visa atender ao interesse coletivo, através da respectiva Secretaria Municipal de Meio Ambiente Tucuruí, doravante denominada SEMMA TUCURUÍ, entidade municipal constituída pelo(a) Lei n° 7.137/2006.
OS BENS CEDIDOS: 01 (um) VEÍCULO UTILITÁRIO
01 (uma) EMBARCAÇÃO DE PORTE MÉDIO
01 (um) REBOQUE
VIGÊNCIA: 12/04/2017 a 12/04/2018
OBS: É DEFESO À CESSIONÁRIA: DESVIAR A FINALIDADE DO OBJETO DESTE INSTRUMENTO; CEDER OU TRANSFERIR, SOB QUALQUER HIPÓTESE, OS BENS CEDIDOS.
A CESSIONÁRIA DEVERÁ ARCAR COM EVENTUAIS DESPESAS PARA GARANTIR A MANUTENÇÃO E A CONSERVAÇÃO DOS BENS CEDIDOS.
THIAGO VALENTE NOVAES
PRESIDENTE DO IDEFLOR-BIO
CEDENTE
JONES WILLIAM DA SILVA GALVÃO
PREFEITO DE TUCURUÍ
CESSIONÁRIO

Protocolo: 170190

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PORTARIA

PORTARIA Nº 440/2017-SAGA
DE 24 DE ABRIL DE 2017

JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR, Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a necessidade de uma Comissão de Avaliação de Bens para ser cadastrada no SISPAT WEB desta Secretaria;
CONSIDERANDO, o Decreto 2.235 de 16.07.97 que delega competência ao dirigente do Órgão;
CONSIDERANDO, ainda a determinação da SEAD e o Processo eletrônico nº 2017/161984.
R E S O L V E: Designar os servidores JOSÉ AUGUSTO MARTINS SALGADO MF: 3214990/1, GILVANA REIS DA CRUZ MF: 5107580/1 e ALBA ALMEIDA DE OLIVEIRA MF: 54186058/3, para sob a presidência do primeiro, comporem a referida Comissão.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 170254

PORTARIA N.° 447-2017-SAGA
BELÉM-PA, 24 DE ABRIL E 2017.

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos arts. 143 e 148 da Lei nº 8.112/90,
RESOLVE:
DESIGNAR ITAMAR ARAÚJO DANTAS – MATRICULAS Nº 5232341/3,MIREIA CAFEZAKIS MOUTINHO – MATRICULA Nº 5598303 e FABIO WENDELL LIMA DA LUZ – MATRICULA Nº 5608708/5, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, com sede em Belém Estado do Pará, incumbida de apurar, no prazo de 30 (trinta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do processo administrativo nº 2017/132335, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 170034

ERRATA

ERRATA DE PORTARIA

Ref. A licença Prêmio da Servidora LUCIDALVA VIEIRA DA SILVA PORTARIA 430/2017-SAGA de 17/04/2017, publicada no DOE n°33.359 de 24/04/2017.
Onde se lê: Responder pelo cargo de coordenador
Lêia-se: Responder pelo cargo de Secretario de Secretaria Adjunta

Protocolo: 170164

POLICIA MILITAR DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 1539/2017 - DP 2

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ, no exercício da atribuição prevista no artigo 90, da Lei Estadual nº 5.251/1985; Considerando o disposto no artigo 6º, alíneas a e d, do Decreto Estadual nº 2400/1982; Considerando os termos do Ofício n° 062/2017 – Coord.Adm, de 08 de março de 2017; Considerando o disposto no artigo 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/1985, c/c o artigo 21, § 1º, item 3, do Regulamento das Policias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983 – R-200), RESOLVE:

Art. 1º. COLOCAR 2º SGT PM RG 22729 OLÍVIA BRAGA DE MORAES à disposição da Secretaria de Estado e Segurança Pública e Defesa Social.

Art. 2º. AGREGAR o 2º SGT PM RG 22729 OLÍVIA BRAGA DE MORAES em razão de se encontrar à disposição da Secretaria de Estado e Segurança Pública e Defesa Social.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Quartel em Icoaraci/PA, 20 de abril de 2017.

ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS – CEL PM RG 8065
COMANDANTE GERAL DA PMPA

Protocolo: 169956

PORTARIA Nº 1699/2017 - DP 2

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ, no exercício da atribuição prevista no artigo 90, da Lei Estadual nº 5.251/1985; Considerando o disposto no artigo 6º, alíneas a e d, do Decreto Estadual nº 2400/1982; Considerando os termos do Ofício n° 1107/2017 – DP2, de 17 de abril de 2017; Considerando o disposto no artigo 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251/1985, c/c o artigo 21, § 1º, item 3, do Regulamento das Policias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983 – R-200), RESOLVE:

Art. 1º. COLOCAR o CB PM RG 28541 GEAN GIERLE GOMES à disposição da Secretaria de Estado e Segurança Pública e Defesa Social.

Art. 2º. AGREGAR o CB PM RG 28541 GEAN GIERLE GOMES em razão de se encontrar à disposição da Secretaria de Estado e Segurança Pública e Defesa Social.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Quartel em Icoaraci/PA, 24 de abril de 2017.

ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS – CEL PM RG 8065
COMANDANTE GERAL DA PMPA

Protocolo: 169961

PORTARIA Nº 1698/2017 - DP 2

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, no exercício das atribuições previstas nos artigos 91 e 92, da Lei Estadual n° 5.251/1985; RESOLVE:

Art. 1º. CLASSIFICAR o SD PM RG 39670 MAICON CEZAR DE SOUZA FEITOSA na 21ª CIPM/CPR VI, sediado no município de Dom Eliseu/PA.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Quartel em Icoaraci/PA, 20 de abril de 2017.

ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS - CEL PM RG 8065
COMANDANTE GERAL DA PMPA

Protocolo: 169959

PORTARIA Nº 1466/2017 - DP 2

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, no exercício das atribuições previstas nos artigos 91 e 92, da Lei Estadual n° 5.251/1985; Considerando os termos do Ofício nº 062/2017 – Coord.Adm/CIOP, de 08 de março de 2017; RESOLVE:

Art. 1º. REVERTER ao serviço ativo da Polícia Militar do Pará o SD PM RG 37138 ALDECIR GOMES DA SILVA, por haver cessado o motivo de sua permanência na Secretaria de Estado e Segurança Pública e Defesa Social.

Art. 2º. CLASSIFICAR o SD PM RG 37138 ALDECIR GOMES DA SILVA no 22º BPM/CPR V, sediado no município de Conceição do Araguaia/PA.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Quartel em Icoaraci/PA, 20 de abril de 2017.

ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS - CEL PM RG 8065
COMANDANTE GERAL DA PMPA

Protocolo: 169954

PORTARIA Nº 1599/2017 - DP 2

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, no exercício das atribuições previstas nos artigos 91 e 92, da Lei Estadual n° 5.251/1985; Considerando os termos do Ofício nº 081/2017 – P-1/CIOE, de 06 de março de 2017; RESOLVE:

Art. 1º. REVERTER ao serviço ativo da Polícia Militar do Pará o CB PM RG 35216 PEDRO MENEZES SILVA FILHO, por haver cessado o motivo de sua permanência na Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Art. 2º. CLASSIFICAR o CB PM RG 35216 PEDRO MENEZES SILVA FILHO na CIOE/CME, sediada no município de Belém/PA.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Quartel em Icoaraci/PA, 24 de abril de 2017.

ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS - CEL PM RG 8065
COMANDANTE GERAL DA PMPA

Protocolo: 169957

ERRATA

ERRATA DA PORTARIA Nº 979/17/DC/DF
CONTIDA NO DOE Nº 33.329 DO DIA 09/03/2017
ONDE SE LE: ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.
LEIA SE: PARTICIPAR DO CURSO SICONV WEEK.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
ERRATA DA PORTARIA Nº 610/17/DC/DF
CONTIDA NO DOE Nº 33.329 DO DIA 09/03/2017
ONDE SE LE: ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.
LEIA SE: PARTICIPAR DO CURSO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO SICONV (V).
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

ERRATA DA PORTARIA Nº 611/17/DC/DF
CONTIDA NO DOE Nº 33.329 DO DIA 09/03/2017
ONDE SE LE: ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.
LEIA SE: PARTICIPAR DO CURSO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO SICONV (V).
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
ERRATA DA PORTARIA Nº 612/17/DC/DF
CONTIDA NO DOE Nº 33.329 DO DIA 09/03/2017
ONDE SE LE: ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.
LEIA SE: PARTICIPAR DO CURSO DE EMENDAS PARLAMENTARES.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
ERRATA DA PORTARIA Nº 1346/17/DC/DF
CONTIDA NO DOE Nº 33.348 DO DIA 05/04/2017
ONDE SE LE: ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.
LEIA SE: PARTICIPAR DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS PARA AQUISIÇÕES NO SETOR PÚBLICO.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

Protocolo: 170182

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 252 DE 18 DE ABRIL DE 2017

Nome: Joelson Ramos Paes
Matrícula: 54185160 -1
Função: Tenente.
Função Programática: 06 122.1297.8338
Elemento de Desp: 339030 – R$ 1.500,00
Elemento de Desp : 339036 – R$ 1.000,00
Fonte: 0101
Valor: R$ 2.500,00
Prazo De Aplicação: 60 Dias
Ordenador De Despesas: Zannelli Antônio Melo Nascimento - Cel

Protocolo: 170147

PORTARIA Nº 253 DE 19 DE ABRIL DE 2017

Nome: Dinaldo Santos Palheta
Matrícula: 51855690 -1
Função: Major.
Função Programática: 06 122.1297.8338
Elemento de Desp: 339030 – R$ 2.000,00
Fonte: 0101
Valor: R$ 2.000,00
Prazo De Aplicação: 60 Dias
Ordenador De Despesas: Zannelli Antônio Melo Nascimento - Cel

Protocolo: 170160

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

DIÁRIA

PORTARIA Nº 465/2017- DGPC/OD/DRF DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CONSIDERANDO o teor do PROT 201/163090, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es)
abaixo nominado(s), ao município de ALTAMIRA, a fim de realizar REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS
POLICIAIS, no período de 24. a 27/04/2017;
1 . PROFAD4 - JOSE RIBAMAR HENRIQUES PEREIRA - MAT: 315508
2 . IPC - DURVAL LUIS PAES GODIM - MAT: 57233589
CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 03
(três) diária(s) do grupo B. , no valor de R$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais), perfazendo um
total de R$ 810,00 (oitocentos e dez reais), para atender despesas adicionais decorrentes da
diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo: 169860

PORTARIA Nº 468/2017- DGPC/OD/DRF DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2017/163090, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es)
abaixo nominado(s), ao município de ALTAMIRA, a fim de realizar REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS
POLICIAIS, no período de 25 a 28/04/2017.;
1 . IPC - EMILIO DE QUADROS PEINADO JUNIOR - MAT: 5876940
CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 03
(três) diária(s) do grupo B. , no valor de R$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais), para atender
despesas adicionais decorrentes da diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo: 169865

PORTARIA Nº 471/2017- DGPC/OD/DRF DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2017/167429, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es)
abaixo nominado(s), ao município de SALINÓPOLIS, a fim de realizar APOIO A EVENTOS, no
período de 21 a 24/04/2017;
1 . ADM - RICARDO SANTOS DE ALMEIDA - MAT: 57190550
2 . IPC - GUILHERME DE LIMA MELO - MAT: 5205026
3 . EPC - WILSON VASCONCELOS MOURAO FILHO - MAT: 57175587
CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 03
(três) diária(s) do grupo B , no valor de R$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais), perfazendo um
total de R$ 1.215,00 (Um mil, duzentos e quinze reais), para atender despesas adicionais
decorrentes da diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo: 169869

PORTARIA Nº 466/2017- DGPC/OD/DRF DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2017/164650 , que solicitou o deslocamento do(s)
servidor(es) abaixo nominado(s), ao município de ALTAMIRA, a fim de realizar MANUTENÇÃO DE
EQUIPAMENTOS, no período de 24804 a 01/05/2017;
1 . ADM - LUIZ ROOLSEVERT MACIEL FERREIRA - MAT: 73423
CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 07
(sete) diária(s) do grupo B , no valor de R$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), para
atender despesas adicionais decorrentes da diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo: 169862

PORTARIA Nº 469/2017- DGPC/OD/DRF DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2017132797, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es)
abaixo nominado(s), ao município de BELÉM, a fim de realizar AUDIÊNCIA, no período de 25 a
27/04/2017;
1 . IPC - MARCIO ANDRE DE SOUZA GONÇALVES - MAT: 5186641
CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 2,5
(duas e meia) diária(s) do grupo B , no valor de R$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e
cinquenta centavos.), para atender despesas adicionais decorrentes da diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo: 169866

PORTARIA Nº 472/2017- DGPC/OD/DRF DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2017166228, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es)
abaixo nominado(s), ao município de PARAUAPEBAS, a fim de realizar DILIGENCIA POLICIAL, no
período de 24 a 30/04/2017;
1 . IPC - DENIS ALBERTO MORAES DE MORAES - MAT: 5886910
2 . EPC - JAIRO COSTA DOS SANTOS - MAT: 57214595
3 . DPC - DAURIEDSON BENTES DA SILVA - MAT: 5824664
CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 06
(seis) diária(s) do grupo B , no valor de R$ 810,00 (oitocentos e dez reais), perfazendo um total
de R$ 2.430,00 (dois mil, quatrocentos e trinta reais), para atender despesas adicionais
decorrentes da diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo: 169870

PORTARIA Nº 477/2017- DGPC/OD/DRF DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2017/159428, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es)
abaixo nominado(s), ao município de TUCURUÍ, a fim de realizar REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS
POLICIAIS, no período de 24 a 25/04/2017.;
1 . IPC - SHIRLENE DA SILVA MACHADO - MAT: 5692946
CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 1,5
(uma e meia.) diária(s) do grupo B , no valor de R$ 202,50 (duzentos e dois reais e cinquenta
centavos.), para atender despesas adicionais decorrentes da diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo: 169878

PORTARIA Nº 473/2017- DGPC/OD/DRF DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2017166168, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es)
abaixo nominado(s), ao município de MARABÁ, a fim de realizar DILIGENCIA POLICIAL, no
período de 24 a 26/04/2017;
1 . IPC - RUI PEREIRA DOS SANTOS - MAT: 5411866
2 . EPC - ALCINEY MODESTO BRAGA - MAT: 54183800
3 . DPC - GLAUCO VALENTIM CARVALHO DO NASCIMENTO - MAT: 5826250
CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 02
(duas) diária(s) do grupo B , no valor de R$ 270,00 (duzentos e setenta reais), perfazendo um
total de R$ 810,00 (oitocentos e dez reais), para atender despesas adicionais decorrentes da
diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo: 169871

PORTARIA Nº 475/2017- DGPC/OD/DRF DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CONSIDERANDO o teor do PROT , que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es) abaixo
nominado(s), ao município de ALTAMIRA, a fim de realizar PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE
APERFEIÇOAMENTO, no período de 23 a 29/04/2017.;
1 . IPC - AFONSO ALVES RODRIGUES - MAT: 5332699
2 . PAP - KLEITON AMANCIO CABRAL - MAT: 5452759
3 . DPC - MARLISE MODESTO TOURAO - MAT: 700010
CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 06
(seis) diária(s) do grupo B. , no valor de R$ 810,00 (oitocentos e dez reais), perfazendo um total
de R$ 2.430,00 (dois mil, quatrocentos e trinta reais), para atender despesas adicionais
decorrentes da diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo: 169875

PORTARIA Nº 467/2017- DGPC/OD/DRF DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2017/132704, que solicitou o deslocamento do(s)
servidor(es) abaixo nominado(s), ao município de BARCARENA, a fim de realizar MANUTENÇÃO
DE EQUIPAMENTOS, no período de 24 a 25/04/2017;
1 . ADM - RUDINARDY CAVALCANTE DE ARAUJO - MAT: 57193801
2 . ADM - AUGUSTO VINICIUS RIBEIRO BARROS - MAT: 5904208
CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 01
(uma) diária(s) do grupo B , no valor de R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais), perfazendo um
total de R$ 270,00 (duzentos e setenta reais), para atender despesas adicionais decorrentes da
diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo: 169863

PORTARIA Nº 470/2017- DGPC/OD/DRF DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2017/161356, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es)
abaixo nominado(s), ao município de TUCURUÍ, a fim de realizar REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS
POLICIAIS, no período de 25 a 28/04/2017;
1 . IPC - REINALDO MENDONCA GOMES JUNIOR - MAT: 5856817
2 . IPC - ERIC MARCOS NUNES CAVALCANTE - MAT: 5332630
3 . IPC - ANTONIO SOBRAL JUNIOR - MAT: 5886864
CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 3,5
(três e meia) diária(s) do grupo B , no valor de R$ 472,50 (quatrocentos e setenta e dois reais e
cinquenta centavos), perfazendo um total de R$ 1.417,50 (Um mil, quatrocentos e dezessete
reais e cinquenta centavos), para atender despesas adicionais decorrentes da diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo: 169867

PORTARIA Nº 474/2017- DGPC/OD/DRF DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2017166332, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es)
abaixo nominado(s), ao município de CAMETÁ, a fim de realizar DILIGENCIA POLICIAL, no
período de 21 a 24/04/2017;
1 . IPC - ANTONIO JOSE FARIAS NONATO - MAT: 5853303
2 . IPC - EZEQUIEL DE JESUS PEREIRA DO REGO - MAT: 5865905
3 . IPC - ANGELO FERREIRA MARTINS - MAT: 5913855
4 . IPC - DENILSON DA SILVA BITENCOURT - MAT: 57200091
5 . EPC - ALEXANDRE MAGNO CALDAS FERREIRA - MAT: 57190571
6 . DPC - QUESIA PEREIRA CABRAL DOREA - MAT: 5914243
CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 03
(três) diária(s) do grupo B. , no valor de R$ 405,,00 (quatrocentos e cinco reais), perfazendo um
total de R$ 2.430,00 (dois mil, quatrocentos e trinta reais), para atender despesas adicionais
decorrentes da diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo: 169872

PORTARIA Nº 476/2017- DGPC/OD/DRF DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2017169793, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es)
abaixo nominado(s), ao município de SANTARÉM, a fim de realizar PARTICIPAÇÃO DE
SEMINÁRIO, no período de 25 a 26/04/2017.;
1 . DPC - ALINE ADIMA FERREIRA BOAVENTURA - MAT: 57233546
CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 1,5
(uma e meia) diária(s) do grupo B , no valor de R$ 235,50 (duzentos e trinta e cinco reais e
cinquenta centavos), para atender despesas adicionais decorrentes da diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo: 169876

OUTRAS MATÉRIAS

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

Órgão: POLÍCIA CIVIL
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: Prorrogação de Contrato
Admissão: 05/05/2016
Término de Vínculo: 04/05/2018
Admitidos:
Nome do Servidor Cargo do Servidor Observação
RAYSSA KATHLYN RODRIGUES PAMPLONA – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 014/2016-PCE
Ordenador: RILMAR FIRMINO DE SOUSA
Delegado Geral da Polícia Civil

Protocolo: 170035

CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 019/2017
Objeto: Aquisição de gerador de nitrogênio e ar zero para aplicações analíticas em LCMS para o atendimento das necessidades do Laboratório Forense deste Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves"
Entrega do edital: Junto aos sítios www.compraspara.pa.gov.br; www.cpc.pa.gov.br ou www.comprasgovernamentais.gov.br (UASG 925453)
Local de abertura: Junto ao site www.comprasgovernamentais.gov.br (UASG 925453)
Data de abertura: 10 de maio de 2017, às 08h30min (Horário de Brasília).
Pregoeiro Oficial: Carlos Alberto de Andrade Rodrigues Júnior
Ordenador de Despesas: Orlando Salgado Gouvêa.

Protocolo: 169844

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

(Processo nº 2017/33777)

O Diretor Geral do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, no uso de suas atribuições legais e considerando os fatos corroborados nos autos do processo nº 2017/33777, bem como as disposições do Edital de Pregão Eletrônico nº 007/2017 – CPC, que tem por objeto a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do laboratório forense, considerando também os termos da adjudicação do pregoeiro oficial, bem como a manifestação do Núcleo de Controle Interno, RESOLVE:
I – HOMOLOGAR a adjudicação do Pregoeiro Oficial que concedeu o objeto do presente certame à empresa LIFE METROLOGIA, TECNOLOGIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA- EPP (CNPJ/MF nº 15.556.957/0001-96) pela oferta de R$ 13.276,32 (Treze mil duzentos e setenta e seis reais e trinta e dois centavos) para o G1; R$ 112.189,92 (Cento e doze mil cento e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos) para o G2; R$ 23.754,00 (Vinte e três mil setecentos e cinquenta e quatro reais) para o G3 e R$ 8.426,64 (Oito mil quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos) para o G4 para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do Laboratório deste CPC Renato Chaves;
II – Determinar à Comissão Permanente de Licitação a adoção dos procedimentos necessários para a elaboração do instrumento contratual nos termos do edital desta licitação;
III – Determinar à Diretoria Administrativa e Financeira a indicação para a designação de fiscal de contrato.
Os autos do presente processo estão à disposição de todos que interessarem para vistas junto à Comissão Permanente de Licitação deste CPC.
REGISTRE-SE, CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.
Belém, 24 de abril de 2017.
ORLANDO SALGADO GOUVÊA
Diretor Geral

Protocolo: 170202

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 1275/2017-DG/CGP, DE 24/04/2017.
A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – detran/pa, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e,
R E S O L V E:
EXCLUIR o servidor OLMAFRAN TADEU ALVES FIGUEIRÓ, Assistente de Administração, matrícula 3265030/1, da Comissão instituída pela Portaria 1037/2017-DG/CGP, para realizar o exame escrito sobre legislação de trânsito e de direção veicular, no período de 05/04/2017 a 04/04/2018, no âmbito da CIRETRAN "A" de SANTARÉM.
Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor em 25/04/2017.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
ANDREA YARED DE OLIVEIRA HASS
Diretora Geral

Protocolo: 170205

PORTARIA Nº 1249/2017-DAF/CGP, DE 19/04/2017.
A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 72, inciso II, da Lei 5.810/94, de 24/01/1994,
R E S O L V E:
AUTORIZAR o afastamento da servidora GESILENE FERNANDES TAVARES, Assistente de Trânsito, matrícula 80845534/1, lotada na Coordenadoria do Núcleo de Planejamento, por oito (08) dias, no período de período de 31/03 a 07/04/2017, decorrentes de seu Casamento.
Os efeitos desta Portaria retroagirão a 31/03/2017.
Publique-se e cumpra-se.
Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 1248/2017-DAF/CGP, DE 19/04/2017.
A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 81, da Lei 5.810/94, de 24.01.1994, e ainda a apresentação do Laudo Médico nº. 060/17 de 24/02/2017.
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor ANTONIO QUEIROZ DE ARAÚJO, Assistente de Trânsito, matrícula 57197134/1, lotado na CIRETRAN "A" de Capanema, trinta (30) dias de Licença Assistência, no período de 06/02 a 07/03/2017, conforme Laudo Médico nº 060/17 de 24/02/2017.
Publique-se e cumpra-se.
Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 1247/2017-DAF/CGP, DE 19/04/2017.
A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 81, da Lei 5.810/94, de 24/01/1994, e ainda a apresentação do Laudo Médico nº. 2756/17 de 30/03/2017,
R E S O L V E:
CONCEDER a servidora ROSALBA MOURA SILVA, Auxiliar Técnico, matrícula 3268322/1, lotada na CIRETRAN "A" de Santarém, trinta (30) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 01/03 a 30/03/2017, conforme Laudo Médico nº 2756/17 de 30/03/2017.
Publique-se e cumpra-se.
Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 1246/2017-DAF/CGP, DE 19/04/2017.
A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 81, da Lei 5.810/94, de 24.01.1994, e ainda a apresentação do Laudo Médico nº. 1134/17 de 31/03/2017,
R E S O L V E:
PRORROGAR a Licença para Tratamento de Saúde concedida ao servidor ATAULFO CÉLIO GARCIA, Vistoriador, matrícula 57212270/2, lotado na CIRETRAN "B" de Bragança, cento e oitenta e quatro (184) dias, no período de 01/04 a 01/10/2017, conforme Laudo Médico nº. 1134/17 de 31/03/2017.
Publique-se e cumpra-se.
Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 1244/2017-DAF/CGP, DE 19/04/2017.
A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 81, da Lei 5.810/94, de 24/01/1994, e ainda a apresentação do Laudo Médico nº. 21841 de 06/04/2017,
R E S O L V E:
CONCEDER a servidora MARIA DO SOCORRO FARIAS DA SILVA, Agente de Fiscalização de Trânsito, matrícula 57203364/1, lotada na CIRETRAN "A" de Capanema, sessenta (60) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 20/03 a 18/05/2017, conforme Laudo Médico nº 21841 de 06/04/2017.
Publique-se e cumpra-se.
Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 1251/2017-DAF/CGP, DE 19/04/2017.
A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO os termos constantes do Despacho às fls. 05, no Processo 2016/394141, deferindo a concessão de Licença Prêmio,
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor JOÃO CARLOS CASTRO ARIAS, Agente de Fiscalização de Trânsito, matrícula 57200354/1, lotado na Gerência de Operação e Fiscalização de Trânsito da Capital, trinta (30) dias de Licença Prêmio, no período de 15/05 a 13/06/2017, referentes ao triênio 2008/2011, de acordo com a Lei nº 5.810/94-RJU, de 24 de janeiro de 1994.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
NAZARÉ DE FÁTIMA MATOS OLIVEIRA
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº894/2017-DAF/CGP, DE 24/03/2017.
A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 81, da Lei 5.810/94, de 24.01.1994, e ainda a apresentação do Laudo Médico nº. 20881.
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor VINÍCIUS AFFONSO DE ARAÚJO MARZULLO MAIA, Vistoriador, matrícula 57201737/1, lotado na CIRETRAN "A" de Marabá, quinze (15) dias de Licença Assistência, no período de 24/03 a 07/04/2017, conforme Laudo Médico nº 20881.
Publique-se e cumpra-se.
Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº874/2017-DAF/CGP, DE 23/03/2017.
A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 91, da Lei 5.810/94-RJU, de 24/01/1994 e a apresentação da Certidão de Nascimento, datada de 20/03/2017,
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor VINÍCIUS AFFONSO DE ARAÚJO MARZULLO MAIA, Vistoriador, matrícula 57201737/1, lotado na CIRETRAN "A" de Marabá, dez (10) dias de Licença Paternidade, no período de 14/03 a 23/03/2017, de acordo com o estabelecido na Lei 5.810/94-RJU.
Os efeitos desta Portaria retroagirão a 14/03/2017.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 1073/2017-DAF/CGP, DE 06/04/2017.
A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 72, inciso II, da Lei 5.810/94, de 24/01/1994,
R E S O L V E:
AUTORIZAR o afastamento do servidor RUBENS DAVI NUNES DE ARAÚJO, Vistoriador, matrícula 57202051/1, lotado na CIRETRAN "A" de Altamira, por oito (08) dias, no período de período de 01/04 a 08/04/2017, decorrentes de seu Casamento.
Os efeitos desta Portaria retroagirão a 01/04/2017.
Publique-se e cumpra-se.
Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 1267/2017-DAF/CGP, DE 24/04/2017.
A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO os termos constantes do Despacho às fls. 06, no Processo 2017/168847, deferindo a concessão de Licença Prêmio,
R E S O L V E:
CONCEDER à servidora LINDINALVA OLIVEIRA SILVA, Assistente Administrativo, matrícula 2010070/1, lotada na Procuradoria Jurídica, sessenta (60) dias de Licença Prêmio, no período de 17/04 a 15/06/2017, referentes ao triênio 2014/2017, de acordo com a Lei nº 5.810/94-RJU, de 24 de janeiro de 1994.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 1268/2017-DAF/CGP, DE 24/04/2017.
A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 81, da Lei 5.810/94, de 24.01.1994, e ainda a apresentação do Laudo Médico nº. 22801 de 11/04/2017,
R E S O L V E:
CONCEDER a servidora ARIADNE OLIVEIRA MOTA DURANS, Assistente de Trânsito, matrícula 55588530/1, lotada na Gerência de Posto Avançado, vinte e sete (27) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 15/03 a 10/04/2017, conforme Laudo Médico nº 22801 de 11/04/2017.
Publique-se e cumpra-se.
Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 1272/2017-DAF/CGP, DE 24/04/2017.
A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 81, da Lei 5.810/94, de 24.01.1994, e ainda a apresentação do Laudo Médico nº.186146A/1 de 17/04/2017,
R E S O L V E:
CONCEDER a servidora INES DO SOCORRO CASTRO DE OLIVEIRA, Auxiliar de Administração, matrícula 3266664/1, lotada na Gerência de Benefícios e Assistência Social, trinta (30) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 06/04 a 05/05/2017, conforme Laudo Médico nº 186146A/1 de 17/04/2017.
Os efeitos desta Portaria retroagirão a 06/04/2017.
Publique-se e cumpra-se.
Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 1273/2017-DAF/CGP, DE 24/04/2017.
A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 81, da Lei 5.810/94, de 24.01.1994, e ainda a apresentação do Laudo Médico nº.186150A/1 de 17/04/2017,
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor IVAN CAMPOS BEZERRA, Assistente Técnico, matrícula 3261891/1, lotado na Coordenadoria de Engenharia de Trânsito, vinte (20) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 05/04 a 24/04/2017, conforme Laudo Médico nº 186150A/1 de 17/04/2017.
Os efeitos desta Portaria retroagirão a 05/04/2017.
Publique-se e cumpra-se.
Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 1274/2017-DAF/CGP, DE 24/04/2017.
A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 81, da Lei 5.810/94, de 24.01.1994, e ainda a apresentação do Laudo Médico nº.1138/17 de 31/03/2017,
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor RAIMUNDO GUEDES PEIXOTO, Auxiliar de Administração, matrícula 3264343/1, lotado na CIRETRAN "B" de Capitão Poço, setenta e três (73) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 18/01 a 31/03/2017, conforme Laudo Médico nº 1138/17 de 31/03/2017.
Os efeitos desta Portaria retroagirão a 18/01/2017.
Publique-se e cumpra-se.
Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Protocolo: 170168

CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
NÚMERO DO CONTRATO: 023/2017
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços n° 08/2016 – DETRAN/PA
PARTES: Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, CNPJ n° 04.822.060/0001-40 e empresa A M B CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF nº 17.870.611/0001-93.
OBJETO DO CONTRATO: Executar serviços de engenharia de sinalização gráfica horizontal, vertical, semafórica e obras civis complementares nas vias do município de Santana do Araguaia/Pa.
VALOR: R$-588.317,47 (quinhentos e oitenta e oito mil, trezentos e dezessete reais e quarenta e sete centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 66.201 - Departamento de Trânsito do Estado do Pará; 06 – Segurança Pública; 125 – Normatização e Fiscalização; 1425 – Segurança Pública; 8275 – Sinalização de Trânsito; 449039 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 0261 – Recursos Próprios; 0661 – Recursos Próprios - Superávit
VIGÊNCIA: Início: 24/04/2017 Término:21/10/2017
FORO: Belém
DATA DE ASSINATURA: 24/04/2017
ORDENADOR RESPONSÁVEL: ANDREA YARED DE OLIVEIRA HASS
ANDREA YARED DE OLIVEIRA HASS
Diretora Geral
DETRAN/PA

Protocolo: 170207

FUNDO DE INVESTIMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA Nº 006/2017- FISP BELÉM 18 DE ABRIL DE 2017
BELARMIRA FÁTIMA SOUZA PANTOJA**, Diretora e Ordenadora de Despesa do Fundo de Investimento de Segurança Pública - FISP, por designação legal, etc,...**
CONSIDERANDO: **Os processos licitatórios desenvolvidos pela** Comissão de Licitação e Cotação Eletrônica **do Fundo de Investimento de Segurança Pública – FISP;**
CONSIDERANDO: **A necessidade de** Fiscalização, Recebimento **e** Conferência **de** Materiais Permanentes **de interesse do** INSTITUTO DE ENSINO DE SEGURANÇA DO PARÁ – IESP / SEGUP;
CONSIDERANDO: **Ainda, o teor do** Memorando nº 24/2017 – GAB/IESP**, de 11.04.17;**
RESOLVE: DESIGNAR **os servidores abaixo relacionados, para comporem a comissão de Acompanhamento e procedimentos de aquisição de** MATERIAIS PERMANENTES **efetuados pelo FISP, de interesse daquele** INSTITUTO DE ENSINO DE SEGURANÇA DO PARÁ – IESP, **pelo período de um ano, a contar da data da publicação.**
Presidente: MARIA ARLETE DE CASTRO – Mat: 5091853-2
Membros**: 1º TEN QOABM –** Ronaldo Câmara da Silva **– Mat: 5452732-1 e**
Danilo Gilvani Passinho **– Mat: 5722225-8** REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
BELARMIRA FÁTIMA SOUZA PANTOJA Diretora e Ordenadora do FISP

Protocolo: 169882

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2017-FISP/PA
O Fundo de Investimento da Segurança Pública, através de sua Pregoeira, comunica que realizará licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme abaixo:
OBJETO: Aquisição de 04 (quatro) Fechaduras Biométricas para atender as necessidades do Núcleo de Inteligência Policial - NIP, conforme especificação constante do Termo de Referência, anexo I, do Edital.
DATA DA ABERTURA: 10/05/2017
HORA DA ABERTURA: 09h:00 (Horário Oficial de Brasília-DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br (UASG:925782)
OBS: O presente Edital poderá ser adquirido no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.compraspara.pa.gov.br
Belém(PA), 24 de abril de 2017.
Luciene do Socorro Cruz Padilha
Pregoeira FISP/PA

Protocolo: 170114

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após a constatação da regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente deste FISP, Sra. BELARMIRA FÁTIMA SOUZA PANTOJA, Diretora e Ordenadora de Despesas, resolve HOMOLOGAR a adjudicação referente ao Processo Licitatório nº 2016/447805 na modalidade Pregão Eletrônico nº 04/2017-FISP, cujo objeto é a aquisição de aparelhos telefônicos, para atender as necessidades do CIOP, NIOP e CAD's e Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUPDS, em favor das empresas:
ITENS 01 E 02: ARGS DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS EIRELI EPP, CNPJ: 20.274.219/0001-96, com o valor global de R$ 2.666.48 (dois mil, seiscentos e seis reais e quarenta e oito centavos).
ITEM 03: NIKITA SARA LIMA DA SILVA LINO 36366229864, CNPJ: 17.970.151/0001-75, com o valor global de R$ 4.786,92 (quatro mil, setecentos e oitenta e seis reais e noventa e dois centos).
Belém, 24 de abril de 2017.
BELARMIRA FÁTIMA SOUZA PANTOJA
Diretora e Ordenadora de Despesas do FISP

Protocolo: 169911

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

Portaria nº 250/2017-CGP/SUSIPE Belém, 17 de abril de 2017
GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão, necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo.
CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter a Comissão envidado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito.
CONSIDERANDO ser pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido da não conclusão do processo administrativo disciplinar no prazo legal não constituir nulidade.
RESOLVE:
Redesignar **JAYMERSON CARLOS PEREIRA MARQUES, ANDRÉ EPIFANIO MARTINS,** ambos ocupantes do cargo de Procurador Autárquico do Estado e FRANCISCO CÍCERO DO AMARAL NETO, Assistente Administrativo para, sob a presidência do primeiro, dar continuidade a apuração dos autos do Processo nº. 4159/2017.
Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.
GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS
Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo: 169850

PORTARIA Nº 318/2017-GAB/SUSIPE
Belém-PA, 18 de abril de 2017.
Institui Comissão de Análise Final da Pesquisa Social do Processo Seletivo Simplificado para contratação de servidores penitenciários, em regime de contratação por tempo determinado, para atuar na Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará e dá outras providências.
O Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO que a Pesquisa Social compreende uma das fases do Processo Seletivo Simplificado para contratação de servidores penitenciários, em regime de contratação por tempo determinado, para atuar nesta Autarquia.
CONSIDERANDO a necessidade de realizar a análise final da Pesquisa Social, de caráter eliminatório, dos candidatos classificados para a terceira fase do Processo Seletivo Simplificado desta Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará.
RESOLVE:
Art. 1º INSTITUIR Comissão de Análise Final da Pesquisa Social do Processo Seletivo Simplificado para contratação de servidores, em regime de contratação por tempo determinado, para atuar na Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará.
Art. 2º DESIGNAR os servidores a seguir relacionados para, sob a presidência do primeiro, comporem a referida Comissão:
I – *GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS,* matrícula funcional nº 7001225;
II - WILLAMS ANTÔNIO DAMASCENO CHAGAS, matrícula funcional nº 5280729;
III - SAIDY MERCÊS DOS SANTOS DIAS, matrícula funcional nº 42323;
IV- ANDRÉ RICARDO NASCIMENTO TEIXEIRA, matrícula funcional nº 5902531.
Art. 3º CONVALIDAR todos os atos anteriormente praticados pela Comissão junto aos processos seletivos nº 004/2016, 001/2017, 002/2017 e 005/2017.
Art. 4º A Comissão fica autorizada a adotar todas as providências relativas à análise da pesquisa social final do Processo Seletivo Simplificado para contratação de servidores, em regime de contratação por tempo determinado, no âmbito desta Autarquia, nos termos do edital do Processo Seletivo Simplificado.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará

Protocolo: 169981

Portaria nº 249/2017-CGP/SUSIPE Belém, 17 de abril de 2017
GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS,
Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão, necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo.
CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter a Comissão envidado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito.
CONSIDERANDO ser pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido da não conclusão do processo administrativo disciplinar no prazo legal não constituir nulidade.
RESOLVE:
Redesignar **JAYMERSON CARLOS PEREIRA MARQUES, ANDRÉ EPIFANIO MARTINS** e MARCELA ALVES TOSTES MONTENEGRO DUARTE, todos ocupantes do cargo de Procurador Autárquico do Estado, para, sob a presidência do primeiro, dar continuidade a apuração dos autos do Processo nº. 4082/2016-CGP/SUSIPE.
Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.
GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS
Corregedor-Geral Penitenciário do Estado
Protocolo: 169848

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

ATO: TERMO DE DISTRATO
Término Vínculo: 01/02/2017
Motivo: APOSENTADORIA PELO REGIME GERAL PREVIDENCIARIO
Órgão: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA
Servidor Temporário: ALBERTO AUGUSTO PASSOS PEREIRA – MOTORISTA
Ordenador: ANDRE LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
ATO: TERMO DE DISTRATO
Término Vínculo: 01/03/2017
Motivo: DISTRATO UNILATERAL
Órgão: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA
Servidor Temporário: PATRICIA DE OLIVEIRA COSTA – AGENTE PRISIONAL
Ordenador: ANDRE LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Protocolo: 170153

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N° 316 /2017 – GAB/ SUSIPE
Belém-PA, 18 de Abril de 2017.
O Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais.
CONSIDERANDO o disposto no Art. 68, da Lei Federal nº 8.666/93 e o disposto no Decreto nº. 870 de 04/10/2013.
RESOLVE:
Art. 1º **DESIGNAR** o Servidor **JORGE LUÍS GATO LOBATO**, matrícula nº 5909228-1, como fiscal do Contrato Administrativo nº 016/2017/SUSIPE, celebrado entre a **EMPRESA TDF COMÉRCIO MATERIAIS LTDA-ME,** e a Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – SUSIPE, cujo objeto é a Contratação de Empresa para aquisição de Contêineres e lixeiras para atender as adequações de limpeza necessária ao bom andamento das atividades do Complexo de Santa Izabel do Pará, contemplando o Centro de Recuperação Penitenciário do Pará I, Centro de Recuperação Penitenciário do Pará II, Centro de Recuperação Penitenciário do Pará III, Hospital Geral Penitenciário, Centro de Recuperação Especial Coronel Anastácio das Neves, Central de Triagem Metropolitana I, Central Metropolitana III, Central Metropolitana IV, Cadeia Pública Jovens Adultos e Colônia Penal Agrícola de Santa Izabel.
Parágrafo único - São atribuições do fiscal: acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato, das cláusulas contratuais e fazer relatório de finalização do contrato.
Art. 2º **DELIBERAR** que o servidor atue em conformidade com o estabelecido no dispositivo legal mencionado em epígrafe, até a vigência final do referido instrumento.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará
Protocolo: 169874

DIÁRIA
PORTARIA Nº839/2016
Objetivo: escoltar interno a fim de participar de audiência no município de Barcarena/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Ananindeua/PA – Brasil
Destino (s) Barcarena /PA – Brasil
Servidor(es)57205797/JOSE HENRIQUE DE SOUZA PANTOJA (Agente prisional);54181391/EDILBERTO DA SILVA GOMES(Agente Prisional)
Período: 28/03/2016 - Diária (s): 0.5(meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Protocolo: 169919

PORTARIA Nº826/2016
Objetivo: escoltar interno a fim de participar de audiência no município de Conceição do Araguaia/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Belém/PA – Brasil
Destino (s) Conceição do Araguaia /PA – Brasil
Servidor(es)5848044 /ABRAAO SOUSA SARGES (Agente prisional)
Período 16 a 18/03/2016- Diária (s): 2.5 (duas e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Protocolo: 169923

PORTARIA Nº1263/2016
Objetivo: escoltar interna a fim de participar de audiência no município de Santa Isabel do Pará/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Tucuruí/PA – Brasil
Destino (s) Santa Isabel do Pará /PA – Brasil
Servidor(es)5868289 / REDINALDO SEPEDA CHAVES (Agente Prisional);57174568/LINDERLEY SILVA DA COSTA(Agente Prisional);5868777/DANIEL PEREIRA BARBOSA(Motorista)
Período: 06/06/2016- Diária (s): 0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Protocolo: 169927

PORTARIA Nº1266/2016
Objetivo: escoltar interna a fim de participar de audiência no município de Santarém/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Itaituba/PA – Brasil
Destino (s) Santarém /PA – Brasil
Servidor (es) 5832055 /JACKSON CAMPOS DE MACEDO (Motorista);5917912/RAIMUNDO AMERICO SEGUNDO DE ILIVEIRA(Agente Prisional)5418755/SIDNEY DA SILVA LOPES(Agente prisional)
Período: 04 a 05/06/2016- Diária (s): 1.5 (uma e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Protocolo: 169931

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1599/2016
Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Novo Progresso/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Itaituba/PA-Brasil
Destino: Novo Progresso/PA-Brasil
Servidor(es): 5918573/ANTÔNIO ORLEANS PEREIRA LIMA(Agente Prisional); 5917635/ EDNALDO DE SOUSA RAMALHO(Agente Prisional); 5832055/ JACKSON CAMPOS DE MACÊDO(Motorista)
Período: 21 a 23/06/2016 – Diária (s): 2.5(duas e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Protocolo: 170273

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1612/2016
Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Portel/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Breves/PA-Brasil
Destino: Portel/PA-Brasil
Servidor(es): 7254736/ JEFFERSON GONÇALVES FERREIRA(Agente Prisional)
Período: 21 a 23/06/2016 – Diária (s): 2.5 (duas e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Protocolo: 170234

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1611/2016
Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Bagre/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Breves/PA-Brasil
Destino: Bagre/PA-Brasil
Servidor(es): 59185521/ERNANI PRATA DA CRUZ(Agente Prisional)
Período: 20 a 24/06/2016 – Diária (s): 4.5 (quatro e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Protocolo: 170238

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1597/2016
Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Portel/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Breves/PA-Brasil
Destino: Portel/PA-Brasil
Servidor(es): 59180901/AEVERTON MENDES DO NASCIMENTO(Agente Prisional)
Período: 06 a 08/06/2016 – Diária (s): 2.5(duas e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Protocolo: 170285

PORTARIA Nº1257/2016
Objetivo: escoltar interno a fim de participar de audiência no município de Monte Alegre/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Santarém/PA – Brasil
Destino (s) Monte Alegre /PA-Brasil
Servidor(es)5405696/SAMUEL CASCONCELOS DE SANTANA(Agente Prisional);5850525/PAULO AFONSO MARQUES FERREIRA(Agente prisional)
Período: 01 a 03/05/2016- Diária (s): 2.5(duas e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Protocolo: 169891

PORTARIA Nº1272/2016
Objetivo: escoltar interna a fim de participar de audiência no município de Primavera/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Capanema/PA – Brasil
Destino (s) Primavera /PA – Brasil
Servidor(es)57220939/RAIMUNDO MARIO MOREIRA DA SILVA (Agente Prisional);54180752/JOSE EDINALDO NASCIMENTO DOS SANTOS(Agente Prisional)
Período: 31/05/2016- Diária (s):0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Protocolo: 169895

PORTARIA Nº846/2016
Objetivo: escoltar interno a fim de participar de audiência no município de Acará /PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Ananindeua/PA – Brasil
Destino (s) Acará /PA – Brasil
Servidor(es)57221255/ALEX PANTOJA DA SILVA(Agente Prisional);54196454/MARCIO DE SOUZA SANTOS(Agente prisional)
Período: 28/03/2016 Diária (s): 0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Protocolo: 169899

DIÁRIA
PORTARIA Nº 307/2016
Objetivo: Verificação e manutenção da Rede de Rádios e CFTV das Unidades Penitenciárias.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Belém/PA-Brasil
Destino: Mocajuba/ Cametá/ Tucuruí/ Marabá/PA-Brasil
Servidor(es): 54187423/GALDEBERGES SOUZA DA SILVA(Motorista); 54188571/ JOSÉ HAROLDO SABÁ SACRAMENTO(Agente Prisional)
Período: 03 a 07/03/2016 – Diária (s): 4.5(quatro e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Protocolo: 170330

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1124/2016
Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Barcarena/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Ananindeua/PA-Brasil
Destino: Barcarena/PA-Brasil
Servidor(es): 57221128/RAIMUNDO ELCIO DA SILVA BENTES(Agente Prisional); 57201622/ MAX ALEXANDRE NEVES ROCHA(Agente Prisional)
Período: 03/05/2016 – Diária (s): 0.5(meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Protocolo: 170334

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1617/2016
Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Parauapebas/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Santa Izabel/PA-Brasil
Destino: Marabá e Parauapebas/PA-Brasil
Servidor(es): 5725585/WALDEMIR RODRIGUES CALDAS(Agente Prisional); 5923835/EUDIMAR FERREIRA DOS SANTOS(Agente Prisional)
Período: 11 a 15/04/2016 – Diária (s): 4.5(quatro e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Protocolo: 170302

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1551/2016
Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Xinguara/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Marabá/PA-Brasil
Destino: Xinguara/PA-Brasil
Servidor(es): 5920774/LUCIANO RESENDE LOPES(Agente Prisional); 5920773/WILLER FELIPE COSTA CAVALCANTE (Agente Prisional)
Período: 28 a 29/06/2016 – Diária (s): 1.5(meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA
Protocolo: 170306

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1647/2016
Objetivo: escoltar internos que seguem em transferência para p CRRT.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Marabá/PA-Brasil

Destino: Tucuruí/PA-Brasil
Servidor(es): 5922776/SILVIO ANTÔNIO RIBEIRO FERREIRA JUNIOR(Agente Prisional)
Período: 14 a 15/07/2016 – Diária (s): 1.5(uma e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170310

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1613/2016

Objetivo: escoltar internos que seguem em transferência para CPASI, CTM II e CDPI.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Breves/PA-Brasil
Destino: Belém/PA-Brasil
Servidor(es): 59185521/ERNANI PRATA DA CRUZ(Agente Prisional)
Período: 08 a 09/06/2016 – Diária (s): 1.5(uma e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170294

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1604/2016

Objetivo: escoltar interno para audiência no município de Barcarena/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Marituba/PA-Brasil
Destino: Barcarena/PA-Brasil
Servidor(es): 5898069/GENALDO MELO DOMINGO(Agente Prisional)
Período: 30/05/2016 – Diária (s): 0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170247

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1526/2016

Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Novo Repatimento/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Tucuruí/PA-Brasil
Destino: Novo Repartimento/PA-Brasil
Servidor(es): 5868289/REDINALDO SEPEDA CHAVES(Agente Penitenciário); 58687771/DANIEL PEREIRA BARBOSA(Motorista); 571745681/LINDERLEY SILVA DA COSTA(Agente Prisional)
Período: 30/06/2016 – Diária (s): 0.5(meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170255

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1620/2016

Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Brasil Novo/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Altamira/PA-Brasil
Destino: Brasil Novo/PA-Brasil
Servidor(es): 5826527/CARLOS ROBERTO DE BRITO(Agente Prisional); 5926655/ BRANSCH SOUSA TOMÉ(Agente Prisional)
Período: 07/07/2016 – Diária (s): 0.5(meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170259

DIÁRIA
PORTARIA Nº 238/2016

Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Portel/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Breves/PA-Brasil
Destino: Portel/PA-Brasil
Servidor(es): 5918152/EVANDRO DOS SANTOS COSTA(Agente Prisional); 5918065/ FREDERICK MACHADO FARIAS(Agente Prisional)
Período: 18 a 19/01/2016 – Diária (s): 1.5(uma e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170321

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1429/2016

Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Oriximiná/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Santarém/PA-Brasil
Destino: Oriximiná/PA-Brasil
Servidor(es): 5922811/DAVI VIEIRA DA SILVA(Agente Prisional); 5778840/ RAIMUNDO NELSON GALVÃO DO NASCIMENTO(Agente Prisional)
Período: 01 a 02/05/2016 – Diária (s): 1.5(uma e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170325

PORTARIA Nº847/2016

Objetivo: escoltar interna a fim de participar de audiência no município de Ponta de Pedras/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Belém/PA – Brasil
Destino (s) Ponta de Pedras /PA – Brasil
Servidor(es)54188578/MARIO DURVAL GOMES DA SILVA(Agente Prisional);55917645/JORGE CESAR NOVAES REGO FILHO(Agente Prisional)
Período: 29 a 31/03/2016 Diária (s): 2.5 (duas e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 169898

PORTARIA Nº845/2016

Objetivo: escoltar interno a fim de participar de audiência no município de Cachoeira do Arari/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Ananindeua/PA – Brasil
Destino (s) Cachoeira do Arari /PA – Brasil
Servidor(es) 57201622/MAX ALEXANDRE NEVES ROCHA(Agente prisional);5754984/LUIZ CARLOS DO ESPIRITO SANTO(Agente prisional)
Período: 29 a 31/03/2016- Diária (s): 2.5 (duas e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 169902

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1295/2016

Objetivo: escoltar interna a fim de participar de audiência no fórum da comarca de Bujarú
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Ananindeua/PA-Brasil
Destino: Bujarú/PA-Brasil
Servidor(es) 57203244/MARIA DO SOCORRO PEREIRA DE SOUZA(Ag. Prisional)
Período: 18/05/2016 – Diária (s) 0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 169960

PORTARIA Nº1430/2016

Objetivo: escoltar interno a fim de participar de audiência no município de Alenquer/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Santarém /PA – Brasil
Destino (s) Alenquer /PA-Brasil
Servidor(es)5922817/ HUGO IGNACIO MIRANDA CAMPOS DE SOUSA (Agente Prisional);5725348/ALMIR RIBEIRO DE CARVALHO NETO(Agente Prisional);5922803/ALUISIO CARLOS VIEIRA JUNIOR(Agente Prisional);80846156/FRANCISCO EVANDRO NUNES DA SILVA(Agente Prisional)
Período: 24 a 26/05/2016- Diária (s): 2.5 (duas e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 169885

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1614/2016

Objetivo: escoltar internos que seguem em transferência para CPASI.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Breves/PA-Brasil
Destino: Belém/PA-Brasil
Servidor(es): 5907234/DAILSON SALES DOS SANTOS(Agente Prisional)
Período: 08 a 09/06/2016 – Diária (s): 1.5(uma e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170289

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1616/2016

Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Breu Branco/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Tucuruí/PA-Brasil
Destino: Breu Branco/PA-Brasil
Servidor(es): 54197102/BENICLEO FARIAS DANTAS(Motorista); 5923873/ ERINALDO PEREIRA DUARTE(Agente Prisional)
Período: 20/06/2016 – Diária (s): 0.5(meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170301

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1539/2016

Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Belém/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Tomé-Açu/PA-Brasil
Destino: Belém/PA-Brasil
Servidor(es): 8400423/IZAIAS PANTOJA DA SILVA(Motorista); 5917105/LEDNILSON COSTA RIBEIRO (Agente Prisional)
Período: 06/07/2016 – Diária (s): 0.5(meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170305

PORTARIA Nº1433/2016

Objetivo: escoltar interno a fim de participar de audiência no município de Óbidos/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Santarém/PA – Brasil
Destino (s) Óbidos /PA-Brasil
Servidor (es) 5922817/ HUGO INÁCIO MIRANDA CAMPOS DE SOUSA (Agente Prisional);5913424/ANA JACIANE CAMPOS COTA(Agente Prisional);5725348/ALMIR RIBEIRO DE CARVALHO NETO(Agente Prisional)
Período: 24 a 26/04/2016 Diária (s): 2.5 (duas e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 169873

PORTARIA Nº1434/2016

Objetivo: escoltar interno a fim de participar de audiência no município de Oriximiná/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Santarém/PA – Brasil
Destino (s) Oriximiná /PA-Brasil
Servidor(es) 57690781/ALESSANDRO SILVA DOS SANTOS(Agente prisional);5913395/ALTAIR ANDRADE DE BRITO(Agente Prisional);54185618/JAIME EDER FIGUEIRA GARCIA(Agente Prisional)
Período: 17 a 19/05/2016- Diária (s): 2.5 (duas e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 169877

PORTARIA Nº1680/2016

Objetivo: escoltar internos a fim de participarem de audiência no município de Oriximiná/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem:Santarém/PA – Brasil
Destino (s) Oriximiná /PA -Brasil
Servidor (es) 5922817/HUGO IGNÁCIO MIRANDA CAMPOS DE SOUSA (Agente prisional);5725348/ALMIR RIBEIRO DE CARVALHO NETO(Agente Prisional);5922803/ALUISIO CARLOS VIEIRA JUNIOR(Agente Prisional);54185618/JAIME EDER FIGUEIRA GARCIA(Agente Prisional);5431093(Agente Prisional);54311093/CLEBER CAMPOS CORREA(Agente Prisional);5913339/ANDREA PANTOJA DA CRUZ(Agente Prisional);5922812/WAGNER AUGUSTO MOTA SIQUEIRA(Agente Prisional);54181922/IZENILDA RAMOS DA COSTA(Agente Prisional);80846156/FRANCISCO EVANDRO NUNES DA SILVA(Agente Prisional)
Período: 09 a 11/05/2016 Diária (s): 2.5 (duas e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 169881

PORTARIA Nº844/2016

Objetivo: escoltar interna a fim de participar de audiência no município de Santo Antonio do Tauá /PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Belém/PA – Brasil
Destino (s) Santo Antonio do Tauá /PA – Brasil
Servidor(es)5827540/HANS JOSE DE OLIVEIRA(agente Prisional);54188587/MARIO DURVAL GOMES DA SILVA(Agente prisional)
Período: 23/03/2016- Diária (s): 0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 169906

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1527/2016

Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Curuça/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Castanhal/PA-Brasil
Destino: Curuça/PA-Brasil
Servidor(es): 5827523/PAULO MOREIRA LIMA(Agente Prisional); 5710367/ ROMEU DO CARMO AMORIM DA SILVA SOBRINHO(Agente Prisional); 40762/JOSÉ RABÊLO LOPES(Agente Prisional)
Período: 01/06/2016 – Diária (s): 0.5(meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170258

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1651/2016

Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Rondon do Pará/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Marabá/PA-Brasil
Destino: Rondon do Pará/PA-Brasil
Servidor(es): 5920647/NILO ABBADE SOBRINHO(Agente Prisional)
Período: 06/07/2016 – Diária (s): 0.5(meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170311

DIÁRIA
PORTARIA Nº 254/2016

Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Ulianópolis/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Belém/PA-Brasil
Destino: Ulianópolis/PA-Brasil
Servidor(es): 54182915/ROSENALDO FERREIRA MARTINS(Agente Prisional)
Período: 16/02/2016 – Diária (s): 0.5(meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170323

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1428/2016

Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Óbidos/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Santarém/PA-Brasil
Destino: Óbidos/PA-Brasil
Servidor(es): 5922811/DAVI VIEIRA DA SILVA(Agente Prisional); 5812895/ ADEZINHO MENDES DOS SANTOS(Agente Prisional)
Período: 04 a 06/05/2016 – Diária (s): 2.5(duas e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170327

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1294/2016

Objetivo: escoltar interno a fim de participar de audiência no fórum da comarca de Ponta de Pedras/PA
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94

Origem: Belém/PA-Brasil
Destino: Ponta de Pedras/PA-Brasil
Servidor(es) 54197011/KLAYSON PINTO GONÇALVES(Ag. Prisional)
Período: 15 a 17/06/2016 – Diária (s) 2.5 (duas e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 169962

PORTARIA Nº1256/2016

Objetivo: escoltar interna a fim de participar de audiência no município de Óbidos/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Santarém /PA – Brasil
Destino (s) Óbidos /PA– Brasil
Servidor(es) 5725348/ ALMIR RIBEIRO DE CARVALHO (Agente prisional);5922803/ALUISIO CARLOS VIEIRA JUNIOR(Agente prisional);5778840/RAIMUNDO NELSON GALVÃO DO NASCIMENTO(Agente prisional)
Período: 02 a 04/06/2016- Diária (s): 2.5 (duas e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 169928

PORTARIA Nº1271/2016

Objetivo: escoltar interno a fim de participar de audiência no município de Ipixuna do Pará/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Capanema/PA – Brasil
Destino: Ipixuna do Pará /PA – Brasil
Servidor(es)5917518 /EDSON STTEFISON DIAS ALVES (Agente Prisional);57220939/RAIMUNDO MARIO MOREIRA DA SILVA(Agente Prisional);54180750/JOSE DE OLIVEIRA E SILVA(Motorista)
Período: 05/05/2016 Diária (s): 0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 169932

PORTARIA Nº1688/2016

Objetivo: escoltar interno a fim de participar de audiência no município de Igarapé-Miri/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Mocajuba/PA – Brasil
Destino (s) Igarapé-Miri /PA-Brasil
Servidor (es) 5923827/JEFFERSON LUIS OLIVEIRA CHAVES (Agente Prisional);5664608/DORINALDO LUCAS CASTELO BRANCO(Agente Prisional);5919131/FRANCIUERLEM DOS SANTOS VIEIRA(Agente Prisional)
Período: 14/07/2016- Diária (s): 0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 169879

PORTARIA Nº1724/2016

Objetivo: escoltar interno a fim de participar de audiência no município de Cametá/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Mocajuba /PA – Brasil
Destino (s) Cametá /PA-Brasil
Servidor (es)54196345/AMNOEL PAULO BARRADAS MARTINS (Motorista);54196421/FRANCISCO ANTONIO CAPELA DE VASCONCELOS(Agente prisional);5893526/NIVALDO MACHADO PANTOJA(Agente Prisional);54196405/JOSE RAIMUNDO SOUSA BRAGA(Agente prisional);5434440/EDSON VANDER MEIRELES VANZELER(Agente Prisional)
Período: 18/07/2016- Diária (s): 0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 169883

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1784/2016

Objetivo: escoltar internos que seguem em transferência para CPASI e CRC.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Breves/PA-Brasil
Destino: Belém/PA-Brasil
Servidor(es): 59201041/LUCIANO MARTINS LIMA(Agente Prisional)
Período: 08 a 09/06/2016 – Diária (s): 1.5(uma e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170291

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1619/2016

Objetivo: escoltar interno que segue em transferência para a CTM I.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Altamira/PA-Brasil
Destino: Belém/PA-Brasil
Servidor(es): 5825407/LINDINALDO DE MELO BANDEIRA(Agente Prisional); 5918520/ HELIESIO FIRMINO PEREIRA DE OLIVEIRA(Agente Prisional)
Período: 03 a 05/07/2016 – Diária (s): 2.5(duas e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170299

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1618/2016

Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Canaã dos Carajás/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Marabá/PA-Brasil
Destino: Canaã dos Carajás/PA-Brasil
Servidor(es): 5738873/RAMIRO ALVES DOS SANTOS FILHO(Agente Prisional); 5895906/DIONE SOLIDADE ALBUQUERQUE (Agente Prisional)
Período: 30/06/2016 – Diária (s): 0.5(meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170303

PORTARIA Nº1270/2016

Objetivo: escoltar interna a fim de participar de audiência no município de Belém/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Salinópolis /PA – Brasil
Destino (s) Belém /PA – Brasil
Servidor(es)5917987/CARLOS EWERTON BARROS BRAGA(Agente prisional);58973642/ADAILSON MONTEIRO DA SILVA(Agente prisional)
Período: 07/06/2016 Diária (s):0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 169896

PORTARIA Nº848/2016

Objetivo: escoltar interno a fim de participar de audiência no município de Breu Branco/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Tucuruí /PA – Brasil
Destino (s) Breu Branco /PA – Brasil
Servidor(es)5920142/ RAFAEL DOS SANTOS XAVIER (Agente Prisional);57210805/JOSE DOS SANTOS TOCANTINS(Motorista)
Período: 28/03/2016- Diária (s): 0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 169921

PORTARIA Nº849/2016

Objetivo: escoltar interno a fim de participar de audiência no município de Oriximiná/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Santarém /PA – Brasil
Destino (s) Oriximiná /PA – Brasil
Servidor(es)5922815/ LUIZ RENATO DE SOUSA VIEIRA (Agente Prisional);5922812/WAGNER AUGUSTO MOTA SIQUEIRA(Agente prisional);54181922/IZENILDA RAMOS DA COSTA(Agente prisional);5725283/VALDIR MARQUES PINTO(Agente prisional)
Período: 14 a 17/03/2016- Diária (s): 3.5 (três e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 169925

PORTARIA Nº1666/2016

Objetivo: escoltar interno a fim de participar de audiência no município de Oriximiná/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem:Santarém/PA – Brasil
Destino (s) Oriximiná /PA -Brasil
Servidor (es) 5725283/VALDIR MARQUES PINTO(Agente Prisional);5922816/OZINELSON DE LIMA NOGUEIRA(Agente Prisional);5812895/ADEZINHO MENDES DOS SANTOS(Agente prisional);80846212/FRANSLEI DE OLIVEIRA SOUSA(Agente Prisional)
Período: 12 a 14/07/2016- Diária (s): 2.5 (duas e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 169880

PORTARIA Nº1258/2016

Objetivo: escoltar interno a fim de participar de audiência no município de Monte Alegre/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Santarém/PA – Brasil
Destino (s) Monte Alegre /PA-Brasil
Servidor (es)57690781/ALESSANDRO SILVA DOS SANTOS(Agente Prisional);5922815/FABIO EMANUEL FUZIEL FREITAS(Agente Prisional)
Período: 13 a 14/06/2016- Diária (s): 1.5 (uma e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 169889

PORTARIA Nº1259/2016

Objetivo: escoltar interno a fim de participar de audiência no município de Senador Jose Porfírio/PA
Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5810/94.
Origem: Altamira/PA – Brasil
Destino (s) Senador Jose Porfírio /PA-Brasil
Servidor (es) 5919967/VANDERLUCIO PINHEIRO E SILVA(Agente Prisional);5918520/HELIESIO FIRMINO PEREIRA DE OLIVEIRA(Motorista)
Período: 07 a 09/06/2016- Diária (s): 2.5(duas e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 169893

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1785/2016

Objetivo: escoltar interno para audiência no município de Portel/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Breves/PA-Brasil
Destino: Portel/PA-Brasil
Servidor(es): 5918085/FAYÇAL CHAAR DANTAS(Agente Prisional)
Período: 15 a 16/06/2016 – Diária (s): 1.5(uma e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170296

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1610/2016

Objetivo: Transferir internos para o IAPEN-AMAPÁ e para o CRR Breves.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Breves/PA-Brasil
Destino: Macapá/PA-Brasil
Servidor(es): 5918125/RENATO LOUREIRO DA SILVA(Agente Prisional)
Período: 17 a 18/06/2016 – Diária (s): 1.5 (uma e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170241

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1603/2016

Objetivo: escoltar internos para audiência no município de São Caetano de Odivelas/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Marituba/PA-Brasil
Destino: São Caetano de Odivelas/PA-Brasil
Servidor(es): 54196504/ALDO JOSÉ MACÊDO(Agente Prisional)
Período: 24/05/2016 – Diária (s): 0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170245

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1652/2016

Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Canaã dos Carajás/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Marabá/PA-Brasil
Destino: Canaã dos Carajás/PA-Brasil
Servidor(es): 5830710/WILLIAM MORAIS FERREIRA(Agente Prisional)
Período: 07/07/2016 – Diária (s): 0.5(meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170308

DIÁRIA
PORTARIA Nº 320/2016

Objetivo: Supervisão técnica dos trabalhos oferecidos pela empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de alimentação preparada para as Unidades Prisionais do Lote II.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Ananindeua/PA-Brasil
Destino: Santarém/PA-Brasil
Servidor(es): 5722357/WANDA LIMA DOS SANTOS(Nutricionista)
Período: 29 a 31/03/2016 – Diária (s): 2.5(duas e meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170332

DIÁRIA
PORTARIA Nº 231/2016

Objetivo: Participar de reunião no auditório da Delegacia Geral da Polícia Civil.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Capanema/PA-Brasil
Destino: Belém/PA-Brasil
Servidor(es): 57201535/PATRICIA ALVES DIAS DE LIMA(Diretora); 54180771/ GIOVANE RITA MATOS BARROSO(Motorista)
Período: 16/01/2016 – Diária (s): 1.0(uma)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170320

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1524/2016

Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Curuça/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Castanhal/PA-Brasil
Destino: Curuça/PA-Brasil
Servidor(es): 54188193/MARCOS RÔMULO NASCIMENTO OLIVEIRA(Agente Prisional); 5905644/ CARLOS ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA(Agente Prisional); 5920749/ FELIPE LAMEIRA XAVIER(Agente Prisional)
Período: 16/06/2016 – Diária (s): 0.5 (meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170249

DIÁRIA
PORTARIA Nº 1525/2016

Objetivo: escoltar internos para audiência no município de Igarapé Açu/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: Castanhal/PA-Brasil
Destino: Igarapé Açu/PA-Brasil
Servidor(es): 5922966/ FELIPE FERREIRA FARIAS(Motorista); 5763053/ JORGE NAZARENO ARAÚJO DOS REIS(Agente Prisional); 57202910/ REGISLEI PEREIRA DE OLIVEIRA(Agente Prisional)
Período: 15/06/2016 – Diária (s): 0.5(meia)
Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo: 170253

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

.

CONTRATO

CONTRATO: 006/2017
OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO DE LUSTRES E MOBILIÁRIO PERTENCENTES AO ACERVO HISTÓRICO DO PRÉDIO QUE ABRIGA O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, NO MUNICÍPIO DE BELÉM.
VALOR: R$121.550,00
DATA DE ASSINATURA: 24/04/2017
VIGÊNCIA CONTRATUAL: 24/04/2017 a 24/09/2017
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2017-SECULT
Projeto Atividade: 7590 – 0101000000 - 449039 PTRES: 157590 PI: 2120007590E Ação: 236420. Funcional Programática: 13.391.1444.7590.
CONTRATADO: V.M. GOMES RESTAURAÇÕES LTDA - ME
ENDEREÇO: Rua Vinte e Oito de Setembro, n° 922, Bairro Reduto, CEP.: 66.053-355, cidade Belém, Estado Pará.
ORDENADOR: Paulo Roberto Chaves Fernandes
`

Protocolo: 169943

OUTRAS MATÉRIAS

Comissão Cheque Moradia
PORTARIA Nº 096 DE 19 DE ABRIL DE 2017
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o Decreto Estadual nº 0432, de 23.11.2003, Decreto Estadual nº 169, de 19.08.2011, Decreto Estadual nº 173, de 29.08.2011 e Lei nº 7.776, de 23.11.2013,
RESOLVE:
I – CONSTITUIR Comissão de Trabalho, composta pelos servidores, GIISELAR DE OLIVEIRA JÚNIOR, matrícula nº 31615-1, Presidente, ANTONIO CLÁUDIO COIMBRA VALLINOTO JÚNIOR, matrícula nº 33308-1, Arquiteto, LÍDIA MARIA REIS DE SOUSA, matrícula nº 54187943-2, Técnico em Gestão Pública – Assistente Social, LUIZ ABELARDO DO CARMO PINTO, matrícula nº 57234572-1, Assistente Administrativo, lotados na Secretaria de Estado de Cultura – SECULT, para sob a Presidência do primeiro, viabilizar e operacionalizar a implementação do PROGRAMA CHEQUE MORADIA, para atendimento dos servidores lotados nesta SECULT.
II – O período de execução será de 12 (doze) meses.
III – Os efeitos desta Portaria retroagem a 03.04.2017.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Cultura, em 19 de abril de 2017.
PAULO ROBERTO CHAVES FERNANDES
Secretário de Estado de Cultura/SECULT

Protocolo: 170050

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ

DIÁRIA

ERRATA
ERRATA, DA PORTARIA Nº 116 DE 12 DE ABRIL DE 2017, PUBLICADA NO DOE Nº 33.354 DE 13/04/2017, A QUAL CONCEDE DIÁRIA A SERVIDORES
Onde se Lê: Salinópolis/PA
Leia-se: ANANINDEUA/PA
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
DINA MARIA CÉSAR DE OLIVEIRA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará

Protocolo: 170174

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

.

ERRATA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO
Publicação Protocolo: Nº 166510
Publicada no Diário Oficial Nº 33353 do dia 12.04.2017
ONDE SE LÊ: "OFICINA DE RÁDIO...".
LEIA-SE: "... OFICINA DE MÍDIAS DIGITAIS.."

Protocolo: 169903

ERRATA DE PUBLICAÇÃO
Publicação Protocolo: Nº 166516
Publicada no Diário Oficial Nº 33354 do dia 13.04.2017
ONDE SE LÊ: "OFICINA DE RÁDIO...".
LEIA-SE: "... OFICINA DE MÍDIAS DIGITAIS.."

Protocolo: 169912

PORTARIA Nº 26/2017, PUBLICAÇÃO Nº 151979, PUBLICADO NO DOE Nº 33.326 DE 06/03/2017.
ONDE SE LÊ:
"PORTARIA Nº 26 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016"
"NOME: ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA
CPF: 266.340.902-20
MATRICULA: 5694175
CARGO: ASSESSOR DE IMPRENSA II"
LEIA-SE:
"PORTARIA Nº 26 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017"
"NOME: ANTÔNIO JERÔNIMO VIEIRA DE FRANÇA
CPF: 333.698.102-63
MATRICULA: 567089
CARGO: ASSESSOR ESPECIAL II"

Protocolo: 170218

DIÁRIA

PORTARIA Nº 91 DE 11 DE ABRIL DE 2017
O Secretário Adjunto de Estado de Comunicação, usando de suas atribuições legais, e conforme Proc. nº 2017/155207/ SECOM.
RESOLVE:
I – Conceder ao servidor Ronny Petterson Farias Dias, mat. nº 5895845, cargo de Assessor de Comunicação I, o suprimento de fundos no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para suprir as despesas a serviço desta Secretaria.

PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DO RECURSO	VALOR
24.722.1424-8236	33.90.30 (Material de Consumo)	0101000000	R$ 150,00

II – O período de aplicação é de 30 (trinta) dias a partir da data de emissão da OB, e a prestação de contas tem que ser feita até 15 (quinze) dias do término da aplicação.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Samuel de Oliveira Mota
Secretário Adjunto de Estado de Comunicação

Protocolo: 170194

PORTARIA Nº 73 DE 30 DE MARÇO DE 2017.
ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 – AGE
O Secretário Adjunto de Estado de Comunicação, usando de suas atribuições legais, e conforme PROC. Nº 2017/136840/ SECOM.
RESOLVE:
I - Conceder ao servidor abaixo relacionado; 3½ (três diárias e meia), para o deslocamento ao município de Santarém/PA, no período de 31/03 a 03/04/2017, para produção de matéria especial.
NOME: PAULO SILBER LOPEZ DA GAMA ALVEZ
CPF: 174.670.122-68
MATRICULA: 7005750
CARGO: ASSESSOR ESPECIAL II
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Samuel de Oliveira Mota
Secretário Adjunto de Estado de Comunicação

Protocolo: 170187

PORTARIA Nº 80 DE 03 DE ABRIL DE 2017.
ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 – AGE
O Secretário Adjunto de Estado de Comunicação, usando de suas atribuições legais, e conforme PROC. Nº 2017/140296/ SECOM.
RESOLVE:
I - Conceder a servidora relacionada; 3½ (três diárias e meia), para o deslocamento a cidade de Palmas/TO, no período de 11/04 a 14/04/2017 para participar de curso na área de licitações e publicidade.
NOME: Juliana Franco Tenan
CPF: 353.868.782-04
MATRICULA: 5894223
CARGO: Assessor de Comunicação I
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Samuel de Oliveira Mota
Secretário Adjunto de Estado de Comunicação

Protocolo: 170192

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N° 238/2017 – FUNTELPA
A Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 67, caput, da Lei n. 8.666/93.
RESOLVE: Art. 1° - Designar o Servidor PAULO ROBERTO BATISTA BARROS, matrícula n. º 54196946, Coordenador Técnico desta Fundação, para atuar como Fiscal do Contrato n. º 014/2017 - PROCESSO N. º 2016/377698-FUNTELPA, referente a aquisição com EXCLUSIVIDADE por inexigibilidade de Equipamentos da marca SONY para o Departamento de Produção da TV Cultura (01 und -PMW-PZ1 - Leitor de memória SxS 4K/HD e 01 und - PMW-1000 - Plataforma de gravação de memória HD/SD SxS compacta), enquanto dura sua vigência.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor nesta data, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.
Belém/PA, 24 de abril de 2017.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Adelaide Oliveira de Lima Pontes
Presidente da FUNTELPA

Protocolo: 170284

PORTARIA N° 237/2017 – FUNTELPA
A Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 67, caput, da Lei n. 8.666/93.
RESOLVE: Art. 1° - Designar o Servidor PAULO ROBERTO BATISTA BARROS, matrícula n. º 54196946, Coordenador Técnico desta Fundação, para atuar como Fiscal do Contrato n. º 013/2017 - PROCESSO N. º 2016/450101-FUNTELPA, referente a aquisição com EXCLUSIVIDADE por inexigibilidade de Equipamentos da marca SONY para o Departamento de Produção da TV Cultura (01 und - Plataforma XDCAM/servidor de TI com dois slots de memória SxS, unidade Professional Disc e SSD de 500GB), enquanto dura sua vigência.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor nesta data, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.
Belém/PA, 24 de abril de 2017.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Adelaide Oliveira de Lima Pontes
Presidente da FUNTELPA

Protocolo: 170286

CONTRATO

CONTRATO N. º 013/2017
PROCESSO N. º 2016/450101-FUNTELPA

ORIGEM: Inexigibilidade N. º 010/2016
Objeto: Aquisição com EXCLUSIVIDADE de Equipamentos da marca SONY para o Departamento de Produção da TV Cultura, (01 und - Plataforma XDCAM/servidor de TI com dois slots de memória SxS, unidade Professional Disc e SSD de 500GB),
Valor global: R$ 113.493,42 (cento e treze mil quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e dois centavos)
Data Assinatura: 24/04/2017
Vigência: 24/04/2017 a 24/04/2018
Dotação Orçamentária: 65.201.24.122.1297.8338
Elemento: 44.90.52
Fonte: 0661
PI: 4200008338E
Empresa: SONY BRASIL LTDA
CNPJ/MF sob nº 43.447.044/0001-77
Endereço: Rua Ministro João Gonçalves de Araújo, 1274, CEP: 69.075-840 - Distrito Industrial Marechal Castelo Branco - Manaus-AM
Telefone: (11) 2196-9172
Ordenador: Adelaide Oliveira de Lima Pontes
Presidente da FUNTELPA

Protocolo: 170280

CONTRATO N. º 014/2017
PROCESSO N. º 2016/377698-FUNTELPA
Origem: Inexigibilidade N. º 008/2016
Objeto: Aquisição com EXCLUSIVIDADE por inexigibilidade de Equipamentos da marca SONY para o Departamento de Produção da TV Cultura (01 und -PMW-PZ1 - Leitor de memória SxS 4K/HD e 01 und - PMW-1000 - Plataforma de gravação de memória HD/SD SxS compacta).
Valor: R$ 45.026,17 (quarenta e cinco mil vinte e seis reais e dezessete centavos)
Data Assinatura: 24/04/2017
Vigência: 24/04/2017 a 24/04/2018
Dotação Orçamentária: 65.201.24.122.1297.8338
Elemento: 44.90.52
Fonte: 0661
PI: 4200008338E
Empresa: SONY BRASIL LTDA
CNPJ/MF sob nº 43.447.044/0001-77
Endereço: Rua Ministro João Gonçalves de Araújo, 1274, CEP: 69.075-840 - Distrito Industrial Marechal Castelo Branco - Manaus-AM
Telefone: (11) 2196-9172
Ordenador: Adelaide Oliveira de Lima Pontes
Presidente da FUNTELPA

Protocolo: 170281

.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

.

PORTARIA

PORTARIA Nº 528/2017-GS/SEDUC

A Secretária de Estado e Educação, no uso das atribuições previstas no art. 138, parágrafo único, V, da Constituição do Estado do Pará;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n° 10.520, de 17 de Julho de 2002 e no Decreto Estadual n°2.069, de 20 de Fevereiro de 2006;
RESOLVE:
Art. 1° - DESIGNAR os servidores, abaixo relacionados, para atuarem como Pregoeiro e Membros da Equipe de Apoio, junto ao SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG/ COMPRASNET

NOME	MATRÍCULA	CPF	PERFIL
Léa Abraham Ohana	5900634/2	071.069.552/72	Pregoeiro e Equipe de Apoio
Samarone Minas	55587286/6	424.445.272/91	Pregoeiro e Equipe de Apoio
Regina Laura Santos Corrêa	5855560/4	140.437.422/15	Pregoeiro e Equipe de Apoio
Ana Viviane de Souza Feijó	57211099/1	897.057.342/91	Pregoeiro e Equipe de Apoio

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 24 de Abril de 2017.
ANA CLAUDIA SERRUYA HAGE
Secretaria de Estado de Educação do Pará

Protocolo: 170203

ADMISSÃO DE SERVIDOR

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS - No. 29687/2017

PRAZO APLICAÇÃO: 60 dias
PRAZO PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 dias
OBSERVAÇÃO: para atender as necessidades de pessoa fisica na use 13ª.
CARGO/FUNÇÃO:
PROFESSOR CLASSE II / DOCENTE
CPF: 38112051291
NOME: WELBER DE SOUZA AMORIM
MATRÍCULA: 51855933
PROGRAMA DE TRABALHO: 1416
FONTE DE RECURSO: 102
NATUREZA DESPESA: 339036
VALOR: R$ 2000,00
ORDENADOR: MARILEA FERREIRA SANCHES CPF: 03655687249

Protocolo: 170225

AVISO DE LICITAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Concorrência Pública Nº 009/2017
Objeto: contratação de empresa especializada na execução de reforma geral e ampliação da EEEFM PROFª PLACÍDIA CARDOSO, no Município de Belém no Estado do Pará.
Processo n° 910.862/2015
Observação: Os interessados poderão obter o edital a partir do dia 25/04/2017 através dos sites www.seduc.pa.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br. Maiores informações no Núcleo de Licitação - NLIC através fone - fax: 0xx-(91)3201-5195 / 3201-5096 ou pelo e-mail:
nlic.seduc@seduc.pa.gov.br
Responsável pelo certame:
Nome: Lívia Donza Barroso
Presidente da Comissão Especial de Licitação – CEL
Local de Abertura: Sala de licitação – NLIC/SEDUC, localizada na Rodovia Augusto Montenegro, KM 10 s/nº, 2º andar, Bairro Icoaraci, Belém/Pará.
Data de Abertura: 13/06/2017
Hora de Abertura: 10h00min
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 16101.12122.1416
PROJETA ATIVIDADE: 7604 - PRODUTO: 3008
NATUREZA DA DESPESA: 4490.51- FONTE: 2102004800
Belém, 25 de abril de 2017.
Ana Claudia Serruya Hage
Secretária de Estado de Educação

Protocolo: 170063

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços Nº 003/2017
Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de reforma parcial da rede elétrica da EEEFM Zulima Vergolino Dias, no Município de Ananindeua-PA.
Processo nº 1068603/2016
Observação: Os interessados poderão obter o edital a partir do dia 25/04/2017 através dos sites www.seduc.pa.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br. Maiores informações no Núcleo de Licitação - NLIC através fone - fax: 0xx-(91)3201-5195 / 3201-5096 ou pelo e-mail:
seduc.nlic@gmail.com
Responsável pelo certame:
Nome: Lívia Donza Barroso
Presidente da Comissão Especial de Licitação – CEL
Local de Abertura: Auditório Central do Prédio da SEDUC, sito à Rodovia Augusto Montenegro, KM 10 s/nº, térreo, Bairro: Icoaraci, Belém/Pará.
Data de Abertura: 17/05/2017
Hora de Abertura: 10h00min
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 16101.12.122.1416
PROJETO ATIVIDADE: 7604 - PRODUTO: 3008
NATUREZA DA DESPESA: 4490.51- FONTE: 2102004800
Belém, 25 de abril de 2017.
Ana Claudia Serruya Hage
Secretária de Estado de Educação

Protocolo: 170039

CONVÊNIO

CONVÊNIO: 110/2017

Objeto: O Convênio de Cooperação Técnica e Financeira tem como objeto viabilizar o Transporte Escolar dos alunos matriculados na Rede Pública Estadual de Ensino, abrangendo os dias letivos, conforme calendário escolar aprovado pela SEDUC, do ano de 2017.
Valor Global: R$ 203.106,00 sendo: Valor da Concedente R$ 195.610,00 e o Valor da Convenente R$7.496,00
Dotação Orçamentária:
Fonte: 0102006784 * Produto: 2227 * Função Programática: 16101.12.785.1416 * Projeto/Atividade: 6413 * Natureza de Despesa: 3340.41
Partes:
Concedente: Secretaria de Estado de Educação. CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rodovia Augusto Montenegro – KM 10, s/n – CEP: 66820-000, Tenoné – Belém/PA. Telefone:9132015113
Convenente: Município de Piçarra. CNPJ. 01.612.163/0001-98, com sede na Av. Araguaia, s/nº, Bairro Centro, CEP. 68575-000, Piçarra/PA.
Foro: Belém/Pa
Data da assinatura: 17/04/2017
Vigência: 17/04/2017 a 30/04/2018
Ordenador: Ana Claudia Serruya Hage/Secretária de Estado de Educação.

Protocolo: 169952

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS - No. 29691/2017

PRAZO APLICAÇÃO: **60 dias**
PRAZO PRESTAÇÃO DE CONTAS: **15 dias**
OBSERVAÇÃO: **para atender as necessidades de serviços de terceiros na use 11ª.**
CARGO/FUNÇÃO: **DIRETOR DE USE/URE / DIRECAO**
CPF: **21066264287**
NOME: **WALTER BERNARDO CARDOSO DA CRUZ**
MATRÍCULA: **304980**
PROGRAMA DE TRABALHO: **1416**
FONTE DE RECURSO: **102**
NATUREZA DESPESA: **339036**
VALOR: **R$ 2000,00**
ORDENADOR: **MARILEA FERREIRA SANCHES** CPF: **03655687249**

Protocolo: 170243

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS - No. 29688/2017

PRAZO APLICAÇÃO: 60 dias
PRAZO PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 dias
OBSERVAÇÃO: para atender as necessidades da use 13ª.
CARGO/FUNÇÃO:PROFESSOR CLASSE II / DOCENTE
CPF: 38112051291
NOME: WELBER DE SOUZA AMORIM
MATRÍCULA: 51855933
PROGRAMA DE TRABALHO: 1416
FONTE DE RECURSO: 102
NATUREZA DESPESA: 339030
VALOR: R$ 2000,00
ORDENADOR: MARILEA FERREIRA SANCHES CPF: 03655687249

Protocolo: 170230

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS - No. 29540/2017

PRAZO APLICAÇÃO: 60 dias
PRAZO PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 dias
OBSERVAÇÃO: para atender as necessidade da use 17.
CARGO/FUNÇÃO:
DIRETOR DE USE/URE / DIRECAO
CPF: 05649935220
NOME: MARIA DAS GRACAS CAPISTRANO DA COSTA
MATRÍCULA: 291714
PROGRAMA DE TRABALHO: 1416
FONTE DE RECURSO: 102
NATUREZA DESPESA: 339030
VALOR: R$ 2000,00
ORDENADOR: MARILEA FERREIRA SANCHES CPF: 03655687249

Protocolo: 170217

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS - No. 29786/2017

PRAZO APLICAÇÃO: 60 dias
PRAZO PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 dias
OBSERVAÇÃO: para atender as necessidades de material de consumo na use 5ª
CARGO/FUNÇÃO:DIRETOR DE USE/URE / DIRECAO
CPF: 66704464204
NOME: DORILENE PANTOJA MELO
MATRÍCULA: 57208860
PROGRAMA DE TRABALHO: 1416
FONTE DE RECURSO: 102
NATUREZA DESPESA: 339030
VALOR: R$ 2000,00
ORDENADOR: MARILEA FERREIRA SANCHES CPF: 03655687249

Protocolo: 170261

PORTARIA DE DIARIAS No. 29938/2017

OBJETIVO: para transportar o tecnico da crti nas ures.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BELEM / CASTANHAL / 03/04/2017 - 04/04/2017 Nº Diárias: 1
CASTANHAL / MARACANA / 04/04/2017 - 05/04/2017 Nº Diárias: 1
MARACANA / CAPANEMA / 05/04/2017 - 06/04/2017 Nº Diárias: 1
CAPANEMA / MAE DO RIO / 06/04/2017 - 07/04/2017 Nº Diárias: 1
MAE DO RIO / BRAGANCA / 07/04/2017 - 08/04/2017 Nº Diárias: 1
BRAGANCA / BELEM / 08/04/2017 - 10/04/2017 Nº Diárias: 2.5
NOME: JOSE MARIA DO NASCIMENTO
MATRÍCULA: 182494
CPF: 08658099253
CARGO/FUNÇÃO: AG. DE PORTARIA / ATIV APOIO OPERAC
ORDENADOR: MARILEA FERREIRA SANCHES CPF: 03655687249

Protocolo: 170265

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS - No. 29690/2017

PRAZO APLICAÇÃO: 60 dias
PRAZO PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 dias
OBSERVAÇÃO: para atender as necessidades de material de consumo da use 2ª.
CARGO/FUNÇÃO: PROFESSOR CLASSE II / DOCENTE
CPF: 14246414204
NOME: SERGIO RONALDO MONTEIRO DE ARAUJO
MATRÍCULA: 6029469
PROGRAMA DE TRABALHO: 1416
FONTE DE RECURSO: 102
NATUREZA DESPESA: 339030
VALOR: R$ 2000,00
ORDENADOR: MARILEA FERREIRA SANCHES CPF: 03655687249

Protocolo: 170233

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS - No. 29942/2017
PRAZO APLICAÇÃO: 60 dias
PRAZO PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 dias
OBSERVAÇÃO: para atender as necessidades da uses.
CARGO/FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE II / ESPECIALISTA
CPF: 25216198253
NOME: CRISTINA PAMPLONA MONTEIRO DOS SANTOS
MATRÍCULA: 5429544
PROGRAMA DE TRABALHO: 1416
FONTE DE RECURSO: 102
NATUREZA DESPESA: 339030
VALOR: R$ 2000,00
ORDENADOR: MARILEA FERREIRA SANCHES CPF: 03655687249

Protocolo: 170272

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS - No. 29692/2017

PRAZO APLICAÇÃO: 60 dias
PRAZO PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 dias
OBSERVAÇÃO: para atender as necessidades da use 11ª.
CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR DE USE/URE / DIRECAO
CPF: 21066264287
NOME: WALTER BERNARDO CARDOSO DA CRUZ
MATRÍCULA: 304980
PROGRAMA DE TRABALHO: 1416
FONTE DE RECURSO: 102
NATUREZA DESPESA: 339030
VALOR: R$ 2000,00
ORDENADOR: MARILEA FERREIRA SANCHES CPF: 03655687249

Protocolo: 170250

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS - No. 29687/2017

PRAZO APLICAÇÃO: **60 dias**
PRAZO PRESTAÇÃO DE CONTAS: **15 dias**
OBSERVAÇÃO: **para atender as necessidades de pessoa fisica na use 13ª.**
CARGO/FUNÇÃO:
PROFESSOR CLASSE II / DOCENTE
CPF: **38112051291**
NOME: **WELBER DE SOUZA AMORIM**
MATRÍCULA: **51855933**
PROGRAMA DE TRABALHO: **1416**
FONTE DE RECURSO: **102**
NATUREZA DESPESA: **339036**
VALOR: **R$ 2000,00**
ORDENADOR: **MARILEA FERREIRA SANCHES** CPF: **03655687249**

Protocolo: 170227

PORTARIA DE DIARIAS No. 30280/2017

OBJETIVO: para dar continuidade da reunião dos técnicos no fnde.
ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:
BELEM / BRASILIA / 11/04/2017 - 12/04/2017 Nº Diárias: 1
BRASILIA / BELEM / 12/04/2017 - 12/04/2017 Nº Diárias: 0.5
NOME: ANTONIO MARIA DE LIMA CORDEIRO
MATRÍCULA: 57188630
CPF: 39363830225
CARGO/FUNÇÃO: COORDENADOR DO NUCLEO DE MODERNIZACAO AD / DIRECAO
ORDENADOR: MARILEA FERREIRA SANCHES CPF: 03655687249

Protocolo: 170275

OUTRAS MATÉRIAS

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DO RECURSO
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016-CEL/NLIC/SEDUC
PROCESSO Nº 819.683 /2014-SEDUC

A Secretaria de Estado de Educação / SEDUC, através da Comissão Especial de Licitação, decide, bem como, comunica aos interessados que INDEFERE TOTALMENTE os pleitos das empresas Recorrentes. Sendo assim, permanecem INABILITADAS as empresas A.J PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP; JMJ ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI – EPP e Z L ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – EPP.
Belém, 24 de abril de 2017
Comissão Especial de Licitação

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE LICITAÇÃO
RESULTADO FINAL DE RECURSO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2016-CEL/NLIC/SEDUC
PROCESSO Nº 819.683/2014–SEDUC

A Secretária de Estado de Educação, em obediência ao parágrafo quarto do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, e após analise dos autos do processo nº 819.683/2014, RETIFICA PARCIALMENTE A DECISÃO PROFERIDA PELA CEL, estando desta forma habilitada as empresas JMJ ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI – EPP e ZL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA EPP e permanecendo inabilitada a empresa AJ PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, bem como, determino a reabertura do certame para o dia 03 de maio de 2017 às 10h00min, na Sala de Licitação - NLIC/SEDUC, localizada na Rodovia Augusto Montenegro, KM 10 s/nº, térreo, Bairro Icoaraci, Belém/Pará.
Belém, 24 de abril de 2017
Ana Claudia Serruya Hage
Secretária de Estado de Educação - SEDUC

Protocolo: 170228

REVOGAR

PORTARIA N.º: 4072/2017 DE 18/04/2017

Revogar, a contar de 01/05/2017, a cessão para a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO, da servidora MARTA GOMES DE SOUZA, matricula nº 257788/1, Servente, concedida através da portaria nº 003292/2017 de 05/04/2017, sem ônus para o Órgão de origem, por conta do processo de Municipalização do Ensino Fundamental, considerando a processo de Aposentadoria nº 1071765/2016.

PORTARIA N.º: 4076/2017 DE 18/04/2017

Revogar, a contar de 01/05/2017, a PORTARIA Nº 003276/2001 de 16/03/2001, que incluiu na portaria coletiva nº 15047/1999 de 30/12/1999, que cedeu para SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PACAJA, da servidora IVONILDA FERREIRA PEREIRA TEIXEIRA, matricula nº 460230/1, Professor, sem ônus para o Órgão de origem, por conta do processo de Municipalização do Ensino Fundamental, considerando a processo de Aposentadoria nº 1066336/2016.

PORTARIA N.º: 4074/2017 DE 18/04/2017

Revogar, a contar de 01/05/2017, a cessão para a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ORIXIMINA, da servidora MARIA JOSE DA SILVA TAVARES, matricula nº 246000/1, Professor, concedida através da portaria Col. nº 023246/000 DE 28/12/2000, sem ônus para o Órgão de origem, por conta do processo de Municipalização do Ensino Fundamental, considerando a processo de Aposentadoria nº 966932/2016.

LICENÇA ESPECIAL

PORTARIA Nº.: 2646/2017 DE 24/04/2017

Nome: GEZIEL NASCIMENTO DE MOURA
Matrícula:5775329/2 Cargo:Professor
Lotação:EE Prof Maria G Ramos de Oliveira/Icoaraci/Belém
Período: 08/02/17 a 08/05/17
Quinquenio:05/05/03 a 04/05/08

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº.: 4071/2017 DE 18/04/2017

Tornar sem efeito a PORTARIA Nº 003293/2017 de 05/04/2017, que revogou a cessão para a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO, concedida através da PORTARIA Nº 3292/2017 de 05/04/2017, sem ônus para o órgão de origem, da servidora MARTA GOMES DE SOUZA, matricula 257788/1, Servente, por conta do processo de municipalização do Ensino Fundamental.

PORTARIA Nº.: 4075/2017 DE 18/04/2017

Tornar sem efeito a PORTARIA Nº 003297/2017 de 05/04/2017, que revogou a PORTARIA Nº 003276/2001 de 16/03/2001, que incluiu na portaria col. 15047/1999 de 30/12/1999, que cedeu para SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PACAJA, sem ônus para o órgão de origem, da servidora IVONILDA FERREIRA PEREIRA TEIXEIRA, matricula 460230/1, Professor, por conta do processo de municipalização do Ensino Fundamental.

PORTARIA Nº.: 4073/2017 DE 18/04/2017

Tornar sem efeito a PORTARIA Nº 003296/2017 de 05/04/2017, que revogou a cessão para a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ORIXIMINA, concedido através da portaria col. nº 23246/2000 de 28/12/2000, sem ônus para o órgão de origem, da servidora MARIA JOSE DA SILVA TAVRES, matricula 246000/1, Professor, por conta do processo de municipalização do Ensino Fundamental.

PORTARIA Nº.: 3975/2017 DE 20/04/2017
Tornar sem efeito a PORTARIA Nº 1418/2017 de 23/02/2017, que concedeu 60 dias de licença especial, no período de 26/04/2017 a 24/06/2017, referente ao triênio de 22/09/13 a 21/09/16, ao servidor CARLOS ALBERTO ALMEIDA FILHO, matricula 180440/1, Assist. Tecnico, lotado na Diretoria de Assistencia ao Estudante/Belém, para fins de regularização funcional.
ERRATA
ERRATA DA PORTARIA Nº.: 345/2017 DE 13/03/2017
Nome: KATIA REGINA PEREIRA DE AGUIAR
Onde se lê: Exercicio:2017
Leia-se:Exercicio:2016
Publicada no Diário Oficial nº. 33357/17 de 19/04/17

Protocolo: 170216

ACORDO DE COOPERAÇÃO: 060/2017
Objeto do Acordo: Operacionalização de Programas de Estágio Curricular Obrigatório para alunos regularmente matriculados e frequentando a REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO NAS ESCOLAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO PARÁ nas formas PROEJA, ENSINO MÉDIO INTEGRADO, SUBSEQUENTE E ESPECIALIZAÇÕES TECNOLÓGICAS da Educação Profissional.
Partícipes:
Instituição de Ensino: Secretaria de Estado de Educação. CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rodovia Augusto Montenegro – KM 10, s/n – CEP: 66.820-000, Tenoné – Belém/PA.
Concedente de Estágio: MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS. CNPJ. 05.351.614/0001-31, com sede na Rua Floriano Peixoto, s/nº, Bairro Centro, CEP. 68775-000, São Caetano de Odivelas/PA.
Foro: Belém/Pa.
Data da assinatura: 19/04/2017
Vigência: 19/04/2017 a 18/04/2019
Ordenador: Mariléa Ferreira Sanches/Secretária Adjunta de Planejamento e Gestão.

Protocolo: 170003

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PROGRESSÃO FUNCIONAL DOCENTE
PORTARIA Nº 1489/17 DE 19 DE ABRIL DE 2017
NOME DO SERVIDOR: ANA TELMA MONTEIRO DE SOUSA
FUNCIONAL: 377880-4
LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS SOCIAIS
CONCEDER ao servidor, Progressão Horizontal, para referencia IV da Classe de Professor Assistente, com vigência retroativa a 17.11.2016.
JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Protocolo: 169972

CORRELAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE CARGO DE SERVIDOR DA EXTINTA FEP PARA A UEPA
PORTARIA Nº 1495/17 DE 19 DE ABRIL DE 2017
ASSEGURAR ao(a) servidor(a) JOSE MARIA CORREIA DA SILVA, Id. Funcional nº 3188019-1, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais A, lotado(a) no(a) Coordenadoria Administrativa do Campus IV, VENCIMENTO BASE do cargo de Auxiliar de Serviços, Classe C, referencia IV, constante do quadro permanente de servidores Técnicos, Administrativos e Operacionais da UEPA, com vigência retroativa a contar de 19.04.2017.
JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Protocolo: 169977

CONCESSÃO DE AUXILIO INSTALAÇÃO
PORTARIA Nº 1456/17 DE 17 DE ABRIL DE 2017
I – CONCEDER, Auxílio Instalação no valor de 100% da remuneração ao servidor VANDERSON CUNHA DO NASCIMENTO, Id. Funcional nº 5618894-2, cargo de Técnico B, lotado na Coordenadoria Administrativa do Campus III, referente ao afastamento para cursar Doutorado em Ciências da Reabilitação, na Universidade nove de Julho – UNINOVE/SP.
II – Tornar sem efeito a PORTARIA Nº 1389/17 de 07.04.17, publicada no DOE nº 33.353 de 12.04.2017.
JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Protocolo: 169978

AUTORIZAÇÃO DE AFASTAMENTO DE SERVIDOR PARA
PARTICIPAR DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PORTARIA Nº 1490/17 DE 19 DE ABRIL DE 2017
I - AUTORIZAR o afastamento parcial da servidora ANA PAULA RODRIGUES GUIMARAES, Id. Funcional nº 5419343-3, cargo de Professor Assistente, lotada no Departamento de Saúde Integrada, para cursar Doutorado em Doenças Tropicais, na Universidade Federal do Pará, no período de 04.04.2016 a 01.02.2019.
II – Conceder Bolsa Estadual de Pós-Graduação, no período de 04.04.2016 a 01.02.2019, nos termos da Resolução 2056/09-CONSUN.
PORTARIA Nº 1491/17 DE 19 DE ABRIL DE 2017
I - AUTORIZAR o afastamento integral do servidor MAURO EMILIO COSTA SILVA, Id. Funcional nº 54197778-2, cargo de Professor Auxiliar, lotado no Campus de Conceição do Araguaia, para cursar Doutorado em Geografia na Universidade Estadual Paulista - UNESP, no período de 23.08.2016 a 28.04.2017.
II – Conceder Bolsa Estadual de Pós-Graduação, no período de 23.08.2016 a 28.04.2017, nos termos da Resolução 2056/09-CONSUN.
JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Protocolo: 169970

HOMOLOGAÇÃO DE ESTAGIO PROBATÓRIO/DOCENTE
PORTARIA Nº 1488/17 DE 19 DE ABRIL DE 2017
HOMOLOGAR, o resultado da Avaliação que considerou APROVADO(A) no Estágio Probatório a servidor(a) do CORPO DOCENTE desta Instituição de Ensino Superior abaixo discriminado(a), reconhecendo(a) APTO(A) para o exercício do cargo efetivo.

NOME	ID. FUNCIONAL	CARGO	CONCEITO
ADNELSON ARAUJO DOS SANTOS	55588920-4	PROFESSOR ASSISTENTE	EXCELENTE

JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Protocolo: 169974

LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA Nº 1388/17 DE 19 DE ABRIL DE 2017
NOME DA SERVIDORA: CARLA ANDREA AVELAR PIRES
FUNCIONAL: 55589925-3
CARGO: PROFESSOR ADJUNTO
LOTAÇÃO: DEPARTAMENTO DE SAUDE ESPECIALIZADA
PERIODO: 23.03.2017 a 18.09.2017
JUAREZ ANTONIO SIMOES QUARESMA
REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Protocolo: 169975

ERRATA

ERRATA DE CONTRATO
CONTRATO Nº 002/2017 – UEPA e TELEMAR
ONDE SE LÊ:
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: 29.09.2017
LEIA-SE:
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: 29.08.2017
Publicado no doe de 08/03/2017
NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 153004

Protocolo: 169908

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA N° 1511/2017, DE 24 DE ABRIL DE 2017.
Prazos: Para aplicação 15 (quinze) dias a contar da data da emissão da OB,
Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.
Cargo: COORDENADOR DE CAMPUS DE INTERIORIZAÇÃO
Nome: DIEGO AIRES DA SILVA
Matrícula Funcional: 5905479/ 1
Valor: R$ 4.000,00
Prog. de Trabalho: 74201 12 364 1448 8582
Fonte: 0102
339036 _ R$ 1.500,00

PORTARIA N° 1514/2017, DE 24 DE ABRIL DE 2017.
Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data da emissão da OB,
Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO B
Nome: ANA NAYARA CAMPOS BARBOSA
Matrícula Funcional: 57200889/ 1
Valor: R$ 2.500,00
Prog. de Trabalho: 74201 12 364 1448 8582
Fonte: 0102
339030 _ R$ 2.500,00

PORTARIA N° 1515/2017, DE 24 DE ABRIL DE 2017.
Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data da emissão da OB,
Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.
Cargo: COORDENADOR ADMINISTRATIVO DE CAMPUS
Nome: JAVAN PEREIRA MOTTA
Matrícula Funcional: 5905495/ 1
Valor: R$ 4.000,00
Prog. de Trabalho: 74201 12 364 1448 8582
Fonte: 0102
339030 _ R$ 4.000,00
Ordenador Responsável
CARLOS JOSE CAPELA BISPO
Pró – Reitor de Gestão e Planejamento.

Protocolo: 170064

.

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA

.

PORTARIA N°. 409/2017 – SEASTER, EM 06 DE ABRIL DE2017.
Nome: KATIA REGINA FERREIRA DA SILVA
Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
Matrícula: 54181242/2
339036: Pessoa Física: R$ 440,00
Fixar o prazo de: 60 (sessenta) dias para aplicação das despesas e 15 (quinze) dias para prestação de contas, contados a partir da expedição da ordem bancária.
Conceder Suprimento de Fundos a servidora, com o objetivo de custear despesas com alimentação para 22 (vinte e duas) pessoas para a realização da 80ª Reunião Ordinaria do Conselho Estadual dos Direitos de Pessoa com deficiência - CEDPD.

PORTARIA N.° 497/2017 - SEASTER, DE 20 DE ABRIL DE 2017
Nome: RILDO PEREIRA DE MEDEIROS
Cargo: ENGENHEIRO AGRÔNOMO Matricula: 55589148/2
339036: Pessoa Física: R$ 1.000,00
Fixar o prazo de: 60 (sessenta) dias para aplicação das despesas e 15 (quinze) dias para prestação de contas, contados a partir da expedição da ordem bancária.
Conceder Suprimento de Fundos a servidora, com o objetivo de custear despesas com alimentação para 22 (vinte e duas) pessoas para a realização da 80ª Reunião Ordinaria do Conselho Estadual dos Direitos de Pessoa com deficiência - CEDPD.

PORTARIA N.° 475/2017 - SEASTER, DE 20 DE ABRIL DE 2017
Nome: MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CALDAS
Cargo: ASSISTENTE SOCIAL / GERENTE Matricula Nº 194808/1
339033: Passagem e Locomoção: R$ 50,00
339036: Pessoa Física: R$ 1.00,00
Fixar o prazo de: 60 (sessenta) dias para aplicação das despesas e 15 (quinze) dias para prestação de contas, contados a partir da expedição da ordem bancária.
Conceder Suprimento de Fundos a servidora, com objetivo de deslocamento aos município de Mocajuba e Baião no período de 24 a 28/04/2017.

PORTARIA N.° 485/2017 - SEASTER,
DE 20 DE ABRIL DE 2017

Nome: MARIA JACIRENE DE SOUZA BARBOSA
Cargo: ASSISTENTE SOCIAL
Matricula Nº 54192688/1
339036: Pessoa Física: R$ 1.00,00
Fixar o prazo de: 60 (sessenta) dias para aplicação das despesas e 15 (quinze) dias para prestação de contas, contados a partir da expedição da ordem bancária.
Conceder Suprimento de Fundos a servidora, com o objetivo de deslocamento aos município de Magalhães Barata e Maracanã no período de 24 a 28/04/2017.

PORTARIA N.° 486/2017 - SEASTER,
DE 20 DE ABRIL DE 2017

Nome: EDNA MARTA DA SILVA RIBEIRO VILLACORTE
Cargo: ASSISTENTE SOCIAL
Matricula: 54195914/1
339036: Pessoa Física: R$ 200,00
Fixar o prazo de: 60 (sessenta) dias para aplicação das despesas e 15 (quinze) dias para prestação de contas, contados a partir da expedição da ordem bancária.
Conceder Suprimento de Fundos a servidora, com o objetivo de deslocamento aos município de Goianésia do Pará e Tailândia no período de 23 a 28/04/2017.
ANA MARIA DO SOCORRO MAGNO CUNHA
Secretária de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Protocolo: 170331

DIÁRIA

PORTARIA N.° 491/2017 - SEASTER,
DE 20 DE ABRIL DE 2017

Nome: MARIA JOSÉ BRITO DE SOUZA
Cargo: COLABORADOR EVENTUAL E CONSELHEIRA Matrícula: 54191320/2
Origem: MOCAJUBA /PA
Destino: BELÉM /PA
Período: 19 a 20/04/2017. Nº de diárias: 01 e ½ (uma e meia)
Objetivo: participar na 4ª Reunião Ordinária do Conseans /PA.

PORTARIA N.° 480/2017 - SEASTER,
DE 20 DE ABRIL DE 2017

Nome: MARCELO BARROS SANTIAGO
Cargo: MOTORISTA Matricula Nº 54195628/1
Origem: BELÉM/PA Destino: IGARAPÉ AÇU/PA
Período: 23 a 24/04/2017. Nº de diárias: 05 e ½ (cinco e meia)
Objetivo: de conduzir equipe técnica até o município.

PORTARIA N.° 494/2017 - SEASTER,
DE 20 DE ABRIL DE 2017

Nome: THAIS DE PINHO AYALA
Cargo: ENGENHEIRA DE ALIMENTOS
Matricula Nº 54191318/2
Origem: BELÉM/PA
Destino: CACHOEIRA DE ARARI/PA
Período: 24 a 28/04/2017. Nº de diárias: 04 e ½ (quatro e meia)
Objetivo: realizar visita técnica ás comunidades para fazer levantamento sócio-economico e instalação dos sistemas de abastecimento e tratamento de água de projeto qualidade de água para consumo humano no município.

PORTARIA N.° 496/2017 - SEASTER,
DE 20 DE ABRIL DE 2017

Nome: EDSON FARIAS SANTOS
Cargo: MOTORISTA Matricula Nº 3238350/2
Origem: BELÉM/PA
Destino: CACHOEIRA DE ARARI/PA
Período: 24 a 28/04/2017. Nº de diárias: 04 e ½ (quatro e meia)
Objetivo: conduzir equipe técnica até o municípios.

PORTARIA N.° 492/2017 - SEASTER,
DE 20 DE ABRIL DE 2017

Nome: HAROLDO JOSÉ CAMPOS BRANDÃO
Cargo: PSICOLOGO Matricula: 3212777/1
Origem: BELÉM/PA Destino: MARABÁ /PA
Período: 24 a 26/04/2017. Nº de diárias: 02 e ½ (duas e meia)
Objetivo: participar como facilitador nas oficinas do projeto " Família e Cidadania" do Núcleo de Articulação e Cidadania no município.

PORTARIA N.° 499/2017 - SEASTER,
DE 24 DE ABRIL DE 2017

Nome: WILSON GUERREIRO DE HOLANDA
Cargo: MOTORISTA Matricula Nº 3216640/1
Origem: BELÉM /PA Destino: IPIXUNA DO PARÁ E NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ/PA
Período: 03 a 07/04/2017. Nº de diárias: 04 e ½ (quatro e meia)
Objetivo: conduzir veiculo com equipe técnica da SEASTER ao município.

PORTARIA N.° 500/2017 - SEASTER,
DE 24 DE ABRIL DE 2017

Nome: JOSÉ LUIZ FERREIRA DA CRUZ
Cargo: AGENTE DE PORTARIA Matricula Nº 54190670/1
Origem: BELÉM /PA Destino: SANTO ANTONIO DO TAUA /PA
Período: 31/03 a 02/04/2017. Nº de diárias:02 e ½ (duas e meia)
Objetivo: apoiar equipe técnica responsável em realizar ações de apoio à documentação civil em parceria com município, para inclusão no CadÚnico e nos Programas Sociais no município.

PORTARIA N.° 501/2017 - SEASTER,
DE 24 DE ABRIL DE 2017

Nome: MARIA CÉLIA DERECI DOS SANTOS FARIAS
Cargo: ASSIST. SOCIAL Matrícula: 3202461/1
Origem: BELÉM /PA Destino: SANTO ANTONIO DO TAUA /PA
Período: 31/03 a 02/04/2017. Nº de diárias: 02 e ½ (duas e meia)
Objetivo: realizar ações de apoio à documentação civil em parceria com município para inclusão no CadÚnico nos Programas Sociais no município.

PORTARIA N.° 502/2017 - SEASTER,
DE 24 DE ABRIL DE 2017

Nome: ANTONIO JERÔNIMO BOTELHO JUNIOR
Cargo: MOTORISTA Matricula 57209454/1
Origem: BELÉM /PA Destino: SANTO ANTONIO DO TAUA /PA
Período: 31/03 a 02/04/2017. Nº de diárias: 02 e ½ (duas e meia)
Objetivo: de conduzir veiculo com equipe técnica até o Município.

PORTARIA N.° 503/2017 - SEASTER,
DE 24 DE ABRIL DE 2017

Nome: DIONE MARIA CAVALCANTE DE MATOS
Cargo: TÉCNICO EM GESTÃO PUBLICA /COORDENADORA
Matricula Nº 5055180/4
Origem: BELÉM/PA
Destino: SÃO FELIX DO XINGU/PA
Período: 15 a 19/04/2017. Nº de diárias: 04 e ½ (quatro e meia)
Objetivo: de reunir com os gestores municipais da região de integração do Araguaia no município.

PORTARIA N.° 504/2017 - SEASTER,
DE 24 DE ABRIL DE 2017

Nome: ELIZABETE DOS SANTOS MARQUES
Cargo: ASSISTENTE SOCIAL
Matricula Nº 54186053-2
Origem: BELÉM/PA
Destino: SÃO FELIX DO XINGU/PA
Período: 15 a 19/04/2017.
Nº de diárias: 04 e ½ (quatro e meia)
Objetivo: participar de reunião técnica com os gestores municipais da região do Araguaia no município.

PORTARIA N.° 505/2017 - SEASTER,
DE 24 DE ABRIL DE 2017

Nome: WILSON GUERREIRO DE HOLANDA
Cargo: MOTORISTA
Matricula Nº 3216640/1
Origem: BELÉM/PA
Destino: SÃO FELIX DO XINGU/PA
Período: 15 a 19/04/2017.
Nº de diárias: 04 e ½ (quatro e meia)
Objetivo: conduzir o veiculo com equipe técnica da SEASTER ao município.

PORTARIA N.° 506/2017 - SEASTER,
DE 24 DE ABRIL DE 2017

Nome: NATALINA DE JESUS PANTOJA MENEZES
Cargo: COLABORADORA EVENTUAL
Origem: BELÉM/PA
Destino: SÃO FELIX DO XINGU/PA
Período: 15 a 19/04/2017.
Nº de diárias: 04 e ½ (quatro e meia)
Objetivo: participar de reunião técnica com os gestores municipais da região do Araguaia no município.
ANA MARIA DO SOCORRO MAGNO CUNHA
SECRETÁRIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Protocolo: 170338

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº. 383 DE 20 DE ABRIL DE 2017; RESOLVE: DESIGNAR, a servidora MONICA MARQUES DOS SANTOS CALANDRINE, matrícula nº. 54197354/1, ocupante do cargo Assistente Social, para responder pela UASE CJM durante o impedimento do titular CARMEM OTÍLIA PINHEIRO DA SILVA, sem ônus para administração, no período de 17/04/17 a 06/05/2017. PORTARIA Nº. 385 DE 20 DE ABRIL DE 2017; CERTIDÃO DE ÓBITO: 067595 01 55 2017 4 00403 158 0158291 13; CONCEDER; 08 (OITO) dias de LICENÇA NOJO a servidora JANE TEIXEIRA MAMEDE DA COSTA MATRICULA N° 3225518/1, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado no ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA 2, no período 07.04.2017 á 14.04.2017. PORTARIA Nº. 384 DE 20 DE ABRIL DE 2017; O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 18 de abril de 2016, publicado no DOE 33111 de 19 de abril de 2016, e Considerando o disposto no Artigo 199 da Lei 5.810, de 24 de Janeiro de 1994. Considerando os princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade e da Eficiência, Insculpidos no artigo 37, caput, da Constituição Federal/88. Considerando ser poder – dever da Administração Pública a apuração de Irregularidades no Serviço público, conforme prescrito nos artigos 199 e 200, da Lei Estadual nº. 5810/94. Considerando o PAD nº. 04/2017 – Processo nº. 440332/2016, considerando ainda o julgamento que determinou o arquivamento do Processo, fundamentado no Art. 201, inciso I, da Lei nº. 5.810/94. RESOLVE: DETERMINAR, o arquivamento dos autos do Processo Instaurado através da PORTARIA Nº 094/2017 datada no dia 01/02/2017, publicada no DOE nº 33.308 de 06/02/2017, pela ausência de elementos comprobatórios capazes de configurar conduta irregular. **ORDENADOR: SIMAO PEDRO MARTINS BASTOS.**

Protocolo: 169993

EXCLUIR GTI

PORTARIA Nº. 331 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE EXCLUIR do Servidor MAELSON OLIVEIRA CRUZ, Matrícula 5849438/1, Cargo MONITOR, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 332 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE EXCLUIR do Servidor RILDO PIMENTEL DE SOUSA, Matrícula 5850339/1, Cargo MONITOR, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 333 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE EXCLUIR do Servidor AMARILDO JOSE BERINO, Matrícula 5423619/1, Cargo SERVENTE, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 334 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE EXCLUIR do Servidor MARCOS VENILSON MIRANDA MARQUES, Matrícula 5734576/1, Cargo MOTORISTA, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 335 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE EXCLUIR do Servidor ROBERTO PIMENTEL FERNANDES, Matrícula 5756383/1, Cargo MOTORISTA, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 336 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE EXCLUIR do Servidor ERIVAN RAMOS DA SILVA, Matrícula 5752159/1, Cargo MOTORISTA, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 337 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE EXCLUIR do Servidor ADMIR JORGE ESCORCIO BARBOSA,

Matrícula 5734550/1, Cargo MOTORISTA, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 338 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE EXCLUIR do Servidor PAULO ANTONIO RODRIGUES DE MORAES, Matrícula 5573637/2, Cargo MOTORISTA, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 339 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE EXCLUIR do Servidor ALDEMIR BOTELHO RODRIGUES, Matrícula 5752191/1, Cargo MOTORISTA, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 340 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE EXCLUIR do Servidor CARLOS COSTA SILVA, Matrícula 5849578/1, Cargo MOTORISTA, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 341 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE EXCLUIR do Servidor FERNANDO FIGUEIREDO DOS SANTOS, Matrícula 5848504/1, Cargo MOTORISTA, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 342 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE EXCLUIR da Servidora IVANEIDE CORREIA COSTA, Matrícula 5612349/1, Cargo Auxiliar de Enfermagem, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 343 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE EXCLUIR do Servidor MARCO ROBERTO LOBATO VALENTE, Matrícula 5848300/1, Cargo MONITOR, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 344 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE EXCLUIR do Servidor LUIZ MIGUEL DA SILVA BOUÇÃO, Matrícula 5633567/1, Cargo MONITOR, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 345 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE EXCLUIR do Servidor FABIO DE PAIVA LIMA, Matrícula 57216574/2, Cargo MONITOR, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 346 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE EXCLUIR do Servidor JOSE NEWTON GONZALEZ DA COSTA, Matrícula 5918070/1, Cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 347 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE EXCLUIR do Servidor FRANCISCO FLAVIO DOS SANTOS BRAGA, Matrícula 54189537/1, Cargo MONITOR, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
CONCEDER GTI
PORTARIA Nº. 348 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE CONCEDER ao Servidor EDIL GELSON RODRIGUES, Matrícula 57223761/3, Cargo MONITOR, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 349 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE CONCEDER ao Servidor FABIO HENRIQUE AGUIAR BARBOSA, Matrícula 5910544/3, Cargo MONITOR, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 350 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE CONCEDER a Servidora KATIA SILENE CAMPOS ALVES, Matrícula 5921946/1, Cargo AGENTE DE ARTES PRATICAS, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 351 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE CONCEDER ao Servidor MAURO ROBERTO SASTRE LOBATO, Matrícula 5907510/2, Cargo MOTORISTA, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 352 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE CONCEDER ao Servidor JOSE CARLOS MATOS DO PATROCINIO, Matrícula 5927323/1, Cargo MOTORISTA, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 353 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE CONCEDER ao Servidor JORGE LUIZ BARBOSA PIRES, Matrícula 5905458/2, Cargo MOTORISTA, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 354 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE CONCEDER ao Servidor ANDRE FERREIRA DO LAGO, Matrícula 5906129/2, Cargo MOTORISTA, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 355 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE CONCEDER ao Servidor JORGE DA SILVA BARBOSA, Matrícula 5904598/2, Cargo MOTORISTA, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 356 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE CONCEDER ao Servidor RUBENS JUNIOR ZAGALLO PINTO, Matrícula 5905099/2, Cargo MOTORISTA, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 357 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE CONCEDER ao Servidor ERMERSON DA SILVA MOURA, Matrícula 5908146/2, Cargo MOTORISTA, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 358 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE CONCEDER ao Servidor MANOEL DOS SANTOS PEREIRA, Matrícula 5903013/2, Cargo MOTORISTA, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 359 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE CONCEDER ao Servidor EDIVANDRO BARRETO SANTANA, Matrícula 5905872/2, Cargo MONITOR, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 360 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE CONCEDER ao Servidor THIAGO NEVES MARTINS, Matrícula 5905562/2, Cargo MONITOR, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 361 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE CONCEDER ao Servidor JOSE MARLON VIANA ALMEIDA, Matrícula 57221314/3, Cargo MONITOR, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 362 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE CONCEDER ao Servidor JOSE GABRIEL FERREIRA SILVA, Matrícula 57224338/3, Cargo MONITOR, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 363 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE CONCEDER ao Servidor JOEL MONTEIRO AMBE, Matrícula 5920452/1, Cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
PORTARIA Nº. 364 DE 11 DE ABRIL DE 2017, RESOLVE CONCEDER ao Servidor EDNEY DA SILVA BARBOSA, Matrícula 55586389/1, Cargo MONITOR, a GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL–GTI, a partir de 01.04.2017;
SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS-Presidente

Protocolo: 170181

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA: SUPRIMENTO DE FUNDOS-485- DO DIA 24/04/2017

OBJETIVO: Cobrir despesas de pequeno vulto, com Alimentação e Locomoção de adolescentes custodiados no CIAM BELEM (PROC.171936/2017-Mem 942/946/2017).
PROGRAMA DE TRABALHO: 08.243.1443.8394
PROJETO ATIVIDADE: 68-8394 - AÇÃO: 231464
FONTE DE RECURSO: 0101
NATUREZA DA DESPESA: 339030 – R$ 45,00- (Alimentação)
NATUREZA DA DESPESA: 339033– R$ 20,00- (Locomoção)
SERVIDOR: ANGELA FERNANDES DE LIMA CORREA
MATRICULA: 57192388/ 1
ORIGEM:BELÉM/PA - DESTINO:BREVES/ANAJAS/PA
PRAZO DE REALIZAÇÃO DE DESPESA APARTIR DA OB:04 Dias
PRAZO PRESTAÇÃO DE CONTAS: 05 Dias
PERIÓDO DE VIAGEM: 25 A 27/04/2017
ORDENADOR DE DESPESAS: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

Protocolo: 170335

PORTARIA: SUPRIMENTO DE FUNDOS-480- DO DIA 24/04/2017-

OBJETIVO**:** Cobrir despesas Eventuais, com aquisição de Material de Consumo, para atender a Semiliberdade de Santarém(PROC.155981/2017-Mem 44/2017).
PROGRAMA DE TRABALHO: 08.243.1443.8392
PROJETO ATIVIDADE: 68-8392 - AÇÃO: 185414
FONTE DE RECURSO: 0101
NATUREZA DA DESPESA: 339030 – R$ 500,00- (CONSUMO)
SERVIDORA: ROSANGELA MARIA COUTO SALES
MATRICULA: 3223027/ 1
PRAZO DE REALIZAÇÃO DE DESPESA APARTIR DA OB:60 Dias
PRAZO PRESTAÇÃO DE CONTAS: 15 Dias
ORDENADOR DE DESPESAS: **SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS**

Protocolo: 170122

PORTARIA Nº 483, DE 24 DE ABRIL DE 2017.
PROCESSO Nº 168702/2017.

OBJETIVO: Custear despesas de pequeno vulto com de adolescente, custodiado no CSEBA, durante viagem ao município de MONTE ALEGRE/PA, no período de 01 a 03/05/2017.
Programa de Trabalho 08.243.1443.8393
Projeto Atividade: 68.8393
Ação: 183317
Fonte de Recurso: 0101
Natureza da Despesa: 339030 – Consumo (alimentação) – R$ 50,00
SERVIDORES: CLEONICE BEZERRA FARIAS, PSICÓLOGA, Matricula 54182587/2.
PRAZO PARA REALIZAÇÃO DA DESPESA: 10 (dez) DIAS.
PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS: 05 (cinco) DIAS
ORDENADOR DE DESPESA: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

Protocolo: 170314

DIÁRIA

PORTARIA: 484- DO DIA 24/04/2017

OBJETIVO: Acompanhar adolescentes para serem entregues a familiares (Processo 171936/2017-Mem 942,946/2017-CIAM BELEM)
SERVIDOR(A): ANGELA FERNANDES DE LIMA CORREA
CARGO: MONITOR - MATRICULA: 57192388/ 1
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO:BREVES/ANAJAS/PA
PERIÓDO DE VIAGEM: 25 A 27/04/2017 - DIÁRIAS-2,5
ORDENADOR DE DESPESAS:SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

Protocolo: 170290

PORTARIA Nº 482, DE 24 DE ABRIL DE 2017.
Processo nº 168702/2017.

OBJETIVO: Apresentar adolescente, custodiado no CSEBA, em audiência designada judicialmente.
ORIGEM: SANTARÉM/PA – DESTINO: MONTE ALEGRE/PA – (2,5) DIÁRIAS
PERÍODO: 01/05/2017 a 03/05/2017.
SERVIDORES: CLEONICE BEZERRA FARIAS, PSICÓLOGA, Matricula 54182587/2, e JUNIO MARCOS ARAÚJO DOS SANTOS, MONITOR, Matricula 5897958/2.
ORDENADOR DE DESPESA: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

Protocolo: 170282

PORTARIA Nº 481, DE 24 DE ABRIL DE 2017.
Processo nº 162754/2017.

OBJETIVO: Realizar visita domiciliar aos familiares de adolescente, custodiado no CJM, conforme justificado.
ORIGEM: ANANINDEUA/PA – DESTINO: BREU BRANCO/PA – (2,5) DIÁRIAS
PERÍODO: 03/05/2017 a 05/05/2017
SERVIDORES: HEYDIANA AMORIM CAMARA BARRA, PSICÓLOGA, Matricula 5922042/1.
ORDENADOR DE DESPESA: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

Protocolo: 170270

PORTARIA: 479- DO DIA 24/04/2017

OBJETIVO: Realizar visita domiciliar aos familiares de adolescente custodiado no CAS (Processo 161722/2017-Mem 172/2017)
SERVIDOR(A):MARA DE CASSIA DE ANDRADE GOMES LOPES
CARGO: PSICOLOGO - MATRICULA: 57190650/ 3
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO:SALVATERRA/PA
PERIÓDO DE VIAGEM: 26 A 27/04/2017 - DIÁRIAS-1,5
ORDENADOR DE DESPESAS:SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

Protocolo: 169901

PORTARIA:478- DO DIA 24/04/2017

OBJETIVO: REALIZAR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (Processo 156013/2017-Mem 22/2017-NGP)
SERVIDOR: ANGELA MARIA LOBATO POMPEU
CARGO: AUXILIAR TÉCNICO- MATRICULA: 3215083/ 1
SERVIDOR: ALESSANDRA DAS GRACAS CARDOSO DE OLIVEIR
CARGO: ASISTENTE SOCIAL- MATRICULA: 54195567/ 1
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO: MARABA/PA
PERIÓDO DE VIAGEM:02 A 05/05/2017 - DIÁRIAS-3,5
ORDENADOR DE DESPESAS: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS

Protocolo: 170044

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO CREDCIDADÃO

CONVÊNIO

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA: 001/2017

Objeto: Operacionalizar o Programa Estadual de Microcrédito, no município de ANAPÚ, na forma de financiamento de natureza reversível, adequado para criação, crescimento e consolidação de micros e pequenos negócios à pessoa física e jurídica, promovendo a geração de trabalho e renda no município de ANAPÚ.
Concedente: Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito-NGPM-CREDCIDADÃO, com sede na Rua dos Mundurucus, nº 3852 - CEP:66040-033, Telefone: (91)3205-7250,Cremação, Belém-Pa.
Convenente: Prefeitura Municipal de Anapú, com sede sito a Rodovia Transamazônica, bairro:Centro, CEP:68.365-000,

Telefone: (91) 3694-1293, Anapú-Pa.
Foro: Belém-Pa.
Data de assinatura: 17/04/2017.
Vigência: Até 31/12/18, contados da data de sua assinatura.
Ordenador: Maria Alves dos Santos/Diretora-Geral NGPM-CREDCIDADÃO.

Protocolo: 169980

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA: 004/2017

Objeto: Operacionalizar o Programa Estadual de Microcrédito, no município de PORTO DE MOZ, na forma de financiamento de natureza reversível, adequado para a criação, crescimento e consolidação de micros e pequenos negócios à pessoa física e jurídica, promovendo a geração de trabalho e renda no município de PORTO DE MOZ.
Concedente: Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito-NGPM-CREDCIDADÃO, com sede na Rua dos Mundurucus, nº 3852 - CEP:66040-033, Telefone: (91)3205-7250, Cremação, Belém-Pa.
Convenente: Prefeitura Municipal de Porto de Moz, com sede sito Av. 19 de Novembro, s/n, bairro: Centro, CEP: 68.330-000, Telefone: (93) 3793-1251, Porto de Moz-Pa.
Foro: Belém-Pa.
Data de assinatura: 17/04/2017
Vigência: Até 31/12/2018, contados da data de sua assinatura.
Ordenador: Maria Alves dos Santos/Diretora-Geral-NGPM-CREDCIDADÃO.

Protocolo: 169983

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA: 003/2017

Objeto: Operacionalizar o Programa Estadual de Microcrédito, no município de SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, na forma de financiamento de natureza reversível, adequado para a criação, crescimento e consolidação de micros e pequenos negócios à pessoa física e jurídica, promovendo a geração de trabalho e renda no município de SENADOR JOSÉ PORFÍRIO.
Concedente: Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito-NGPM-CREDCIDADÃO, com sede na Rua dos Mundurucus, nº 3852 - CEP:66040-033, Telefone: (91)3205-7250, Cremação, Belém-Pa.
Convenente: Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio, com sede sito Rua Marechal Assunção, nº 116, bairro: Centro, CEP: 68.360-000, Telefone: (93)3556-1631, Senador José Porfírio-Pa.
Foro: Belém-Pa.
Data de assinatura: 17/04/2017
Vigência: Até 31/12/2018, contados da data de sua assinatura.
Ordenador: Maria Alves dos Santos/Diretora-Geral-NGPM-CREDCIDADÃO.

Protocolo: 169982

.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará, no uso de suas atribuições e ainda considerando o resultado do Pregão Eletrônico n.º 06/2017 - SEJUDH, referente ao Processo n.º 2017/41575, decide: HOMOLOGAR o resultado do aludido certame em favor de:
LOTE: 1 O S SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA CNPJ: 14.110.682/0001-08, vencedora do certame com o valor total de R$1.047.783.60 (Hum milhão, quarenta e sete mil, setecentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), para todos os efeitos legais.
Belém, 20 de abril de 2017
Michell Mendes Durans da Silva
Secretario de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH)

Protocolo: 170140

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O Pregoeiro da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará, no uso de suas atribuições e ainda considerando o resultado do Pregão Eletrônico n.º 06/2017 - SEJUDH, referente ao Processo n.º 2017/41575, decide: ADJUDICAR o resultado do aludido certame em favor de:
LOTE: 1 O S SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA CNPJ: 14.110.682/0001-08, vencedora do certame com o valor total de R$1.047.783.60 (Hum milhão, quarenta e sete mil, setecentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), para todos os efeitos legais.
Belém, 20 de abril de 2017
Alberto Boulhosa Tavares
Pregoeiro da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH)

Protocolo: 170138

DIÁRIAS
PORTARIA Nº 035/2017

OBJETIVO: Para participar como palestrante da capacitação para agentes de segurança pública e rede de apoio do município de Santarém/PA.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 145 da lei nº 5.810/94.
ORIGEM: Belém/PA
DESTINO: Santarém/PA
SERVIDOR:

- JOSÉ ROBERTO CHAVES PAES: CARGO: GERENTE; MAT: 5928914; PERÍODO: 25/04/2017 a 27/04/2017; Quantidade de diárias: 2,5

ORDENADOR: RODIVAN DOS SANTOS NOGUEIRA
Secretário Adjunto de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 170059

DIÁRIAS
PORTARIA Nº 036/2017

OBJETIVO: Para participar do acompanhamento do acampamento "Terra Livre".
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 145 da lei nº 5.810/94.
ORIGEM: Belém/PA
DESTINO: Brasília/DF
SERVIDOR:

- PUYR DOS SANTOS TEMBÉ; CARGO: Gerente dos Povos Indígenas; MAT: 57176344; PERÍODO: 22/04/2017 a 30/04/2017; Quantidade de diárias: 8,5.

ORDENADOR: RODIVAN DOS SANTOS NOGUEIRA
Secretário Adjunto de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 170171

.

.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA

.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIBILIDADE: 02/2017

Data:20/04/2017
Valor: R$ 50.000,00
Objeto : Locação de Stand , referente a AGROSHOW 2ª Edição -COOPERNORTE , com fulcro no artigos 25, da Lei no 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico nº 064/2017, acostado aos autos, de acordo com o Art. 38 § do mesmo diploma legal.
Programa de trabalho:24101. 23.691.1450.8518
Natureza de despesa:339039
Fonte do recurso:0101
Origem do Recurso: Estadual
CONTRATADO.
EMPRESA: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL PARAGOMINENSE-COOPERNORTE.
CNPJ: 14.718.125/0001-66
ENDEREÇO: Rodovia BR 010, KM 1675 –Paragominas /PA, CEP:68.625-970
Telefone: (091) 99334-0315
Ordenador: DYJANE CHAVES DOS SANTOS AMARAL

Protocolo: 170260

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ato: 002
Número da inexigibilidade: 02/2017
Data: 20/04/2017
Ordenador(a): Dyjane Chaves dos Santos Amaral

Protocolo: 170262

DIÁRIA

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 123/2017-DIRAF/SEDEME
BELÉM, 24 DE ABRIL DE 2017.

NOME: GILVAN CAPISTRANO SOUSA DA SILVA VELOSO/ CARGO: Gerente/ MATRICULA: 5924532/1/Nº DE DIARIAS: 6,5 (seis e meia) /ORIGEM: Belém-PA/DESTINO: Maringá-PR / PERIODO: 08 a 14/05/2017/OBJETIVO: a fim de acompanhar o Secretário Adnan Demachki na Feira de Agronegócios Expoingá e visitas em Parques Industriais da Região.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
MICHELLE ABRAHÃO ABDON
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 169941

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 119/2017-DIRAF/SEDEME
BELÉM, 24 DE ABRIL DE 2017.

NOME: EDUARDO ARAÚJO DE SOUZA LEÃO/CARGO: Secretário Adjunto/ MATRICULA: 5918031/2/Nº DE DIARIAS: 2,5(duas e meia) /ORIGEM: Belém/PA/DESTINO: Bragança/PA /PERIODO: 03 a 05/05/2017/OBJETIVO: a fim de dar revisão e aprovação do Plano de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura da Região de Integração de Caeté; e Elaboração do Plano de Ação do APL, visita às empresas de pescado.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
MICHELLE ABRAHÃO ABDON
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 169929

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 120/2017-DIRAF/SEDEME
BELÉM, 24 DE ABRIL DE 2017.

NOME: ANTONIO JOSE SANTOS FERREIRA/CARGO: Motorista/ MATRICULA: 57212902/3/Nº DE DIARIAS: 2,5(duas e meia) / ORIGEM: Belém/PA/DESTINO: Bragança/PA /PERIODO: 03 a 05/05/2017/OBJETIVO: a fim de conduzir os servidores Lourival da Silva Ribeiro Junior, Mônica Aparecida Pampolha Marques Moura e Eduardo Araújo de Souza Leão.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
MICHELLE ABRAHÃO ABDON
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 169934

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 122/2017-DIRAF/SEDEME
BELÉM, 24 DE ABRIL DE 2017.

NOME: LOURIVAL DA SILVA RIBEIRO JUNIOR/CARGO: Téc. em Gestão de Meio Ambiente/MATRICULA: 57215448/1/Nº DE DIARIAS: 2,5(duas e meia) /ORIGEM: Belém/PA/DESTINO: Bragança/PA /PERIODO: 03 a 05/05/2017/OBJETIVO: a fim de dar revisão e aprovação do Plano de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura da Região de Integração de Caeté; e Elaboração do Plano de Ação do APL, visita às empresas de pescado.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
MICHELLE ABRAHÃO ABDON
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 169939

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 121/2017-DIRAF/SEDEME
BELÉM, 24 DE ABRIL DE 2017.

NOME: MONICA APARECIDA PAMPOLHA MARQUES MOURA/ CARGO: Coordenadora/MATRICULA: 57202419/4/Nº DE DIARIAS: 2,5(duas e meia) /ORIGEM: Belém/PA/DESTINO: Bragança/PA /PERIODO: 03 a 05/05/2017/OBJETIVO: a fim de dar revisão e aprovação do Plano de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura da Região de Integração de Caeté; e Elaboração do Plano de Ação do APL, visita às empresas de pescado.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
MICHELLE ABRAHÃO ABDON
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 169936

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ

PORTARIA Nº 070/2017 – RH/DAF

Processo 2017/168751. Nome: Raimundo de A. Wanderley, mat. 2021412/5, Diretor Técnico. Objetivo: Realizar visita técnica na área para implantação de Distritos Industriais. Destino: Breves. Período: 24 a 26/04/2017. Qtde: 2 e ½ diárias. Ordenador de Desp.: Olavo das Neves.

Protocolo: 169915

PORTARIA Nº 072/2017 – RH/DAF

Processo 2017/158872. Nome: Augusto Cesar S. da A. Filho, mat. 5904066/4, Gerente de Desenvolvimento Oportunidades. Objetivo: Participar da 45ª Expoingá para apresentar potencialidades do Estado para investidores do agronegócio. Destino: Maringá. Período: 02 a 10/05/2017. Qtde: 9 e ½ diárias. Ordenador de Desp.: Olavo das Neves.

Protocolo: 170264

PORTARIA Nº 071/2017 – RH/DAF

Processo 2017/162911. Nome: Marinoel Manolo de Sousa, mat. 5922969/1, Diretor de Estratégia e Relações Institucionais. Objetivo: Participar da 45ª Expoingá para apresentar potencialidades do Estado para investidores do agronegócio. Destino: Maringá. Período: 02 a 10/05/2017. Qtde: 9 e ½ diárias. Ordenador de Desp.: Olavo das Neves.

Protocolo: 170263

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

CONTRATO Nº 009/2017
Pregão Eletrônico Nº 08/2016

Objeto**: Fornecimento de material de expediente para o IMETROPARÁ.**
Data de Assinatura: **18 de Abril de 2017**
Valor Global: **R$ 9.240,00** Vigência**: 18/04/2017 a 17/04/2018**
Orçamento: **Programa de Trabalho 14 122 1297 8338 / Natureza de despesa 339030/Fonte de Recurso 0260**
Contratado: ALVES E SILVA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP
Endereço: **Passagem Edizia, 233, Castanheira - Belém - PA**
Fiscal do Contrato: **Barbara Flores**
Ordenador: **EMYLE MACHADO CARRIÇO CORRÊA**

Protocolo: 170001

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE TERMO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

O INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ - IMETROPARA, neste ato representado por sua Presidente em exercício, Emyle Machado Carriço Corrêa, no uso de suas atribuições legais, vem aplicar à Empresa IMPRESSUS BEL COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI-ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 1.3913.414.0001-53, a penalidade de MULTA, no importe de R$ 43,75 (quarenta e três reais e setenta e cinco centavos, IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA por 02 (dois) anos e RESCISÃO do Contrato n° 08/2016, nos termos do estipulado na Cláusula Décima Oitava do Contrato em referência, c/c o art. 87 da Lei nº 8.666/93, de acordo com o Processo Administrativo n° 192/2016.// Belém, 24 de abril de 2017.//

Protocolo: 169920

PORTARIA Nº 052/2017, GAB/IMETROPARÁ, 24 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre Licença saúde de Servidor.
A PRESIDENTE do Instituto de Metrologia do Estado do Pará - IMETROPARÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto de 9 de fevereiro de 2017;

CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 83 da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, e ainda o Laudo médico nº 28321/2016 e CID Nº S86. 0 + Z540;

RESOLVE:

Art. 1º – PRORROGAR a licença para tratamento de saúde, concedida através da PORTARIA Nº 153/2016 de 29 de agosto de 2016 ao servidor Emerson Fábio Leite da Silva, Mat. 0268, ocupante do cargo de Gerente de Fiscalização de Instrumentos, Lotado na Diretoria Técnica por 92 (noventa e dois) dias, no período de 28/11/2016 a 28/02/2017.

Art. 2º – DESIGNAR o Gerente do Núcleo de Tecnologia da Informação, Mat. 0280, para responder cumulativamente pela Gerência de fiscalização de Instrumentos durante o impedimento do titular no período de 27/11/2016 á 28/02/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 28/11/2016.

Art. 4º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete, Belém/Pará, 24 de abril de 2017.

Emyle M. Carriço Correa
Presidente, em exercício

Protocolo: 170179

.

.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS

.

DIÁRIA

PORTARIA Nº 204/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94
Processo: Processo nº 2017/165630, de 18/04/2017
Servidor(a): BERNARDETE CRUZ COSTA
Matrícula: 3190544/1
Cargo/Função: Diretor
Objetivo: acompanhar a equipe do Ministério das Cidades, para visita a obra do Cabelo Seco
Período(s): 24 a 25/04/2017
Diárias: 1,5
Destino(s): Marabá/PA
Ordenador de Despesas: Marcio Silva Viana Araújo

Protocolo: 170224

PORTARIA Nº 209/2017, DE 24 DE ABRIL DE 2017.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 03/01/2015, publicado no DOE nº. 32.822, de 04/02/2015, e as que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº. 006/2017, de 04/01/2017, publicada no DOE nº 33.289 de 11/01/2017,
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e
CONSIDERANDO, o Memorando nº. 035/2017/DIFIS, de 20/04/2017; através do Processo nº 2017/143987, de 04/04/2017,
RESOLVE:
TRANSFERIR, para o período de 25/04 a 28/04/2017, o deslocamento do servidor OSMAR RANIERI BASTOS, matricula nº. 5322928/2; ocupante do Cargo de Coordenador, a viajar ao Município de São Sebastião da Boa Vista/PA, anteriormente concedida no período de 17/04 a 20/04/2017, através da Portaria n° 169/2017, de 05/04/2017, publicada no DOE nº. 33.349, de 06/04/2017, em virtude de alteração na programação de viagens.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se;
PEDRO ABILIO TORRES DO CARMO
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 170251

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO N.º 2017NE00533

PARTES:
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas - CNPJ 03.137.985/0001-90;
Consórcio Mape-Ditron - CNPJ 10.744.158/0001-05
OBJETO: Execução de obras de saneamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que incluem execução de obras e serviços de implantação do sistema de abastecimento de água potável, no município de Bragança, neste Estado.
JUSTIFICATIVA: Necessidade de saldar contrato a ser liquidado em favor da Contratada e a não possibilidade de realização de apostilamento.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07101 17.512.1428.7567 0101003245 449051
VALOR: R$ 71.429,15
DATA DA ASSINATURA: 20/04/2017
ORDENADOR RESPONSAVEL: RUY KLAUTAU DE MENDONÇA

Protocolo: 169968

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

CONTRATO

CONTRATO N° 25/2016.

Objeto: **prestação de serviços de acesso à internet, através da Rede de Comunicação de Dados do Estado, Link de Dados (Fibra e Rádio) e licença de uso de Sistemas Administrativos da Contratante.**
Valor: **513.267,00 (quinhentos e treze mil e duzentos e sessenta e sete reais).**
Data da Assinatura**: 17/04/2017.**
Classificação dos objetos**: Outros.**
Convenente: **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA**
Ordenador: **Abraão Benassuly Neto.**

Protocolo: 169992

TERMO ADITIVO A CONTRATO

5° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 50/2012

Objeto: **Prorrogação do prazo contratual por mais** 4 (quatro) **meses, a contar de** 17.04.2017**, encerrando em** 16.08.2017**. A Contratada renuncia ao reajustamento de preço referente ao período de** Abril/2016 **à** Março/2017**.**
Data da Assinatura**: 12/04/2017.**
Classificação dos objetos**: Outros.**
Contratada: SERVPRED SERVIÇOS PREDIAIS INTELIGENTES LTDA – EPP**.**
Ordenador: **Abraão Benassuly Neto.**

Protocolo: 170244

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 49/2012.

Objeto: **Prorrogação do prazo contratual por mais** 4 (quatro) **meses, a contar de** 17.04.2017**, encerrando em** 16.08.2017**. A Contratada renuncia ao reajustamento de preço referente ao período de** Abril/2016 **à** Março/2017**.**
Data da Assinatura**: 12/04/2017.**
Classificação dos objetos**: Outros.**
Contratado: SERVPRED SERVIÇOS PREDIAIS INTELIGENTES LTDA – EPP.
Ordenador: **Abraão Benassuly Neto.**

Protocolo: 170242

5° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 51/2012

Objeto: **Prorrogação do prazo contratual por mais** 4 (quatro) **meses, a contar de** 17.04.2017**, encerrando em** 16.08.2017**. A Contratada renuncia ao reajustamento de preço referente ao período de** Abril/2016 **à** Março/2017**.**
Data da Assinatura**: 12/04/2017.**
Classificação dos objetos**: Outros.**
Contratado: SERVPRED SERVIÇOS PREDIAIS INTELIGENTES LTDA – EPP**.**
Ordenador: **Abraão Benassuly Neto.**

Protocolo: 170246

LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA torna público que protocolou junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) solicitação de Licença de Operação, processo nº 12147/2017, referente ao Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Marabá/PA.
Abraão Benassuly Neto
Presidente da Companhia de Saneamento do Pará - Cosanpa

Protocolo: 170200

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº 77/2016.

Objeto: Rescisão amigável do Contrato n° 77/2016, que tem como objeto a execução de serviços de reconstrução/ revitalização do muro em alvenaria/placa em concreto aemado, proteção em concertina, com pintura de logomarca da CONTRATANTE, além da instalação de revitalizações de portões, do Setor do CDP/UN-NORTE, localizado na Rua Salgado Filho, conjunto Paraíso dos Pássaros, em Belém – Pará.
Data da Assinatura: 24/04/2017.
Classificação dos objetos: Outros.
Contratado: NEA ENGENHARIA LTDA – ME.
Ordenador: Abraão Benassuly Neto.

Protocolo: 170235

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA N.º 060/2017 - PRESI

A DIRETORA PRESIDENTE DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ-COHAB/PA, usando de suas atribuições legais e estatutárias e,
CONSIDERANDO os termos do Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria Conjunta nº 01/2017 – PGE/COHAB e as recomendações da Assessoria Jurídica contidas no parecer nº 361/2017;
R E S O L V E:
1. APLICAR a penalidade de Advertência ao Empregado ANTONIO MARIA MELO NUNES, Matrícula nº 3191206/1, em face da infração capitulada no art. 178, inciso X da Lei 5810/94.
2. FAZER vigorar os efeitos desta Portaria a partir da data da ciência pelo empregado.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 20 de abril de 2017.
LUCILENE BASTOS FARINHA SILVA
Diretora Presidente

Protocolo: 170066

PORTARIA N.º 061/2017 - PRESI

A DIRETORA PRESIDENTE DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ-COHAB/PA, usando de suas atribuições legais e estatutárias e,
CONSIDERANDO os termos do Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria Conjunta nº 01/2017 – PGE/COHAB e as recomendações da Assessoria Jurídica contidas no parecer nº 361/2017;
R E S O L V E:
1. APLICAR a penalidade de Suspensão, pelo período de 15 (quinze) dias, à Empregada LIGIA DOS SANTOS NEVES, Matrícula nº 57176087/1, em face das infrações contidas no art. 37, caput, da Constituição Federal, art. 482, "b" da CLT, art. 2º, parágrafo único, inciso II do CEDOAB e art. 177, VI da Lei 5810/94.
2. FAZER vigorar os efeitos desta Portaria a partir da data da ciência pela empregada.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 20 de abril de 2017.
LUCILENE BASTOS FARINHA SILVA
Diretora Presidente

Protocolo: 170077

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

.

PORTARIA Nº 095 DE 20 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, COM BASE NO DECRETO DE 01.01.2015, e usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2017/96757, de 08/03/2017.
R E S O L V E:
I - **SUBSTITUIR** o servidor **ADEJARD GAIA CRUZ**, Identidade Funcional nº 80845778/4, pelo servidor **DENILSON BENEDITO GONÇALVES PINHEIRO,** Identidade Funcional nº 57222720/1, lotados na Diretoria de Ciência e Tecnologia- DCT, no período de 01/05/2017 a 29/06/2017, na PORTARIA Nº 078, de 21 de março de 2016, publicada no DOE nº 33.094, de 23/03/2016, que designou o referido servidor para a função de Fiscal do Contrato nº 01/2009, que tem por objeto a execução de serviços de engenharia de implantação de infraestrutura e urbanização do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá – PCT-Guamá.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica, em 20 de Abril de 2017.
ALEX FIÚZA DE MELLO
Secretário de Estado

Protocolo: 170065

PORTARIA Nº 096 DE 24 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, COM BASE NO DECRETO DE 01.01.2015, publicado no DOE Nº 32.798, de 01.01.2015.
CONSIDERANDO os termos do Decreto n° 648, de 17/01/2013, publicado no DOE nº 32.321, de 18/01/2013; e
CONSIDERANDO o Processo nº 2017/42216 de 02/02/2017;
R E S O L V E:
CEDER para o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO-SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ, a servidora MICHELLE SANTANA DE HOLANDA, Identidade Funcional nº 57212418/2, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, a contar de 01/05/2017, com ônus para o órgão cessionário, mediante reembolso, conforme art. 4º, inciso II c/c art. 5º, §§ 1º, 2º e 3º do Decreto nº 648, de 17/01/2013, que regulamenta o art. 31 da Lei nº 5.810/94.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica, em 24 de abril de 2017.
ALEX FIÚZA DE MELLO
Secretário de Estado

Protocolo: 170197

PORTARIA Nº 097 DE 20 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, COM BASE NO DECRETO DE 01.01.2015, publicado no DOE Nº 32.798, de 01.01.2015.
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2017/166992, de 19/04/2017.
R E S O L V E:
I - SUBSTITUIR a servidora MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO XAVIER DOS SANTOS, Identidade Funcional nº 5147166/3, pela servidora SHEILA DE FÁTIMA DE CARVALHO VIEIRA, Identidade Funcional nº 55988672/2, na qualidade de Coordenadora e
II- INCLUIR a servidora **REGIANE VALÉRIA MOREIRA MONTEIRO**, Identidade Funcional nº 5561825/4, na qualidade de membro, na PORTARIA Nº 277, de 11 de outubro de 2016, publicada no DOE nº 33.230, de 13/10/2016, que designou a servidora para compor a Comissão referente à operacionalização da concessão do Cheque Moradia.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica, em 20 de abril de 2017.
ALEX FÍUZA DE MELLO
Secretário de Estado

Protocolo: 170048

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 094 DE 20 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 260/2015 - CCG, DE 12.01.2015, publicada no DOE nº 32.806, de 13.01.2015 e as que foram delegadas pela PORTARIA Nº 033 de 27.01.2015, publicada no DOE nº 32.818, de 29.01.2015,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 98 da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994,
CONSIDERANDO ainda, os termos do Processo nº 2017/96757;
RESOLVE:
CONCEDER ao servidor ADEJARD GAIA CRUZ, Identidade Funcional nº 80845778/4, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Pública – Ciências Econômicas, lotado na Diretoria de Ciência e Tecnologia - DCT, 60 (Sessenta) dias de Licença Prêmio, no período de 01/05/2017 a 29/06/2017 referente ao triênio 01/10/2008 a 30/09/2011.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica, em 20 de Abril de 2017.
CARLOS ALBERTO MONTEIRO
Diretor de Administração e Finanças.

Protocolo: 170042

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS

DIÁRIA

PORTARIA N°011/2017 – DIPLAN/FAPESPA, 19 DE ABRIL DE 2017.

A DIPLAN – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, considerando o Memo. nº.029/2017 – DITEC/ FAPESPA, de 17 de abril de 2017, no uso de suas atribuições legais e estatutárias.
RESOLVE: CONCEDER DIÁRIAS AO SERVIDOR
NOME: ALEXSANDER DE CASTRO AMADOR
MATRÍCULA: 5929073/1
CARGO: COORDENADOR
TRAJETO: BELÉM-PA/BARCARENA-PA/BELÉM-PA
PERÍODO: 03 a 04/05/2017
QUANTIDADE: 1 e 1/2 (uma e meia) diária
OBJETIVO: Promover o lançamento do Barômetro da Sustentabilidade, integrante do Projeto "Barômetro da Sustentabilidade dos Municípios Paraenses".
Registre–se, Publique-se e Cumpra-se.
Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, Belém/PA, em 19 de abril de 2017.
EDUARDO ALBERTO DA SILVA LIMA
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

Protocolo: 169841

PORTARIA N°012/2017 – DIPLAN/FAPESPA, 20 de Abril de 2017.

A DIPLAN – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, considerando o Memo. nº. 011/2017 – GABINETE/ FAPESPA, de 19 de abril de 2017, no uso de suas atribuições legais e estatutárias.
RESOLVE: CONCEDER DIÁRIAS AO SERVIDOR
NOME: JEAN RICARDO REIS DA COSTA
MATRÍCULA: 5916925/1
CARGO: MOTORISTA
TRAJETO: BELÉM-PA/BARCARENA-PA/BELÉM-PA
PERÍODO: 03 a 04/05/2017
QUANTIDADE: 01 e 1/2 (uma e meia) diárias
OBJETIVO: Conduzir o Diretor-Presidente até o referido Município.
Registre–se, Publique-se e Cumpra-se.
Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, em 20 de abril de 2017.
EDUARDO ALBERTO DA SILVA LIMA
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

Protocolo: 170005

PORTARIA N°010/2017 – DIPLAN/FAPESPA, 19 DE ABRIL DE 2017.

A DIPLAN – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, considerando o Memo. nº.006/2017 – DIPEA/FAPESPA, de 17 de abril de 2017, no uso de suas atribuições legais e estatutárias.
RESOLVE: CONCEDER DIÁRIAS À SERVIDORA
NOME: MARTA HELENISE MAIA AMORIM
MATRÍCULA: 57233408/2
CARGO: COORDENADORA
TRAJETO: BELÉM-PA/BARCARENA-PA/BELÉM-PA
PERÍODO: 03 a 04/05/2017
QUANTIDADE: 1 e 1/2 (uma e meia) diária
OBJETIVO: Promover o lançamento do Barômetro da Sustentabilidade, integrante do Projeto "Barômetro da Sustentabilidade dos Municípios Paraenses".
Registre–se, Publique-se e Cumpra-se.
Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, Belém/PA, em 19 de abril de 2017.
EDUARDO ALBERTO DA SILVA LIMA
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

Protocolo: 169840

PORTARIA N° 013/2017 – DIPLAN/FAPESPA, 20 de Abril de 2017.

A DIPLAN – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, considerando o Memo. nº. 012/2017 – GABINETE/FAPESPA, de 19 de abril de 2017, no uso de suas atribuições legais e estatutárias.
RESOLVE: CONCEDER DIÁRIAS AO SERVIDOR
NOME: JEAN RICARDO REIS DA COSTA
MATRÍCULA: 5916925/1
CARGO: MOTORISTA
TRAJETO: BELÉM-PA/SALINÓPOLIS-PA/BELÉM-PA
PERÍODO: 07 a 08/05/2017
QUANTIDADE: 01 e 1/2 (uma e meia) diárias
OBJETIVO: Conduzir o Diretor-Presidente até o referido Município.
Registre–se, Publique-se e Cumpra-se.
Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, em 20 de abril de 2017.
EDUARDO ALBERTO DA SILVA LIMA
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

Protocolo: 170008

PORTARIA N°014/2017 – DIPLAN/FAPESPA, 20 de Abril de 2017.

A DIPLAN – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, considerando o Memo. nº. 013/2017 – GABINETE/FAPESPA, de 19 de abril de 2017, no uso de suas atribuições legais e estatutárias.
RESOLVE: CONCEDER DIÁRIAS AO DIRETOR PRESIDENTE
NOME: EDUARDO JOSÉ MONTEIRO DA COSTA
MATRÍCULA: 80845119/5
CARGO: DIRETOR-PRESIDENTE
TRAJETO: BELÉM-PA/BARCARENA-PA/BELÉM-PA
PERÍODO: 03 A 04/05/2017
QUANTIDADE: 1 e 1/2 (uma e meia) diárias
OBJETIVO: Promover o lançamento do Barômetro da Sustentabilidade do Município de Barcarena.
Registre–se, Publique-se e Cumpra-se.
Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, Belém/Pa, em 20 de abril de 2017.
EDUARDO ALBERTO DA SILVA LIMA
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

Protocolo: 170011

PORTARIA N°015/2017 – DIPLAN/FAPESPA, 20 de Abril de 2017.

A DIPLAN – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, considerando o Memo. nº. 014/2017 – GABINETE/FAPESPA, de 19 de abril de 2017, no uso de suas atribuições legais e estatutárias.
RESOLVE: CONCEDER DIÁRIAS AO DIRETOR PRESIDENTE
NOME: EDUARDO JOSÉ MONTEIRO DA COSTA
MATRÍCULA: 80845119/5
CARGO: DIRETOR-PRESIDENTE
TRAJETO: BELÉM-PA/SALINÓPOLIS-PA/BELÉM-PA
PERÍODO: 07 A 08/05/2017
QUANTIDADE: 1 e 1/2 (uma e meia) diárias
OBJETIVO: Acompanhar o Projeto "Polo Científico Tecnológico do Mar e Petróleo do Campos da UFPA/Salinópolis.
Registre–se, Publique-se e Cumpra-se.
Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, Belém/Pa, em 20 de abril de 2017.
EDUARDO ALBERTO DA SILVA LIMA
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

Protocolo: 170014

EDITAL 01 DE ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DA CHAMADA 004/2017 Concessão de quotas institucionais de bolsas de iniciação científica
Número da Publicação: 147643
TORNA PÚBLICO a alteração do cronograma da Chamada 004/2017, publicada no Diário Oficial nº 33316 de 16/02/2017.
Novo Cronograma da Chamada 004/2017

ATIVIDADES	DATAS/PERÍODOS
Lançamento da chamada	15/02/2017
Período para submissão de propostas no SIGAMAZÔNIA	12 h do dia 03/04/2017 às 11h do dia 02/05/2017
Divulgação do resultado preliminar – Análise de documentação (Enquadramento)*	A partir do dia 16/05/2017
Prazo para protocolo de recurso administrativo referente ao resultado preliminar (Enquadramento)	Cinco dias úteis após o resultado preliminar
Resultado do recurso administrativo (Enquadramento)*	Cinco dias úteis após o prazo para protocolo de recurso administrativo referente ao resultado preliminar (Enquadramento)
Divulgação do resultado preliminar – Classificação e Concessão de quotas*	Quinze dias úteis após o resultado do recurso administrativo (Enquadramento)
Prazo para protocolo de recurso administrativo referente ao resultado preliminar (Classificação e Concessão de quotas institucionais)	Cinco dias úteis após o resultado preliminar (Classificação e Concessão de quotas institucionais)
Resultado do recurso administrativo (Classificação e Concessão de quotas institucionais)*	Dez dias úteis após o prazo para protocolo de recurso administrativo referente ao resultado preliminar (Classificação e Concessão de quotas institucionais)
Divulgação do resultado final*	Quinze dias após o resultado do recurso administrativo (Classificação e Concessão de quotas institucionais)
Prazo para protocolo de recurso administrativo referente ao resultado final	Cinco dias úteis após o resultado final
Resultado do recurso administrativo referente ao resultado final*	Dez dias úteis após o prazo para protocolo de recurso administrativo referente ao resultado final

* Serão divulgados no Diário Oficial do Estado do Pará e no site www.fapespa.pa.gov.br

Protocolo: 170268

PORTARIA N° 055/2017 – GABINETE, DE 24 DE ABRIL DE 2017.

O Diretor-Presidente da FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na seção II, do art. 7º, da Lei Complementar Estadual n. 061, de 24 de julho de 2007, e alterações posteriores.
CONSIDERANDO a solicitação através do memorando nº 008/2017 da **Comissão de Processo Administrativo Sancionatório**, designada pela PORTARIA Nº 016/2017-GABINETE.
RESOLVE:
Art. 1º RECONDUZIR os membros designados na referida Portaria, para constituir Comissão de Processo Administrativo Sancionatório, a fim de dar prosseguimento aos trabalhos, bem como viabilizar a elaboração o relatório final;
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Diretor-Presidente, 24 de Abril de 2017.
Eduardo José Monteiro da Costa
Diretor-Presidente

Protocolo: 170161

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA - PRESI Nº. 031, DE 24 DE Abril DE 2017.
O PRESIDENTE DA PRODEPA – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO PARÁ, ***no uso de suas competências que lhe são conferidas pelo Art. 18, do Regimento desta empresa; R E S O L V E: Art.1º Designar*** FABIANA PALERMO COELHO VIEIRA***,*** *para Função Comissionada de Assessora Jurídica I, subordinado ao Gabinete da Presidência desta empresa. Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 02/05/2017, revogando-se as disposições em contrário..Art. 3º Dê-se ciência e cumpra-se. Gabinete da Presidência da PRODEPA – Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará, 19 de abril de 2017.*

Protocolo: 170146

PORTARIA - PRESI Nº. 032, DE 24 DE Abril DE 2017.
O PRESIDENTE DA PRODEPA – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO PARÁ, *no uso de suas competências que lhe são conferidas pelo Art. 18, do Regimento desta empresa; R E S O L V E: Art.1º Designar* **TÔNIA MAGALHÃES CHALU MENDES***, para Função Comissionada de Assessora Jurídica I, subordinada ao Gabinete da Presidência desta empresa. Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 02/05/2017, revogando-se as disposições em contrário. Art. 3º Dê-se ciência e cumpra-se. Gabinete da Presidência da PRODEPA – Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará, 19 de abril de 2017.*

Protocolo: 170267

DIÁRIA

Portaria: 080/20176 / Fundamentos Legal: nº001/2008 – AGE / Nome: Max Hideyuki Matsuzaki / Cargo: Analista de Suporte / CPF: 440734532-20 / Nº de Diária: 1,5 / Origem: Belém / Destino: Barcarena / Período: 24 e 25/04/2017 / Objetivo: Manutenção na Estação TELECOM de Barcarena. Ordenador: Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires CPF: 166769802-82 - PRESIDENTE DA PRODEPA – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ.

Protocolo: 170070

Portaria: 078/2017 / Fundamentos Legal: nº001/2008 – AGE / Nome: Marcel Santos Cabral / Cargo: Analista de Suporte / CPF: 838163642-68 / Nº de Diária: 1,5 / Nome: Pedro de Souza Barros / Cargo: Motorista / CPF: 127764402-00 / Origem: Belém / Destino: Barcarena / Período: 21 a 22/04 / Objetivo: Manutenção na Estação TELECOM em Barcarenai/ Deslocamento do colaborador Marcel Cabral / Ordenador: Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires CPF: 166769802-82 - PRESIDENTE DA PRODEPA – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ.

Protocolo: 170046

Portaria: 079/2017 / Fundamentos Legal: nº001/2008 – AGE / Nome: Marcel Santos Cabral / Cargo: Analista de Suporte / CPF: 838163642-68 / Nº de Diária: 0,5 / Nome: Pedro de Souza Barros / Cargo: Motorista / CPF: 127764402-00 / Origem: Belém / Destino: Barcarena / Período: 23/04 /2017 / Objetivo: Manutenção na Estação TELECOM em Peixe Boi/ Deslocamento do colaborador Marcel Cabral / Ordenador: Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires CPF: 166769802-82 - PRESIDENTE DA PRODEPA – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ.

Protocolo: 170094

.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

.

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 068/2017-SEEL, DE 12 DE ABRIL DE 2017

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas pela Lei nº 6.215 de 28 de Abril de 1999, alterada pela Lei nº 6.879 de 29 de Junho de 2006, publicada no DOE nº 30.714 de 30/06/2006 e considerando o disposto no art. 85 da Lei nº 5.810 de 24 de Janeiro de 1994 e, ainda a apresentação do Laudo Médico nº 185701A/2 e Processo nº 2017/148313,
RESOLVE:
CONCEDER ao servidor JOSÉ LUIS DE JESUS PINTO FIGUEIREDO, matrícula nº 5891196/2, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Esporte em Ed. Física, lotado neste órgão, Licença para Tratamento de Saúde, no período de 21/03/2017 a 04/04/2017.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, 12 DE ABRIL DE 2017
RENILCE CONCEIÇÃO DO ESPIRITO SANTO NICODEMOS LOBO
Secretária de Estado de Esporte e Lazer

Protocolo: 169846

DIÁRIA

PORTARIA Nº. 071/2017-SEEL, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas, pela lei nº 6.215 de 28 de abril de 1999, alterada pela lei nº 6.879, de 29 de junho de 2006, publicada no DOE nº 30.714, de 30/06/2006 e considerando o art. 127, inciso III e art. 145, da lei 5.810, de 24 de janeiro de 1994, e considerando o processo n° 2017/93833;
RESOLVE:
CONCEDER 4 e ½ (quatro e meia) diárias aos servidores CLEITON MARCIO SOARES SILVA, matricula 5907152/1 e EVANDRO DA LUZ RIBEIRO, matricula 5309212, para realizar diagnóstico para implantação de ações esportivas desta SEEL, no município de Irituia/PA e São Miguel do Guamá/PA, no período de 24/03/2017 a 28/03/2017.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, 12 DE ABRIL DE 2017.
RENILCE CONCEIÇÃO DO ESPIRITO SANTO NICODEMOS LOBO
Secretária de Estado de Esporte e Lazer

Protocolo: 169849

PORTARIA Nº. 069/2017-SEEL, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas, pela lei nº 6.215 de 28 de abril de 1999, alterada pela lei nº 6.879, de 29 de junho de 2006, publicada no DOE nº 30.714, de 30/06/2006 e considerando o art. 127, inciso III e art. 145, da lei 5.810, de 24 de janeiro de 1994, e considerando o processo n° 2017/148024;
RESOLVE:
CONCEDER 8 e ½ (oito e meia) diárias ao servidor ARÃO ABRAHÃO DA SILVA, matricula 5925037 para realizar diagnóstico para implantação de ações esportivas desta SEEL, no município de Mãe do Rio/PA, São Miguel do Guamá/PA e Ipixuna/PA, no período de 21/04/2017 a 29/04/2017.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, 12 DE ABRIL DE 2017.
RENILCE CONCEIÇÃO DO ESPIRITO SANTO NICODEMOS LOBO
Secretária de Estado de Esporte e Lazer

Protocolo: 169851

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº. 067/2017-SEEL, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas, pela lei nº 6.215 de 28 de abril de 1999, alterada pela lei nº 6.879, de 29 de junho de 2006, publicada no DOE nº 30.714, de 30/06/2006 e considerando o art. 127, inciso III e art. 145, da lei 5.810, de 24 de janeiro de 1994, e considerando o processo n° 2017/101450;
RESOLVE:
TORNAR SEM EFEITO a portaria de n° 049/2017 de 13 de Março de 2017, publicada no DOE nº 33.351 de 10 de Abril de 2017, que concedeu 4 e ½ (quatro e meia) diárias a servidora ANA JULIA BRITO CHERMONT, matricula 54182339 para realizar visita técnica, no município de Salvaterra/PA, no período de 13/03/2017 a 17/03/2017.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, 11 DE ABRIL DE 2017.
RENILCE CONCEIÇÃO DO ESPIRITO SANTO NICODEMOS LOBO
Secretária de Estado de Esporte e Lazer

Protocolo: 169852

OUTRAS MATÉRIAS

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

PORTARIA Nº 073/2017 – DE 17 DE ABRIL DE 2017

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas pela Lei nº 6.215 de 28 de Abril de 1999, alterada pela Lei nº 6.879 de 29 de Junho de 2006, publicada no DOE nº 30.714 de 30/06/2006,
CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 98 da Lei n° 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO, ainda os termos do Processo n° 2016/448867;
RESOLVE:
I – REVOGAR, a partir de 01 de Maio de 2017 a cessão da servidora **ADRIANA PINHEIRO DOS SANTOS**, Matrícula nº**57234923/1,** para Secretaria de Estado de Planejamento, concedida pela PORTARIA Nº 085/2015-SEEL de 15/04/2015, Publicada no DOE nº32.869 de 17/04/2015.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, BELEM 17 de Abril de 2017
RENILCE CONCEIÇÃO DO ESPIRITO SANTO NICODEMOS LOBO
Secretária de Estado de Esporte e Lazer

Protocolo: 170134

.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

.

CONTRATO

CONTRATO 11/2017

Contratada: PUHL INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ/MF nº 10.335.363/0001-31
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, SOFTWARES E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, em conformidade com as especificações, qualidade e condições gerais estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital,
Data da Assinatura: 24/04/2017
Vigência: 25/04/2017 a 25/04/2018
Dotação Orçamentária: Projeto atividade: 8338 - Fonte: 0101 – Elemento de Despesa: 339030/449052 - Planejamento Interno: 4200008338C
Valor Anual: R$ 16.259,25 (dezesseis mil duzentos e cinquenta e nove rais e vinte e cinco centavos)
Ordenador de Despesa: Adenauer Marinho de Oliveira Góes

Protocolo: 170156

CONTRATO 14/2017

Contratada: GL ELETRO ELETRÔNICOS LTDA, CNPJ/MF nº 52.618.139/0030-31
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, SOFTWARES E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, em conformidade com as especificações, qualidade e condições gerais estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital,
Data da Assinatura: 24/04/2017
Vigência: 25/04/2017 a 25/04/2018
Dotação Orçamentária: Projeto atividade: 8338 - Fonte: 0101 – Elemento de Despesa: 339030/449052 - Planejamento Interno: 4200008338C
Valor Anual: R$ 9.000,00 (nove mil reais).
Ordenador de Despesa: Adenauer Marinho de Oliveira Góes

Protocolo: 170157

CONTRATO 16/2017

Contratada: MULTILASER INDUSTRIAL S.A, CNPJ/MF nº 59.717.553/0006-17
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, SOFTWARES E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, em conformidade com as especificações, qualidade e condições gerais estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital,
Data da Assinatura: 20/04/2017
Vigência: 25/04/2017 a 25/04/2018
Dotação Projeto atividade: 8338 - Fonte: 0101 – Elemento de Despesa: 339030/449052 - Planejamento Interno: 4200008338C
Valor Anual: R$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais).
Ordenador de Despesa: Adenauer Marinho de Oliveira Góes

Protocolo: 169859

CONTRATO 17/2017

Contratada: SANTOS & DUARTE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA, CNPJ/MF nº 11.355.397/0001-50
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, SOFTWARES E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, em conformidade com as especificações, qualidade e condições gerais estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital,
Data da Assinatura: 20/04/2017
Vigência: 25/04/2017 a 25/04/2018
Dotação Orçamentária: Projeto atividade: 8338 - Fonte: 0101 – Elemento de Despesa: 339030/449052 - Planejamento Interno: 4200008338C
Valor Anual: R$ 1.455,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais).
Ordenador de Despesa: Adenauer Marinho de Oliveira Góes

Protocolo: 169864

CONTRATO 15/2017

Contratada: MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA, CNPJ/MF nº 01.590.728/0002-64
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, SOFTWARES E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, em conformidade com as especificações, qualidade e condições gerais estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital,
Data da Assinatura: 24/04/2017
Vigência: 25/04/2017 a 25/04/2018
Dotação Orçamentária: Projeto atividade: 8338 - Fonte: 0101 – Elemento de Despesa: 339030/449052 - Planejamento Interno: 4200008338C
Valor Anual: R$ 13.746,48 (treze mil setecentos e quarenta e seis reais e quarenta e oito centavos)
Ordenador de Despesa: Adenauer Marinho de Oliveira Góes

Protocolo: 170159

DEFENSORIA PÚBLICA

DEFENSORIA PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA Nº. 656/17 DP-G BELÉM, 11/04/2017
Concede 10 (dez) dias de Licença Paternidade ao Servidor Público **FABIO CAMPOS REIS,** matrícula nº. 57190520, no período de 31/03/2017 a 09/04/2017, de acordo com artigo 91, da Lei. 5810/94, bem como a prorrogação da mesma por mais 10 (dez) dias, de 10/04 a 19/04/2017, conforme Art. 1º, paragrafo único da Instrução Normativa nº 01, de 17 de março de 2017, publicado no DOE nº 33.339 de 23 de março de 2017.
Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.
VLADIMIR AUGUSTO DE CARVALHO LOBO E AVELINO KOENIG
Defensor Público Geral, em exercício.

Protocolo: 169948

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº. 372/17 DP-G BELÉM, 19/04/2017.
Conceder conforme Laudo Médico nº. 28922, Licença para tratamento de Saúde ao Defensor Público **CLIMERIO MACHADO DE MENDONÇA NETO**, matrícula nº. 3083586, no período de 02/03/17 a 30/04/17, de acordo com o artigo. 81, da Lei Estadual nº. 5.810/94.
Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.
JENIFFER DE BARROS RODRIGUES
Defensora Pública Geral

Protocolo: 170132

CONTRATO

CONTRATO Nº: 025/2017
PROCESSO Nº: 2012/110.742 - DP/PA
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: DISPENSA 007/2017
PARTES: Defensoria Pública do Pará (CNPJ/MF Nº 34.639.526/0001-38) e a senhora **Olgarina Pinheiro** (CPF/MF Nº 049.648.452.49)
OBJETO: Locação de imóvel não residencial, sede da Defensoria Pública no município de Abaetetuba/PA, sita na Rua Lauro Sodré, 498, Centro, CEP. 68.440-000.
DATA DA ASSINATURA: 11/04/2017
VALOR GLOBAL: R$ 64.885,20 (sessenta e quatro mil oitocentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos).
VIGÊNCIA: 11/04/2017 até 11/04/2020.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Programa: 30101.03.126.1447.8458
Fonte de Recurso: 0101
Elemento de Despesa: 339036
Plano Interno: 4210008458C
Pará: 239065
FORO: Justiça Estadual do Pará – Comarca de Belém
ENDEREÇO DO LOCADORA: 8ª Rua Andradina, aptº 498, Centro, Abaetetuba/PA.
CEP: 68.440-000
ORDENADORA: Jeniffer de Barros Rodrigues – Defensora Pública Geral
CPF/MF Nº: 517.526.382-04

Protocolo: 170178

CONTRATO Nº: 024/2017
PROCESSO Nº: 2016/526.826 - DP/PA
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO – 02/2017 – SRP 02/2017 - DPE
PARTES: Defensoria Pública do Pará (CNPJ/MF Nº 34.639.526/0001-38) e a empresa **Limpar Limpeza e Conservação Ltda.**. (CNPJ/MF Nº 08.775.721/0001-85).
OBJETO: Prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra uniformizada, material de limpeza e equipamentos, nos imóveis da Defensoria Pública na região metropolita de Belém e interior do estado.
DATA DA ASSINATURA: 18/04/2017
VALOR GLOBAL: R$ 1.098.480,00 (um milhão noventa e oito mil quatrocentos e oitenta reais).
VIGÊNCIA: Doze (12) meses a contar da data da publicação
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Programa: 30101.03.122.1447.8460
Fonte de Recurso: 0101
Elemento de Despesa: 339037
Plano Interno: 4210008460C
Pará: 239076
FORO: Justiça Estadual do Pará – Comarca de Belém
RESPONSÁVEL DA CONTRATADA: Júlio Cesar Soares Furriel e Igor Cesar Silva Furriel
CPF/MF Nº: 522.385.207-91 e 873.992.612-53,
ENDEREÇO DA EMPRESA: Rua José Marcelino de Oliveira, Passagem Bom Jardim, nº 02, Centro, Ananindeua/PA.
CEP: 67.030-170
ORDENADORA: Jennifer de Barros Rodrigues – Defensora Pública Geral.
CPF/MF Nº: 517.526.382-04

Protocolo: 170177

DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2017
PROCESSO Nº 2012/110.742 - DPPA
A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ**, órgão da Administração Pública do Estado, reorganizada pela Lei Complementar Estadual nº 054/2006, neste ato representado pela Defensora Pública-Geral, no âmbito das atribuições legais, conferidas pelo inciso VIII do art. 8º da Lei Complementar nº 054/2006, com base nos elementos constantes nos autos do presente processo e, **fundamentado no art. 24 inciso X da Lei Federal nº 8.666/93,** RESOLVE **ratificar a DISPENSA DE LICITAÇÃO** para autorizar a **Locação de imóvel NÃO RESIDENCIAL, para servir de Sede da no Município de Abaetetuba da Defensoria Pública, situado na Rua Lauro Sodré, nº 498, Centro, Abaetetuba/PA, CEP: 68.440-000,** constando como Locadora a senhora **OLGARINA PINHEIRO,** CPF/MF nº 049.648.452-49, com valor mensal de **R$ 5.407,10** (cinco mil quatrocentos e sete reais e dez centavos), e anual de **R$ 64.885,20** (sessenta e quatro mil oitocentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos).
- Orçamento: 30101.03.122.1447.8458 – Fonte: 0101 – Elemento de Despesa: 339036 – Plano Interno (PI): 4210008458C – Gp Pará: 239065.
Data assinatura: 11/04/2017
Em consequência, **autorizo** a formalização do Contrato de locação com o locador acima identificado, e determino que seja dada a devida publicidade Legal.
JENIFFER DE BARROS RODRIGUES
Defensora Pública Geral
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – Nº 07/2017
Data: 11/04/2017.
Ordenadora: **JENIFFER DE BARROS RODRIGUES**
Defensora Pública Geral

Protocolo: 170176

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No dia 20 de abril de 2017, depois de constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Defensora Pública Geral do Estado do Pará, **HOMOLOGA** a adjudicação referente ao Processo nº 2016/314109, Pregão nº 03/2017, cujo objeto é **aquisição de leitor manual de código de barras** para atender as demandas da Defensoria Pública do Estado do Pará, tendo como vencedora do certame a empresa:
- **CMK AUTOMAÇÃO COMERCIAL EIRELI - EPP (CNPJ: 22.416.068/0001-99)**, venceu o item 01, pelo valor global de R$ 7.510,00 (sete mil, quinhentos e dez reais).
Belém/PA, 20 de abril de 2017.
JENIFFER DE BARROS RODRIGUES
Defensora Pública Geral do Estado do Pará

Protocolo: 169950

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 735/17-DPG, 18/04/2017.
Prazo para aplicação: 10 dias
Prazo para prestação de contas: 15 dias
Nome: Walbert Pantoja de Brito, mat. 57174392, cargo Defensor Público.
Recurso(s):
Programa de Trabalho: 03 091 1445 8434
Fonte do Recurso: 0101
Natureza da Despesa: 339030 - R$ 100,00
Natureza da Despesa: 339036 - R$ 200,00
Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170093

PORTARIA Nº 736/17-DPG, 18/04/2017.
Prazo para aplicação: 60 dias
Prazo para prestação de contas: 15 dias
Nome: Liane Benchimol de Matos Albano, mat. 80845951, cargo Defensora Pública.
Recurso(s):
Programa de Trabalho: 03 091 1445 8434
Fonte do Recurso: 0101
Natureza da Despesa: 339036 - R$ 200,00
Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170095

DIÁRIA

Portaria 739 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Servidor PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula 5899743, Cargo MOTORISTA - DESIGNADO, objetivo CONDUZIR DEFENSOR EM ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de PARAGOMINAS a AURORA DO PARÁ, no dia 19/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170099

Portaria 731 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária aos Servidores ANDRÉ OLIVEIRA BORDALO, matrícula 80845355, Cargo TÉCNICO EM GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, SIDNEY ALMEIDA DOS SANTOS, matrícula 57212384, Cargo ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, JOSÉ MARIA DIAS DOS REIS, matrícula 58926451, Cargo SECRETÁRIO e ELIVAR LOBO ALVES, matrícula 57211744, Cargo MOTORISTA, objetivo VISITA TÉCNICA PARA ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA OBRA DE REFORMA NO PRÉDIO ONDE ABRIGARÁ O NÚCLEO REGIONAL DO GUAMÁ, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocarem-se de BELÉM a CASTANHAL, no dia 12/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170087

Portaria 745 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Servidor IRACEMY RODRIGUES COSTA, matrícula 31545561, Cargo MOTORISTA, objetivo CONDUZIR DEFENSOR PÚBLICO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BELÉM a CURUÇÁ, no dia 20/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170107

Portaria 733 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária à Defensora ROSÂNGELA LAZZARIN, matrícula 80845858, objetivo REALIZAR ITINERÂNCIA e Servidor VALDEMI SOARES DE OLIVEIRA, matrícula 57213154, Cargo MOTORISTA - DESIGNADO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocarem-se de CASTANHAL a CURUÇÁ, no dia 17/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170091

Portaria 718 - 2017 - DPG. Conceder 4 + 1/2 diárias ao Defensor PLÍNIO TSUJI BARROS, matrícula 55589614, objetivo ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de SANTARÉM a RURÓPOLIS, de 09 a 13/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170060

Portaria 751 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Defensor RILKER MIKELSON DE OLIVEIRA VIANA, matrícula 5895993, objetivo ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MARABÁ a SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, no dia 26/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170116

Portaria 720 - 2017 - DPG. Conceder 2 + 1/2 diárias ao Defensor RODRIGO CERQUEIRA DE MIRANDA, matrícula 55588725, objetivo REALIZAR ATENDIMENTO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de REDENÇÃO a CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, de 10 a 12/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170069

Portaria 724 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária à Defensora ROSÂNGELA LAZZARIN, matrícula 80845858, objetivo REALIZAR ITINERÂNCIA e Servidor VALDEMI SOARES DE OLIVEIRA, matrícula 57213154, Cargo MOTORISTA - DESIGNADO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocarem-se de CASTANHAL a CURUÇÁ, no dia 10/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170073

Portaria 690 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diárias ao Servidor CLAUDIVAN BARROS DOS REIS, matrícula 0721, Cargo MOTORISTA - DESIGNADO, objetivo CONDUZIR O DEFENSOR AGRÁRIO ROGÉRIO SIQUEIRA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MARABÁ a SÃO GERALDO DO ARAGUAIA, no dia 28/03/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170009

Portaria 695 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Servidor CLAUDIVAN BARROS DOS REIS, matrícula 0721, Cargo MOTORISTA - DESIGNADO, objetivo CONDUZIR O DEFENSOR PÚBLICO ROGÉRIO SIQUEIRA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MARABÁ a SÃO GERALDO DO ARAGUAIA, no dia 30/03/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170013

Portaria 697 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária à Servidora SILVANA DE CARVALHO FERREIRA, matrícula 9130, Cargo AUXILIAR ADMINISTRATIVO, objetivo AUXILIAR O DEFENSOR PÚBLICO RILKER MIKELSON, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MARABÁ a SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, no dia 05/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170017

Portaria 738 - 2017 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diárias à Defensora ÚRSULA DINI MASCARENHAS, matrícula 57231661, objetivo REALIZAR ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de PARAGOMINAS a AURORA DO PARÁ, de 19 a 20/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170098

Portaria 741 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Defensor RILKER MIKELSON DE OLIVEIRA VIANA, matrícula 5895993, objetivo ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MARABÁ a SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, no dia 19/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170102

Portaria 744 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Servidor PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula 5899743, Cargo MOTORISTA - DESIGNADO, objetivo CONDUZIR DEFENSOR EM ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de PARAGOMINAS a AURORA DO PARÁ, no dia 20/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170106

Portaria 747 - 2017 - DPG. Conceder 6 + 1/2 diárias ao Defensor MÁRCIO DA SILVA CRUZ, matrícula 55588733, objetivo REALIZAR ITINERÂNCIA e ao Servidor EVANDRO SILVA MATOS, matrícula 57201686, Cargo MOTORISTA - DESIGNADO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocarem-se de BELÉM a CAMETÁ, de 23 a 29/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170110

Portaria 727 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária aos Servidores DIEGO JOSÉ BARROS, matrícula 57201700, Cargo ASSISTENTE DE INFORMÁTICA e ELIVAR LOBO ALVES, matrícula 57211744, Cargo MOTORISTA, objetivo ACOMPANHAMENTO DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocarem-se de BELÉM a CASTANHAL, no dia 11/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170081

Portaria 730 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária à Servidora SILVANA DE CARVALHO FERREIRA, matrícula 9130, Cargo AUXILIAR ADMINISTRATIVO, objetivo AUXILIAR O DEFENSOR PÚBLICO RILKER MIKELSON, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MARABÁ a SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, no dia 12/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170085

Portaria 750 - 2017 - DPG. Conceder 4 + 1/2 diárias à Defensora ADALGISA ROCHA CAMPOS, matrícula 80845843, objetivo REALIZAR ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de CASTANHAL a VIGIA, de 24 a 28/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170115

Portaria 708 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Defensor RILKER MIKELSON DE OLIVEIRA VIANA, matrícula 5895993, objetivo REALIZAR ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MARABÁ a SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, no dia 05/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170041

Portaria 710 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Servidor CLAUDIVAN BARROS DOS REIS, matrícula 0721, Cargo MOTORISTA - DESIGNADO, objetivo CONDUZIR O DEFENSOR PÚBLICO RILKER MIKELSON VIANA EM ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MARABÁ a SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, no dia 05/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170045

Portaria 712 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Defensor RODRIGO SILVA MASSOLIO, matrícula 5931574, objetivo REALIZAR ATENDIMENTO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de TUCUMÃ a OURILÂNDIA DO NORTE, no dia 06/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170049

Portaria 714 - 2017 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diárias ao Servidor CLAUDIVAN BARROS DOS REIS, matrícula 0721, Cargo MOTORISTA - DESIGNADO, objetivo CONDUZIR O DEFENSOR PÚBLICO AGRÁRIO ROGÉRIO SIQUEIRA EM ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MARABÁ a CANAÃ DOS CARAJÁS, de 06 a 07/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170054

Portaria 701 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Servidor VINÍCIUS SANTOS RAMOS, matrícula 612, Cargo SECRETÁRIO, objetivo LEVAR MATERIAL, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de REDENÇÃO a XINGUARA, no dia 03/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170024

Portaria 704 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Defensor ROGÉRIO SIQUEIRA DOS SANTOS, matrícula 55589169, objetivo REALIZAR ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de SÃO GERALDO DO ARAGUAIA a MARABÁ, no dia 04/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170029

Portaria 694 - 2017 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diárias ao Defensor VALDERCI DIAS SIMÃO, matrícula 57190989, objetivo REALIZAR ATENDIMENTO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de REDENÇÃO a RIO MARIA, de 29 a 30/03/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170012

Portaria 696 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária à Defensora ROSÂNGELA LAZZARIN, matrícula 80845858, objetivo REALIZAR ITINERÂNCIA e Servidor VALDEMI SOARES DE OLIVEIRA, matrícula 57213154, Cargo MOTORISTA - DESIGNADO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocarem-se de CASTANHAL a CURUÇÁ, no dia 03/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170016

Portaria 740 - 2017 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diárias à Servidora MARIA JOSÉ DA SILVA SOUSA, matrícula 20130227, Cargo ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, objetivo AUXILIAR DEFENSOR EM ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MÃE DO RIO a AURORA DO PARÁ, de 19 a 20/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170101

Portaria 743 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Defensor JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO, matrícula 57193641, objetivo PARTICIPAR DE AUDIÊNCIAS, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BELÉM a CURUÇÁ, no dia 20/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170105

Portaria 749 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diárias à Servidora SILVANA DE CARVALHO FERREIRA, matrícula 9130, Cargo AUXILIAR ADMINISTRATIVO, objetivo AUXILIAR O DEFENSOR PÚBLICO RILKER MIKELSON, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MARABÁ a SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, no dia 26/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170113

Portaria 725 - 2017 - DPG. Conceder 3 + 1/2 diárias ao Defensor JOAQUIM AZEVEDO LIMA FILHO, matrícula 57234668, objetivo REALIZAR ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de IGARAPÉ-AÇU a CASTANHAL, de 10 a 13/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170075

Portaria 729 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Defensor RILKER MIKELSON DE OLIVEIRA VIANA, matrícula 5895993, objetivo ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MARABÁ a SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, no dia 12/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170084

Portaria 732 - 2017 - DPG. Conceder 4 + 1/2 diárias ao Defensor BRUNNO ARANHA E MARANHÃO, matrícula 5931561, objetivo REALIZAR ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BREVES a PORTEL, de 17 a 21/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170089

Portaria 719 - 2017 - DPG. Conceder 2 + 1/2 diárias ao Defensor EDUARDO FONTES DA SILVA, matrícula 5931568, objetivo REALIZAR INTINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de TAILÂNDIA a BREU BRANCO, de 10 a 12/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170067

Portaria 723 - 2017 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diárias ao Servidor VINÍCIUS SANTOS RAMOS, matrícula 612, Cargo SECRETÁRIO, objetivo ENTREGAR PRÉDIO FUNCIONAL, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de REDENÇÃO a CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, de 10 a 11/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170071

Portaria 713 - 2017 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diárias ao Defensor ROGÉRIO SIQUEIRA DOS SANTOS, matrícula 55589169, objetivo REALIZAR ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de SÃO GERALDO DO ARAGUAIA a CANAÃ DOS CARAJÁS, de 06 a 07/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170053

Portaria 716 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Defensor RODRIGO SILVA MASSOLIO, matrícula 5931574, objetivo REALIZAR ATENDIMENTO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de TUCUMÃ a OURILÂNDIA DO NORTE, no dia 07/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170057

Portaria 707 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Servidor ELIVAR LOBO ALVES, matrícula 57211744, Cargo MOTORISTA, objetivo TRANSPORTAR PROCESSOS JUDICIAIS, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BELÉM a BUJARU, no dia 05/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170040

Portaria 700 - 2017 - DPG. Conceder 4 + 1/2 diárias ao Defensor BRUNNO ARANHA E MARANHÃO, matrícula 5931561, objetivo REALIZAR ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BREVES a PORTEL, de 03 a 07/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170023

Portaria 703 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Servidor IRACEMY RODRIGUES COSTA, matrícula 31545561, Cargo MOTORISTA, objetivo CONDUZIR DEFENSOR PÚBLICO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BELÉM a INHANGAPI, no dia 04/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170028

Portaria 706 - 2017 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diárias ao Servidor IRACEMY RODRIGUES COSTA, matrícula 31545561, Cargo MOTORISTA, objetivo CONDUZIR DEFENSOR PÚBLICO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BELÉM a SANTA LUZIA DO PARÁ, de 05 a 06/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170032

Portaria 689 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária aos Servidores VALDENIR GOMES RIBEIRO, matrícula 03317, Cargo MOTORISTA e ALINE CLAUDIA BRAGA DE OLIVEIRA, matrícula 12929, Cargo SECRETÁRIA, objetivo MOTORISTA CONDUZIR SERVIDORA PARA TINÊRANCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocarem-se de ALTAMIRA a VITÓRIA DO XINGU, no dia 27/03/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170007

Portaria 709 - 2017 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diárias ao Defensor VALDERCI DIAS SIMÃO, matrícula 57190989, objetivo REALIZAR ATENDIMENTO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de REDENÇÃO a RIO MARIA, de 05 a 06/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170043

Portaria 711 - 2017 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diárias aos Servidores ANTÔNIO AUGUSTO SOARES DE OLIVEIRA, matrícula 57201147, Cargo GERENTE DE PERÍCIAS E AVALIAÇÕES, SIDNEY ALMEIDA DOS SANTOS, matrícula 57212384, Cargo ASSISTENTE ADMINISTRATIVO e ELIVAR LOBO ALVES, matrícula 57211744, Cargo MOTORISTA, objetivo VISTORIA TÉCNICA PARA AVALIAR A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA SEDE DO LAGO DE TUCURUÍ, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocarem-se de BELÉM a TUCURUÍ, de 06 a 07/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170047

Portaria 699 - 2017 - DPG. Conceder 5 + 1/2 diárias ao Defensor PLÍNIO TSUJI BARROS, matrícula 55589614, objetivo ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de SANTARÉM a RURÓPOLIS, de 02 a 07/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170022

Portaria 702 - 2017 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diárias à Defensora GISELE VIEIRA BRASIL BATISTA, matrícula 5895969, objetivo FAZER ATENDIMENTO JURÍDICO e à Servidora MARLI MACIEL CUNHA DE SOUZA, matrícula 001122, Cargo AUXILIAR ADMINISTRATIVO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocarem-se de SALINÓPOLIS a PRIMAVERA, de 04 a 05/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170027

Portaria 705 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária aos Servidores ANDRÉ OLIVEIRA BORDALO, matrícula 80845355, Cargo TÉCNICO EM GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, SIDNEY ALMEIDA DOS SANTOS, matrícula 57212384, Cargo ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, DIEGO JOSÉ BARROS, matrícula 57201700, Cargo ASSISTENTE DE INFORMÁTICA e LUÍS CARLOS DE ALMEIDA RODRIGUES, matrícula 57211823, Cargo MOTORISTA, objetivo VISITA TÉCNICA PARA ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA OBRA DE REFORMA NO PRÉDIO ONDE ABRIGARÁ O NÚCLEO REGIONAL DO GUAMÁ, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocarem-se de BELÉM a CASTANHAL, no dia 05/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170031

Portaria 715 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Servidor NILSON CÉLIO DE OLIVEIRA MACHADO, matrícula 57205652, Cargo MOTORISTA, objetivo CONDUZIR DEFENSORA E PSICÓLOGA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de CASTANHAL a BELÉM, no dia 07/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170056

Portaria 734 - 2017 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diárias ao Servidor VALDINEI CARVALHO DE AVIZ, matrícula 572117262, Cargo MOTORISTA, objetivo TRANSPORTAR EQUIPAMENTOS/BENS PATRIMONIAIS DA COMARCA DE SANTA LUZIA PARA A SEDE DA REGIONAL CAPANEMA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de CAPANEMA a SANTA LUZIA, de 29 a 30/03/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170092

Portaria 737 - 2017 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diárias à Defensora GISELE VIEIRA BRASIL BATISTA, matrícula 5895969, objetivo FAZER ATENDIMENTO JURÍDICO e à Servidora MARLI MACIEL CUNHA DE SOUZA, matrícula 001122, Cargo AUXILIAR ADMINISTRATIVO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocarem-se de SALINÓPOLIS a PRIMAVERA, de 18 a 19/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170096

Portaria 726 - 2017 - DPG. Conceder 01 + 1/2 diárias à Defensora PAULA LINCON SILVA, matrícula 5931570, objetivo ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de PARAUAPEBAS a CURIONÓPOLIS, de 10 a 12/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170079

Portaria 728 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária ao Servidor IRACEMY RODRIGUES COSTA, matrícula 31545561, Cargo MOTORISTA, objetivo CONDUZIR DEFENSOR PÚBLICO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de BELÉM a MOSQUEIRO, no dia 11/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170083

Portaria 742 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária à Servidora SILVANA DE CARVALHO FERREIRA, matrícula 9130, Cargo AUXILIAR ADMINISTRATIVO, objetivo AUXILIAR O DEFENSOR PÚBLICO RILKER MIKELSON, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MARABÁ a SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, no dia 19/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170104

Portaria 746 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diária à Defensora ROSÂNGELA LAZZARIN, matrícula 80845858, objetivo REALIZAR ITINERÂNCIA e ao Servidor VALDEMI SOARES DE OLIVEIRA, matrícula 57213154, Cargo MOTORISTA - DESIGNADO, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocarem-se de CASTANHAL a CURUÇÁ, no dia 24/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170108

Portaria 748 - 2017 - DPG. Conceder 6 + 1/2 diárias à Defensora GIANE DE ANDRADE BUBOLA LIMA, matrícula 55588717, objetivo ITINERÂNCIA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de SANTARÉM a ORIXIMINÁ, de 23 a 29/04/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170112

Portaria 698 - 2017 - DPG. Conceder 1 + 1/2 diárias aos Servidores ANDRÉ OLIVEIRA BORDALO, matrícula 80845355, Cargo TÉCNICO EM GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, ANTÔNIO AUGUSTO SOARES DE OLIVEIRA, matrícula 57201147, Cargo GERENTE DE PERÍCIAS E AVALIAÇÕES e NILTON DA COSTA MONTEIRO, matrícula 57211743, Cargo MOTORISTA, objetivo VISTORIA TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS DE LOCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE VISEU, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocarem-se de BELÉM a VISEU, de 30 a 31/03/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170018

Portaria 690 - 2017 - DPG. Conceder 1/2 diárias ao Servidor CLAUDIVAN BARROS DOS REIS, matrícula 0721, Cargo MOTORISTA - DESIGNADO, objetivo CONDUZIR O DEFENSOR AGRÁRIO ROGÉRIO SIQUEIRA, fundamento legal Lei nº 5810/94 e Decreto Estadual nº 734/92, para deslocar-se de MARABÁ a SÃO GERALDO DO ARAGUAIA, no dia 28/03/2017. Ordenador: Anderson Serrão Pinto.

Protocolo: 170010

FÉRIAS

PORTARIA Nº 722/2017-DP-G, DE 17/04/2017.

RESOLVE: Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares a **ANA LAURA MACEDO SÁ**, Matricula: 80845770, P.A 15/16, de 30/05/2017 a 28/06/2017.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

JENIFFER DE BARROS RODRIGUES

Defensora Pública Geral do Estado do Pará

Protocolo: 169999

OUTRAS MATÉRIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017
PREGÃO ELETRÔNICO SRP – 002/2017-DPE
PROCESSO N.º 2016/526826

Aos 18 (dezoito) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ**, criada pela Lei Complementar Estadual nº. 13/93 e reorganizada pela Lei Complementar Estadual 054/2006 de 07 de fevereiro de 2006 e Lei Complementar 091/2014 de 13 de janeiro de 2014, inscrita no CNPJ sob o nº. 34.639.526/0001-38, situada na Rua Padre Prudêncio nº. 154 em Belém/PA, por sua Defensora Pública-Geral, Dra. **JENIFFER DE BARROS RODRIGUES**, brasileira, divorciada, portadora da Carteira de Identidade 3.292.836 SSP/PA, CPF/MF nº 517.526.382-04, residente e domiciliado nesta cidade, no uso de suas competências e nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos Decretos nº 5.450, de 31 de maio de 2005, nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, suas alterações posteriores, Decreto Estadual nº. 876 de 29 de outubro de 2013 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no PREGÃO ELETRÔNICO SRP – 002/2017 - DPE, RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado pela(s) empresa(s) relacionada(s) de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), conforme informações a seguir:

EMPRESA: LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.
ENDEREÇO: Rua José Marcelino de Oliveira, Passagem Bom Jardim, nº 02, bairro: Centro, CEP: 67.030-170 – Ananindeua/PA
CNPJ: 08.775.721/0001-85 FONE/FAX: 3282-0822
EMAIL: limpar_limpezaeconservacao@hotmail.com
RESPONSÁVEL LEGAL: **JULIO CESAR SOARES FURRIEL**
QUALIFICAÇÃO: brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade n.º 1783457 – 3ª via e do CPF/MF n.º 522.385.207-91, residente e domiciliado na Travessa Mariz e Barros, 3.162, bloco B, aptº 104, Marco, CEP. 66.095-760, município de Belém, Estado do Pará.
RESPONSÁVEL LEGAL: **IGOR CESAR SILVA FURRIEL**
QUALIFICAÇÃO: brasileiro, paraense, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 4.265.115 PC/PA e CPF/MF nº 873.992.612-53, residente e domiciliado na Avenida Hélio da Mota Gueiros, 135 quadra 16, casa 02, Coqueiro, Ananindeua/PA, CEP. 67.120-370.

OBJETO:

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre a Defensoria Pública do Estado do Pará e a(s) empresa(s) vencedora(s) do certame licitatório referente PREGÃO ELETRÔNICO SRP – 002/2017 - DPE, cujo objeto é a **Eventual e Futura Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra uniformizada, material de limpeza e equipamentos nos imóveis da Defensoria Pública do Estado do Pará localizados na região metropolitana de Belém e no interior do Estado**, conforme especificações constantes no Termo de Referência**.**

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ UASG: 925989

ITEM	MUNICÍPIO	SERVENTES	ENCARREGADO	Valor UND	Valor Mensal	Valor Anual
LOTE 1 – REGIÃO METROPOLITANA						
01	ENCARREGADO	0	2	3.500,00	3.500,00	42.000,00
02	Belém-SEDE e anexos	25	0	2.840,00	71.000,00	852.000,00
	Belém-Central Atendimento					
	Belém-Central Administrat.					
	Belém-Ent. Especial					
	Belém-NAECA					
03	Ananindeua Cível	3	0	2.840,00	8.520,00	102.240,00
	Ananindeua Criminal					
04	Marituba	1	0	2.840,00	2.840,00	34.080,00
05	Benevides	1	0	2.840,00	2.840,00	34.080,00
06	Santa Izabel	1	0	2.840,00	2.840,00	34.080,00

BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO DO COMANDO MILITAR DO NORTE
UASG: 160196

ITEM	MUNICÍPIO	SERVENTES	ENCARREGADO	Valor UND	Valor Mensal	Valor Anual
LOTE 1 – REGIÃO METROPOLITANA						
01	ENCARREGADO	0	2	3.500,00	3.500,00	42.000,00
02	Belém-SEDE e anexos	25	0	2.840,00	71.000,00	852.000,00
	Belém-Central Atendimento					
	Belém-Central Administrat.					
	Belém-Ent. Especial					
	Belém-NAECA					
03	Ananindeua Cível	3	0	2.840,00	8.520,00	102.240,00
	Ananindeua Criminal					
04	Marituba	1	0	2.840,00	2.840,00	34.080,00
05	Benevides	1	0	2.840,00	2.840,00	34.080,00
06	Santa Izabel	1	0	2.840,00	2.840,00	34.080,00

Belém-PA, 18 de abril de 2017.
JENIFFER DE BARROS RODRIGUES
DEFENSORA PÚBLICA GERAL

Protocolo: 169855

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Extrato do 3º Termo Aditivo ao Contrato n° 001/2007/TJ/PA//Partes: TJ/PA e Banco do Brasil SA// CNPJ nº. 00.000.000/0001-91// Objeto: disponibilização da área de 4m2 no imóvel localizado na Av. Almirante Barroso, nº. 3089/ Belém/PA, para a instalação de um caixa eletrônico// Dispensa de Licitação// Valor original do Contrato: sem ônus// Objeto do aditivo: prorrogação de prazo de vigência: Início 22/04/2017 e término em 21/07/2017// Foro: Belém// Data da Assinatura: 20/04/2017// Responsável pela assinatura: Francisco de Oliveira Campos Filho – Secretário de Administração.

Protocolo: 170082

CONVÊNIO

Extrato de Convênio nº. 012/2017-TJPA// Partes: Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO PARÁ /CNPJ/MF 212.403.962-87// Objeto: parceria entre o TJPA e a SUSIPE, visando a reinserção social do apenado em regime aberto e de livramento condicional, pelo período máximo de 02 (dois) anos de permanência do reeducando nas atividades desenvolvidas no Acordo de Cooperação, com o desempenho de atividades auxiliares que contribuam para a sua formação profissional.//Vigência: início em 26/04/2017 e término em 26/04/2019.// Valor: R$ 38.547,00 (mensal).// Dotação Orçamentária: Funcional Programática 02.061.1417.8163; Fonte: 0118; e Natureza da despesa: 339036, 339047, 339048.// Data da assinatura: 24/04/2017//Responsável pela assinatura: Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES – Presidente do TJ/PA.

Protocolo: 170152

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

.

ADMISSÃO DE SERVIDOR

PORTARIA NO 0530/2017 – TCM, 05/04/2017
RESOLVE:
Nomear nos termos do art. 6º, inciso II, da Lei nº 5.810, de 24/01/94, **ODIMAR DAS NEVES BRANCO**, matrícula nº 500000873, para exercer o cargo em comissão de Auxiliar Administrativo - TCM.CPC.NM.102.2, a contar de 1º de abril de 2017.

PORTARIA NO 0534/2017 – TCM, DE 06/04/2017
RESOLVE:
Nomear nos termos do art. 6º, inciso II, da Lei nº 5.810, de 24/01/94, **ELIAS ALBUQUERQUE MATOS**, matrícula nº 500000874, para exercer o cargo em comissão de Assistente Técnico II - TCM.CPC.NM.102.3, a partir de 07 de abril de 2017.

PORTARIA NO 0536/2017 – TCM, DE 06/04/2017
RESOLVE:
Nomear nos termos do art. 6º, inciso II, da Lei nº 5.810, de 24/01/94, **EMILIO GIL CASTELLO BRANCO**, matrícula nº 500000875, para exercer o cargo em comissão de Assistente Técnico II - TCM.CPC.NM.102.3, a contar de 1º de abril de 2017.

PORTARIA NO 0551/2017 – TCM, DE 10/04/2017
RESOLVE:
Nomear nos termos do art. 6º, inciso II, da Lei nº 5.810, de 24/01/94, **REGIANE PEREIRA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 500000840, para exercer o cargo em comissão de Assistente Técnico II – TCM.CPC.NM.102.3, a partir desta data.

PORTARIA NO 0552/2017 – TCM, 10/04/2017
RESOLVE:
Nomear nos termos do art. 6º, inciso II, da Lei nº 5.810, de 24/01/94, **PRISCILLA DA CONCEIÇÃO PEREIRA MACEDO**, matrícula nº 500000876, para exercer o cargo em comissão de Auxiliar Administrativo – TCM.CPC.NM.102.2, a partir desta data.

PORTARIA NO 0553/2017 – TCM, DE 10/04/2017
RESOLVE: Nomear nos termos do art. 6º, inciso II, da Lei nº 5.810, de 24/01/94, **LUCAS CARDOSO RAIOL**, matrícula nº 500000877**,** para exercer o cargo em comissão de Assistente Técnico II – TCM.CPC.NM.102.3, a partir desta data

PORTARIA NO 0580/2017 – TCM, DE 18/04/2017
RESOLVE:
Designar o SGT PM **MARIELSON CARNEIRO DA SILVA**, matrícula nº 900000051, para exercer a função do Corpo Operacional do Gabinete Militar deste Tribunal, a contar de 07 de abril de 2017.

PORTARIA NO 0581/2017 – TCM, DE 18/04/2017
RESOLVE:
Designar o SD PM **JONAS VIEIRA DE SOUSA**, matrícula nº 900000052, para exercer a função do Corpo Operacional do Gabinete Militar deste Tribunal, a contar de 13 de abril de 2017.
Conselheiro **LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**
Presidente

Protocolo: 170186

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

PORTARIA NO 0525/2017 – TCM, DE 04/04/2017
RESOLVE:
Exonerar, nos termos do art. 60, inciso I, da Lei nº 5.810, de 24/01/94, o SGT PM **DENILSON LOPES DE SEIXAS**, matrícula nº 900000040, do cargo do Corpo Operacional Militar deste Tribunal, a contar de 31 de março de 2017.

PORTARIA NO 0526/2017 – TCM, DE 04/04/2017
RESOLVE:
Exonerar, nos termos do art. 60, inciso I, da Lei nº 5.810, de 24/01/94, o CB PM **SILVIO NILO PEREIRA DE MENEZES**, matrícula nº 900000039, do cargo do Corpo Operacional Militar deste Tribunal, a contar de 31 de março de 2017.

PORTARIA Nº 0533/2017 – TCM, DE 06/04/2017
RESOLVE:
Exonerar, nos termos do art. 60, inciso I, da Lei nº 5.810, de 24/01/94, o servidor **NILO MIRANDA ABDON**, matrícula nº 500000704, do cargo em comissão de Assistente Técnico II – TCM.CPC.NM.102.3, a partir de 07 de abril de 2017.

PORTARIA NO 0547/2017 – TCM, DE 10/04/2017
RESOLVE:
Exonerar, nos termos do art. 60, inciso I, da Lei nº 5.810, de 24/01/94, o servidor **MAURICIO GIL CASTELO BRANCO**, matrícula nº 500000850, do cargo em comissão de Assessor Técnico – TCM.CPC.NS.101.4, a partir desta data.

PORTARIA Nº 0548/2017 – TCM, DE 10/04/2017
RESOLVE:
Exonerar, nos termos do art. 60, inciso I, da Lei nº 5.810, de 24/01/94, o servidor **ALEXANDRE GOMES BENCHIMOL**, matrícula nº 500000841, do cargo em comissão de Assistente Técnico II – TCM.CPC.NM.102.3, a partir desta data.

PORTARIA NO 0549/2017 – TCM, 10/04/2017
RESOLVE:
Exonerar, nos termos do art. 60, inciso I, da Lei nº 5.810, de 24/01/94, o servidor **LUIZ GONZAGA DE MENEZES JUNIOR**, matrícula nº 500000725, do cargo em comissão de Assistente Técnico II – TCM.CPC.NM.102.3, a partir desta data.

PORTARIA NO 0550/2017 – TCM, 10/04/2017
RESOLVE:
Exonerar, nos termos do art. 60, inciso I, da Lei nº 5.810, de 24/01/94, a servidora **REGIANE PEREIRA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 500000840, do cargo em comissão de Auxiliar Administrativo – TCM.CPC.NM.102.2, a partir desta data
Conselheiro **LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**
Presidente

Protocolo: 170185

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO : QUARTO
CONTRATO N.º : 004/2013
OBJETO DO CONTRATO : contratação de empresa especializada em prestação de seguro de vida em grupo para o número estimado de 690 (seiscentos e noventa) servidores ativos, inativos, e estagiários do TCM/PA.
VALOR GLOBAL DO CONTRATO ORIGINAL : R$ 173.880,00
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 2013 /004.
PARTES : TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ e a **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**
CNPJ do CONTRATADO: Nº 61.074.175/0001-38.
OBJETO E JUSTIFICATIVA DO ADITAMENTO: Prorrogação da vigência (art. 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93).
VALOR DO ADITAMENTO : R$ 173.880,00
DATA DA ASSINATURA: 03/04/2017.
VIGÊNCIA DO ADITAMENTO : Início em 08 de abril de 2017 e término em 07 de abril de 2018.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA : 03101.01.122.1454.8559-339039.69.
FONTE DE RECURSO : 001
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Conselheiro Luís Daniel Lavareda Reis Júnior.
ADITIVOS ANTERIORES : Primeiro Termo Aditivo**, ASSINATURA**: 08/04/2014 **PUBLICADO**: 16/04/2014, Segundo Termo Aditivo**, ASSINATURA**: 08/04/2015 **PUBLICADO**: 14/04/2015 e Terceiro Termo Aditivo**, ASSINATURA**: 07/04/2016 **PUBLICADO**: 15/04/2016.
ENDEREÇO DO CONTRATADO E CEP: Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, andar 21, Brooklin – São Paulo/SP CEP: 04578-000 Telefone: (11) 5112-7457/2700.

Protocolo: 170188

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

ADMISSÃO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 32.302, DE 24 DE ABRIL DE 2017.
NOMEAR **ALCIONE DO NASCIMENTO CAREPA**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Administrativo NS-01, a partir de 18-04-2017.

Protocolo: 170097

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 32.303, DE 24 DE ABRIL DE 2017.
I - DESIGNAR o servidor **JOSÉ RODOLFO LEITE JUCÁ**, Auxiliar Técnico de Controle Externo - Administrativo, matrícula nº 0695564, como pregoeiro, no processo licitatório modalidade **Pregão Presencial, do tipo menor preço global**, para contratação de empresa de serviços de assistência técnica corretiva em equipamentos de informática com a finalidade de atender as demandas deste Tribunal de Contas;
II - DESIGNAR como membros da equipe de apoio os servidores: **GISELE MOURA DE QUEIROZ**, Auditor de Controle Externo – Direito, matrícula nº 0100866; **MÁRCIA BASTOS NAIF DAIBES**, Auditor de Controle Externo – Direito, matrícula nº 0695335, e **REGINALDO FERNANDES DA SILVA**, Auxiliar Técnico de Controle Externo - Informática, matrícula nº 0101064.

Protocolo: 170103

OUTRAS MATÉRIAS

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO
NOTA DE EMPENHO DA DESPESA: 2017NE00823
Valor: R$ 2.196,59
Data de Emissão: 19/04/2017
Objeto: Pregão Eletrônico é o **Registro de Preços** para Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de scanners, com garantia de 36 (trinta e seis) meses, para o Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA.
Orçamento: Programa de Trabalho: 01032145585790000
Fonte: 0101000000
Natureza da Despesa: 44905200
Contratada: 4 U Digital Comércio e Serviços EIRELI - EPP
CNPJ: 21982891-0001/07
Endereço: Srtvs,110, quadra 701, bloco O, Ed. Multiempresarial, sala 672, Asa Sul
Cidade: Brasília
CEP: 70340000
Ordenadora: Maria de Lourdes Lima de Oliveira

Protocolo: 170033

COMUNICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - Nº 113-A /2017
De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Relator André Teixeira Dias, em cumprimento ao disposto no art. 215 do Regimento Interno, comunico o Senhor GENIVAL DINIZ GONÇALVES, Prefeito à época, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação no Diário Oficial do Estado, poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº 2015/50699-4, que trata da Prestação Contas da Prefeitura Municipal de Eldorado do Carajás, referente ao Convênio SEPLAN nº. 059/2012.
Belém, 24 de abril de 2017.
JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

COMUNICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - Nº 104 /2017
De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Relator André Teixeira Dias, em cumprimento ao disposto no art. 215 do Regimento Interno, comunico o Senhor JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE CAVALCANTI JÚNIOR, Prefeito à época, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação no Diário Oficial do Estado, poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2015/51705-0, que trata da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Pau D'Arco, referente ao convênio SEPLAN FDE nº 025/2014.
Belém, 24 de abril de 2017.
JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR-Secretário-Geral

CITAÇÃO - Nº 098 /2017
De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Cipriano Sabino, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente,

a ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DA COMUNIDADE DE VILA NOVA MOCAJUBA, na pessoa de seu representante legal, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação no Diário Oficial do Estado, poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2015/50907-4, que trata da Tomada de Contas, referente ao Convênio SEDOP nº 008/2006.
Belém, 24 de abril de 2017.
JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

CITAÇÃO - Nº 021/2017

De ordem da Excelentíssima Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, o Sr. SEVERINO RODRIGUES DA SILVA, Presidente à época, para que, no prazo de quinze (15) dias a partir desta publicação no Diário Oficial do Estado, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2008/51107-6, que trata da Prestação de Contas da ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO SAPUCAIA, referente ao Convênio SETRAN nº 014/2007.
Belém, 24 de abril de 2017.
JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

Protocolo: 170198

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO
NOTA DE EMPENHO DA DESPESA: 2017NE00825

Valor: R$ 2.935,90
Data de Emissão: 10/04/2017
Objeto: Registro de Preços **de Material de Expediente**, para a aquisição que se fizer necessária, conforme as especificações constantes no Termo de Referência
Orçamento: Programa de Trabalho: 01032145562670000
Fonte: 0101000000
Natureza da Despesa: 33903000
Contratada: Fernando Cardoso Henrique - EPP
CNPJ: 20873575-0001/26
Endereço: Trav. Barão do Triunfo 2441- Altos, Pedreira
CEP: 66087270
Ordenadora: Maria de Lourdes Lima de Oliveira

Protocolo: 169988

NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 321-A/2017

De ordem da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheira **MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA**, notifico o Senhor PAULO SILVIO LOPES DA GAMA, Prefeito à época, de que no dia 27.04.2017, às 08h30min, o Plenário deste Tribunal julgará o Processo nº 2007/53648-0, que trata Da Tomada de Contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPANIM, referente ao Convênio SESPA nº 267/2006, cujo Relator é o Excelentíssimo Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves.
Na oportunidade informo que, conforme disposição contida no Art. 261 do Regimento do TCE-PA, o (a) interessado (a) poderá produzir Sustentação Oral por ocasião do referido julgamento, caso entenda necessário.
Belém, 20 de abril de 2017.
JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 09 de março
de 2017. tomou as seguintes decisões:

ACÓRDÃO N.º 56.505

(Processo n.º 2016/51162-8)
Assunto: PEDIDO DE RESCISÃO.
Recorrente: Sr. TRINDADE LOBATO CARDOSO – Presidente à época da Cooperativa dos Produtores e Agricultores do Rio Itamimbuçá.
Advogado: Dr. WAGNER LOBATO BRITO – OAB/Pa Nº. 18748
Decisão Recorrida: Acórdão n.° 55.743, de 17/05/2016.
Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto DANIEL MELLO.
Formalizador de Decisão: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno).
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 80 da Lei Complementar n°. 81, de 26 de abril de 2012, julgar improcedente o pedido de rescisão proposto pelo Sr. TRINDADE LOBATO CARDOSO, Presidente à época da Cooperativa dos Produtores e Agricultores do Rio Itamimbuçá, mantendo desta forma inalterado o Acórdão recorrido.
REPUBLICADA POR RETIFICAÇÃO
O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 21 Março de 2017. tomou as seguintes decisões:

ACÓRDÃO N.º 56.522

(Processo n.º 2011/51355-7)
Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio nº. 067/2010 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARÚ DO NORTE e a SEPLAN.
Responsável: VILMAR FARIAS VALIM - Prefeito, à época.
Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento nos art. 56, inciso III, alínea "b", "c" e "d", c/c os arts. 62, 82, parágrafo único e 83, III da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:
1) Julgar irregulares as contas de responsabilidade do Sr. VILMAR FARIAS VALIM (CPF: 374.394.212-72), ex-prefeito municipal de Magalhães Barata, condenando-o à devolução da importância de R$535.160,68 (quinhentos e trinta e cinco mil, cento e sessenta reais e sessenta e oito centavos), atualizada monetariamente a partir de 13/05/2010 e acrescida de juros de mora até o seu efetivo recolhimento;
2) Aplicar-lhe a multa de R$53.516,06 (cinquenta e três mil, quinhentos e dezesseis reais e seis centavos), pelo dano causado ao Erário Estadual.
Os valores supracitados deverão ser recolhidos, no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para pagamento da multa aplicada o disposto na Lei Estadual n.° 7.086/2008, c/c os arts. 2°, IV, e 3° da Resolução TCE n.° 17.492/2008.
Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e da multa aplicada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3°, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 56.523

(Processo nº. 2015/50706-8)
Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº 122/2014 e Termo Aditivo, firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ e a SEPLAN.
Responsável: GILBERTO PESSOA – Ex-Prefeito.
Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso I, c/c o art. 60 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares as contas de responsabilidade do Sr. GILBERTO PESSOA, ex-prefeito do município de Santa Izabel do Pará, no valor de R$60.000,00 (sessenta mil reais), e dar-lhe plena quitação.

ACÓRDÃO Nº. 56.524

(Processo nº. 2006/51086-6)
Assunto: Tomada de Contas referente a SUPRIMENTO DE FUNDOS concedidos à SEFA, Exercício 2006.
Responsáveis: Sr. HILÁRIO JOSÉ FREITAS BORGES e
Sr. ANTERO DUARTE PIRES LOPES, servidores da SEFA.
Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "a" e "e", c/c os arts. 62, 82 e 83, inciso II e III da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:
1) Julgar irregulares as contas de responsabilidade do Sr. HILÁRIO JOSÉ FREITAS BORGES, C.P.F. nº. 071.075.282-20, condenando-o à devolução aos cofres públicos estaduais do valor de R$10.492,50 (dez mil quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos), atualizada a partir de 15.03.2000 e acrescida de juros até a data de seu efetivo recolhimento;
2) Aplicar-lhe as multas de R$1.049,25 (mil e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos) pelo dano ao Erário Estadual, e R$907,00(novecentos e sete reais) pela instauração da Tomada de Contas, a serem recolhidas na forma como dispõe a Lei Estadual n°. 7.086/2008, c/c os arts. 2°, IV, e 3° da Resolução n°. 17.492/2008/TCE;
Os valores supracitados deverão ser recolhidos no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.
Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da imputação do débito e das cominações de multas
em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3°, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 56.525

(Processo nº. 2007/53038-1)
Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio n.º 330/2006, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM e a SEPOF
Responsável: RAIMUNDO ZOÉ DE JESUS SAAVEDRA – Prefeito à época
Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso II, c/c art. 61, e art. 83, inciso VIII, da Lei Complementar n.º 81 de 26 de abril de 2012:
Julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade do Sr. RAIMUNDO ZOÉ DE JESUS SAAVEDRA, CPF nº 105.736.822-91, ex-prefeito do município de Ourém, no valor de R$ 14.661,00 (quatorze mil, seiscentos e sessenta e um reais);
Aplicar-lhe multa no valor de R$907,00 (novecentos e sete reais), pela intempestividade na remessa das contas, a ser recolhida na forma do disposto à Lei Estadual n.º 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE n.º 17.492/2008, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.
Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da cominação de multa, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 56.526

(Processo nº. 2008/52390-5)
Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio s/n°/2005 e Termos Aditivos firmados entre a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA CARCERÁRIA DA CIDADE DE BELÉM e a SUSIPE.
Responsáveis: ADEMIR DA SILVA, KARLA MARCIA FREITAS FAIAL e CELINA CARMEM VIDIGAL CARVALHO, Presidentes à época.
Relator vencido: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
Formalizador da Decisão: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA (§ 2° do art. 191 do Regimento Interno)
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará: por maioria, nos termos do voto do Conselheiro Luís da Cunha Teixeira, com fundamento no art. 53, inciso III, "b" c/c os arts. 62, 82, parágrafo único, e 83, incisos II e VIII, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:
1) Nos termos do art. 181 do RITCE-PA e do que consta na Ata nº 5.457/2017, rejeitar as preliminares de nulidade da redistribuição do processo e cerceamento de defesa.
2) Julgar irregulares as contas de responsabilidade do Sr. ADEMIR DA SILVA, e das Sras. KARLA MÁRCIA FREITAS FAIAL e CELINA CARMEM VIDIGAL CARVALHO, Presidentes à época, no valor de R$ 3.368.281,97 (três milhões, trezentos e sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e um reais e noventa e sete centavos), sem devolução de valores;
3) Aplicar à Sra. CELINA CARMEM VIDIGAL CARVALHO, CPF n° 038.276.582-68, Presidente à época, a multa de R$906,19, (novecentos e seis reais e dezenove centavos), pela instauração da tomada de contas, a ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual n° 7.086/2008, c/c os arts. 2°, IV, e 3° da Resolução n° 17.492/2008-TCE, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.
4) Encaminhar cópia do presente processo ao Ministério Público Estadual, nos moldes propostos pelo Ministério Público de Contas.
Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente das cominações de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3°, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 56.527

(Processo nº. 2011/52522-8)
Assunto: Tomada de contas relativa ao Convênio nº. 082/2008 e Termo Aditivo, firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE FARO e a SEPOF.
Responsável: Sr. DENILSON BATALHA GUIMARÃES – Prefeito à época.
Advogado: Dr. NELSON LUIZ DINIZ DA CONCEIÇÃO – OAB/PA nº. 7885
Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "b", "c" e "d", c/c os arts. 62, 82, parágrafo único, e 83, incisos III e VIII, da Lei Complementar n.° 81, de 26 de abril de 2012:
1-Julgar irregulares as contas de responsabilidade do Sr. DENILSON BATALHA GUIMARÃES, Prefeito à época, CPF:366.782.952-34, condenando-o à devolução aos Cofres Públicos Estaduais do valor de R$80.000,00 (oitenta mil reais), devidamente corrigido monetariamente a partir de 28/09/2010, acrescido de juros até a data de seu efetivo recolhimento;
2-Aplicar-lhe a multa de R$8.000,00 (oito mil reais) pelo débito apontado e R$907,00 (novecentos e sete reais) pela não apresentação das contas no prazo regimental.
Os valores supracitados deverão ser recolhidos no prazo de (30) trinta dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo, para pagamento das multas cominadas, o disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008.
Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e das cominações de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3°, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 56.528

(Processo nº. 2013/50201-9)
Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 401/2010, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA e a SEPOF.
Responsável: Sra. MARLENE CORREA MARTINS – Prefeita à época.
Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea "a", c/c os arts. 62, 82, parágrafo único, e 83, inciso VIII, da Lei Complementar n.° 81, de 26 de abril de 2012:
1-Julgar as contas irregulares e condenar a Sra. MARLENE CORREA MARTINS, Prefeita à época, CPF: 293.771.612-15, à devolução do valor de R$200.000,00 (duzentos mil reais),

devidamente corrigido a partir de 20/09/2010 e acrescido de juros até a data de seu efetivo recolhimento;
2-Aplicar-lhe as multas de R$20.000,00 (vinte mil reais) pelo débito apontado e R$907,00 (novecentos e sete reais) pela remessa intempestiva das contas;
3-Determinar à Secretaria desta Corte de Contas, que expeça ofícios à responsável e ao Município de São João do Araguaia, com as recomendações constantes no parecer do Ministério Público de Contas:
a)Efetuar o depósito do valor da contrapartida na conta específica do convênio;
b)Utilizar os recursos do convênio dentro do prazo de vigência estabelecido;
c)Observar o art. 21 da Lei Federal nº. 8.666/1993.
Os valores supracitados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para recolhimento das multas aplicadas ao disposto na Lei Estadual n.º 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE n.º 17.492/2008.
Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente dos débitos imputados e das cominações de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3°, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 56.529

(Processo nº. 2012/52252-0)
Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio n.º 128/2008, e Termos Aditivos, firmados entre a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DA AMAZÔNIA e a ASIPAG
Responsável: ARIOVALDO ARAÚJO FILHO – Presidente à época
Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea "a", c/c os arts. 62, 82, parágrafo único, e 83, inciso VIII, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:
Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. ARIOVALDO ARAÚJO FILHO, CPF nº 606.118.472-72, ex-presidente da Associação Cultural Educacional da Amazônia, à devolução aos cofres públicos estaduais a quantia de R$15.000,00 (quinze mil reais), atualizada a partir de 04/12/2008 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento.
Aplicar-lhe as multas de R$1.500,00 (mil e quinhentos reais), pelo débito apontado, e R$907,00 (novecentos e sete reais), pela intempestividade na remessa das contas.
Os valores supramencionados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para o recolhimento da multa o disposto na Lei Estadual n.º 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE n.º 17.492/2008.
Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e das cominações de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO N.º 56.530

(Processo n.º 2009/52567-7)
Assunto: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO.
Recorrente: Sr. WILDE LEITE COLARES – Prefeito à época do Município de Mocajuba.

DECISÃO RECORRIDA: ACÓRDÃO Nº. 45.309, DE 19/05/2009.

Relatora: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 73, inciso I, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:
1-Conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. WILDE LEITE COLARES, Prefeito à época do Município de Mocajuba, CPF:335.412.647-72, dando-lhe provimento parcial para manter a irregularidade das contas e a multa pela instauração da tomada de contas no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), estabelecidas pelo ACÓRDÃO N.º 45.309, de 19/05/2009, retirando a glosa anteriormente imputada no valor de R$ 93.333,34 (noventa e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos) e a multa aplicada pelo dano ao erário no valor de R$ 9.333,33 (nove mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos);
2- Determinar o encaminhamento e cópia do processo ao Ministério Público Estadual, para as providências cabíveis

. ACÓRDÃO Nº. 56.531

(Processo nº. 2011/52588-4)
Assunto: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Sr. SANTO PEREIRA DE OLIVEIRA, ex-Prefeito Municipal de Placas.

RECORRIDO: ACÓRDÃO Nº. 49.438 DE 16.08.2011.

Relatora: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 73, inciso I, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. SANTO PEREIRA DE OLIVEIRA, ex-Prefeito Municipal de Placas, porém, negar-lhe provimento mantendo-se o inteiro teor da decisão contida no ACÓRDÃO N.º 49.438/2011-TCE/PA.

ACÓRDÃO Nº. 56.532

(Processo nº. 2012/51501-5)
Assunto: Recurso de Reconsideração.
Recorrente: JORGE LUÍS DOS SANTOS BRAGA - ex-Prefeito Municipal de Monte Alegre.
Advogado: NELSON LUIZ DINIZ DA CONCEIÇÃO – OAB/PA 7.885.
Recorrido: ACÓRDÃO Nº. 50.754, de 12.06.2012.
Relatora: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA
Formalizador da Decisão: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR (§ 3º do art. 191 do Regimento)
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão da Relatora, com fundamento no art. 73, inciso I, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, conhecer do recurso interposto pelo Sr. JORGE LUÍS DOS SANTOS BRAGA, ex-Prefeito Municipal de Monte Alegre para, no mérito, dar-lhe **provimento parcial** e reformar a decisão do Acórdão 50.754, para considerar irregulares as contas, sem devolução de valores, bem como aplicar a multa de R$-906,19 (novecentos e seis reais e dezenove centavos) pela irregularidade, reduzindo-se a multa pela instauração da tomada de contas, para o valor de R$-906,19 (novecentos e seis reais e dezenove centavos).

ACÓRDÃO N.º 56.533

(Processo n.º 2015/50250-8)
Assunto: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO
Recorrente: JOSÉ JOAQUIM COELHO – Presidente do Instituto de Aprendizagem e Cultural Luz do Amanhã.
Decisão Recorrida: ACÓRDÃO N.º 54.310, de 11-12-2014.
Relatora: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA.
Formalizador da Decisão: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA (Art. 191, § 3º, do Regimento Interno).
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta da decisão da Relatora, com fundamento no art. 73, inciso I, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. JOSÉ JOAQUIM COELHO, Presidente do Instituto de Aprendizagem e Cultura Luz do Amanhã, para no mérito negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos.

ACÓRDÃO N.º 56.534

(Processo n.º 2016/50427-0)
Assunto: PEDIDO DE RESCISÃO.
Recorrente: Sr. CARLOS ALBERTO DA SILVA LEÃO – Secretário à época da SEEL.
Advogado: Dr. SÉRGIO VICTOR SARAIVA PINTO – OAB/PA nº. 5537.
Decisão Recorrida: Acórdão n.° 54.483, de 10/02/2015.
Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA.
Formalizadora da Decisão: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno).
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta da Relatora, com fundamento no art. 80 da Lei Complementar n°. 81, de 26 de abril de 2012, conhecer do Pedido de Rescisão proposto pelo Sr. CARLOS ALBERTO DA SILVA LEÃO, Secretário à época da SEEL, porém negar-lhe provimento e manter o Acórdão recorrido em todos os seus termos.

ACÓRDÃO N.º 56.535

(Processo n.º 2016/50673-0)
Assunto: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO.
Requerente: RAIMUNDO MARTINS CUNHA – ex-Prefeito do Município de Muaná.
Advogado: ADRIANO BORGES DA COSTA NETO – OAB/PA Nº 23.406.

DECISÃO RECORRIDA: ACÓRDÃO N.º 55.373, DE 21-01-2016.

Relatora: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 73, inciso I, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. RAIMUNDO MARTINS CUNHA, ex-prefeito municipal de Muaná para no mérito negar-lhe provimento, mantendo-se o Acórdão recorrido em todos os seus termos

ACÓRDÃO Nº. 56.536

(Processos n.ºs 2016/50300-7, 2016/50967-0, 2016/50970-6 e 2016/51022-8)
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL.
Requerente: FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO DO PARÁ.
Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA.
Formalizadora da Decisão: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno).
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, pela maioria, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento nos arts. 34, inciso I, e 35 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:
1) Registrar, em caráter excepcional, os atos de admissão de servidores temporários firmados entre a FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO DO PARÁ – FRANCEILSON PEREIRA MARINHO, WESLEY LEÃO FEIJÃO, ELIZETE MARIA CHAVES ABBADE, MOACIR GOUVEA DA SILVA e CLEOCIR DE ARAÚJO MACHADO;
2) Determinar ao órgão contratante que, nas futuras contratações de servidores temporários, além de demonstrar o preenchimento dos demais pressupostos legais, apresente expressa declaração dos servidores temporários admitidos de obediência ao disposto no parágrafo único do art. 2° da Lei Complementar estadual n. 7/1991, bem como apresente documentos comprobatórios dos critérios utilizados para a seleção dos contratados, em consonância com o art. 5º do mesmo diploma legal.

ACÓRDÃO Nº. 56.537

(Processos nºs. 2016/50496-1 e 2016/50629-7)
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Requerente: FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ
Proposta de decisão: Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA
Formalizadora da Decisão: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por maioria, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento nos arts. 34, inciso I, parágrafo único, e 35 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012; deferir, em caráter excepcional, o registro dos atos de admissão de servidores temporários firmados entre a FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ – LUIZ DOS REIS GONÇALVES NETO, FABIOLA FERNANDES COSTA DE SOUZA, VILSON TEIXEIRA LUZ, CLELIA MARIA LOPES, JOEL MAIA CAVALHEIRO, REGINA ESTER BRAZ CARVALHO, ICLEIA PIMENTEL RODRIGUES, BOAVENTURA NERIS DOS SANTOS, WILSON SANTOS QUARESMA, MARIA DAS GRAÇAS SILVA XAVIER, MARIA ELZA CORREA DA SILVA, EDIL GELSON RODRIGUES, JACIREMA ANTONIA FRANÇA SOUZA, ANTONIO RICARDO DE BRITO JUNIOR, FELIPE JOSE MATOS PINHEIRO, JOANA CELIA DO NASCIMENTO BORGES e KARLA SILVANA ARAÚJO DE ALMEIDA PINTO.

ACÓRDÃO N.º 56.538

(Processo n.º 2016/51032-0)
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Requerente: FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO DO PARÁ.
Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA.
Formalizador da Decisão: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA (§ 3º do art. 191 do Ato Regimental).
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por maioria, e nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento nos artigos 34, inciso I, parágrafo único e 35 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, registrar, em caráter excepcional, os atos de admissão de servidores temporários firmados entre a FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO DO PARÁ – BRENDA DO SOCORRO CABEÇA SILVA, FABRÍCIO GUIMARÃES LIMA, RICARDO COSTA JARDIM, IRLANDA XAVIER DOS ANJOS, JOAS PEREIRA COSTA, RODRIGO ABRANTES SANTANA, DOUGLAS DOS SANTOS NEGRÃO JUNIOR e ELINALDO VITAL GOMES.

ACÓRDÃO Nº. 56.539

(Processo nº. 2013/50732-9)
Assunto: APOSENTADORIA
Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.
Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA
Formalizadora da decisão: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES (art. 191, § 3º do RITCE/PA)
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão da Relatora, com fundamento nos arts. 34, inciso II e 35 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro da Portaria RET AP n.º 743, de 21/06/2016, que retificou a PORTARIA Nº. 877, de 09/02/2012, que trata do Ato de Aposentadoria em favor de APOLÔNIA FERREIRA CORRÊA, no cargo de Agente de Portaria, lotada na Secretaria de Estado de Educação.

ACÓRDÃO Nº 56.540

(Processo nº. 2013/51795-6)
Assunto: APOSENTADORIA
Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
Proposta de decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA
Formalizador de Decisão: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE

OLIVEIRA JUNIOR (Art.191, § 3°, do Regimento Interno)
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão da Relatora, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar n.° 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de aposentadoria consubstanciado na Portaria RET AP nº 695, de 09/06/2016, em favor de ARLETE MODESTO DOS SANTOS, no cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Estado de Educação.

ACÓRDÃO N.º 56.541

(Processo n.º 2013/50730-7)
Assunto: APOSENTADORIA.
Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.
Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA.
Formalizador da Decisão: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA (§ 3º do art. 191 do Regimento)
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão da Relatora, com fundamento no art. 34, inciso II, parágrafo único, c/c art. 35 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012; deferir o registro do ato de aposentadoria consubstanciado na Portaria AP n.º1543, de 10-04-2012, em favor de FRANCISCA BATISTA DA SILVA, no cargo de Servente, lotada na Secretaria de Estado de Educação

ACÓRDÃO Nº. 56.542

(Processo nº. 2013/52042-9)
Assunto: APOSENTADORIA
Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.
Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA
Formalizadora da decisão: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES (art. 191, § 3° do RITCE/PA)
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão da Relatora, com fundamento nos arts. 34, inciso II e 35 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro da Portaria RET AP nº. 0062, de 04/01/2017, que retificou a Portaria AP nº. 2539, de 14/06/2012, que trata do Ato de Aposentadoria em favor de MARIA BERNADINA DE MIRANDA SANTOS, no cargo de Agente de Portaria, Ref. I, lotada na Secretaria de Estado de Educação.

ACÓRDÃO Nº 56.543

(Processo nº. 2013/52118-1)
Assunto: APOSENTADORIA
Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar n.° 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de aposentadoria consubstanciado na PORTARIA Nº 1212 de 19/03/2012, em favor de MARIA BATISTA DE MENDONÇA, na função de Agente de Portaria, lotada na Secretaria de Estado de Educação.

. ACÓRDÃO N.º 56.544

(Processo nº. 2015/50082-0)
Assunto: APOSENTADORIA.
Requerente: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Relatora: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento nos arts. 34, inciso II, parágrafo único e 35 da Lei Complementar n.º 81/2012, deferir o registro do ato de aposentadoria consubstanciado na PORTARIA Nº. 0156, de 19/01/2015, em favor de RAIMUNDO SEBASTIÃO DA SILVA LAZAMETH, no cargo de Oficial de Justiça Avaliador, Classe/ Padrão A02CTOA, lotado na Comarca de Monte Alegre

ACÓRDÃO Nº. 56.545

(Processo nº. 2010/52706-8)
Assunto: PENSÃO CIVIL.
Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.
Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto DANIEL MELLO
Formalizador da Decisão: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno)
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, nos termos da Proposta de Decisão do Relator, com fundamento nos arts. 34, inciso II, parágrafo único e 35 da Lei Complementar n.° 81, de 26 de abril de 2012, deferir, em caráter excepcional, o registro do ato de pensão civil consubstanciado na Portaria n.º 2536, de 20/09/2010, em favor de BENEDITA OLÍMPIO CARNEIRO, dependente do ex-segurado Raimundo Pantoja Rodrigues.

ACÓRDÃO Nº 56.546

(Processo nº. 2014/51618-7)
Assunto: PENSÃO CIVIL
Requerente: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar n.° 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de pensão civil consubstanciado na PORTARIA Nº 28.758 de 12/08/2014, em favor de IVANETE ROSA SANTOS DE LIMA, dependente do ex-servidor desta Corte de Contas, Emanuel Souza da Silva.

ACÓRDÃO Nº. 56.547

(Processo nº. 2012/51632-4)
Assunto: PENSÃO CIVIL.
Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.
Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto DANIEL MELLO.
Formalizador da Decisão: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno).
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c com art. 35 da Lei Complementar n.º 81/2012, deferir, em caráter excepcional, o registro do ato de Pensão Civil consubstanciado na PORTARIA Nº 731, de 08/02/2011, em favor de WALDILEIA PINHEIRO SANTA BRÍGIDA, LUIZ EDUARDO PINHEIRO SANTA BRÍGIDA e LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SANTA BRÍGIDA, dependentes do ex-segurado Raimundo Nonato Monteiro Santa Brígida.

ACÓRDÃO N.º 56.548

(Processo n.º 2013/53332-9)
Assunto: PENSÃO ESPECIAL
Requerente: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO.
Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA
Formalizadora da decisão: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES (art. 191, § 3° do RITCE/PA)
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, nos termos da Proposta de Decisão da Relatora, com fundamento nos arts. 34, inciso II, e 35 da Lei Complementar n.° 81, de 26 de abril de 2012:
1) Registrar o Decreto n.º 1581, de 07 de julho de 2016, que trata da pensão Policial-Militar em favor de IRENILDA DUARTE DOS SANTOS, SAMARA SANTOS DE ANCHIETA, SUANNY SANTOS DE ANCHIETA e SAMELA INGRID SANTOS DE ANCHIETA, dependentes do Subtenente do Corpo de Bombeiros Militar do Pará Sebastião Fonseca de Anchieta;
2) Recomendar à Secretaria de Estado de Administração (SEAD) que, proceda com alteração na remissão do art. 2º do referido ato de "policiais civis da ativa" para "bombeiros militares da ativa", e encaminhe comprovação a este Tribunal em 30 dias.
ACÓRDÃO Nº 56.549
(Processo nº. 2014/51812-7)
Assunto: PENSÃO CIVIL
Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
Relatora: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIRO LOPES
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, e art. 35 da Lei Complementar n.° 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de pensão civil consubstanciado na Portaria PS nº. 1759, de 24/07/2013, retificada pela Portaria RET PS nº. 927, de 08/08/2016, em favor de OSMAR RAIMUNDO PONTES, dependente da ex-segurada Miraci de Jesus Berbary Pontes

RESOLUÇÃO Nº. 18.909

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
Considerando informação do Departamento de Controle Externo, ratificado através do despacho exarado pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro Luis da Cunha Teixeira, os quais opinam pela devolução de documentação à entidade concedente dos recursos e sequente arquivamento dos presentes autos por se tratar de recursos de origem federal;
Considerando a manifestação da Presidência constante da Ata nº. 5.464, desta data;
R E S O L V E, unanimemente:
AUTORIZAR o arquivamento dos processos nºs 2011/51531-5, 2012/51326-8, 2015/50418-3, 2013/50109-3, 2012/51567-1, 2012/52052-5, 2014/50472-3, 2012/50748-0, 2012/50248-7, 2014/51749-6, 2012/51522-0 e 2012/51428-2, com a devolução da documentação à Secretaria de Estado de Educação, tendo em vista os recursos se referirem a repasses federais, portanto, não sujeitos à apreciação e julgamento por esta Corte de Contas, conforme atestam a informação da Secretaria de Controle Externo e o despacho exarado pelo Conselheiro Luis da Cunha Teixeira.

Protocolo: 170193

Instrumento Substitutivo de Contrato
Nota de Empenho da Despesa: 2017NE00828
Valor: R$ 1.678,04
Data de Emissão: 10/04/2017
Objeto: Registro de Preços **de Material de Expediente**, para a aquisição que se fizer necessária, conforme as especificações constantes no Termo de Referência
Orçamento: Programa de Trabalho: 01032145562670000
Fonte: 0101000000
Natureza da Despesa: 33903000
Contratada: **Fernando Cardoso Henrique - EPP**
CNPJ: 20873575-0001/26
Endereço: Trav. Barão do Triunfo 2441- Altos, Pedreira
CEP: 66087270
Ordenadora: Maria de Lourdes Lima de Oliveira

Protocolo: 169996

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

FÉRIAS
PORTARIA Nº 003/2017/CS/MPC/PA
O Conselho Superior do MPC/PA, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO que as férias do Procurador-Geral de Contas, Dr. Felipe Rosa Cruz, referentes ao exercício 2016, foram suspensas pela PORTARIA Nº 004/2016/CS/MPC/PA, de 17/11/2016, sendo que 30 (trinta) dias foram convertidos em pecúnia e 30 (trinta) dias ficaram para serem usufruídos oportunamente;
CONSIDERANDO que os membros do Conselho Superior deste Órgão Ministerial, nos termos do art. 4º, V, da Resolução nº 15/2016-MPC/PA-Colégio, de 14/09/2016, autorizaram a concessão dos 30 (trinta) dias de férias pendentes ao Procurador-Geral de Contas para o período de 29/05 a 27/06/2017, conforme solicitado no Memorando n° 009/2017 – GRFC, datado de 17/04/2017 (Protocolo nº 2017/162153), e
CONSIDERANDO o art. 9° da Lei Complementar nº 09/1992, regulamentado pela Resolução MPC/PA N° 07/2016, de 10/08/2016, com a redação dada pela Resolução nº 11/2016 – MPC/PA – Colégio, de 12/09/2016;
RESOLVE :
Conceder ao Procurador-Geral de Contas, **Dr. FELIPE ROSA CRUZ**, matrícula nº 200196, 30 (trinta) dias das Férias relativas ao exercício 2016, para o período de 29/05 a 27/06/2017.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Belém, 20 de abril de 2017
ANTONIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE
CORREGEDOR-GERAL DE CONTAS,
Membro nato do Conselho Superior do MPC/PA

SILAINE KARINE VENDRAMIN PROCURADORA DE CONTAS, Membro do Conselho Superior do MPC/PA	GUILHERME DA COSTA SPERRY PROCURADOR DE CONTAS, Membro do Conselho Superior do MPC/PA

Protocolo: 170196

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 2336/2017-MP/PGJ
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE FORAM DELEGADAS ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 074/2015-MP/PGJ.
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor FRANCISCO NUNES DA SILVA JUNIOR, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.1430, lotado na promotoria de justiça de Cachoeira do Arari, a importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 17/04/2017 a 16/06/2017, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330
Desenvolvimento das atividades dos Procuradores e Promotores de Justiça.
FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA
3390-30 Material de Consumo R$ 600,00
3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R$ 1.400,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 24 de abril de 2017.
ANLYD SÉRIO FRANÇA JUNIOR.
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO.

Protocolo: 170078

PORTARIA Nº 2333/2017-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da PORTARIA Nº 074/2015-MP/PGJ.
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor HAMILTON SILVA DO NASCIMENTO, OFICIAL DE SERVICOS AUXILIARES, Matrícula nº 999.1527, lotado na promotoria de justiça de Itaituba, a importância de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 14/03/2017 a 13/05/2017, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330
Desenvolvimento das atividades dos Procuradores e Promotores de Justiça.
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-30 Material de Consumo R$ 1.500,00
3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R$ 1.500,00
3390-39 O.S. Terceiros - P.Jurídica R$ 1.000,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 24 de abril de 2017.
ANLYD SÉRIO FRANÇA JUNIOR.
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO.

Protocolo: 170068

PORTARIA Nº 2334/2017-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da PORTARIA Nº 074/2015-MP/PGJ.
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor MANUEL DE JESUS VILARINHO MONTEIRO, AUXILIAR DE ADMINISTRACAO, Matrícula nº 999.1347, lotado na promotoria de justiça de Tailândia, a importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 12/03/2017 a 11/05/2017, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330
Desenvolvimento das atividades dos Procuradores e Promotores de Justiça.
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-30 Material de Consumo R$ 560,00
3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R$ 1.440,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 24 de abril de 2017.
ANLYD SÉRIO FRANÇA JUNIOR.
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO.

Protocolo: 170072

PORTARIA Nº 2335/2017-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da PORTARIA Nº 074/2015-MP/PGJ.
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor MARCIO JORGE DE SOUSA PASSOS, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.1181, lotado na promotoria de justiça de Irituia, a importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 02/05/2017 a 01/07/2017, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330
Desenvolvimento das atividades dos Procuradores e Promotores de Justiça.
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-30 Material de Consumo R$ 1.000,00
3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R$ 1.000,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 24 de abril de 2017.
ANLYD SÉRIO FRANÇA JUNIOR.
DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO.

Protocolo: 170074

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE PORTARIA N° 002/2017/MP/2ªPJA

A 2ª Promotora de Justiça de Abaetetuba, torna pública a expedição da Portaria n° 002/2017/MP/2ªPJA, encaminhada ao seguinte órgão: **a)** Unidade técnica de Educação Especial de Abaetetuba - UTEE, e se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Abaetetuba, situada na Avenida São Paulo, nº 2072, bairro Aviação, Cep 68.440-000 – Pará – Fone/Fax: (91) 3751-1177.
1.Portaria: Instaurar o Procedimento Administrativo destinado a acompanhar o atendimento educacional especializado aos alunos público alvo da educação especial no Município de Abaetetuba; Abaetetuba/PA, 17/03/2017
Frederico Augusto de Morais Freire – Promotor de Justiça

Protocolo: 170307

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 000154-200/2014-MP/ 2ª PJDC

O 2º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, torna público que promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 000154-200/2014-MP/2ªPJDC e, com fundamento no art. 23, §1º e §2º, da Resolução nº 010/2011-CPJ, de 30/06/2011, vem cientificar, por este meio, o (a) interessado (a) **ASSOCIAÇÃO DOS CONCURSADOS DO PARÁ - ASCONPA**, representada por JOSÉ EMÍLIO HERMES DE ALMEIDA, para, querendo, manifestar oposição à solução ora adotada, o que deverá ser feito junto ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará até a respectiva sessão de julgamento da promoção de arquivamento do referido inquérito.
Interessado (a): ASSOCIAÇÃO DOS CONCURSADOS DO PARÁ - ASCONPA – JOSÉ EMÍLIO HERMES DE ALMEIDA
Assunto: Cientificação do (a) interessado (a) acerca da promoção de arquivamento do Inquérito Civil nº 000154-200/2014-MP/2ªPJDC
QUINTINO FARIAS DA COSTA JÚNIOR
2º Promotor de Justiça de direitos constitucionais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua.

Protocolo: 170278

EXTRATO DA PORTARIA Nº 002/2017-MP/3ªPJC

O 3º Promotor de Justiça de Capanema, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 002/2017-MP/3ªPJC que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Capanema, situada na Av. Barão de Capanema, nº 1188, centro, CEP: 68.700-005, Capanema – Pará – Fone/Fax: (91) 3462-2482 / 3462-2442.

PORTARIA Nº 002/2017-MP/3ªPJC

Interessado: Eslon Aguiar Martins, o Município de Capanema; a Coletividade.
Assunto: Apuração de denúncias de irregularidades no processo de transição de mandato na Prefeitura Municipal de Capanema-PA, nas eleições municipais de 2016.

Protocolo: 169953

CONCURSO DE REMOÇÃO DE SERVIDORES Nº 001/2017-MP/PA
EDITAL – RESULTADO DO JULGAMENTO DO CONCURSO

O Excelentíssimo Senhor Doutor **MIGUEL RIBEIRO BAIA,** Subprocurador-Geral de Justiça – Área Técnico-Administrativa, tendo em vista o disposto no art. 49 da Lei Estadual nº. 5.810/94 e as Portarias nº. 4675/2015-MP/PGJ e nº. 5979/2015-MP/PGJ, publicadas, respectivamente, no DOE de 13 de agosto de 2015 e 28 de setembro de 2015, e os termos de Edital nº. 001/2017-MP/PA, torna público o **RESULTADO DO JULGAMENTO DO CONCURSO DE REMOÇÃO DE SERVIDORES Nº 001/2017-MP/PA**, conforme segue:

REGIÃO ADMINISTRATIVA: BELÉM I								
MUNICÍPIO: BELÉM (6 VAGAS)								
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º OUTRA REGIÃO; 3º CONCURSO PÚBLICO								
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO								
NOME	**DATA ADMISSÃO**	**TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO**	**ESTÁVEL**	**ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA**	**CRITÉRIO DE PROVIMENTO**	**CRITÉRIO DE DESEMPATE**	**LOTAÇÃO ORIGINAL**	**LOTAÇÃO RESULTANTE**
HELBER JAMES SOUSA BARROS	09/11/2004	4491	SIM	1ª	2º	MAIOR TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO DA CARREIRA	PJ DE CASTANHAL	PJ DE BELÉM
MARCIO JORGE DE SOUSA PASSOS	17/05/2005	4302	SIM	3ª	2º	MAIOR TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO DA CARREIRA	PJ DE CAPANEMA	PJ DE BELÉM
RICARDO JOSE CABRAL DE CARVALHO	16/02/2006	4027	SIM	1ª	2º	MAIOR TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO DA CARREIRA	PJ DE NOVA TIMBOTEUA	PJ DE BELÉM
ELIZEU DE PAULA GUIMARAES JUNIOR	21/02/2006	4022	SIM	2ª	2º	MAIOR TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO DA CARREIRA	PJ DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	PJ DE BELÉM
MARIO BENEDITO NUNES FARIAS	08/05/2006	3946	SIM	1ª	2º	MAIOR TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO DA CARREIRA	PJ DE CURUÇÁ	PJ DE BELÉM

GLENDA DOS SANTOS SANTANA	12/06/2006	3911	SIM	1ª	2º	MAIOR TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO DA CARREIRA	PJ DE CASTANHAL	PJ DE BELÉM
BRUNA TATYARA DE SOUSA TRINDADE	01/07/2013	1335	SIM				PJ DE ANANINDEUA	
COSME LOBATO CORDEIRO	01/09/2008	3099	SIM				PJ DE OURÉM	
ELLEN GELSINA DA SILVA COSENZA	01/07/2013	1335	SIM				PJ DE BENEVIDES	
ELTON DAVID PINTO PRIST	08/01/2008	3336	SIM				PJ DE SALINÓPOLIS	
EURIDICE DE OLIVEIRA BRANDAO	21/08/2006	3841	SIM				PJ DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS	
IGO FERREIRA CARNEIRO	03/02/2015	753	NÃO				PJ DE GURUPÁ	
LAEL MESQUITA TEIXEIRA	28/08/2014	912	NÃO				PJ DE VIGIA DE NAZARÉ	
LORE TATIANA NERIS DOS SANTOS	01/07/2013	1335	SIM				PJ DE COLARES	
MARCIO HELENO ASSUNCAO DA SILVA	01/09/2008	3099	SIM				PJ DE TAILÂNDIA	
MARLON KLEBSON DE ALMEIDA ABDON	18/07/2016	222	NÃO				PJ DE CHAVES	
MARIO NASCIMENTO MOURA	04/10/2013	1240	SIM				PJ DE BENEVIDES	
REINALDO OLIVEIRA DA COSTA	12/01/2015	775	NÃO				PJ DE ANAJÁS	
RIDHER NOGUEIRA SA	29/08/2008	3102	SIM				PJ DE MOCAJUBA	
ROSA MARIA BASTOS FONSECA	07/04/2005	4342	SIM				PJ DE BAIÃO	
THAYSE OLIVEIRA PANTOJA	01/07/2013	1335	SIM				PJ DE BRAGANÇA	

REGIÃO ADMINISTRATIVA: BELÉM II								
MUNICÍPIO: ANANINDEUA (1 VAGA)								
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º OUTRA REGIÃO; 3º CONCURSO PÚBLICO								
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO								
NOME	**DATA ADMISSÃO**	**TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO**	**ESTÁVEL**	**ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA**	**CRITÉRIO DE PROVIMENTO**	**CRITÉRIO DE DESEMPATE**	**LOTAÇÃO ORIGINAL**	**LOTAÇÃO RESULTANTE**
ELLEN GELSINA DA SILVA COSENZA	01/07/2013	1335	SIM	2ª	1º	MAIOR TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO DA CARREIRA	PJ DE BENEVIDES	PJ DE ANANINDEUA
COSME LOBATO CORDEIRO	01/09/2008	3099	SIM				PJ DE OURÉM	
ELIZEU DE PAULA GUIMARAES JUNIOR	21/02/2006	4022	SIM				PJ DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	
ELTON DAVID PINTO PRIST	08/01/2008	3336	SIM				PJ DE SALINÓPOLIS	
EURIDICE DE OLIVEIRA BRANDAO	21/08/2006	3841	SIM				PJ DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS	
EVERTON COSTA DOS SANTOS	12/11/2014	836	NÃO				PJ DE TOMÉ-AÇÚ	
GLENDA DOS SANTOS SANTANA	12/06/2006	3911	SIM				PJ DE CASTANHAL	
LAEL MESQUITA TEIXEIRA	28/08/2014	912	NÃO				PJ DE VIGIA DE NAZARÉ	
LORE TATIANA NERIS DOS SANTOS	01/07/2013	1335	SIM				PJ DE COLARES	
MAYARA MAIA DE ARAUJO	16/10/2013	1228	SIM				PJ DE MUANÁ	
MARCIO HELENO ASSUNCAO DA SILVA	01/09/2008	3099	SIM				PJ DE TAILÂNDIA	
MARCIO JORGE DE SOUSA PASSOS	17/05/2005	4302	SIM				PJ DE CAPANEMA	
MARLON KLEBSON DE ALMEIDA ABDON	18/07/2016	222	NÃO				PJ DE CHAVES	
MARIO NASCIMENTO MOURA	04/10/2013	1240	SIM				PJ DE BENEVIDES	
REINALDO OLIVEIRA DA COSTA	12/01/2015	775	NÃO				PJ DE ANAJÁS	
RICARDO JOSE CABRAL DE CARVALHO	16/02/2006	4027	SIM				PJ DE NOVA TIMBOTEUA	
RIDHER NOGUEIRA SA	29/08/2008	3102	SIM				PJ DE MOCAJUBA	

THAYSE OLIVEIRA PANTOJA	01/07/2013	1335	SIM				PJ DE BRAGANÇA	
MUNICÍPIO: MARITUBA (1 VAGA)								
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º CONCURSO PÚBLICO								
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO								
COSME LOBATO CORDEIRO	01/09/2008	3099	SIM				PJ DE OURÉM	
ELTON DAVID PINTO PRIST	08/01/2008	3336	SIM				PJ DE SALINÓPOLIS	
EURIDICE DE OLIVEIRA BRANDAO	21/08/2006	3841	SIM				PJ DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS	
EVERTON COSTA DOS SANTOS	12/11/2014	836	NÃO				PJ DE TOMÉ-AÇÚ	
LAEL MESQUITA TEIXEIRA	28/08/2014	912	NÃO				PJ DE VIGIA DE NAZARÉ	
LORE TATIANA NERIS DOS SANTOS	01/07/2013	1335	SIM				PJ DE COLARES	
MARCIO JORGE DE SOUSA PASSOS	17/05/2005	4302	SIM				PJ DE CAPANEMA	
RICARDO JOSE CABRAL DE CARVALHO	16/02/2006	4027	SIM				PJ DE NOVA TIMBOTEUA	
RIDHER NOGUEIRA SA	29/08/2008	3102	SIM				PJ DE MOCAJUBA	
THAYSE OLIVEIRA PANTOJA	01/07/2013	1335	SIM				PJ DE BRAGANÇA	
NÃO HOUVE INSCRITO DE MESMA REGIÃO (SERÁ PROVIDA PELO 2º CRITÉRIO: CONCURSO PÚBLICO)								

REGIÃO ADMINISTRATIVA: MARAJÓ II

MUNICÍPIO: AFUÁ (1 VAGA)

CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º OUTRA REGIÃO; 3º CONCURSO PÚBLICO

CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

NOME	DATA ADMISSÃO	TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO	ESTÁVEL	ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA	CRITÉRIO DE PROVIMENTO	CRITÉRIO DE DESEMPATE	LOTAÇÃO ORIGINAL	LOTAÇÃO RESULTANTE
NÃO HOUVE INSCRITO DE MESMA REGIÃO (SERÁ PROVIDA PELO 3º CRITÉRIO: CONCURSO PÚBLICO)								

MUNICÍPIO: BREVES (1 VAGA)

CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º OUTRA REGIÃO; 3º CONCURSO PÚBLICO

CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

NOME	DATA ADMISSÃO	TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO	ESTÁVEL	ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA	CRITÉRIO DE PROVIMENTO	CRITÉRIO DE DESEMPATE	LOTAÇÃO ORIGINAL	LOTAÇÃO RESULTANTE
IGO FERREIRA CARNEIRO	03/02/2015	753	NÃO				PJ DE GURUPÁ	
JOSE RAIMUNDO NEVES JARDIM	19/12/2016	68	NÃO				PJ DE CURRALINHO	
ROBSON DE CASTRO NASCIMENTO	08/10/2013	1236	NÃO	1º	1º	MAIOR TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO DA CARREIRA	PJ DE MELGAÇO	PJ DE BREVES

MUNICÍPIO: SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA (1 VAGA)

CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º OUTRA REGIÃO; 3º CONCURSO PÚBLICO

CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

NOME	DATA ADMISSÃO	TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO	ESTÁVEL	ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA	CRITÉRIO DE PROVIMENTO	CRITÉRIO DE DESEMPATE	LOTAÇÃO ORIGINAL	LOTAÇÃO RESULTANTE
IGO FERREIRA CARNEIRO	03/02/2015	753	NÃO	1ª	1º	MAIOR TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO DA CARREIRA	PJ DE GURUPÁ	PJ DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA

REGIÃO ADMINISTRATIVA: NORDESTE I

MUNICÍPIO: INHANGAPI (1 VAGA)

CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1ª MESMA REGIÃO; 2ª CONCURSO PÚBLICO

CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

NOME	DATA ADMISSÃO	TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO	ESTÁVEL	ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA	CRITÉRIO DE PROVIMENTO	CRITÉRIO DE DESEMPATE	LOTAÇÃO ORIGINAL	LOTAÇÃO RESULTANTE
MARLY PAIXÃO ALEIXO DOS REIS	03/04/2007	3616	SIM	1ª	1º	MAIOR TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO DA CARREIRA	PJ DE MARAPANIM	PJ DE INHANGAPI

MUNICÍPIO: SÃO DOMINGOS DO CAPIM (1 VAGA)								
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º OUTRA REGIÃO; 3º CONCURSO PÚBLICO								
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO								
NOME	**DATA ADMISSÃO**	**TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO**	**ESTÁVEL**	**ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA**	**CRITÉRIO DE PROVIMENTO**	**CRITÉRIO DE DESEMPATE**	**LOTAÇÃO ORIGINAL**	**LOTAÇÃO RESULTANTE**
JOSCIELE VIEIRA DOS REIS	19/08/2014	921	NÃO				PJ DE CAPITÃO POÇO	
SERÁ PROVIDA PELO 3º CRITÉRIO: CONCURSO PÚBLICO (A INSCRIÇÃO DA CANDIDATADA FOI PROVIDA EM OUTRO MUNICÍPIO)								
REGIÃO ADMINISTRATIVA: NORDESTE II								
MUNICÍPIO: IRITUIA (1 VAGA)								
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º CONCURSO PÚBLICO								
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO								
NOME	**DATA ADMISSÃO**	**TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO**	**ESTÁVEL**	**ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA**	**CRITÉRIO DE PROVIMENTO**	**CRITÉRIO DE DESEMPATE**	**LOTAÇÃO ORIGINAL**	**LOTAÇÃO RESULTANTE**
NÃO HOUVE INSCRITO DE MESMA REGIÃO (SERÁ PROVIDA PELO 2º CRITÉRIO: CONCURSO PÚBLICO)								
MUNICÍPIO: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ (1 VAGA)								
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º OUTRA REGIÃO; 3º CONCURSO PÚBLICO								
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO								
NOME	DATA ADMISSÃO	TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO	ESTÁVEL	ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA	CRITÉRIO DE PROVIMENTO	CRITÉRIO DE DESEMPATE	LOTAÇÃO ORIGINAL	LOTAÇÃO RESULTANTE
JOSCIELE VIEIRA DOS REIS	19/08/2014	921	NÃO	1ª	1º	MAIOR TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO DA CARREIRA	PJ DE CAPITÃO POÇO	PJ DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
MUNICÍPIO: VISEU (1 VAGA)								
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º CONCURSO PÚBLICO								
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO								
NOME	**DATA ADMISSÃO**	**TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO**	**ESTÁVEL**	**ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA**	**CRITÉRIO DE PROVIMENTO**	**CRITÉRIO DE DESEMPATE**	**LOTAÇÃO ORIGINAL**	**LOTAÇÃO RESULTANTE**
NÃO HOUVE INSCRITO DE MESMA REGIÃO (SERÁ PROVIDA PELO 2º CRITÉRIO: CONCURSO PÚBLICO)								
REGIÃO ADMINISTRATIVA: SUDESTE I								
MUNICÍPIO: JACUNDÁ (1 VAGA)								
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º OUTRA REGIÃO; 3º CONCURSO PÚBLICO								
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO								
NOME	DATA ADMISSÃO	TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO	ESTÁVEL	ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA	CRITÉRIO DE PROVIMENTO	CRITÉRIO DE DESEMPATE	LOTAÇÃO ORIGINAL	LOTAÇÃO RESULTANTE
NÃO HOUVE INSCRITO DE MESMA REGIÃO (SERÁ PROVIDA PELO 3ª CRITÉRIO: CONCURSO PÚBLICO)								

REGIÃO ADMINISTRATIVA: SUDESTE II								
MUNICÍPIO: XINGUARA (1 VAGA)								
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º OUTRA REGIÃO; 3º CONCURSO PÚBLICO								
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO								
NOME	**DATA ADMISSÃO**	**TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO**	**ESTÁVEL**	**ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA**	**CRITÉRIO DE PROVIMENTO**	**CRITÉRIO DE DESEMPATE**	**LOTAÇÃO ORIGINAL**	**LOTAÇÃO RESULTANTE**
ADNALDO CABRAL CUNHA	25/03/2015	703	SIM	1ª	1º	MAIOR TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO DA CARREIRA	PJ DE SANTANA DO ARAGUAIA	PJ DE XINGUARA
MUNICÍPIO: XINGUARA (1 VAGA)								
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º CONCURSO PÚBLICO								
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO								
NOME	**DATA ADMISSÃO**	**TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO**	**ESTÁVEL**	**ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA**	**CRITÉRIO DE PROVIMENTO**	**CRITÉRIO DE DESEMPATE**	**LOTAÇÃO ORIGINAL**	**LOTAÇÃO RESULTANTE**
NÃO HOUVE INSCRITO DE MESMA REGIÃO (SERÁ PROVIDA PELO 2ª CRITÉRIO: CONCURSO PÚBLICO)								
MUNICÍPIO: SANTANA DO ARAGUAIA (1 VAGA)								
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º OUTRAS REGIÕES; 3º CONCURSO PÚBLICO								
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO								
NOME	**DATA ADMISSÃO**	**TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO**	**ESTÁVEL**	**ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA**	**CRITÉRIO DE PROVIMENTO**	**CRITÉRIO DE DESEMPATE**	**LOTAÇÃO ORIGINAL**	**LOTAÇÃO RESULTANTE**
NÃO HOUVE INSCRITO DE MESMA REGIÃO (SERÁ PROVIDA PELO 3ª CRITÉRIO: CONCURSO PÚBLICO)								

REGIÃO ADMINISTRATIVA: SUDESTE III								
MUNICÍPIO: GOIANÉSIA DO PARÁ (1 VAGA)								
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1ª MESMA REGIÃO; 2ª CONCURSO PÚBLICO								
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO								
NOME	DATA ADMISSÃO	TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO	ESTÁVEL	ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA	CRITÉRIO DE PROVIMENTO	CRITÉRIO DE DESEMPATE	LOTAÇÃO ORIGINAL	LOTAÇÃO RESULTANTE
NÃO HOUVE INSCRITO (SERÁ PROVIDA PELO 2ª CRITÉRIO: CONCURSO PÚBLICO)								

REGIÃO ADMINISTRATIVA: SUDESTE IV								
MUNICÍPIO: CANAÃ DOS CARAJÁS (1 VAGA)								
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º OUTRA REGIÃO; 3º CONCURSO PÚBLICO								
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO								
NOME	**DATA ADMISSÃO**	**TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO**	**ESTÁVEL**	**ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA**	**CRITÉRIO DE PROVIMENTO**	**CRITÉRIO DE DESEMPATE**	**LOTAÇÃO ORIGINAL**	**LOTAÇÃO RESULTANTE**
NÃO HOUVE INSCRITO (SERÁ PROVIDA PELO 3ª CRITÉRIO: CONCURSO PÚBLICO)								
MUNICÍPIO: ELDORADO DOS CARAJÁS (1 VAGA)								
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º CONCURSO PÚBLICO								
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO								
NOME	**DATA ADMISSÃO**	**TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO**	**ESTÁVEL**	**ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA**	**CRITÉRIO DE PROVIMENTO**	**CRITÉRIO DE DESEMPATE**	**LOTAÇÃO ORIGINAL**	**LOTAÇÃO RESULTANTE**
NÃO HOUVE INSCRITO (SERÁ PROVIDA PELO 2ª CRITÉRIO: CONCURSO PÚBLICO)								
MUNICÍPIO: PARAUAPEBAS (1 VAGA)								
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º OUTRA REGIÃO; 3º CONCURSO PÚBLICO								
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO								
NOME	**DATA ADMISSÃO**	**TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO**	**ESTÁVEL**	**ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA**	**CRITÉRIO DE PROVIMENTO**	**CRITÉRIO DE DESEMPATE**	**LOTAÇÃO ORIGINAL**	**LOTAÇÃO RESULTANTE**
NÃO HOUVE INSCRITO (SERÁ PROVIDA PELO 3ª CRITÉRIO: CONCURSO PÚBLICO)								

REGIÃO ADMINISTRATIVA: SUDOESTE I								
MUNICÍPIO: MEDICILÂNDIA (1 VAGA)								
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º CONCURSO PÚBLICO								
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO								
NOME	**DATA ADMISSÃO**	**TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO**	**ESTÁVEL**	**ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA**	**CRITÉRIO DE PROVIMENTO**	**CRITÉRIO DE DESEMPATE**	**LOTAÇÃO ORIGINAL**	**LOTAÇÃO RESULTANTE**
NÃO HOUVE INSCRITO (SERÁ PROVIDA PELO 2ª CRITÉRIO: CONCURSO PÚBLICO)								
MUNICÍPIO: VITÓRIA DO XINGÚ (1 VAGA)								
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º OUTRAS REGIÕES; 3º CONCURSO PÚBLICO								
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO								
NOME	**DATA ADMISSÃO**	**TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO**	**ESTÁVEL**	**ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA**	**CRITÉRIO DE PROVIMENTO**	**CRITÉRIO DE DESEMPATE**	**LOTAÇÃO ORIGINAL**	**LOTAÇÃO RESULTANTE**
NÃO HOUVE INSCRITO (SERÁ PROVIDA PELO 3ª CRITÉRIO: CONCURSO PÚBLICO)								
MUNICÍPIO: ALTAMIRA (1 VAGA)								
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º CONCURSO PÚBLICO								
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO								
NOME	**DATA ADMISSÃO**	**TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO**	**ESTÁVEL**	**ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA**	**CRITÉRIO DE PROVIMENTO**	**CRITÉRIO DE DESEMPATE**	**LOTAÇÃO ORIGINAL**	**LOTAÇÃO RESULTANTE**
KARINA COUTINHO DA FONSECA	14/02/2017	11	NÃO	1ª	1º	MAIOR TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO DA CARREIRA	PJ DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	PJ DE ALTAMIRA
MUNICÍPIO: ANAPÚ (1 VAGA)								
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º OUTRAS REGIÕES; 3º CONCURSO PÚBLICO								
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO								
NOME	**DATA ADMISSÃO**	**TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO**	**ESTÁVEL**	**ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA**	**CRITÉRIO DE PROVIMENTO**	**CRITÉRIO DE DESEMPATE**	**LOTAÇÃO ORIGINAL**	**LOTAÇÃO RESULTANTE**
NÃO HOUVE INSCRITO (SERÁ PROVIDA PELO 3ª CRITÉRIO: CONCURSO PÚBLICO)								

REGIÃO ADMINISTRATIVA: SUDOESTE II
MUNICÍPIO: NOVO PROGRESSO (1 VAGA)
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1ª MESMA REGIÃO; 2ª CONCURSO PÚBLICO
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

NOME	DATA ADMISSÃO	TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO	ESTÁVEL	ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA	CRITÉRIO DE PROVIMENTO	CRITÉRIO DE DESEMPATE	LOTAÇÃO ORIGINAL	LOTAÇÃO RESULTANTE
NÃO HOUVE INSCRITO (SERÁ PROVIDA PELO 2ª CRITÉRIO: CONCURSO PÚBLICO)								

REGIÃO ADMINISTRATIVA: TOCANTINS
MUNICÍPIO: MOJÚ (1 VAGA)
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º OUTRA REGIÃO; 3º CONCURSO PÚBLICO
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

NOME	DATA ADMISSÃO	TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO	ESTÁVEL	ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA	CRITÉRIO DE PROVIMENTO	CRITÉRIO DE DESEMPATE	LOTAÇÃO ORIGINAL	LOTAÇÃO RESULTANTE
ROSA MARIA BASTOS FONSECA	07/04/2005	4342	SIM	1ª	1º	MAIOR TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO DA CARREIRA	PJ DE BAIÃO	PJ DE MOJÚ
MAYARA MAIA DE ARAUJO	16/10/2013	1228	SIM					
IGO FERREIRA CARNEIRO	03/02/2015	753	NÃO					

MUNICÍPIO: MOJÚ (1 VAGA)
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º CONCURSO PÚBLICO
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

NOME	DATA ADMISSÃO	TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO	ESTÁVEL	ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA	CRITÉRIO DE PROVIMENTO	CRITÉRIO DE DESEMPATE	LOTAÇÃO ORIGINAL	LOTAÇÃO RESULTANTE
MAYARA MAIA DE ARAUJO	16/10/2013	1228	SIM	2ª	1º	MAIOR TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO DA CARREIRA	PJ DE MUANÁ	PJ DE MOJÚ
ROSA MARIA BASTOS FONSECA	07/04/2005	4342	SIM					
IGO FERREIRA CARNEIRO	03/02/2015	753	NÃO					

MUNICÍPIO: LIMOEIRO DO AJURÚ (1 VAGA)
CRITÉRIOS DE PROVIMENTO: 1º MESMA REGIÃO; 2º OUTRA REGIÃO; 3º CONCURSO PÚBLICO
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

NOME	DATA ADMISSÃO	TEMPO DE EXERCÍCIO NO CARGO	ESTÁVEL	ORDEM DA OPÇÃO ATENDIDA	CRITÉRIO DE PROVIMENTO	CRITÉRIO DE DESEMPATE	LOTAÇÃO ORIGINAL	LOTAÇÃO RESULTANTE
NÃO HOUVE INSCRITO (SERÁ PROVIDA PELO 3ª CRITÉRIO: CONCURSO PÚBLICO)								

Belém (PA), 25 de abril de 2017.
MIGUEL RIBEIRO BAIA
Subprocurador-Geral de Justiça para área técnico-administrativa

Protocolo: 170231

EXTRATO DA PORTARIA N° 009/2017/MP/12ªPJMAB

A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000073-960/2017 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

PORTARIA N° 009/2017/MP/12ªPJMAB

Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – SR 27 e Programa "Terra Legal".

Assunto: Realizar acompanhamento dos procedimentos referentes às áreas rurais de Municípios integrantes da Região Agrária de Marabá que se encontram pendentes de andamento para fins de expedição de títulos no "Terra Legal" no Município de Belém/PA.

JANE CLEIDE SILVA SOUZA
Promotora de Justiça
Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 170256

ATO Nº 117/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do expediente protocolizado neste Órgão Ministerial sob o nº 15513/2017, em 17/04/2017;
R E S O L V E:
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, o MAJ QOPM AFONSO GEOMÁRCIO ALVES DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Militar III, Código CPC-MP-GM III, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS- Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 115/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do expediente protocolizado neste Órgão Ministerial sob o nº 15723/2017, em 18/04/2017;
R E S O L V E:
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, o MAJ PM LUIZ ANDRÉ CONCEIÇÃO MAUÉS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Militar III, Código CPC-MP-GM III, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 114/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do expediente protocolizado neste Órgão Ministerial sob o nº 15722/2017, em 18/04/2017,
RESOLVE:
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, o TEN. CEL. PM MAURO DOS SANTOS ANDRADE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Militar II (Subchefe do Gabinete Militar), CPC-MP-GM II, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 113/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do expediente protocolizado neste Órgão Ministerial sob o nº 15522/2017, em 17/04/2017,
R E S O L V E:
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, o CEL. PM JOSE VICENTE BRAGA DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Militar I (Chefe do Gabinete Militar), CPC-MP-GM I, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 116/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do expediente protocolizado neste Órgão Ministerial sob o nº 15512/2017, em 17/04/2017;
R E S O L V E:
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, o MAJ QOPM JANDIR RIBEIRO LEÃO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Militar III, Código CPC-MP-GM III, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS- Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 107/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
EXONERAR, de acordo com o art. 60, I, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/94, o TENENTE CEL. QOPM PAULO ROBERTO VALE PEREIRA CARNEIRO FILHO, nomeado através do Ato do Procurador-Geral de Justiça n.º 120/2014, publicado no D.O.E. de 08/01/2015, do cargo de provimento em comissão de Assessor Militar I (Chefe do Gabinete Militar), CPC-MP-GM I, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS- Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 108/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
EXONERAR, de acordo com o art. 60, I, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/94, o TENENTE CORONEL QOPM FERNANDO ALBERTO BILOIA DA SILVA, nomeado através do Ato do Procurador-Geral de Justiça n.º 164/2015, publicado no D.O.E. de 10/11/2015, do cargo de provimento em comissão de Assessor Militar II (Subchefe do Gabinete Militar), CPC-MP-GM II, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS- Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 109/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
EXONERAR, de acordo com o art. 60, I, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/94, o TENENTE CORONEL QOPM JOSE GALDINO RIBEIRO FILHO, nomeado através do Ato do Procurador-Geral de Justiça n.º 75/2013, publicado no D.O.E. de 30/07/2013, do cargo de provimento em comissão de Assessor Militar III, CPC-MP-GM III, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 110/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
EXONERAR, de acordo com o art. 60, I, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/94, o TENENTE CORONEL QOPM ADENILSO FERNANDES RODRIGUES JUNIOR, nomeado através do Ato do Procurador-Geral de Justiça n.º 137/2011, publicado no D.O.E. de 10/11/2011, do cargo de provimento em comissão de Assessor Militar III, CPC-MP-GM III, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 111/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
EXONERAR, de acordo com o art. 60, I, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/94, o MAJOR QOPM ORLANDINO SEBASTIAO BASTOS LIMA, nomeado através do Ato do Procurador-Geral de Justiça n.º 149/2016, publicado no D.O.E. de 21/09/2016, do cargo de provimento em comissão de Assessor Militar III, CPC-MP-GM III, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 112/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
EXONERAR, de acordo com o art. 60, I, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/94, o CAP QOPM RAIMUNDO REIS MACEDO, nomeado através do Ato do Procurador-Geral de Justiça n.º 140/2011, publicado no D.O.E. de 10/11/2011, do cargo de provimento em comissão de Assessor Militar III, CPC-MP-GM III, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 104/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Edital nº 19/2013, de 8/7/2013, publicado no D.O.E. de 9/7/2013, que homologou o resultado final dos cargos de nível superior do Concurso de Ingresso para cargos efetivos do Ministério Público do Estado do Pará,
R E S O L V E:
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso I, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994:
REGIÃO ADMINISTRATIVA BELÉM I – BELÉM
TÉCNICO ESPECIALIZADO – ARQUITETO CLASS OBS
DIELLY BIANCA SOUZA MOREIRA DA COSTA 4 -
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 18 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 103/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Edital nº 13/2013, datado de 29/4/2013, publicado do D.O.E. 2/5/2013, que homologou o resultado final dos cargos de nível médio do Concurso de Ingresso para cargos efetivos do Ministério Público do Estado do Pará,
R E S O L V E:
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso I, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994:
REGIÃO BAIXO AMAZONAS
AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO CLASSIFICAÇÃO OBSERVAÇÃO
DIOB HUDSON DA SILVA LIMA 49 -
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 18 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 170118

EXTRATO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 000627-125/2016-MP/1ªPJ/DCF/DH

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 1º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS, Dr.ª MARIA DAS GRAÇAS CORREA CUNHA, torna pública a instauração do INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 000627-125/2016-MP/1ª PJ/DCF/DH, a partir da Notícia de FATO Nº 000627-125/2016, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO Nº 07/2017

Data da Instauração: 15/02/2017
Objeto: Viabilizar uma educação de qualidade, com a garantia de um ambiente agradável e sadio para o uso dos alunos e professores da EEEFM Hilda Vieira.
Promotoria de Justiça: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS
Promotora de Justiça: Maria das Graças Corrêa Cunha.

Protocolo: 170315

EXTRATO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 000494-125/2016-MP/1ªPJ/DCF/DH

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 1º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS, Dr.ª MARIA DAS GRAÇAS CORREA CUNHA, torna pública a instauração do INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 000627-125/2016-MP/1ª PJ/DCF/DH, a partir da Notícia de FATO Nº 000494-125/2016, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO Nº 09/2017

Data da Instauração: 16/02/2017
Objeto: Garantir o acesso de toda a comunidade escolar a um serviço educacional que proporcione aos estudantes o seu pleno desenvolvimento, compelindo o Estado a proporcionar um ambiente agradável e sadio para o uso dos alunos e professores da E.E.E.F.M. Ruy Paranatinga Barata.
Promotoria de Justiça: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS
Promotora de Justiça: Maria das Graças Corrêa Cunha.

Protocolo: 170319

EXTRATO DE PORTARIA N° 002/2017/MP/2ªPJA

A 2ª Promotora de Justiça de Abaetetuba, torna pública a expedição da Portaria n° 002/2017/MP/2ªPJA, encaminhada ao seguinte órgão: a) Unidade técnica de Educação Especial de Abaetetuba - UTEE, e se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Abaetetuba, situada na Avenida São Paulo, nº 2072, bairro Aviação, Cep 68.440-000 – Pará – Fone/Fax: (91) 3751-1177.
1.Portaria: Instaurar o Procedimento Administrativo destinado a acompanhar o atendimento educacional especializado aos alunos público alvo da educação especial no Município de Abaetetuba;
Abaetetuba/PA, 17/03/2017
Frederico Augusto de Morais Freire – Promotor de Justiça

Protocolo: 170307

Considerando o equívoco registrado no sistema "comprasnet" da reabertura da sessão do Pregão Eletrônico nº 010/2017-MP/PA, o qual estava agendado para o dia 19/04/2017 e foi aberto no dia 18/04/2017, e considerando o direito legal das empresas de recorrerem do resultado da licitação, informo que será retomada a fase de Intenção de Recursos do referido certame, para fins de garantir os ditames legais da Lei.
TORNO SEM EFEITO a publicação do dia 20 de abril de 2017 (Protocolo nº 169122), a qual apresentou o Resultada da Licitação do Pregão Eletrônico nº 010/2017-MP/PA
Belém, 24 de abril de 2017.
Rubens Fernandes Rocha
Pregoeiro

Protocolo: 170343

EXTRATO DA PORTARIA N° 009/2017/MP/12ªPJMAB

A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000073-960/2017** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

PORTARIA N° 009/2017/MP/12ªPJMAB

Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – SR 27 e Programa "Terra Legal".

Assunto: Realizar acompanhamento dos procedimentos referentes às áreas rurais de Municípios integrantes da Região Agrária de Marabá que se encontram pendentes de andamento para fins de expedição de títulos no "Terra Legal" no Município de Belém/PA.

JANE CLEIDE SILVA SOUZA-Promotora de Justiça
Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 170256

EXTRATO DA PORTARIA N° 052/2016/MP/12ªPJMAB

A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000107-960/2016** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

Portaria n° 052/2016/MP/12ªPJMAB

Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá) e Município de Curionópolis/PA.

Assunto: Acompanhar a destinação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme determinação contida no art. 14, da Lei 11.947/09, pelo Município de Curionópolis/PA.

JANE CLEIDE SILVA SOUZA-Promotora de Justiça
Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 170324

EXTRATO DA PORTARIA N° 055/2016/MP/12ªPJMAB

A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000104-960/2016** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

PORTARIA N° 055/2016/MP/12ªPJMAB

Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá) e Município de Abel Figueiredo/PA.

Assunto: Acompanhar a destinação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme determinação contida no art. 14, da Lei 11.947/09, pelo Município de Abel Figueiredo/PA.

JANE CLEIDE SILVA SOUZA
Promotora de Justiça
Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 170316

EXTRATO DA PORTARIA N° 054/2016/MP/12ªPJMAB

A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000111-960/2016** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

PORTARIA N° 054/2016/MP/12ªPJMAB

Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá) e Município de São Geraldo do Araguaia/PA.

Assunto: Acompanhar a destinação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme determinação contida no art. 14, da Lei 11.947/09, pelo Município de São Geraldo do Araguaia/PA.

JANE CLEIDE SILVA SOUZA
Promotora de Justiça
Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 170336

RESUMO DA PORTARIA
Nº 002/2017-MP/4ªPJ/DCF/DH

A 4º PROMOTORA DE JUSTIÇA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DOS DIREITOS HUMANOS DE BELÉM, Dra. MARIA DA PENHA DE MATTOS BUCHACRA ARAÚJO, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 000091-111/2013, na Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos de Belém, sito a Rua Ângelo Custódio, nº 36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Inquérito Civil: nº 000091-111/2013

Instaurante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ em atuação conjunta com o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e art. 26, incisos I e VI da Lei nº 8.625/93 e, Lei Complementar nº 057/06, Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, artigo 54, inciso I.

Investigado: Companhia de Saneamento do Estado do Pará - COSANPA

Objeto da apuração: Apurar a existência de funcionários públicos admitidos sem a prévia realização de concurso público no âmbito do órgão investigado, com fundamento no art. 37, caput e incisos II, V e IX, da Constituição Federal.

Belém, 16 de fevereiro de 2017.

MARIA DA PENHA DE MATTOS BUCHACRA ARAÚJO
4º Promotora de Justiça dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos

Protocolo: 170340

EXTRATO DA PORTARIA N° 046/2016/MP/12ªPJMAB

A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000094-960/2016** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

PORTARIA N° 046/2016/MP/12ªPJMAB.

Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá); Moradores do Projeto de Assentamento Estrela do Norte e Concentradores de terras no Projeto de Assentamento Estrela do Norte.

Assunto: Acompanhar situação de compra e venda de lotes na área do Projeto de Assentamento Estrela do Norte, localizado na Zona Rural do Município de Marabá/PA.

JANE CLEIDE SILVA SOUZA
Promotora de Justiça
Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 170344

EXTRATO DA PORTARIA N° 058/2016/MP/12ªPJMAB

A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000096-960/2016** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

PORTARIA N° 058/2016/MP/12ªPJMAB

Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá) e Município de Brejo Grande do Araguaia/PA.

Assunto: Acompanhar a destinação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme determinação contida no art. 14, da Lei 11.947/09, pelo Município de Brejo Grande do Araguaia/PA.

JANE CLEIDE SILVA SOUZA
Promotora de Justiça
Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 170279

EXTRATO DA PORTARIA N° 056/2016/MP/12ªPJMAB

A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000098-960/2016** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

PORTARIA N° 056/2016/MP/12ªPJMAB

Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá) e Município de São Domingos do Araguaia/PA.

Assunto: Acompanhar a destinação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme determinação contida no art. 14, da Lei 11.947/09, pelo Município de São Domingos do Araguaia/PA.

JANE CLEIDE SILVA SOUZA
Promotora de Justiça
Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 170300

EXTRATO DA PORTARIA N° 059/2016/MP/12ªPJMAB

A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000099-960/2016** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

PORTARIA N° 059/2016/MP/12ªPJMAB

Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá) e Município de Jacundá/PA.

Assunto: Acompanhar a destinação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme determinação contida no art. 14, da Lei 11.947/09, pelo Município de Jacundá/PA.

JANE CLEIDE SILVA SOUZA
Promotora de Justiça
Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 170304

EXTRATO DA PORTARIA N° 057/2016/MP/12ªPJMAB

A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000097-960/2016** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

PORTARIA N° 057/2016/MP/12ªPJMAB

Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá) e Município de Rondon do Pará/PA.

Assunto: Acompanhar a destinação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme determinação contida no art. 14, da Lei 11.947/09, pelo Município de Rondon do Pará/PA.

JANE CLEIDE SILVA SOUZA
Promotora de Justiça
Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 170288

ATO Nº 117/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do expediente protocolizado neste Órgão Ministerial sob o nº 15513/2017, em 17/04/2017;

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, o MAJ QOPM AFONSO GEOMÁRCIO ALVES DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Militar III, Código CPC-MP-GM III, a contar de 12/04/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 115/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do expediente protocolizado neste Órgão Ministerial sob o nº

15723/2017, em 18/04/2017;
R E S O L V E:
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, o MAJ PM LUIZ ANDRÉ CONCEIÇÃO MAUÉS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Militar III, Código CPC-MP-GM III, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 114/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do expediente protocolizado neste Órgão Ministerial sob o nº 15722/2017, em 18/04/2017,
RESOLVE:
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, o TEN. CEL. PM MAURO DOS SANTOS ANDRADE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Militar II (Subchefe do Gabinete Militar), CPC-MP-GM II, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS-Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 113/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do expediente protocolizado neste Órgão Ministerial sob o nº 15522/2017, em 17/04/2017,
R E S O L V E:
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, o CEL. PM JOSE VICENTE BRAGA DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Militar I (Chefe do Gabinete Militar), CPC-MP-GM I, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 116/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do expediente protocolizado neste Órgão Ministerial sob o nº 15512/2017, em 17/04/2017;
R E S O L V E:
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, o MAJ QOPM JANDIR RIBEIRO LEÃO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Militar III, Código CPC-MP-GM III, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 107/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
EXONERAR, de acordo com o art. 60, I, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/94, o TENENTE CEL. QOPM PAULO ROBERTO VALE PEREIRA CARNEIRO FILHO, nomeado através do Ato do Procurador-Geral de Justiça n.º 120/2014, publicado no D.O.E. de 08/01/2015, do cargo de provimento em comissão de Assessor Militar I (Chefe do Gabinete Militar), CPC-MP-GM I, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 108/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
EXONERAR, de acordo com o art. 60, I, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/94, o TENENTE CORONEL QOPM FERNANDO ALBERTO BILOIA DA SILVA, nomeado através do Ato do Procurador-Geral de Justiça n.º 164/2015, publicado no D.O.E. de 10/11/2015, do cargo de provimento em comissão de Assessor Militar II (Subchefe do Gabinete Militar), CPC-MP-GM II, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 109/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
EXONERAR, de acordo com o art. 60, I, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/94, o TENENTE CORONEL QOPM JOSE GALDINO RIBEIRO FILHO, nomeado através do Ato do Procurador-Geral de Justiça n.º 75/2013, publicado no D.O.E. de 30/07/2013, do cargo de provimento em comissão de Assessor Militar III, CPC-MP-GM III, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 110/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
EXONERAR, de acordo com o art. 60, I, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/94, o TENENTE CORONEL QOPM ADENILSO FERNANDES RODRIGUES JUNIOR, nomeado através do Ato do Procurador-Geral de Justiça n.º 137/2011, publicado no D.O.E. de 10/11/2011, do cargo de provimento em comissão de Assessor Militar III, CPC-MP-GM III, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 111/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
EXONERAR, de acordo com o art. 60, I, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/94, o MAJOR QOPM ORLANDINO SEBASTIAO BASTOS LIMA, nomeado através do Ato do Procurador-Geral de Justiça n.º 149/2016, publicado no D.O.E. de 21/09/2016, do cargo de provimento em comissão de Assessor Militar III, CPC-MP-GM III, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS- Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 112/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
EXONERAR, de acordo com o art. 60, I, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/94, o CAP QOPM RAIMUNDO REIS MACEDO, nomeado através do Ato do Procurador-Geral de Justiça n.º 140/2011, publicado no D.O.E. de 10/11/2011, do cargo de provimento em comissão de Assessor Militar III, CPC-MP-GM III, a contar de 12/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 104/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Edital nº 19/2013, de 8/7/2013, publicado no D.O.E. de 9/7/2013, que homologou o resultado final dos cargos de nível superior do Concurso de Ingresso para cargos efetivos do Ministério Público do Estado do Pará,
R E S O L V E:
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso I, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994:
REGIÃO ADMINISTRATIVA BELÉM I – BELÉM

TÉCNICO ESPECIALIZADO – ARQUITETO	CLASS	OBS
DIELLY BIANCA SOUZA MOREIRA DA COSTA	4	-

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 18 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 103/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Edital nº 13/2013, datado de 29/4/2013, publicado do D.O.E. 2/5/2013, que homologou o resultado final dos cargos de nível médio do Concurso de Ingresso para cargos efetivos do Ministério Público do Estado do Pará,
R E S O L V E:
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso I, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994:
REGIÃO BAIXO AMAZONAS

AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
DIOB HUDSON DA SILVA LIMA	49	-

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 18 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 170118

PORTARIA N.° 59/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do art. 2º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 7.647/2012, de 16/7/2012, publicada no D.O.E. de 17/7/2012,
R E S O L V E:
DESIGNAR a servidora MARIANA CUNHA OLIVEIRA, ocupante do cargo de Analista Jurídico, para exercer a Função Gratificada de Assessoramento Jurídico MP.FG.2, a contar de 23/11/2016, até ulterior deliberação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de janeiro de 2017.
MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2.132/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos do Laudo Médico Pericial nº 5904/07, exarado pela Coordenadoria de Perícia Médica da Secretaria de Estado de Administração, constante nos autos do Protocolo nº 15810/2007, autuado sob o n.º 1086/2007-SGJ-TA, o qual concluiu pela readaptação funcional definitiva do servidor;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 56, da Lei nº 5.810/94, c/c art. 24 da Lei Federal n.º 8.112/1990, aplicável subsidiariamente à espécie;
CONSIDERANDO, ainda, os termos do Parecer n.º 076/07-ASS/JUR-PGJ, de 17/12/2007, o qual foi acatado *in totum*,
R E S O L V E:
READAPTAR o servidor ADILSON GOMES DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, MP-AOG-105-B-IV, no cargo de Motorista, MP-AOM-105-B-IV, nos termos do que fora estabelecido pelo Laudo Médico Pericial n º 5904/07, a contar de 11/04/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 170019

EXTRATO DA PORTARIA N° 050/2016/MP/12ªPJMAB

A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000095-960/2016** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

PORTARIA N° 050/2016/MP/12ªPJMAB

Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá) e Município de Marabá/PA.

Assunto: Acompanhar a destinação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme determinação contida no art. 14, da Lei 11.947/09, pelo Município de Marabá/PA.

JANE CLEIDE SILVA SOUZA

Promotora de Justiça

Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 170276

EXTRATO DA PORTARIA Nº 001/2017-MP/1ºPJ/STM

A Promotora de Justiça de Óbidos, com fundamento no Art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, VI da Resolução nº 23 – CNMP, de 17/09/2007, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório Preliminar nº 001/2017-MP/1ºPJ/STM, que se encontra à disposição na 1ª Promotoria de Justiça de Santarém, situada na Avenida Mendonça Furtado, nº 3991 - Liberdade, CEP: 68.040-148, Santarém/PA, Fone: (93) 3512 0400.

Portaria: 001/2017-MP/1ºPJ/STM

Reclamados: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará – SEGUP_PA e Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves" - CPCRC.

Assunto: Correção de ilegalidade e/ou melhoria da eficiência policial – Controle externo da atividade policial.

Silvana Nascimento Vaz de Souza – Promotora de Justiça

Protocolo: 170297

PORTARIA N.° 166/2017-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TECNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pelas Portarias nº 2227/2013-MP/PGJ, de 16 de abril de 2013 e 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. inciso I, do art. 5º, da Resolução nº 024/2012-CPJ, de 20 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado, de 24/9/2012;

CONSIDERANDO a Escala de Plantão para o mês abril de 2017, elaborada pela Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Cíveis, datada de 05 de abril de 2017, publicada no site do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO a Escala de Plantão para o mês abril de 2017, elaborada pela Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais, datada de 20 de abril de 2017, publicada no site do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO a necessidade de disponibilizar equipe de apoio aos senhores membros do *Parquet* escalados para o plantão institucional do segundo grau;

CONSIDERANDO o que dispõe a PORTARIA Nº 4204/2013-MP/PGJ, de 9/12/2013, publicada no Diário Oficial do Estado de 12/7/2013,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONVOCAR os servidores relacionados no Anexo Único desta Portaria para realizarem o plantão institucional junto aos Órgãos de Execução de Segundo Grau do Ministério Público do Estado do Pará, no período de 21 a 23/04/2017.

Art. 2º - O não atendimento injustificado da convocação para os plantões sujeitará o convocado à aplicação das penalidades previstas na Lei Estadual nº 5.810/94.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, 19 de abril de 2017.

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Subprocurador-Geral de Justiça

área técnico-administrativa.

ANEXO ÚNICO

ESCALA DE PLANTÃO DE SERVIDORES

PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEL e PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL

PERÍODO: 21, 22 e 23/04/2017

Em observância às Portarias nº 4204/2013-MP/PGJ, de 9/7/2013, Escalas de Plantão para o mês de abril de 2017 elaborada pela Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Cíveis, datada de 05 de abril de 2017 pela Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais, datada de 20 de abril de 2017, ambas publicada no site do Ministério Público do Estado do Pará.

DIA 21/04/2017

REPRESENTANTE DO QUADRO TÉCNICO-JURÍDICO

AMYNTOR GASTÃO PINTO VIRGOLINO BASTO (Assessor da Procuradoria Cível)

DIA 22/04/2017

REPRESENTANTE DO QUADRO TÉCNICO-JURÍDICO

ROBERTO BRUNNO CARNAÚBA DE BARROS (Assessor da Procuradoria Cível)

DIA 23/04/2017

REPRESENTANTE DO QUADRO TÉCNICO-JURÍDICO

ROBERTO BRUNNO CARNAÚBA DE BARROS (Assessor da Procuradoria Cível)

MIGUEL RIBEIRO BAIA

Subprocurador-Geral de Justiça

área técnico-administrativa.

Protocolo: 170151

EXTRATO DA PORTARIA N° 060/2016/MP/12ªPJMAB

A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000102-960/2016** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

Portaria n° 060/2016/MP/12ªPJMAB

Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá) e Município de Goianésia do Pará/PA.

Assunto: Acompanhar a destinação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme determinação contida no art. 14, da Lei 11.947/09, pelo Município de Goianésia do Pará/PA.

JANE CLEIDE SILVA SOUZA

Promotora de Justiça

Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 170309

EXTRATO DA PORTARIA N° 066/2016/MP/12ªPJMAB

A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000103-960/2016** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

PORTARIA N° 066/2016/MP/12ªPJMAB

Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá) e Município de Dom Eliseu/PA.

Assunto: Acompanhar a destinação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme determinação contida no art. 14, da Lei 11.947/09, pelo Município de Dom Eliseu/PA.

JANE CLEIDE SILVA SOUZA

Promotora de Justiça

Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 170313

EXTRATO DA PORTARIA N° 053/2016/MP/12ªPJMAB

A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000108-960/2016** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

PORTARIA N° 053/2016/MP/12ªPJMAB

Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá) e Município de Bom Jesus do Tocantins/PA.

Assunto: Acompanhar a destinação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme determinação contida no art. 14, da Lei 11.947/09, pelo Município de Bom Jesus do Tocantins/PA.

JANE CLEIDE SILVA SOUZA

Promotora de Justiça

Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 170329

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA N.º 002/2017-MP/3ª PJDIAT/PP/BELÉM-PA

A PROMOTORA DE JUSTIÇA DO 3º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS, E DE ACIDENTES DE TRABALHO DA CAPITAL, Dra. Elaine Carvalho Castelo Branco, torna pública a Portaria n.º 002/2017-MP/3ªPJDIAT/ BELÉM-PA, que instaurou Procedimento Administrativo n.º 00391-112/2015, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual, na Rua Ângelo Custódio, n.º 36, Anexo I, Bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém-PA.

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO N.º 002/2017

Data da Instauração: 21/03/2017

Objeto: acompanhar a política pública da SEMOB e do Município de Belém, no tocante à fiscalização de normas de acessibilidade nos transportes públicos da cidade de Belém, a fim de assegurar a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida ao serviço de transporte coletivo .Promotora de Justiça: Dra. Elaine Carvalho Castelo Branco

Protocolo: 170333

EXTRATO DA PORTARIA Nº 003/2017–2ºPJDC

O 2º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, com fundamento no artigo 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no artigo 12, inciso XI da RESOLUÇÃO Nº 010/2011–CPJ, de 30 de junho DE 2011, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório Nº 000002-200/2016-MP/2ªPJDC, que se encontra à disposição na 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, situada na Rodovia Br-316, Km 08, s/n, CEP 67030-000, Ananindeua/PA, Telefone: (91) 3239-4811.

PORTARIA Nº 003/2017–2ºPJDC

Requerido: Diego Peter Rosa Naziazeno

Assunto: Improbidade – Averiguar suposta violação a princípios administrativos, consistente no acumulo indevido de cargos públicos por parte do Requerido senhor DIEGO PETER ROSA NAZIAZENO.

QUINTINO FARIAS DA COSTA JÚNIOR – Promotor de Justiça

Protocolo: 170277

EXTRATO DA PORTARIA N° 051/2016/MP/12ªPJMAB

A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000106-960/2016** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

PORTARIA N° 051/2016/MP/12ªPJMAB

Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá) e Município de Parauapebas/PA.

Assunto: Acompanhar a destinação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme determinação contida no art. 14, da Lei 11.947/09, pelo Município de Parauapebas/PA.

JANE CLEIDE SILVA SOUZA

Promotora de Justiça

Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 170318

MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017
Objeto: Contratação de Empresa do ramo pertinente para o fornecimento de móveis escolares, para atender a demanda das Escolas deste Município, conforme descrição do TR do anexo I do Edital. Abertura: 09/05/2017, às 09:00 horas.
Afuá-PA, 19/04/2017
MÁRCIO ANTONIO FERREIRA NERY
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017
Objeto: Contratação de Empresa do ramo pertinente para o fornecimento de móveis de madeira, para atender a demanda das Secretarias e outros órgãos desta Prefeitura. conforme descrição do TR do anexo I do Edital. Abertura: 09/05/2017, às 16:00 horas.
Afuá-PA, 19/04/2017
MÁRCIO ANTONIO FERREIRA NERY
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017
Objeto: Contratação de Empresa do ramo pertinente para o fornecimento de materiais de cama, mesa e banho, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, FUNDEB, Fundo Municipal de Educação, Secretaria e Fundo Municipal de Assistência Social, conforme descrição do TR do anexo I do Edital. Abertura: 10/05/2017, às 09:00 horas.
Afuá-PA, 19/04/2017
MÁRCIO ANTONIO FERREIRA NERY
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017
Objeto: Contratação de Empresa do ramo pertinente para o fornecimento de materiais de higiene e limpeza, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, FUNDEB, Fundo Municipal de Educação, conforme descrição do TR do anexo I do Edital. Abertura: 10/05/2017, às 16:00 horas.
Afuá-PA, 19/04/2017
MÁRCIO ANTONIO FERREIRA NERY
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017
Objeto: Contratação de Empresa do ramo pertinente para o fornecimento de equipamentos e materiais permanentes, para atender a demanda das Secretarias, Fundos Municipais e outros órgãos desta Prefeitura, conforme descrição do TR do anexo I do Edital. Abertura: 11/05/2017, às 09:00 horas.
Afuá-PA, 19/04/2017
MÁRCIO ANTONIO FERREIRA NERY
Pregoeiro

Protocolo: 170345

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico SRP nº 009/2017
OBJETO: O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
SESSÃO PÚBLICA: 08/05/2017 às 09h, horário de Brasília.
Edital disponível: Endereço eletrônico: http://www.comprasnet.gov.br (UASG 455288) e TCM PA - www.tcm.pa.gov.br.
Informações e-mail: licitacaosantaizabel@outlook.com.
Pregão Eletrônico SRP nº 010/2017
OBJETO: O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE AVISOS E ATOS OFICIAIS.
SESSÃO PÚBLICA: 08/05/2017 às 15h, horário de Brasília.
Edital disponível: Endereço eletrônico: http://www.comprasnet.gov.br (UASG 455288) e TCM PA - www.tcm.pa.gov.br.
Informações e-mail: licitacaosantaizabel@outlook.com.
André Queiroz Rabelo
PREGOEIRO/PMSIP
Protocolo: 170364

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU
AVISOS DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL 035/2017-01. Abertura: 08/05/2017, ás 09:00horas, tipo menor preço por item; Objeto:Contratação empresa do ramo pertinente para fornecimento de manilhas de manilhas de concreto para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Abastecimento deste município,conforme anexo I. PREGÃO PRESENCIAL 036/2017-01. Abertura: 08/05/2017, ás 11:00horas, tipo menor preço por item; Objeto:Contratação empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de publicidade em carro de som e serviços de sonorização, destinados ao desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças deste município,conforme anexo I. PREGÃO PRESENCIAL 038/2017-01. Abertura: 09/05/2017, ás 09:00horas, tipo menor preço por item; Objeto:Contratação empresa do ramo pertinente para fornecimento de salgadinhos diversos e bolo pronto, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação,conforme anexo I. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Prefeitura Municipal de Anapu, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 98, Centro, Anapu no horário de 08h00min as 12h00min em dias úteis.
Protocolo: 170346

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA - PA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2017
Órgão Gerenciador: Fundo Municipal de Saúde.
Origem: Pregão nº 020/2017SRP/SEMUS
OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa prestadora de serviços de análise de exames citopatológicos e anatomopatológicos para atender o Laboratório Munic. São Francisco de Assis no ano de 2017.
VENCEDOR: A. O. GRACIANO - ME, CNPJ 22.919.016/0001-35
VALOR GLOBAL: R$ 106.400,00 (cento e seis mil quatrocentos reais).
VIGÊNCIA DA ATA 30/03/2017 a 30/03/2018.
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 025/2017, Pregão Presencial nº 020/2017/SRP/FMS.
CONTRATO Nº: 056/2017
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,
CNPJ: 12.835.008/0001-57.
CONTRATADA: A. O. GRACIANO - ME, CNPJ 22.919.016/0001-35
OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa prestadora de serviços de análise de exames citopatológicos e anatomopatológicos para atender o Laboratório Munic. São Francisco de Assis no ano de 2017.
VALOR: R$ 106.400,00 (cento e seis mil quatrocentos reais).
VIGÊNCIA: 31/03/2017 à 31/12/2017.
Divailton Moreira de Souza
Pregoeiro
Protocolo: 170365

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO XINGU

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU - PA
Aviso de Licitação
PREGÃO PRESENCIAL 063/2017
Registro de preços para futuras aquisições de material de construção elétricos, hidráulicos, pinturas ferramentas e material de proteção e segurança para atender a necessidades das secretarias: SEMAPLAN, SEMAGRI, SEMEL, SEMCULT, SEMTUR, SEMOB, Abertura: 09/05/2017 às 08h30m.
EDITAL: Departamento de Licitações na sede da Prefeitura no Endereço: Avenida 22 de março nº. 915 - Centro no horário das 08h00m às 12h00m. e-mails semaplanlicitacao@sfxingu.pa.gov.br e licitação.pmsfx@hotmail.com
Minervina Maria de Barros Silva
Prefeitura Municipal de São Felix do Xingu
Protocolo: 170367

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS - PA
AVISO DE ADIAMENTO
O Município de Bom Jesus do Tocantins - PA, através de seu Pregoeiro comunica aos interessados, que se fará realizar o adiamento dos seguintes pregões por adequações em seus termos de referencias:
Pregão Presencial (SRP) N° 9/2017-016, tipo menor preço por item, tendo como objeto o Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada em serviço de lavagem e lubrificação em veículos leves, médios/utilitários, pesados e máquinas da frota própria do município, locados ou cedidos à municipalidade, mediante fornecimento de mão de obra especializada, ferramentas e todos os equipamentos necessários para execução dos serviços, se fará realizar no dia 05/05/2017 às 08:30h (horário Local).
Pregão Presencial (SRP) N° 9/2017-021, tipo menor preço por item, tendo como objeto o Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada em serviço de manutenção corretiva, consertos e revisões em motocicletas da frota própria do município, locados ou cedidos à municipalidade, se fará realizar no dia 05/05/2017 às 14:00h (horário Local).
Pregão Presencial (SRP) N° 9/2017-024, tipo menor preço por item, tendo como objeto o Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada em serviços recarga de tonner, com o fim de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins, se fará realizar no dia 08/05/2017 às 08:30h (horário Local). Bom Jesus do Tocantins-PA, 24 de abril de 2017. Athos Celio O.Souza-Pregoeiro
Protocolo: 170347

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017 PMC - PP - SRP. Através do presente termo, fica ADJUDICADO o objeto licitado no Pregão Presencial nº 012/2017 em favor da empresa M. R. Menezes dos Santos -Me, inscrita no CNPJ 27.391.134/0001-37, pela proposta com valor estimado de R$ 145.730,20 (cento e quarenta e cinco mil, setecentos e trinta reais e vinte centavos).
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017 PMC - PP - SRP. Através do presente termo, fica HOMOLOGADO o objeto licitado no Pregão Presencial nº 012/2017 Em Favor da Empresa M. R. Menezes dos Santos - Me, inscrita no CNPJ nº 27.391.134/0001-37, pela proposta com valor estimado de R$ 145.730,20 (cento e quarenta e cinco mil, setecentos e trinta reais e vinte centavos). Conforme mapa comparativo anexado aos altos. Homologo a licitação na forma da Lei nº 8666/93. Francisco Ferreira Freitas Neto - Prefeito Municipal.
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS. REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2017. Pregão Presencial nº 012/2017 PMC-PP-SRP. Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial nº 2017/012; Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de Transporte Escolar, para atender os alunos da Rede Pública de Ensino do Município de Capanema, celebrada entre o Município de Capanema e a Empresa M. R. Menezes dos Santos - Me inscrita no CNPJ 27.391.134/0001-37; Vigência de 12 (doze) meses contados a partir de 25/04/2017; Data da assinatura: 25/04/2017. Preços registrados: Item - 01; Valor Unitário - 5,38; Item -02; Valor Unitário - 5,38; Item - 03; Valor Unitário - 5,38; Item - 04; Valor Unitário - 5,38; Item - 05; Valor Unitário - 5,38; Item - 06; Valor Unitário - 5,38; Item - 07; Valor Unitário - 5,38; Item - 08; Valor Unitário - 5,38; Item - 09; Valor Unitário - 5,38; Item - 10; Valor Unitário - 5,38; Item - 11; Valor Unitário - 5,38; Item - 12; Valor Unitário - 5,38; Item - 13; Valor Unitário - 5,38; Item - 14; Valor Unitário - 5,38; Item -15; Valor Unitário - 5,38; Item - 16; Valor Unitário - 5,38; Item -17; Valor Unitário - 5,38; Item - 18; Valor Unitário - 5,38; Item - 19; Valor Unitário - 5,38;

Item - 20; Valor Unitário - 5,38; Item - 21; Valor Unitário - 5,38; Item - 22; Valor Unitário - 5,38; Item - 23; Valor Unitário - 5,38; Item - 24; Valor Unitário - 5,38; Item - 25; Valor Unitário - 5,38; Item - 26; Valor Unitário - 5,38; Item - 27; Valor Unitário - 5,38; Item - 28; Valor Unitário - 5,38; Item - 29; Valor Unitário - 5,38; Item -30; Valor Unitário - 5,38; Item - Item - 31; Valor Unitário - 8,60; Item - 32; Valor Unitário - 8,60; Item - 33; Valor Unitário - 8,60; Item - 34; Valor Unitário - 8,60.

Protocolo: 170348

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ-PA
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2017-PMT

O MUNICÍPIO DE TUCURUÍ-PA TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS que realizará Processo Administrativo nº 20170424-PMT, Chamamento da Pública nº 001/2017-PMT. OBJETO: relacionar interessados em participar da formação de Subcomissão Técnica que atuará no processo licitatório para seleção de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços de comunicação social à Administração Direta e Indireta do Município de Tucuruí-PA. A documentação para cadastro dos interessados deverá ser entregue até às 12:00h do dia 03/05/17, no Departamento de Licitações, localizado à Rua Raimundo Ribeiro de Souza, nº 01, Bairro Centro - Tucuruí-PA. O sorteio dos membros realizar-se-á às 15:00h do dia 15/05/17, neste mesmo endereço. Demais informações por escrito através do e-mail: cpl-pmt-tucurui@hotmail.com. Tucuruí-Pa, 24/04/2017- Wheberton Aluizio Bonfim Araújo, Presidente CPL.

Protocolo: 170368

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇA

AVISO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO Nº 004/2017

O Município de Curuçá torna público aos interessados a SUSPENSÃO da realização do Pregão 004/2017, cujo objeto é a Aquisição de Material de Higiene e Limpeza, a Fim de Suprir as Necessidades da Prefeitura Municipal de Curuçá, Secretarias e Fundos. Portanto, fica revogado o aviso de licitação publicado no dia 11/04/2017, cancelando-se a sessão pública marcada para o dia 25/04/2017, por motivo de análise e readequação do Termo de Referência para possível alteração dos itens. A nova sessão pública será informada através dos mesmos veículos de divulgação. Curuçá/PA, 24/04/2017

Informações: (91) 3722-1103/ pregaocuruca2017@hotmail.com

Vinícius M. da Silva
Pregoeiro

Protocolo: 170349

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARRAFÃO DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARRAFÃO DO NORTE

AVISO DE REVOGAÇÃO. A Prefeitura Municipal de Garrafão do Norte, através da PREGOEIRA de Portaria 003/2017 torna sem efeito o PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017 - PMGN. Objeto: Aquisição de Medicamento, Material Técnico Laboratorial e Material Odontológicos, para atender as Necessidades da Secretária Municipal de Saúde, tendo em vista a necessidade de serem feitas modificações no termo de referência do respectivo edital, passando a vigorar nova publicação a ser realizada pelos mesmos meios. Maria Edilma Alves de Lima - Prefeita Municipal.

Protocolo: 170350

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ

RETIFICAÇÃO. Na publicação da Dispensa Processo nº 7/2017-045/PMGP. ONDE SE LÊ: Contratada2017045-DL: Atitude Empreendimentos e Serviços Eireli - Me - CNPJ: 18.486.556/0001-03. Valor: R$ 1.095.160,00 (um milhão noventa e cinco mil cento e sessenta reais). LÊ-SE: valor Contrato 2017045-DL R$ 912.243,20 (novecentos e doze mil, duzentos e quarenta e três reais e vinte centavos) e 2017046-DL R$ 182.916,80 (cento e oitenta e dois mil novecentos e dezesseis reais e oitenta centavos).

Na publicação do Termo Aditivo a Contrato da Dispensa Processo nº 7/2017-045/PMGP. Extrato de Termo de Aditivo. Espécie: 1º Termo de Aditivo ao Contrato nº 2017/0045/PMGP -DL. Processo Licitatório nº 7/2017-045/PMGP-DL. Dispensa nº 045/2017/PMGP/SEMECD. Objeto do contrato original: contratação de empresa especializada no serviço de transporte escolar, com alocação de veículos com condutor, tipo ônibus, micro-ônibus, vans e similares destinados ao transporte de alunos das Unidades de Ensino da Rede Municipal e Estadual de Educação, zona urbana e rural, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais durante o ano letivo de 2017. Objeto do Aditivo: Prorrogar prazo do contrato original até 13/06/2017. Contratada: Atitude Empreendimentos e Serviços Eireli - ME - CNPJ: 18.486.556/0001-03. Assinatura: 13/04/2017. José Ribamar Ferreira Lima - Prefeito Municipal

Na publicação do Extrato de Dispensa de Licitação Processo nº 7/2017-009/PMGP. ONDE SE LÊ: M F Vieira Autocenter Eireli - CNPJ: 15.022.249/0001-75. Valor: R$ 8.307,66 (oito mil trezentos e sete reais e sessenta e seis centavos). Vigência: 15/02/2017 a 15/04/2017. Contratante: Fundo Municipal de Saúde Contrato 2017017-DL: contratada: M F Vieira Autocenter Eireli - CNPJ: 15.022.249/0001-75. Valor: R$ 17.118,81 (dezessete mil cento e dezoito reais e oitenta e um centavos). Vigência: 15/02/2017 a 15/04/2017. Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social Contrato 2017018-DL: contratada: M F Vieira Autocenter Eireli - CNPJ: 15.022.249/0001-75. Valor: R$ 7.521,01. LÊ-SE: Contratante: Prefeitura Municipal de Goianésia. Contratada: Maximiano & Oliveira - CNPJ: 22.101.048/0001-29 - Contrato nº 20170016-DL. Valor: R$ 8.277,75 - Vigência: 15/02/2017 a 16/05/2017 - Contratante: Fundo Municipal de Saúde - Contratada: Maximiano & Oliveira - CNPJ: 22.101.048/0001-29. Contrato nº 20170017-DL - Valor: R$ 16.982,20 - Vigência: 15/02/2017 a 16/05/2017 - Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social contratada: Maximiano & Oliveira - CNPJ: 22.101.048/0001-29. Contrato 2017018-DL: Valor: R$ 7.395,80 - Vigência: 15/02/2017 a 16/05/2017 - José Ribamar Ferreira Lima Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA. PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2017/PMGP. A Comissão Permanente de Licitações de Goianésia do Pará torna público que a licitação realizada no dia 18/04/2017 às 10:00h, na modalidade de Pregão Presencial (SRP) nº 002/2017/PMGP. Objeto: eventual e futura Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso a internet em banda larga, para atender a necessidade da Prefeitura, Secretarias e demais setores públicos, foi considerada FRACASSADA, tendo em vista a Inabilitação de todas as licitantes. Alexandre Santos do Couto - Pregoeiro.

Protocolo: 170351

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2017-100501. Tipo menor preço global, para Contratação de empresa especializada em serviços de Construção da infraestrutura para a implantação do sistema de repetição do sinal de celular, com fornecimento de equipamentos, materiais e acessórios, visando atender às demandas de comunidades da zona rural do município de Ipixuna do Pará, conforme especificações do Edital. A abertura será realizada no dia 10/05/2017 às 09:00 h, na sala de reuniões da CPL, sito à Trav. Cristóvão Colombo s/nº. O edital estará disponível no endereço acima citado, de segunda a sexta de 08 às 12h. Erinelzo Almeida Oliveira - Presidente da CPL.

Protocolo: 170352

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA, Através de seu Pregoeiro, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial conforme abaixo:

Pregão Presencial nº 002/2017-PMI, do tipo menor preço por item, para contratação de empresa especializada em fornecimento de Materiais de Informática e Permanente para atender a Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social. Abertura: 08/05/2017 as 9:00h00min.

Pregão Presencial nº 003/2017-PMI, do tipo menor preço por item, para contratação de empresa especializada em fornecimento de Materiais de Higiene, Limpeza e Descartáveis para atender a Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social. Abertura: 08/05/2017 as 1500h00min.

Pregão Presencial nº 004/2017-PMI, do tipo menor preço por item, para contratação de empresa especializada em fornecimento de Materiais de Higiene, Limpeza e Descartáveis para atender a Secretaria Municipal de Educação. Abertura: 09/05/2017 as 9:00h00min.

Pregão Presencial nº 005/2017-PMI, do tipo menor preço por item, para contratação de empresa especializada em fornecimento de Materiais de Expediente e Didáticos para atender a Secretaria Municipal de Educação. Abertura: 10/05/2017 as 9:00h00min.

Pregão Presencial nº 006/2017-PMI, do tipo menor preço por item, para contratação de empresa especializada em fornecimento de Materiais de Higiene, Limpeza e Descartáveis para atender a Secretaria Municipal de Administração. Abertura: 11/05/2017 as 9:00h00min.

Pregão Presencial nº 007/2017-PMI, do tipo menor preço por item, para contratação de empresa especializada em fornecimento de Materiais de Expediente para atender a Secretaria Municipal de Administração. Abertura: 12/05/2017 as 9:00h00min.

Pregão Presencial nº 008/2017-PMI, do tipo menor preço por item, para contratação de empresa especializada em fornecimento de Materiais de Expediente e Didáticos para atender a Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social. Abertura: 15/05/2017 as 9:00h00min.

Local: Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Irituia, sito à Av. Júlio Ribeiro Tavares, 21, Centro, Irituia-Pa, Fone: (91)-991601909, (91) 987436999, e-mail: cpl.pmirituia@hotmail.com Site: www.irituia.pa.gov.br, Horário p/retirada edital é de 08:00 as 12:00h no Setor de Licitação localizado na Prefeitura Municipal de Irituia. Elcias Cordeiro da Silva - Pregoeiro da Prefeitura de Irituia. Irituia-Pa, 24 de abril de 2017.

Protocolo: 170353

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação do Município de ITAITUBA em cumprimento à ratificação procedida pelo (a) S.r. (a) VALMIR CLIMACO DE AGUIAR, PREFEITO, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir: Objeto: Recuperação emergencial de 31,00 km de estrada VICINAL UNIÃO, trecho: Vicinal União, lado esquerdo da estrada de Barreiras para atender a demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Contratado: WT ENGENHARIA & CONSULTORIA LTDA - ME no valor total de R$ 308.302,68 (Trezentos e Oito Mil e Trezentos e Dois Reais e Sessenta e Oito Centavos). Fundamento Legal: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto nº 0120/2017 de 25 de fevereiro de 2017, situação de emergência nas áreas do município afetadas por Chuvas Intensas.

CLAUDIA MARILIA ASSIS ALVES -Comissão de Licitação-Presidente

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação do Município de ITAITUBA em cumprimento à ratificação procedida pelo (a) S.r. (a) VALMIR CLIMACO DE AGUIAR, PREFEITO, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir: Objeto: Recuperação emergencial de 35,00 km de ESTRADA DO PIMENTAL, trecho: Ponte no Km 12,00 da referida estrada à Ponte do Km 47 na divisa com Trairão para atender a demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Contratado: WT ENGENHARIA & CONSULTORIA LTDA - ME. no valor total de R$ 392.356,11 (Trezentos e Noventa e Dois Mil e Trezentos e Cinquenta e Seis

Reais e Onze Centavos). Fundamento Legal: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto nº 0120/2017 de 25 de fevereiro de 2017, situação de emergência nas áreas do município afetadas por Chuvas Intensas.
CLAUDIA MARILIA ASSIS ALVES -Comissão de Licitação-Presidente

Protocolo: 170354

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUTI

PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUTI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20171004001

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
ABERTURA: 05/05/2017 às 09:00mim
INFORMAÇÕES: licitacaojuruti2017@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUTI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20171004002
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA E SUAS SECRETARIAS.
ABERTURA: 05/05/2017 às 09:00mim
INFORMAÇÕES: licitacaojuruti2017@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUTI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20171201001
OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA E SUAS SECRETARIAS.
ABERTURA: 08/05/2017 às 09:00mim
INFORMAÇÕES: licitacaojuruti2017@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUTI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20171301001
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA E SUAS SECRETARIAS.
ABERTURA: 10/05/2017 às 09:00mim
INFORMAÇÕES: licitacaojuruti2017@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUTI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20171901001
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
ABERTURA: 08/05/2017 às 09:00mim
INFORMAÇÕES: licitacaojuruti2017@gmail.com
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUTI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20171901002
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
ABERTURA: 11/05/2017 às 09:00mim
INFORMAÇÕES: licitacaojuruti2017@gmail.com

Protocolo: 170355

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2016-CPL/PMM, Processo n° 7.114/2016/PMM, Tipo Menor Preço por Grupo. Data do certame: 11/05/2017. Horário: 09:00 (horário local). Objeto: registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios que compõem uma cesta básica, para serem utilizadas por famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, projetos e programas da SEASP para atendimento programa de benefícios eventuais e emergenciais desta secretaria de assistência social no município de Marabá. Íntegra do Edital: Sala da CPL/PMM - Prédio da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, Rod. BR 230 (antiga Rod. Transamazônica) - Km 5,5 - Bairro Nova Marabá, Marabá, Pará. Horário: 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min ou pelo e-mail: licitacao@maraba.pa.gov.br. Mauricio Carvalho Castelo Branco - Pregoeiro.

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2017-CPL/PMM. Processo n° 43.056/2017//PMM, Tipo Menor Preço. Data do certame: Fica prorrogado para o dia 09/05/2017. Horário: 09:00 (horário de Brasília). Integra do Edital retificado: Sala da CPL/PMM - Prédio da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, Rod. BR 230 - Km 5,5 - Nova Marabá, Marabá, Pará. Horário: 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min ou pelo e-mail: licitacao@maraba.pa.gov.br. Fone (94) 3322-2243 - Ramal 28. Fledinaldo Oliveira Lima - Pregoeiro.

Protocolo: 170356

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANÃ

RETIFICAÇÃO. Na publicação circulado no DOE/PA pág. 76 do dia 19/04/2017. ONDE SE LÊ: no Pregão Presencial 5/2017-SRP: Aquisição de Gêneros alimentícios para atender o Programa da Alimentação Escolar - PNE, através da Secretaria municipal de Educação. LÊ-SE: Aquisição de Combustível e lubrificante, para atender as necessidades da Prefeitura e Fundos deste Município. AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL N 006/2017 PMM - PP - SRP Objeto: Contratação futura de empresa para aquisição de gases medicinais, através da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Maracanã. Abertura: 11/05/2017, às 10:00 min. Raimunda da Costa Araújo - Prefeita Municipal.

Protocolo: 170357

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA

MUNICIPIO DE MARITUBA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº 5/20172004-01- PMM-PP-SEMAD cujo objeto é a Prestação de serviços Técnicos Profissionais Especializados de Consultoria e Assessoria técnico-científica para realizar planilha para preenchimento do quadro efetivo de servidores municipais de Marituba-PA. Elementos para o levantamento dos dados para a elaboração do projeto de lei de elevação e criação de cargos do quadro permanente de pessoal, estrutura administrativa de provimentos efetivo demonstrativos cargos, atribuições, escolaridade, remuneração, quantitativos, carga horária e projeção de impacto orçamentário atual e futuro sobre despesa com pessoal. Abertura: 08/05/2017 as 10h00min. Retirada do Edital: Prefeitura Munic. de Marituba - na Coordenação de Licitações e Contratos-Rodovia BR 316 km 13 s/n Bairro Centro, das 08h:00min as 14h:00min de segunda a sexta-feira, Valor do Edital R$ 92,35+7,65 de taxas de serviços Total R$ 100,00. E gratuitamente no Portal dos Jurisdicionados (www.tcm.pa.gov.br) e no site (www.marituba.pa.gov.br/site/). Laurieth Barros Lemos - Secretária Munic. de Administração - Interina.

Protocolo: 170358

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUANÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratificação

A Prefeitura Municipal de Muaná/PA torna pública a ratificação do resultado da Dispensa de Licitação nº 001/2017, em favor da Associação Comunitária dos Produtores Rurais São João, CNPJ nº 05.411.495/0001-65, com o Valor Global R$316.727,50. E Associação de agricultores extrativistas, aquicultores e pescadores artesanais do Município de Bagre - Mãe Grande, CNPJ: 13.592.335/0001-98, valor global: 285.983,50. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios de empreendedores da agricultura familiar, destinados aos alunos das escolas da rede de ensino público, para o exercício de 2017.

Sergio Murilo dos Santos Guimarães
Prefeito Municipal

Protocolo: 170359

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IPIXUNA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IPIXUNA-PA
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. Modalidade: PREGÃO nº 9/2017-008PMNI. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E REDES DE ACESSO PARA ATENDER ÀS DIVERSAS UNIDADES ADMINISTRATIVSA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IPIXUNA. Vencedor: VALDEVY BATISTA PAULO 56404107287, com o valor total de R$ 29.400,00 (Vinte e Nove Mil Quatrocentos Reais).. Conforme mapa comparativo anexado aos autos. Homologo a Licitação na forma da Lei nº 8.666/93 - MARIA DA GRAÇA MEDEIROS MATOS. 07 de Abril de 2017.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. Modalidade: PREGÃO nº 9/2017-010PMNI. Objeto: SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GASES MEDICINAIS PARA ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE NOVA IPIXUNA - PA.. Vencedor: J CARDOSO FILHO COMÉRCIO E SERVIÇOS-ME, com o valor total de R$ 30.700,00 (Trinta Mil Setecentos Reais). Conforme mapa comparativo anexado aos autos. Homologo a Licitação na forma da Lei nº 8.666/93 - FRANCISCO SARAIVA PEREIRA. 10 de Abril de 2017.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. Modalidade: PREGÃO nº 9/2017-011PMNI. Objeto: SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DIÁRIO DE REFEIÇÕES PARA SERVIDORES E PROFISSIONAIS QUE PRESTAM OU VENHA PRESTAR SERVIÇOS PARA AS DIVERSAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DESTE MUNICIPIO. Vencedores: TRICYA RAYANE MOREEIRA SILVA 01620414201, com o valor total de R$ 37.104,20(Trinta e Sete Mil, Cento e Quatro Reais e Vinte Centavos), SILCA PAMELA RODRIGUES NASCIMENTO 80087809249, com o valor total de R$ 63.811,00 (Sessenta e Três Mil Oitocentos e Onze Reais). Conforme mapa comparativo anexado aos autos. Homologo a Licitação na forma da Lei nº 8.666/93 - MARIA DA GRAÇA MEDEIROS MATOS. 10 de Abril de 2017.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. Modalidade: PREGÃO nº 9/2017-013PMNI. Objeto: SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR ,PROTETORES, MATERIAIS DE BORRACHARIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CAMBAGEM PARA MANUTENÇÃO DE TODOS OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL. Vencedor: DE PNEUS COMÉRCIO LTDA, com o valor total de R$ 1.940.242,00 (Um Milhão, Novecentos e Quarenta Mil, Duzentos e Quarenta e Dois Reais). Conforme mapa comparativo anexado aos autos. Homologo a Licitação na forma da Lei nº 8.666/93 - MARIA DA GRAÇA MEDEIROS MATOS. 19 de
Abril de 2017.

NOVA IPIXUNA - PA, 24 de Abril de 2017.
JHONATAN ALBUQUERQUE DE SÁ
Presidente

Protocolo: 170360

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº:20170134

ORIGEM: PREGÃO Nº 9/2016-003SEMAD
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTRATADO: EAOF EMPREENDIMENTOS EIRELI-EPP
OBJETO: Contratação dos serviços de confecção de estantes metálicas, visando atender as necessidades do Arquivo Inativo pertencente ao Setor de almoxarifado da Semad e do Arquivo Ativo do Departamento de pessoal, no município de Parauapebas, estado do Pará
VALOR TOTAL: R$ 18.540,00 (dezoito mil, quinhentos e quarenta reais)
VIGÊNCIA: 11 de Abril de 2017 a 10 de Junho de 2017
DATA DA ASSINATURA.: 11 de Abril de 2017

Protocolo: 170292

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

REVOGAÇÃO DA CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 3/2016-001SEMED
O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados, que a PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS através da Secretaria Municipal De Obras REVOGOU todo o processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 3/2016-001SEMED, cujo objeto é Execução dos serviços de construção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dorothy Stang, no bairro Cidade Jardim, no Município de Parauapebas, estado do Pará.
Parauapebas, PA, 20 de Abril de 2017
Léo Magno Moraes Cordeiro
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

Protocolo: 170283

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 20170135
ORIGEM: CARONA Nº A/2017-003SEMSI
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTRATADO: E.C.DE SOUSA - LOCAÇÃO E EVENTO EIRELI EPP
OBJETO: Adesão a Ata de registro de Preços nº 20160495, oriundo do Pregão Presencial nº 9/2016-002SEMMU, que tem como objeto Registro de Preços para contratação de empresa para aquisições de refrigerantes, salgados assados, agua mineral, sanduiche natural, marmitex, arranjos de grande porte, arranjos de mesa com flores naturais, fogos de artifícios e broches personalizados, arranjos de flores naturais e artificiais, arranjos de mesa com flores naturais arranjos de mesa, arranjos de mesa com flores artificiais, arranjos de grande porte com flores artificiais para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa do Cidadão, no Município de Parauapebas, no Estado do Pará
VALOR TOTAL.: R$ 54.550,00 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta reais)
VIGÊNCIA: 11 de Abril de 2017 a 10 de Abril de 2018
DATA DA ASSINATURA: DAT 11 de Abril de 2017

Protocolo: 170295

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU D'ARCO

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL/SRP 023/2017

O Município do Pau D'arco através Setor de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU D'ARCO por intermédio do Setor de licitação, torna público que às 09:00 horas do dia 09 de Maio de 2017, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL/SRP, Menor Preço por Item REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE COM O OBJETIVO DE SUBSTITUIR OS MATERIAIS SUCATEADOS, GARANTINDO CONDIÇÕES DE TRABALHO, CONFORTO E SEGURANÇA AOS SERVIDORES NO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES NO MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO - PA, Estado do Pará, conforme discriminação do Anexo I, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala de Sessão do Setor de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU D'ARCO.
PREGÃO PRESENCIAL/SRP 024/2017
O Município do Pau D'arco através Setor de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU D'ARCO por intermédio do Setor de licitação, torna público que às 09:00 horas do dia 10 de Maio de 2017, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL/SRP, Menor Preço por Item CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE RECOLHIMENTO TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESIDUOS DE SÁUDE (LIXO HOSPITALAR) NO MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO CONFORME TERMO DE REFERENCIA., Estado do Pará, conforme discriminação do Anexo I, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala de Sessão do Setor de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU D'ARCO.
Os procedimentos licitatórios obedeceram ao disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e as demais alterações posteriores que lhe foram introduzidas.
Os Editais e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na AV.: BOA SORTE, S/N CENTRO - Pau D'arco, a partir da publicação deste Aviso, no horário de 08:30 às 11:30h.
PAU DARCO - PA, 24 de Abril de 2017.
JOÃO GUTENBERGUE DE SOUZA
Pregoeiro

Protocolo: 170362

AVISO DE LICITAÇÃO - 1ª REPETIÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL/SRP 018/2017

O Município do Pau D'arco através Setor de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU D'ARCO por intermédio do Setor de licitação, torna público que às 09:00 horas do dia 08 de Maio de 2017, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL/SRP, tipo menor preço/maior desconto percentual por item, para Registro de Preço visando futura contratação de empresa especializada em prestação de serviço de natureza continuada por intermédio de operadora ou agência de viagens para fornecimento de passagem aérea e terrestre com destinos nacionais e operacionalização de reservas, emissão, marcação e remarcação e cancelamento de passagens de interesse da Prefeitura Municipal de PAU D'ARCO, Estado do Pará, conforme discriminação do Anexo I, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala de Sessão do Setor de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU D'ARCO.
O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e as demais alterações posteriores que lhe foram introduzidas.
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na AV.: BOA SORTE, S/N CENTRO - Pau D'arco, a partir da publicação deste Aviso, no horário de 08:30 às 11:30h.
PAU DARCO - PA, 24 de Abril de 2017.
JOÃO GUTENBERGUE DE SOUZA
Pregoeiro

Protocolo: 170361

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS

Publica o PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2017-00023 abertura 09/05/2017, às 09hs, local sede do Poder Executivo, localizada na Rua Olavo Bilac s/nº, Centro. Objeto: Aquisição de material de construção, pintura, hidráulico, elétrico e ferramentas e equipamentos e material permanente para atender as necessidades da Secretaria de Viação e Obras, Fundo Municipal de assistência Social, Fundo Municipal de Educação, FUNDEB, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Meio Ambiente.
Publica o PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2017-00024 abertura 10/05/2017, às 9hs, local sede do Poder Executivo, localizada na Rua Olavo Bilac s/nº, Centro. Objeto: aquisição de material de informática prestação de serviços para recargas de toner e cartuchos, para manutenção da secretaria de Administração, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselho Tutelar e os Programas CREAS, Bolsa Família, CRAS, IGD, Projovem e Fundo da Criança e Adolescente.
Publica o PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2017-00025 abertura 11/05/2017, às 9hs, local sede do Poder Executivo, localizada na Rua Olavo Bilac s/nº, Centro. Objeto: fornecimento de Peças de Veículos e Maquinários leves, médios e pesados destinados à Manutenção da Frota da Prefeitura Municipal de Placas e Fundos de: Saúde, Meio Ambiente, Educação, Secretaria de Infraestrutura. Placas/PA 24/04/2017. Marcelo Ferreira dos Santos - Pregoeiro

Protocolo: 170363

EMPRESARIAL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 004/2017
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PERMANENTE E DE ESCRITÓRIO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO - PA. - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. DATA DA ABERTURA: 08 DE MAIO DE 2017 AS 08h00min. NO PREDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO.
Pregoeira
Jaqueline Wachekowski

Protocolo: 170371

A Empresa Brazil Tower - Cessão de Infra-Estrutura-LTDA, Torna público que recebeu da Secretária Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) de Jacareacanga/PA, a Licença Ambiental (LP de nº002/2016) com validade em 13/07/2017 para o beneficiamento da ERB - Estação Rádio Base(PAJAC01), localizada na Travessa dos Produtores Rurais, s/nº - Quadra 160, Lote 13, Bairro: Bela Vista, em Jacareacanga/PA.
A Empresa Brazil Tower - Cessão de Infra-Estrutura-LTDA, Torna público que recebeu da Secretária Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) de Jacareacanga/PA, a Licença Ambiental (LI de nº003/2016) com validade em 13/07/2017 para o beneficiamento da ERB - Estação Rádio Base(PAJAC01), localizada na Travessa dos Produtores Rurais, s/nº - Quadra 160, Lote 13, Bairro: Bela Vista, em Jacareacanga/PA.

Protocolo: 170375

A empresa Distribuidora Belém de Alimentos Ltda, Insc. Est. 15.280.322-0 informa que no dia 10/04/2017 registrou o B.O. nº 00029/2017.102303-2, pelo extravio do lacre de uma impressora fiscal de marca Bematech MP4000 TH FI nº de serie BE091110100011231536, quebra do lacre de uma impressora fiscal serie nº BE091110100011232967 e desaparecimento de duas impressoras fiscais marca Bematech MP 4000 TH TI série nº BE091110100011232960 e BE091110100011232940.

Protocolo: 170379

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARÁ
NOTIFICAÇÃO

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e sob os auspícios do art. 63, IV do Código de Processo Ético-Profissional, NOTIFICA a Dr. ROBERTO DE SOUSA TEIXEIRA a comparecer na sede deste CRM, sito a Av. Generalíssimo Deodoro, nº 223, Umarizal, Belém/PA, para tratar de assuntos de seu interesse.
Dr. Paulo Sérgio Guzzo.
Presidente-CRM/PA.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARÁ
NOTIFICAÇÃO

A Corregedora do Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e sob os auspícios do art. 63, IV do Código de Processo Ético-Profissional, NOTIFICA o Dr. VICTOR RAUL JULCA CEVALLOS a comparecer na sede deste CRM, sito a Av. Generalíssimo Deodoro, nº 223, Umarizal, Belém/PA, para tratar de assuntos de seu interesse.
Dr. Paulo Sérgio Guzzo.
Presidente-CRM/PA.

Protocolo: 170383

O Consórcio Construtor Belo Monte, CNPJ nº13.380.006/0001-83 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Vitória do Xingú (SEMAT) a Licença de Operação Nº 011/2017 - Transporte de Substâncias e Produtos Perigosos, emitida dia 27 de março de 2017.

Protocolo: 170387

O Consórcio Construtor Belo Monte, CNPJ nº13.380.006/0001-83 torna público o requerimento da Renovação da Licença de operação nº 18/2016 - Controle de Vetores, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Vitória do Xingú (SEMAT), emitida dia 20 de julho de 2016.

Protocolo: 170391

Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., CNPJ nº 00.190.373/0007-68, situada na Rod. Augusto Meira Filho, Km 03, nº 3920, Fazenda Eldorado, Paricatuba, Benevides/PA, torna público que protocolou a solicitação de Renovação da Licença de Operação nº 10039/2016 junto à SEMMAT no município de Benevides. Processo Nº 182/2017.

Protocolo: 170395

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 003/2017
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET, COM FORNECIMENTO DE LINK 24 HORAS COM 100% DE BANDA GARANTIDA FULL DUPLEX, PARA ACESSO À INTERNET, HOMOLOGADO PELA ANATEL, SEM LIMITE DE TRÁFEGO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO - PA. - TIPO MENOR PREÇO. DATA DA ABERTURA: 05 DE MAIO DE 2017 AS 10h00min. NO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO.
Pregoeira
Jaqueline Wachekowski

Protocolo: 170372

A Empresa Brazil Tower - Cessão de Infra-Estrutura-LTDA, Torna público que recebeu da Secretária Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) de Placas/PA, a Licença Ambiental (LP+LI de nº130/2017) com validade em 10/04/2018(1 ano) para o beneficiamento da ERB - Estação Rádio Base(PAPLK02), localizada na Rua: Samuel, s/nº, Bairro: Centro, em Placas/PA.

Protocolo: 170376

COMPANHIA DE ALUMINA DO PARÁ - CAP

CNPJ Nº 10.262.257/0001-75

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - ANO DE 2016

A Diretoria da Companhia de Alumina do Pará - CAP, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de seus acionistas o presente Relatório e as Demonstrações Financeiras e as notas explicativas referentes ao exercício de 2016, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes. **Constituição da Companhia:** A Companhia foi constituída em 04 de abril de 2008, com sede social na Rodovia PA 483, Km 15, Distrito de Murucupi, Trevo do Peteca, Município de Barcarena – PA, tendo por objetivo a construção, desenvolvimento e operação de uma refinaria de alumina cujo escopo será a produção e comercialização de produtos e subprodutos de alumina, incluindo a manufatura, transformação, importação e exportação de todos os produtos e subprodutos relacionados à indústria, ao comércio de alumina e à performance de atividades, no Brasil ou no exterior, que sejam direta ou indiretamente relacionadas ao cumprimento do objeto social da Sociedade, incluindo o desenvolvimento de tecnologia relacionada à produção de alumina e à prestação de serviços técnicos. Em reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 13 de março de 2012, foi aprovado o adiamento do projeto em virtude da crise econômica mundial e da expectativa de baixa demanda por alumínio e alumina para os próximos anos. **Fatos societários relevantes:** Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) do dia 10 de outubro de 2008 foi aprovado o aumento de capital, subscrito, na quantidade de 2.143.204.237 novas ações ordinárias, sem valor nominal, com valor de subscrição de R$ 1,00 (um real). Durante os anos de 2014 e 2015 a Companhia não integralizou ações no capital. No ano de 2016 e conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) do dia 12 de abril de 2016, foi aprovada uma integralização parcial de 10.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, com valor de subscrição de R$ 1,00 (um real). Desta forma, já foram integralizadas 309.064.857 ações, faltando ainda integralizar 1.834.139.380 ações. A composição acionária total em 31 de dezembro de 2016, tem a seguinte distribuição:

Sócio	Ações ordinárias já integralizadas	%
Calypso Alumina S.A.	188.529.563	61
Hydro Aluminium Pará BV	61.812.971	20
Dubal Holding LLC	58.722.323	19

Em função do estudo de viabilidade do novo design do projeto um "*Impairment*" de R$ 112 milhões foi reconhecido em dezembro. **Apoio Comunitário e Desenvolvimento Social:** O projeto CAP desenvolveu, em 2016, ações de engajamento com *stakeholders* para aprimorar o relacionamento com os públicos de interesse na região: • Sistema "Canal Direto", desenvolvido em parceria com as demais empresas do grupo Hydro instaladas no Pará, composto por telefone gratuito, e-mail e formulário online disponível no site da Hydro, onde qualquer pessoa pode registrar uma sugestão, reclamação, solicitação ou pedir informações a respeito das empresas, computou 1.216 demandas recebidas pela equipe de Responsabilidade Social, sendo que foram respondidas com o suporte das diversas áreas. • O jornal "Canal Aberto", informativo que divulga as ações e programas desenvolvidos pelas empresas nas comunidades da região de Barcarena, ferramenta utilizada para informar e promover a transparência no relacionamento com seus públicos, teve seis edições publicadas, com a distribuição de 60 mil exemplares. • Participou do Lançamento do programa "Voluntário em Ação" na Hydro Alunorte, uma iniciativa de todas as empresas da Hydro no Brasil, que tem o objetivo de incentivar e apoiar seus empregados na realização de atividades voluntárias destinadas à promoção do desenvolvimento das comunidades nas quais a empresa está presente. • Realizou o primeiro Encontro de Comunidades, que reuniu 22 membros comunitários que tiveram a oportunidade de conhecer mais sobre a atuação da Hydro no Brasil, além dos aspectos ambientais do Mineroduto e sobre associativismo e cooperativismo. • Nesse mesmo contexto, as lideranças comunitárias do entorno do projeto participaram do 3º Diálogo Comunitário da Hydro Alunorte, cujo foco é estreitar laços, por meio do diálogo claro entre a sociedade civil organizada e a empresa. Barcarena, 25 de abril de 2017. **Diretoria: Raphael Vieira da Costa Neto -** Diretor-Presidente; **Alexandra Lauro de Paiva -** Diretora. **Conselho de Administração: Silvio Porto -** Presidente; **Carlos Ariel Ferreyra -** Conselheiro; **Raphael Vieira da Costa Neto -** Conselheiro; **Willem Lodevikus Pretorius -** Conselheiro.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Notas	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.431	9.015
Impostos e contribuições a recuperar	8	716	1.419
Outras contas a receber partes relacionadas	7	-	2
Outros ativos		2	8
		6.149	10.444
Não circulante			
Impostos e contribuições a recuperar	8	-	21.093
Depósitos judiciais	11	-	321
Imobilizado	9	163.690	254.714
Intangível		62	163
		163.752	276.291
Total do ativo		169.901	286.735

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2016	2015
Circulante			
Fornecedores:			
Partes relacionadas	7 e 10	188	979
Terceiros	10	301	4.332
Impostos e contribuições a recolher		39	30
Outros passivos		-	1
		528	5.342
Não circulante			
Provisões para contingências	11	651	651
		651	651
Patrimônio líquido	12		
Capital social:			
Residentes no país		188.530	182.430
Residentes no exterior		120.535	116.635
		309.065	299.065
Reserva de capital		25.429	25.429
Prejuízos acumulados		(165.772)	(43.752)
		168.722	280.742
Total do passivo e patrimônio líquido		169.901	286.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	2016	2015
Receitas (despesas) operacionais			
Outras receitas		273	-
Gerais e administrativas	13	(123.084)	(15.286)
		(122.811)	(15.286)
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		803	1.110
Despesas financeiras		(88)	(77)
Variações monetárias e cambiais - líquidas		76	155
		791	1.188
Prejuízo do exercício		(122.020)	(14.098)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de Reais)*

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(122.020)	(14.098)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(122.020)	(14.098)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social realizado	Reserva de capital Ágio na emissão de ações	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2014	299.065	25.429	(29.654)	294.840
Prejuízo do exercício	-	-	(14.098)	(14.098)
Em 31 de dezembro de 2015	299.065	25.429	(43.752)	280.742
Aumento de capital	10.000	-	-	10.000
Prejuízo do exercício	-	-	(122.020)	(122.020)
Em 31 de dezembro de 2016	309.065	25.429	(165.772)	168.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de Reais)*

	2016	2015
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) pré-operações		
Prejuízo do exercício	(122.020)	(14.098)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes (utilizados nas) atividades pré-operacionais:		
Depreciação e amortização	108	238
Provisão para contingências	-	651
Depósito judicial	321	-
Perdas por desvalorização ao valor recuperável de ativos	112.194	-
Variações monetárias	(61)	(155)
	(9.458)	(13.364)
Redução (aumento) nos ativos:		
Outras contas a receber partes relacionadas	2	(2)
Impostos e contribuições a recuperar	727	572
Outros ativos	6	(8)
Depósitos judiciais	-	(321)
	735	241
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores - Partes relacionadas	(790)	460
Fornecedores - Terceiros	(4.033)	3.935
Impostos e contribuições a recolher	9	2
Outros passivos	(1)	(457)
	(4.815)	3.940
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades pré-operacionais	(13.538)	(9.183)
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos		
Adições no imobilizado e intangível	(46)	-
Reversão/Reembolso adiantamento a fornecedores	-	7.882
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(46)	7.882
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Aumento de capital	10.000	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	10.000	-
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(3.584)	(1.301)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.015	10.316
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.431	9.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

1. Contexto operacional: A Companhia de Alumina do Pará S.A. - CAP ("Companhia") estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Barcarena - Pará, foi constituída em abril de 2008, tendo por objetivo o desenvolvimento, produção e comercialização de produtos e subprodutos de alumina, incluindo a manufatura, transformação, importação e exportação de todos os produtos e subprodutos relacionados à indústria e comércio de alumina e a performance de atividades, no Brasil ou no exterior, que sejam direta ou indiretamente relacionadas ao cumprimento do objeto social da Sociedade, incluindo o desenvolvimento de tecnologia relacionada a produção de alumina e a prestação de serviços técnicos. Atualmente, a refinaria que será utilizada no processo produtivo está em fase de construção e a Companhia encontra-se em fase pré-operacional. Em março de 2012 o Conselho de Administração da Companhia decidiu postergar o cronograma de construção da refinaria. Em 2016 a companhia manterá a decisão de postergação. O atraso não representa qualquer falta de confiança no mercado de alumina, ou no projeto da nova refinaria, que ainda é considerado provável de realização por parte da Administração e o reinício do projeto de construção da refinaria está associado a demanda de alumina no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta prejuízos acumulados

continua

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2016 da **COMPANHIA DE ALUMINA DO PARÁ - CAP**

no valor de R$ 165.772 mil (R$ 43.752 mil em 31 de dezembro de 2015) e prejuízo do exercício de R$ 122.020 mil (R$ 14.098 mil em 31 de dezembro de 2015) e depende do suporte financeiro dos seus acionistas e/ou de terceiros, até o momento em que suas operações venham a ser lucrativas. A falta desse suporte financeiro geraria sérias dúvidas sobre a capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades operacionais. As demonstrações financeiras não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos e passivos, que poderia ser necessário em função da resolução desta incerteza. A administração da Companhia entende que tal ativo é plenamente recuperável, baseado no fluxo de caixa das operações futuras e impulsionado pelas projeções de redução nos custos de produção de alumina baseado na eficiência energética e redução do consumo de óleo combustível. A retomada do projeto de construção da refinaria está diretamente associado a demanda de alumina no mercado externo e a Administração entende que as condições econômicas-financeiras e mercado serão favoráveis nos próximos anos. A revisão tecnológica abrangente da concepção do projeto de refinaria foi concluída em 2016. Esta revisão inclui estruturação operacional, tecnológica, investimentos de capital e custos operacionais do projeto. **2. Base de apresentação: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).** A diretoria da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 21 de março de 2017, estando as mesmas sujeitas à aprovação em assembleia de acionistas. A Administração da Companhia, confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **2.3 Conversão da moeda estrangeira: *a. Moeda funcional e moeda de apresentação:*** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***b. Transações e saldos:*** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado, no grupo Resultado Financeiro, como Variações Monetárias e Cambiais Líquidas. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa nº 4. **3. Sumário das principais práticas contábeis: 3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, que são prontamente conversíveis em quantias conhecidas de caixa e sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor justo. **3.2 Ativos financeiros: *Classificação:*** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. ***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:*** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. ***a. Empréstimos e recebíveis:*** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem clientes no país e exterior, depósitos em garantia, depósitos judiciais, e caixa e equivalentes de caixa. **3.2.1 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não havia indicativos de *impairment* envolvendo ativos financeiros. **3.2.2 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3 Ativos intangíveis:** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **3.4 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. A parte principal do Imobilizado da Companhia se encontra na conta de Imobilizado em andamento, por isso não há incidência de depreciação em linha com a fase pré-operacional da CAP. **3.5 *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente -Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Em 31 de dezembro de 2016, houve indicativos de *impairment* nos ativos não financeiros da Companhia, sendo o teste de *impairment* efetuado havendo a identificação de perdas a serem reconhecidas (Nota Explicativas n° 9). **3.6 Contas a pagar a fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.7 Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente, são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.8 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **3.9 Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. ***CPC 48 / IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):*** A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na *IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. ***IFRS 16 Leases (Arrendamentos):*** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. **4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos*:*** A apresentação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas. As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia na preparação destas demonstrações financeiras referem-se, fundamentalmente, à redução de valor recuperável de ativos. A Companhia anualmente testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis e intangíveis. A recuperabilidade dos ativos com base no critério do fluxo de caixa descontado depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e dessa forma a Administração entende que não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão ou não no futuro. **4.1 Contingências*:*** As contingências estão registradas quando a probabilidade de perda é considerada provável por nossos consultores jurídicos (Internos e Externos) e estão divulgadas quando a probabilidade é possível. As contingências encontram-se dispostas na Nota Explicativas nº 11. O registro das contingências de um determinado passivo na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor de perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros. **5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos*:*** **5.1 Gestão de risco financeiro*: a. Risco de crédito:*** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades com patrimônio líquido acima de 1 bilhão de dólares. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. ***b. Risco de liquidez:*** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pela Área Financeira. Esta Área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O eventual excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pela Área Financeira. A Área Financeira investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha fundos de aplicações financeiras de curto prazo de R$ 5.430 (2015 - R$ 9.014) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano
Em 31 de dezembro de 2016	
Fornecedores e empreiteiros	
Partes relacionadas	188
Terceiros	301
	489
Em 31 de dezembro de 2015	
Fornecedores e empreiteiros	
Partes relacionadas	979
Terceiros	4.332
	5.311

continua

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2016 da **COMPANHIA DE ALUMINA DO PARÁ - CAP**

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e bancos	1	1
Aplicações financeiras de alta liquidez	5.430	9.014
	5.431	9.015

As aplicações financeiras são de renda fixa e possuem remuneração média de CDI-CETIP de 88% até 100%, com liquidez diária e efetuadas com bancos de primeira linha. As aplicações financeiras são resgatáveis a qualquer momento, sem perda do rendimento auferido,visando atender compromissos de curto prazo da Companhia. **7. Partes relacionadas: *a. Transações e saldos:*** Os saldos destas contas representados por valores a receber e/ou a pagar relativos a transações comerciais, que têm como base, principalmente, a prestação de serviços compartilhados. As principais transações possuem contratos aprovadas pela administração da companhia, com prazos médios de pagamentos e recebimentos de 30 dias.

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.	-	2	2	123
Norsk Hydro Brasil Ltda.	-	142	-	827
Hydro Aluminium AS		18		29
Hydro Energy AS	-	27	-	-
	-	188	2	979

Esses saldos com partes relacionadas estão incluídos na conta do balanço patrimonial:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo circulante				
Outras contas a receber - Partes relacionadas	-	-	2	-
Passivo circulante				
Fornecedores - Partes relacionadas	-	188	-	979
	-	188	2	979

Os resultados obtidos com as transações comerciais e financeiras com partes relacionadas são os seguintes:

	2016		2015	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.	273	-	2	(145)
Norsk Hydro Brasil Ltda.	-	(1.687)	-	(1.484)
Hydro Aluminium AS	-	-	-	(104)
	273	(1.687)	2	(1.733)

As receitas de 2016 são referente a locação de parte do imóvel e as despesas são referente aos gastos com *Cost Sharing Agreement*. Os valores referentes a estas transações estão incluídos nas seguintes contas da demonstração do resultado:

	2016	2015
Outras receitas	273	2
Despesas gerais e administrativas	(1.687)	(1.733)
	(1.414)	(1.731)

8. Impostos e contribuições a recuperar

	2016	2015
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins	-	18.577
Programa de Integração Social - PIS	-	2.263
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	716	1.549
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	41
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	82
	716	22.512
Circulante	716	1.419
Não circulante (i)	-	21.093
	716	22.512

(i) Em 2016 a Companhia reconheceu a baixa de R$ 10.378 de créditos de PIS e Cofins oriundos da aquisição de ativos imobilizados em razão do reconhecimento da provisão por desvalorização ao valor recuperável de ativos (*impairment*), veja mais detalhes na nota explicativa nº 9. O saldo remanescente dos créditos de PIS e Cofins foi reclassificado para o ativo imobilizado pois estes tem como origem as aquisições de ativos realizadas em exercícios anteriores e a recuperabilidade desses créditos esta diretamente relacionada ao início das operações da Companhia.

9. Imobilizado

	Edific. e Instal. Fabris	Equip. Informática	Total em operação	Imobilizado em andamento	Imobilizado Total
Em 31 de dezembro de 2015					
Saldo inicial	4.935	-	4.935	257.661	262.596
Aquisição	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-
Ajuste	-	-	-	(7.882)	(7.882)
Depreciação	-	-	-	-	-
Saldos contábil, líquido	4.935	-	4.935	249.779	254.714
Saldo 31 de dezembro de 2015					
Custo	4.935	-	4.935	249.779	254.714
Depreciação	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	4.935	-	4.935	249.779	254.714
Em 31 de dezembro de 2016					
Saldo inicial	4.935	-	4.935	249.779	254.714
Aquisição	-	-	-	21.177	21.177
Transferência	-	46	46	(46)	-
Impairment	-	-	-	(112.194)	(112.194)
Depreciação	-	(7)	-	-	(7)
Saldo contábil, líquido	4.935	39	4.974	158.716	163.690
Saldo em 31 de dezembro de 2016					
Custo Total	4.935	46	4.981	158.716	163.697
Depreciação acumulada	-	(7)	(7)	-	(7)
Saldo contábil, líquido	4.935	39	4.974	158.716	163.690

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e será utilizado em operações relacionadas à produção de alumina. Em 31 de dezembro de 2016, após a conclusão da revisão tecnológica da refinaria CAP, realizada por consultoria especializada, a Companhia identificou mudanças no desenho de engenharia do projeto, resultando na constituição de uma provisão por desvalorização ao valor recuperável de ativos (*impairment*) no montante total de R$ 112.194 (R$ 101.816 antes registrados como imobilizado em andamento e R$ 10.378 referente aos créditos de PIS e Cofins desses ativos).

10. Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores e Empreiteiros:		
Partes Relacionadas	188	979
Terceiros (i)	301	4.332
	489	5.311

(i) O saldo registrado em 31 de dezembro de 2015 está relacionado a contratação da empresa "*WorleyPerson*" para atualização do design de engenharia do Projeto CAP, concluído e liquidado durante o exercício de 2016. **11. Contingências:** Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2016	2015	2016	2015
Trabalhistas	-	321	651	651
	-	321	651	651

A movimentação dos depósitos judiciais e das provisões no exercício de 2016 e 2015 está demonstrada a seguir:

	Depósitos Judiciais	Provisões
Saldo em 31 de dezembro de 2015	321	651
Adições	-	-
Baixas (i)	321	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	651

(i) Em 2016 foi reconhecida a baixa de R$ 321 referente aos depósitos judiciais em razão da perda de 3 processos judiciais de natureza trabalhista. **Natureza das provisões:** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue: Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados de empresas contratadas, vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. A Companhia tem ações de natureza tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2016	2015
Tributária (i)	6.796	-
Trabalhistas	-	560
	6.796	560

(i) A contingência tributária ainda está em fase administrativa e se refere a um auto de infração lavrado em virtude de suposta omissão de receitas financeiras auferidas em investimentos em renda fixa e de dedução de despesa com pagamento de multa contratual, na apuração do IRPJ e da CSLL referentes ao ano-calendário de 2012. Como a adição de receitas e a glosa de despesa realizadas pela fiscalização não representaram acréscimo superior ao prejuízo fiscal e à base negativa daquele ano, o auto foi lavrado apenas para determinar que a CAP realizasse ajustes contábeis/fiscais e não para lhe cobrar valores. **12. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social subscrito é composto por 2.143.204.237 ações ordinárias, sem valor nominal. Desse montante já foram integralizados 309.064.857, faltando ainda integralizar 1.834.139.380. Após a integralização de 10.000.000 ações ocorrida em 2016 (conforme apresentado nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido), a composição acionária passou a ser como segue:

	Nº ações
Posição acionária em 31 de dezembro de 2015	299.064.857
AGE de aporte de capital de 12 de abril de 2016: Calypso Alumina S.A.	6.100.000
Hydro Aluminium Pará BV	2.000.000
Dubal Holding LLC	1.900.000
Posição acionária em 31 de dezembro de 2016	309.064.857

Apesar da integralização de capital ocorrida em 2016 não houve alteração na participação acionária. Veja abaixo a composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Sócios	2015 - Nº ações	2016 - Nº ações	%
Calypso Alumina S.A.	182.429.563	188.529.563	61
Hydro Aluminium Pará BV	59.812.971	61.812.971	20
Dubal Holding LLC	56.822.323	58.722.323	19
	299.064.857	309.064.857	100

b. Reservas de capital: A reserva de capital é constituída pelo ágio na emissão de ações, ocasionada pelos aportes de capital ocorridos, superiores ao valor nominal de subscrição. O montante total reconhecido em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R$ 25.429.

13. Gerais e administrativas	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Pesquisa e desenvolvimento (i)	(4.814)	(7.982)
Mão de obra de terceiros	(802)	(1.318)
Aluguéis	(130)	(13)
Segurança patrimonial	(1.258)	(1.289)
Serviços de limpeza e conservação	(432)	(496)
Telefonia	(8)	(7)
Contingências trabalhistas	-	(651)
Partes relacionadas	(1.687)	(1.733)
Impostos e Taxas estaduais e municipais	(1.242)	(1.077)
Perdas por desvalorização ao valor recuperável de ativos	(112.194)	-
Amortização do intangível	(108)	(238)
Outros	(409)	(482)
	(123.084)	(15.286)

(i) No exercício de 2015 e 2016 a CAP encontrava-se em processo de atualização do *design* do projeto, gerando novos gastos com pesquisas e desenvolvimento.

14. Resultado financeiro, líquido	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Despesas financeiras		
IOF	(31)	(4)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(53)	(68)
Outras	(4)	(5)
	(88)	(77)
Receitas financeiras		
Aplicações Financeiras	803	1.108
Outras receitas	-	2
	803	1.110
Variações Monetárias e cambiais		
Variação monetária	62	168
Variação cambial ativa	16	-
Variação cambial passiva	(2)	(13)
	76	155
Resultado financeiro, líquido	791	1.188

DIRETORIA: Raphael Vieira - Diretor-Presidente; **Alexandra de Paiva -** Diretora
Helder Souza - Contador - CRC: MT-006400/O-2 T-SP - CPF: 632.009.961-53

continua

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2016 da **COMPANHIA DE ALUMINA DO PARÁ - CAP**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Companhia de Alumina do Pará S.A. –** Barcarena - Pará – **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Alumina do Pará S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Alumina do Pará em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 que indica que a Companhia ainda não iniciou suas operações e apresenta prejuízos acumulados no valor de R$165.772 mil em 31 de dezembro de 2016 (R$43.752 mil em 2015), dos quais R$122.020 mil referem-se ao prejuízo incorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R$14.098 mil em 2015). Os planos da Administração da Companhia para iniciar as operações e a dependência de suporte financeiro recebido de seus acionistas controladores estão descritos na mesma nota explicativa. As demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalva em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 21 de março de 2017. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ; Marcelo Luiz Ferreira - Contador CRC RJ-087095/O-7.

Protocolo: 170396

R L INDÚSTRIA E COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS LTDA, CNPJ 08.582.992/0001-14 situada à Rod. Transgarimpeira Km 02, s/nº, Moraes Almeida-Itaituba/PA, torna público que recebeu da SEMMA de Itaituba/PA, através do processo nº1167/2016, a Licença de Operação n. 042/2017 com validade até 30/03/2018 para a atividade de desdobro de madeira em tora para produção de madeira serrada e seu beneficiamento/secagem.

Protocolo: 170380

O SR. LEUDES ALBUQUERQUE DE SOUZA, portador do RG nº 5018451 SSP/PA, residente e domiciliado no município de Senador José Porfirio, Estado do Pará, torna público que deu entrada no dia 28/06/2016, sob o Processo Nº 038/2016, da SEMAT - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, para a concessão da Licença de Atividade Rural - (LAR) do Sítio Matadouro, referente a criação de bovinos. O Sítio tem área total de 88,4769 hectares e área licenciada foi de 64,0526 e fica localizada no município de Senador José Porfirio, PA-167, km-02.

Protocolo: 170384

O CONSÓRCIO CONSTRUTOR BELO MONTE, CNPJ nº13.380.006/0001-83 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Vitória do Xingú (SEMAT) a Licença de Operação Nº 010/2017 - Transporte de Substâncias e Produtos Perigosos, emitida dia 27 de março de 2017.

Protocolo: 170388

A DIRETORA DO CENTRO EDUCACIONAL TECNOLÓGICO MARISA M. SOUZA, torna pública a relação de alunos concluintes do Curso Educação de Jovens e Adultos- EJA- A Nível de Ensino Médio com aproveitamento de estudos através de Avaliação de Classificação, em 22/12/2016: Alexandre Nerge, Aline da Cruz Piccoli, Amanda Gianine Roselem, Andersom de Sousa Dias, Antonia Alves, Carlos Roberto de Souza Batista, Caroline Gomes da Silva, Catiane Santos Silva, Daniel Leite dos Santos, Diogo Firmino dos Santos, Eduarda Fernandes Poli, Eduardo Avelino kapitzky, Elisangela dos Santos Barbosa, Elisangela Remidio, Erick Nathan Feitosa, Esmael Inacio Rosa, Ezequiel de Araujo Ferreira da Silva, Fernando Dada Ozzetti, Francisco Pereira da Silva, Gabriel de Oliveira Cazalans, Gabriela Biancalana Voni, Glauciene da Silva Loureiro, Gustavo Pedrini Gonçalves, Hayssan Mohd Ayesh Ahmad Yousef, Icaro Moreira Lopes, Isabel Deolindo Canal, Isabela Evelim Rimidio, Jailson Alexandre Barros e Silva, Jessica da Rocha Gomes, Jocimara de Narde Garcia, Jonas Alcino de Oliveira, Jose Antonio Nobrega de Carvalho, Jose Marcelino Patrocinio Santos, Jose Mario Ferreira do Carmo, Jose Ricardo Granadier de Moraes, Julio Cesar Bonvechio, Jussara Freitas Rodrigues.

Protocolo: 170392

TERRAPLENA LTDA, endereçado na Rodovia Santarém - Cuiabá, KM 05, Matinha, Santarém/Pará, torna público que requereu a SEMMA, através do processo 252/2017 Licença de Operação para atividade de COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS

Protocolo: 170369

SOCOCO S.A. Agroindústrias da Amazônia
Sociedade de Capital Autorizado
CNPJ/MF 05.832.555/0001-13
NIRE/JUCEPA Nº 15.300.013.411
Capital Autorizado: R$ 200.000.000,00
Capital Subscrito: R$ 166.005.705,00
Capital Realizado: R$ 166.005.705,00

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da Sococo S.A. Agroindústrias da Amazônia, na forma prevista no Art. 124, da Lei nº 6.404/76, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2017, às 08:00 h, na sede da Companhia situada na Fazenda Sococo, à margem da Rodovia PA-252 (Mojú-Acará), Km 38, Mojú/PA, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. tomada das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; proposta de destinação do resultado do exercício apresentada pela administração da Companhia; e, 2. eleição de membros do conselho de administração. E, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na mesma data e local, às 10:30 h, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. proposta de aumento de capital social da Companhia, com a consequente modificação do art. 5º do Estatuto Social; 2. fixação da remuneração dos administradores da Companhia; 3. Revisão, atualização, ajuste de redação, supressão de artigos que tenham perdido objeto e alteração dos seguintes: art, 1º para excluir a indicação da transformação da sociedade; art. 5º para atualizar a redação; Art.16. para alterar o quorum de deliberação; Art. 19 para alterar a composição do Conselho de Administração; Art. 22. para alterar a competência do Conselho de Administração; Art. 24. para fixar a periodicidade das reuniões do Conselho de Administração; Art. 25 para alterar forma de representação de Conselheiro de Administração; Art. 28. para alterar designação de Diretor; Art. 31 para alterar competência da Diretoria; Art. 32. para alterar quorum de instalação de reunião de Diretoria; com a renumeração dos artigos, quando necessário e promovendo a consolidação do estatuto social; e, 4. outros assuntos de interesse social.

Mojú, PA, 20 de abril de 2017.
José Givago Raposo Tenório
Presidente do Conselho de Administração

Protocolo: 170373

A Empresa Brazil Tower - Cessão de Infra-Estrutura-LTDA, Torna público que recebeu da Secretária Municipal de Meio Ambiente Mineração e Turismo (SEMAMT) de Trairão/PA, a Licença Ambiental (LP de nº007/2016) com validade em 09/11/2017 para o beneficiamento da ERB - Estação Rádio Base(PATAR01), localizada na Avenida: Fernando Guilhon, s/nº, Bairro: Bela Vista, em Trairão/PA.

Protocolo: 170377

O sr. Leudes Albuquerque de Souza, portador do RG nº 5018451 SSP/PA, residente e domiciliado no município de Senador José Porfirio, Estado do Pará, torna público que obteve no dia 15/12/2016, sob o número LAR Nº 04/2016, da SEMAT - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, a concessão da Licença de Atividade Rural - (LAR) do Sítio Matadouro, referente a criação de bovinos. O Sítio tem área total de 88,4769 hectares e área licenciada foi de 64,0526 e fica localizada no município de Senador José Porfirio, PA-167, km-02.

Protocolo: 170385

ALUBAR METAIS E CABOS S/A
CNPJ. 08.262.121/0001-13
NIRE 1530001858-7
EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2017.
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EM 29.03.2017.
LOCAL: SEDE DA SOCIEDADE
HORA: 09:00 HORAS

OBJETIVO: Deliberar sobre I) Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, publicados no Diário do Pará, Edição nº 11.919, Caderno Economia, páginas B9, B10 e B11 e no Diário Oficial do Estado do Pará, Edição nº 33.334, páginas 96 a 104 ambos do dia 16/03/2017 e no Jornal O Liberal, Edição n° 35.319, Caderno Poder, páginas 7 a 9, do dia 26/03/2017; dispensada a publicação do aviso de que trata o art. 133 da Lei nº 6.404/1976, em face do disposto no parágrafo 4º. do mesmo artigo da referida Lei; II) Aprovar a distribuição parcial do lucro líquido do exercício findo, evidenciada nas Demonstrações Financeiras, autorizando-se o pagamento dos dividendos.
PRESENÇA: TOTALIDADE DOS ACIONISTAS
DELIBERAÇÃO: FORAM APROVADAS AS PROPOSTAS SEM RESSALVAS. APÓS, FRANQUEADA A PALAVRA, NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO E A REUNIÃO FOI ENCERRADA.
ATA REGISTRADA NA JUCEPA SOB O No. 20000516026 EM 13/04/2017.

Protocolo: 170374

MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A.

CNPJ: 12.094.570/0001-77

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - ANO DE 2016

A diretoria da Mineração Paragominas S.A. (MPSA), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do Conselho de Administração o presente Relatório e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2016, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes.

Atividades Comerciais

As vendas totalizaram 11,132 milhões de toneladas de bauxita em 2016, ficando acima +10,65% em relação ao ano de 2015, quando foram comercializadas 10,060 milhões de toneladas. A qualidade da bauxita e a recuperação em massa foram um ponto de destaque, garantindo a satisfação dos clientes e mantendo a MPSA como uma das maiores e mais competitivas empresas do mercado mundial.

Fatos societários relevantes

No dia 2 de maio o Márcio Xavier foi eleito diretor responsável pela gestão financeira da MPSA. Em 15 de dezembro, a composição acionária passou a ser 100% Hydro, conforme abaixo:

Sócio	Ações Ordinárias (em unidade)	%
Hydro Paragominas BV	2.814.813.809	100
	2.814.813.809	100

Gestão de Recursos Humanos

A MPSA encerrou o ano de 2016 com 1.402 empregados diretos e 62 participantes do Programa Jovem Aprendiz. Desde junho de 2016 os empregados contam com um novo modelo de Recursos Humanos (RH), mais especializado. Baseado no escritório da Hydro, em Belém, o Centro de Competências de RH conta com uma equipe dedicada para cuidar dos assuntos relacionados à área de Recursos Humanos. O empregado pode acessar o serviço através do telefone, bate-papo web, e-mail e pelo Portal do RH, na intranet da empresa. Os empregados que não têm acesso a computadores em sua rotina de trabalho, podem utilizar os serviços através de quiosques, equipados com computadores e telefones, localizados nas unidades da empresa em Paragominas e Barcarena.

O novo modelo também conta com os *Business Partners*, que atendem os grupos de gestão de cada unidade da companhia; e com o RH Global, que define e desenvolve políticas globais de RH, ferramentas e processos para operação do Centro de Competências.

Mil trezentos e doze (1.312) empregados participaram da 3ª edição da pesquisa de clima no Brasil, chamada de Hydro Monitor e 91% dos empregados mostraram melhor resultado corporativo. Foi realizado um *workshop* com empregados da operação para discussão dos principais problemas apresentados na pesquisa de clima, onde foi gerado um plano de ação, que será desdobrado em 2017 para as gerências de áreas.

Um total de 5.211 empregados, entre próprios e contratados, participaram de 3.390 ações em treinamentos. O investimento em Treinamento e Desenvolvimento realizado pela MPSA totalizou R$ 1.045.012.

Em 2016, 98% dos empregados foram avaliados na etapa de Diálogo de *Feedback* e Metas e receberam *feedback* do gestor sobre performance do exercício anterior (2015), 99% foram avaliados na etapa de Diálogo de Desenvolvimento e Acompanhamento, sendo que 99% possuíam metas estabelecidas e 88% possuíam plano de desenvolvimento. Essas ações fazem parte do programa *My Way* (Meu Jeito, em português), que viabiliza de forma sistemática a definição de metas e de plano de desenvolvimento anuais.

Proporcionando a oportunidade de promover a inclusão social e garantir a diversidade de pessoas na organização, foram contratadas 68 Pessoas com Deficiência para o quadro de empregados, as quais estão contribuindo para o alcance dos resultados.

A MPSA, também realizou a 9ª edição do Programa Jovem Aprendiz dentro do formato da nova lei de aprendizagem, abrangendo 62 jovens do munícipio, os quais estão sendo desenvolvidos nos cursos de Operador de Minas, Eletricista Instalador, Automação Industrial e Mecânico Industrial.

Saúde e Segurança do Trabalho

Em 2016 a MPSA manteve a atuação em saúde e segurança do trabalho pautada em ações alinhadas aos valores e na busca incansável pelo zero acidente. O envolvimento da alta liderança da empresa nas inspeções, definida por meio de matrizes de comprometimento e do WOC (sigla em inglês para *Walk*, *Observe and Communicate,* na tradução: caminhar, observar e comunicar) estruturado, fez com que houvesse uma aproximação maior entre os líderes e suas equipes.

Um dos destaques do ano foi a implantação do programa de Liderança em SSMA (Saúde, Segurança e Meio Ambiente), que contemplou a Análise de Clima e Cultura de SSMA, realizada por consultoria especializada; também aconteceu os treinamentos da ciência de Melhoria do Desempenho Humano e Organizacional (MDHO) e da Abordagem e Observação Comportamental para toda a liderança, com sessões de *coaching* dos líderes no campo para fazerem observações comportamentais.

Os processos de gestão somados aos esforços de todos os empregados garantiram o zero incidentes registráveis com empregados contratados em 2016, fato inédito na história da unidade. Esse foi um importante marco alcançado, fruto do esforço de toda a liderança das contratadas e também da Hydro.

Com relação aos empregados próprios, houve uma diminuição no número de incidentes registráveis entre 2015 e 2016, de sete para três. Em 2016, foi realizada a revisão na forma de cálculo de Homem Hora Trabalhada (HHT), de forma que a taxa ficou em 1,2 incidentes por milhão de HHT, abaixo do valor de 2,2 do ano anterior. A revisão também abrangeu o HHT das contratadas, com ajustes menos significativos, mas uma vez não houve incidentes registráveis, a taxa ficou em zero.

Para o ano de 2017, a equipe de HSE irá trabalhar: na redução do número de acidentes com empregados próprios e contratados, através da intensificação de políticas de conscientização e atuação no comportamento na busca pelo zero acidente, no treinamento da Melhoria do Desempenho Humano e Organizacional com os empregados e contratados, implantando o Programa de Gerenciamento de Controles Críticos que ajudará a identificar e tratar riscos críticos. A equipe também irá garantir o acompanhamento dos indicadores do WERA (sigla em inglês para *Work Environment Risks Analysis,* na tradução Avaliação do Ambiente de Trabalho), atualizando e monitorando todos os agentes para a área de operação de mina.

Meio Ambiente

No ano de 2016, a MPSA recebeu cinco autorizações para supressão vegetal e resgate de fauna e duas outorgas para captação de água subterrânea concedidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas).

Ainda como ações que reafirmam o compromisso com o Meio Ambiente foram plantadas 135.542 mudas de 82 espécies nativas em 180,5 hectares (ha) de área recuperada (lavrada), sendo 50,18 ha através da técnica de nucleação, 122,00 ha em plantio com espaçamento 3 x 3 m, totalizando 1.111 mudas por hectare (plantio tradicional) e 8,32 hectares através de regeneração natural; foram resgatados 386 animais de 45 espécies diferentes transferidos para áreas seguras para soltura; receberam atendimento veterinário 21 animais na Áreas de Recepção de Animais Silvestres (ARAS), oriundos da supressão vegetal; e outros 16 animais foram reintroduzidos nas áreas de soltura após tratamento médico veterinário.

No ano de 2016 não houve nenhuma ocorrência ambiental reportável (severidade 4 e 5, relacionadas a acidentes que excedem os limites da propriedade, afetando comunidades em casos de maior gravidade) registrada no empreendimento. O Convênio de Pesquisa em Biodiversidade (BRC) aumentou para 13 o quantitativo de projetos em seu portfólio. Os novos são: o Monitoramento de Onças com apoio de colares telemétricos; e o Projeto de Interações das Herbivoria, Dispersão de Sementes e Polinização.

Investimentos

Ao longo do ano foi executado R$ 361,9 milhões, correspondente a 72% do orçamento total de 2016, onde destacam-se os seguintes investimentos:

- RP1 Platô, desembolso de R$ 186,0 milhões;
- Sexto alteamento das barragens de rejeito, desembolso de R$ 56,4 milhões;
- Troca de Tubulação do Mineroduto – fase I, desembolso de 23,1 milhões;
- Engrenagem do Moinho SAG, desembolso de R$ 10,0 milhões;
- Reposição de caminhões, desembolso de R$ 9,7 milhões.

Engajamento e Desenvolvimento Social

A MPSA, em 2016, desenvolveu diversas ações de engajamento com *stakeholders* e de investimento social na região de Paragominas e nos municípios por onde passa o mineroduto da Hydro. O sistema Canal Direto, desenvolvido em parceria com as demais empresas do grupo Hydro instaladas no Pará, composto por telefone gratuito, e-mail e formulário online disponível no site da Hydro, onde qualquer pessoa pode registrar uma sugestão, reclamação, solicitação ou pedir informações a respeito das empresas, computou 1.216 interações recebidas pela equipe de Responsabilidade Social.

No período, também foram distribuídos 3.200 exemplares das quatro edições do jornal Nossos Caminhos, informativo que divulga as ações e projetos sociais desenvolvidos no entorno da mina e mineroduto, além orientar os superficiários e as comunidades das áreas de influência direta (Paragominas, Tomé-Açu, Acará e Moju) com informações de utilidade pública. O periódico é mais uma ferramenta utilizada para promover a transparência no relacionamento da mineradora.

Ainda com o foco em reforçar a aproximação e a transparência com os *stakeholders*, a MPSA recebeu a visita de uma comitiva formada pela Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Território Quilombola de Jambuaçu, em Moju, que tiveram a oportunidade de conhecer as instalações da mina e as práticas ambientais da empresa.

O projeto de Geração e Renda na área Urbana e Rural em Paragominas, que tem parceria com as Secretarias Municipais de Urbanismo (Semur), e de Agricultura (Semagri), Associação de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Paragominas (Adisp) e Emater/PA, promoveu ações de segurança alimentar para famílias em situação de risco no município, beneficiando 2.400 pessoas. Já as atividades desenvolvidas na área rural para o fomento da cadeia produtiva do leite beneficiaram 100 pessoas.

Como incentivo à geração de renda nas comunidades ao longo do mineroduto houve investimento, por meio de convênio com o Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), em cursos de capacitação dentro do projeto Novos Caminhos: formação em corte e costura, com 25 mulheres beneficiadas; e formação para organização social, gestão de negócios e comercialização de produtos agrícolas, com 79 produtores beneficiados.

O projeto de Agricultura Familiar Sustentável, promoveu o acesso de 38 produtores rurais das comunidades João Lobo, Água Branca, Betel, Marupaúba e Casa Familiar Rural do Território Quilombola do Jambuaçu, ao Seminário de Sistemas Agroflorestais (SAFs) realizado pela Associação Cultural de Fomento Agrícola de Tomé-Açu (Acta) e Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta). Na programação foi possível conhecer os trabalhos desenvolvidos em Tomé-Açu e aprofundar o conhecimento sobre a metodologia SAFs.

O projeto de Educação Ambiental envolveu alunos de todas as escolas municipais e tem como foco o desempenho escolar e a educação ambiental, pela parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Paragominas (Semec) e executado pela contratada Comunidade Educativa (Cedac). Em 2016, foram beneficiadas 25.750 pessoas entre estudantes e comunitários. E ainda com foco em educação, o programa Alfa Paragominas, que tem como objetivo oportunizar a alfabetização de pessoas fora da idade escolar com o apoio da Semec, atendeu no período 395 pessoas.

O projeto Ipad, realizado em parceria com a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Paragominas (Semas), utiliza a inclusão digital como meio de socialização para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Foram atendidos 700 usuários do Centro de Atividades Socioeducativas para Crianças e Adolescentes (Caseca). Além de disponibilizar os tablets, a empresa incentiva o trabalho com aplicativos que desenvolvam o raciocínio lógico, operações básicas de matemática e orientações culturais e de cidadania.

A MPSA também incentivou no município a realização de campanhas de educação em saúde, DST/Aids, hanseníase e tuberculose que atingiu um público de 100 mil pessoas. A empresa ainda proporcionou apoio às atividades desenvolvidas pela Associação José Pereira Farias – Projeto Juquinha, que trabalha com a inclusão de pessoas com deficiência, beneficiando 600 pessoas. Em 2016, a MPSA reforçou a parceria com a Casa Familiar Rural do Território Quilombola do Jambuaçu para o fortalecimento do ensino e crescimento da associação no processo de gestão administrativa, projetos de geração de renda e inclusão digital. No período, o projeto beneficiou cerca de 200 pessoas moradoras da região.

No ano correspondente, MPSA lançou o programa Voluntários em Ação, uma iniciativa de todas as empresas da Hydro no Brasil, que tem por objetivo estimular e apoiar seus empregados na realização de atividades voluntárias destinadas à promoção do desenvolvimento das comunidades nas quais a empresa está presente. O programa teve forte atuação em Paragominas e na área de influência do mineroduto, com ações de cidadania e meio ambiente, envolvendo empregados próprios, terceiros e familiares. Durante o ano, foram desenvolvidas nove ações, com mobilização de 143 voluntários entre empregados diretos, empregados terceirizados e familiares.

Os projetos e atividades sociais desenvolvidas nas comunidades das áreas de influência direta da mina e mineroduto cumprem com os compromissos socioambientais firmados nos Planos de Controles Ambientais (PCAs) e condicionantes das Licenças de Operações do empreendimento.

Metas para o ano de 2017

- Atingir uma taxa de acidentes reportáveis com empregados próprios e contratados menor que um;
- Garantir a manutenção dos índices do Sistema de Gestão Ambiental;
- Atingir a produção anual de 11 milhões de toneladas de Bauxita;
- Garantir 100% dos parâmetros de qualidade da Bauxita em conformidade com os requisitos dos nossos clientes;
- Garantir um *Cash Cost* unitário para bauxita menor que R$ 50/tonelada;
- Garantir as iniciativas de redução de custo para atendimento às metas para 2017;
- Atingir um nível de engajamento positivo e diferenciado no Hydro Monitor;

  Consolidar o Sistema de Gestão do BABS alinhado às estratégias, visando à maximização da geração de valor às partes interessadas.

Paragominas, 12 de abril de 2017

Diretoria

Robson Carvalho Holanda
Diretor-Presidente

Márcio Xavier de Oliveira
Diretor

Aldo Estevam Lenzi
Diretor

Conselho de Administração

Silvio Porto
Presidente

Carlos Ariel Ferreyra
Conselheiro

Raphael Costa
Conselheiro

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2016 da **MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Notas	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	587.521	333.983
Contas a receber de clientes - Partes relacionadas	7 e 9	114.248	140.497
Outras contas a receber - Partes relacionadas	9	1.372	28.426
Estoques	8	70.013	110.026
Impostos e contribuições a recuperar	10	13.355	13.355
Outros		3.332	3.179
		789.842	629.466
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	151.449	172.608
Impostos e contribuições a recuperar	10	76.576	71.078
Depósitos judiciais	14	9.306	6.531
Imobilizado	12	2.189.405	2.008.656
Intangível		11.996	16.559
		2.438.732	2.275.432
Total do ativo		3.228.574	2.904.898

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2016	2015
Circulante			
Fornecedores e empreiteiros	13	168.311	66.236
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9	18.511	31.863
Impostos e contribuições		11.292	5.258
Salários, provisões e encargos sociais	14	45.134	48.056
Royalties a pagar		5.669	7.513
Provisões	15	5.129	12.384
Outros		239	3
		254.285	171.313
Não circulante			
Provisões	15	125.622	80.664
		125.622	80.664
Patrimônio líquido	16		
Capital social		2.814.814	2.814.814
Prejuízos acumulados		-	(161.893)
Reserva de Lucros		33.854	-
		2.848.668	2.652.921
Total do passivo e patrimônio líquido		3.228.574	2.904.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social Subscrito	Reserva de Lucros - Reserva Incentivos fiscais	Reserva de Lucros - Reserva Legal	Lucros (prejuízos) acumu lados	Total
Em 31 de dezembro de 2014	2.814.814	-	-	(555.319)	2.259.495
Lucro líquido do exercício	-	-	-	393.426	393.426
Reserva de Incentivos Fiscais	-	30.277	-	-	30.277
Amortização de prejuízo	-	(30.277)	-	-	(30.277)
Em 31 de dezembro de 2015	2.814.814	-	-	(161.893)	2.652.921
Lucro líquido do exercício	-	-	-	195.746	195.746
Reserva Legal	-	-	1.693	(1.693)	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	22.308	-	(22.308)	-
Recomposição da utilização da Reserva de Incentivos Fiscais	-	9.853	-	(9.853)	-
Em 31 de dezembro de 2016	2.814.814	32.161	1.693	(-)	2.848.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	2016	2015
Receita operacional líquida	19 (a)	1.199.312	1.142.276
Custo dos produtos vendidos	8	(863.150)	(841.143)
Lucro/(Prejuízo) bruto		336.162	301.133
Receitas(despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	17	(29.520)	(31.524)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(97.751)	(11.396)
		(127.271)	(42.920)
Lucro/(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e impostos		208.892	258.213
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	57.272	16.331
Despesas financeiras	18	1.515	(1.982)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	18	(5.659)	(12.706)
		53.128	1.643
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contriibuição social		262.020	259.856
Imposto de renda e contribuição social:			
Corrente	11	(45.114)	(39.038)
Diferido	11	(21.160)	172.608
		(66.274)	133.570
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		195.746	393.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de Reais)*

	2016	2015
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	195.746	393.426
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	195.746	393.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de Reais)*

	2016	2015
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	1.233.708	1.176.130
Outras receitas	6.558	7.722
	1.240.266	1.183.852
Insumos adquiridos Terceiros		
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(422.491)	(169.684)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(171.061)	(354.501)
	(593.552)	(524.186)
Valor adicionado bruto	646.714	659.667
Depreciação, exaustão e amortização	(219.201)	(234.666)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	427.513	425.001
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	64.325	18.104
IR e CSLL diferidos	(21.160)	172.608
Valor adicionado total a distribuir	470.678	615.713
Distribuição do valor adicionado		
Salário e encargos	141.062	128.550
Honorários de diretoria	1.776	1.426
Participação dos empregados nos lucros	27.152	33.085
Plano de aposentadoria e pensão	2.262	3.060
Pessoal e encargos	172.251	166.121
Federais	60.381	17.624
Estaduais	28.311	22.668
Municipais	1.020	790
Impostos, taxas e contribuições	89.712	41.081
Juros e variações cambiais	12.969	15.084
Financiadores	12.969	15.084
Lucro liquido/(Prejuízo) do exercício	195.746	393.426
Valor adicionado distribuído	470.678	615.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de Reais)*

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) Líquido do exercício	195.746	393.426
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com recursos provenientes (utilizado nas) de atividades operacionais		
Depreciação, exaustão e amortização	219.201	234.666
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.160	(172.608)
Provisão (Reversão) para contingências	1.018	4.093
Provisão sobre participação nos resultados	27.665	33.085
Variações monetárias e cambiais, líquidas	5.720	8.795
Valor residual dos ativos permanentes baixados	20.595	1.255
	491.105	502.712
Redução (aumento) nos ativos:		
Clientes	26.249	(70.143)
Outras contas a receber	27.054	21.695
Estoques	44.257	11.154
Impostos e contribuições a recuperar	(2.118)	(55.100)
Despesas antecipadas	(533)	275
Adiantamento a fornecedores	907	2.436
Depósitos judiciais	(1.667)	(1.905)
Outros ativos	(528)	(324)
	93.621	(91.912)

	2016	2015
Aumento (redução) nos passivos:		
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	104.125	3.688
Outras contas a pagar	(13.352)	450
Impostos e contribuições	6.034	1.518
Salários e encargos sociais a recolher	(2.922)	(32.038)
Royalties	(1.844)	3.759
Provisão para fechamento de minas	(2.260)	(1.618)
Outros passivos	(27.429)	(76)
	62.351	(24.317)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	647.077	386.483
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(393.539)	(140.143)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(393.539)	(140.143)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Arrendamento financeiro	-	(10.531)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	-	(10.531)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	253.538	235.809
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	333.983	98.174
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	587.521	333.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

1. Contexto operacional

A Mineração Paragominas S.A. ("Paragominas" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Paragominas, Pará e foi constituída em 20 de maio de 2010. A Companhia tem por objeto o desenvolvimento de mineração, atividades industriais e comerciais, com o propósito principal de mineração no território nacional, incluindo a prospecção, perfuração, procura, produção, operação, beneficiamento, industrialização, importação, exportação e comercialização de bauxita, seus subprodutos e outros minerais e substâncias minerárias em geral.

Em 30 de setembro de 2010 a Companhia adquiriu ativos relacionados a atividades de bauxita da Vale S.A., controladora da Vale Austria Holdings GMBH, e controladora em última instância da Mineração Paragominas S.A., através do pagamento de R$1.719.374. Em 21 de janeiro de 2011, foi pactuado o primeiro termo aditivo contratual ao Instrumento Particular do Contrato de Transferência de Estabelecimento Empresarial, que através deste, a Companhia efetivou um pagamento complementar líquido de R$59.440. Desembolso este executado em 26 de janeiro de 2011.

As reservas localizadas no município de Paragominas, nordeste do Pará, são algumas das maiores do mundo. Os principais processos produtivos são a mineração, o beneficiamento e o transporte da polpa de bauxita produzida através de 244 km de mineroduto entre sete municípios. Há também a disposição de rejeitos em diques e toda a infraestrutura necessária ao suporte das operações. As obras de construção foram iniciadas em 2004 para a capacidade nominal inicial de 4,5 milhões de toneladas e as atividades comerciais começaram em março de 2007, com o primeiro lote de polpa de bauxita úmida enviada para Alunorte alimentar suas novas linhas produtivas. Atualmente a capacidade nominal é de 9,9 milhões de toneladas ao ano.

As vendas totalizaram 11 milhões de toneladas de bauxita em 2016, um aumento de 10% em relação ao ano de 2015, quando foram comercializadas 10 milhões de toneladas. A qualidade da bauxita foi um ponto de destaque, garantindo a satisfação dos clientes e mantendo a Mineração Paragominas como uma das maiores e mais competitivas no mercado mundial. No decorrer do exercício de 2016 a Companhia atingiu recordes de produção mensal e apresentou melhoras nos seus indicadores de performance financeira e operacional.

2. Base de apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A diretoria da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 24 de fevereiro de 2017, estando as mesmas sujeitas à aprovação em assembleia de acionistas.

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2016 da **MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A.**

A Administração da Companhia, confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 Base da Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

• Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.
• Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo.

2.3 Conversão da moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa nº 4.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, que são prontamente conversíveis em quantias conhecidas de caixa e sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor justo.

3.2 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

a. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da companhia compreendem "Contas a receber de clientes e partes relacionadas".

3.2.1 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2016 não havia indicativos de *impairment* envolvendo ativos financeiros.

3.2.2 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2.3 *Impairment* de ativos financeiros

a. Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou Companhia de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

• Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor.
• Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.
• A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria.
• Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.
• O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
• Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

– Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
– Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado

3.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa "PCLD". Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perdas, se necessária.

3.4 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados compreende matéria-prima, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.5 Ativos intangíveis

a. *Software*

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e instalações fabris	4 a 40
Equipamentos de transporte	2 a 32
Máquinas, equipamentos, material permanente	2 a 34
Equipamentos Reserva	10
Direitos minerários	22 e 44
ARO	2 a 20

A exaustão das jazidas é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas provadas e prováveis.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração de resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

3.7 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Em 31 de dezembro de 2016, não havia indicativos de *impairment* nos ativos não financeiros da Companhia, sendo o teste de *impairment* efetuado e não havendo a identificação de perdas a serem reconhecidas.

3.8 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente, são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

As provisões para fechamento de mina e custos de

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2016 da **MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A.**

reestruturação são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor estiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia, ao final de cada exercício revisa e atualiza os valores das provisões para fechamento de mina com a finalização das atividades minerárias e desativação dos ativos vinculados à mina. Esta provisão tem como objetivo principal a formação de valores de longo prazo, para o uso financeiro no futuro, no momento de encerramento do ativo. O cálculo desta provisão inicia-se com a avaliação das condições do ativo no momento da provisão. O passo seguinte consiste na formação dos montantes a serem descontados a valor presente pela taxa de juros (SELIC) antes do imposto de renda que reflita a avaliação das condições de mercado vigentes e dos riscos específicos associados ao passivo a ser desativado (a Companhia utiliza o indicador inflacionário SELIC e adicionalmente um prêmio de risco de mercado de 2,5%). Por fim o montante a valor presente é registrado contabilmente. A revisão dos cálculos desta provisão acontece ao final de cada exercício, se um novo ativo existir, ou se a situação no momento indicar uma necessidade de revisão da provisão. A provisão é constituída inicialmente com o registro de um passivo de longo prazo com contrapartida em um item do ativo imobilizado principal. O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente pela taxa de desconto atualizada (SELIC), e registrado contra o resultado do período, em resultado financeiro (Variações monetárias e cambiais, líquidas). O ativo é exaurido com base na relação entre o volume produzido e a capacidade estimada das reservas minerais, e registrado contra o resultado do exercício.

3.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social, com alíquota vigente de 34%, é calculado pelo regime de tributação - Lucro Real, com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.11 Benefícios a empregados

a. Participação nos resultados e Bônus

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.12 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.13 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a. Venda de produtos - Bauxita

A Companhia é uma indústria de mineração que extrai, beneficia e vende bauxita, principal minério utilizado na produção da alumina. O transporte da bauxita vendida é feito através de mineroduto de 244 km até o município de Barcarena - Pará.

As vendas da Mineração Paragominas S.A. são feitas exclusivamente para a empresa coligada Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A. mediante um preço aprovado pelos acionistas e o plano de recebimento é de 30 dias após a data da entrega.

b. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

CPC 48/IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

CPC 47/IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da America ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicavel a partir de ou apos 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A apresentação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas. As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão assim apresentadas:

4.1 Reservas minerais e vida útil de Minas

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio, taxas de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis registradas.

A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e, sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações contábeis como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de *impairment*. O prazo final para exaustão das minas é até 2036.

4.2 Redução de valor recuperável de ativos

A Companhia anualmente testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis e intangíveis. A recuperabilidade dos ativos com base no critério do fluxo de caixa descontado depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e dessa forma a Administração entende não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão ou não no futuro.

4.3 Contingências

As contingências estão registradas quando a probabilidade de perda é considerada provável por nossos consultores jurídicos (Internos e Externos) e estão divulgadas quando a probabilidade é possível. As contingências encontram-se dispostas na Nota n° 14. O registro das contingências de um determinado passivo na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor de perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

4.4 Provisão para obsolescência de materiais auxiliares

A companhia reconhece como provisão para obsolescência de materiais auxiliares todos os itens sem movimentação e sem previsão de uso de acordo com avaliação das áreas operacionais. Esta provisão é reavaliada e atualizada anualmente sempre ao final do exercício.

4.5 Provisão para fechamento da mina - "ARO"

A Companhia, ao final de cada exercício revisa e atualiza os valores das provisões para fechamento de mina com a finalização das atividades minerarias e desativação dos ativos vinculados à mina. O valor justo da provisão para fechamento da mina, é estimado com base no valor presente dos custos relativos à desmontagem ou remoção dos prédios ou outros bens, e/ou a restauração ou reabilitação de instalações industriais ou de minas.

O passivo é reconhecido quando o ativo é construído e está pronto para uso ou quando a obrigação for incorrida se imposta em uma data posterior e as mudanças na valorização do ARO são reconhecidas pela mudança no valor presente do passivo e classificadas como parte da despesa financeira. Já os custos de desmobilização de ativos são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil do bem

4.6 Imposto de renda/Impostos diferidos

A determinação da provisão para imposto de renda ou o imposto de renda diferidos ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado. A provisão para desvalorização feita com relação aos prejuízos fiscais acumulados depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro em que o Imposto de Renda diferido ativo foi reconhecido baseado na produção e planejamento de vendas, preços de *commodities*, custos operacionais, planos de reestruturação e custos de capital planejados. A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro.

5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

5.1 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros, principalmente por seu produto se tratar de uma *commodities* cotada em mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Área Financeira da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a. Risco de Mercado

(i) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar americano (USD). O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. O risco cambial ocorre quando operações comerciais

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2016 da **MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A.**

futuras, ativos ou passivos registrados são mantidas em moeda diferente da moeda funcional da entidade.
O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia fornecido pela Administração baseia-se na sua política de gerenciamento de risco, conforme abaixo:

	2016			2015		
	R$	USD	EUR	R$	USD	EUR
Clientes	114.248	-	-	140.497	-	-
Fornecedores e empreiteiros	(49.395)	(1.277)	(13.155)	(2.975)	(716)	(43)
Exposição líquida do balanço patrimonial	64.853	(1.277)	(13.155)	137.533	(716)	(43)

b. Risco de crédito
O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades com patrimônio líquido acima de 1 bilhão de dólares. No caso de clientes todas as entregas da Companhia são feitas aos próprios acionistas, eliminando por completo qualquer risco de inadimplência. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.
c. Risco de liquidez
A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pela Área Financeira. Esta Área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais, por exemplo, restrições de moeda.
O eventual excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pela Área Financeira. A Área Financeira investe a disponibilidade de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha fundos de curto prazo (Aplicações financeiras) de R$587.342 (R$ 333.902 em 2015) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. Em 2016, a companhia também mantinha outros ativos líquidos (Clientes e partes relacionadas - outras operações) de R$115.620 (R$168.923 em 2015).
A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano
Em 31 de dezembro de 2015	
Fornecedores e empreiteiros	66.236
Partes relacionadas - outras operações	31.863
	98.099
Em 31 de dezembro de 2016	
Fornecedores e empreiteiros	168.311
Partes relacionadas - outras operações	18.511
	186.822

5.2 Gestão de capital
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.
Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.
Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.
5.3 Instrumentos financeiros, valor justo
Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.
A Companhia adotou o CPC 40 (R1)/IFRS 7 para a mensuração dos instrumentos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, e que requerem divulgação da hierarquia do valor justo.

	Valor Contábil	
	2016	2015
Ativos Mensurados pelo valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa - Nível 1	587.521	333.983
Ativos mensurados pelo custo amortizado		
Cliente - partes relacionadas	114.248	140.497
Outras contas a receber - partes relacionadas	1.372	28.426
Total	115.620	168.923

	Valor Contábil	
	2016	2015
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores e empreiteiros	168.311	66.236
Outras contas a pagar - partes relacionada	18.511	31.863
Salários, provisões e encargos sociais	45.134	48.056
Outros	239	3
Total	232.195	146.158

Hierarquia de valor justo
A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.
Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:
• **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
• **Nível 2** - *Inputs* diferentes dos preços negociados, em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
• **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).
A Companhia possui instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme Notas 3.2 (Classificação) e 5.3, classificados como nível 1.
6. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e bancos	179	81
Aplicações Financeiras	587.342	333.902
	587.521	333.983

As aplicações financeiras são de renda fixa e possuem remuneração média de CDI CETIP de 50% até 101%, com liquidez diária e efetuadas com bancos de primeira linha.
Os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com liquidez diária e efetuadas com bancos de primeira linha.
As aplicações financeiras são resgatáveis a qualquer momento, sem perda do rendimento auferido, de acordo com a necessidade de caixa da Companhia.
7. Contas a receber de clientes - Partes Relacionadas

	2016	2015
Contas a receber de partes relacionadas - No País	114.248	140.497
	114.248	140.497

Não há provisão de para crédito de liquidação duvidosa uma vez que não há histórico de perdas relacionadas ao contas a receber de clientes.
A Companhia mantém acordos contratuais e entregou em 2016 mais de 11 milhões de toneladas ao seu único cliente a "Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.", com preço calculado com base na cotação do alumínio na Bolsa de Metais de Londres (*London Metals Exchange* - LME) e na cotação da alumina australiana conforme publicada nas estatísticas oficiais australianas (*International Trade Report - Australian Bureau of Statistics*).
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o saldo de contas a receber com clientes é composto apenas de títulos a vencer.
8. Estoques

	2016	2015
Produto acabado	4.403	5.186
Produtos em processo	11.108	17.095
Matéria-prima	1.972	5.730
Materiais auxiliares	79.963	97.883
Importação em andamento	160	9
Provisão para obsolescência de materiais auxiliares	(27.593)	(15.877)
	70.013	110.026

O custo dos estoques reconhecidos na demonstração do resultado como "Custo dos produtos vendidos" totalizou R$863.150 (2015 - R$841.143).
9. Partes relacionadas
a. Transações e saldos
As principais transações com partes relacionadas referem-se a venda do produto acabado (bauxita), que tem como base o valor de mercado das *commodities* correspondentes, operações de serviços compartilhados e compra de energia.
Os prazos de pagamentos e recebimentos possuem uma média de 30 dias.

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Vale S.A.	-	-	-	10.904
Albras - Alumínio Brasileiro S.A.	-	-	-	5.620
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.	114.248	4.388	140.497	2.765
Norsk Hydro Brasil Ltda.	817	8.268	28.426	9.789
Norsk Hydro Energia Ltda.	555	2.151	-	39
Hydro Aluminium AS	-	3.128	-	1.916
Norsk Hydro ASA	-	75	-	191
Hydro Energi AS	-	501	-	639
	115.620	18.511	168.923	31.863

Esses saldos com partes relacionadas estão incluídos nas seguintes contas do balanço patrimonial:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo circulante				
Partes relacionadas	114.248	-	140.497	-
Partes relacionadas - Outros ativos	1.372	-	28.426	-
Passivo circulante				
Partes relacionadas - Outros passivos	-	18.511	-	31.863
	115.620	18.511	168.923	31.863

Os resultados obtidos com as transações comerciais e financeiras com partes relacionadas são os seguintes:

	2016		2015	
	Receita	Custo/ Despesa	Receita	Custo/ Despesa
Receita Bruta da Bauxita:				
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.	1.230.328	-	1.172.448	-
Receita de Prestação de Serviço				
Norsk Hydro Brasil S.A.	3.380	-	3.683	-
Outras				
Albras - Alumínio Brasileiro S.A.	-	(3.408)	-	(81.617)
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.	-	(2.425)	-	(2.651)
Norsk Hydro Brasil Ltda.	-	(70.853)	-	(62.064)
Norsk Hydro Energia Ltda.	-	(11.066)	-	(40)
Hydro Aluminium AS	-	(9.984)	-	(7.807)
Hydro Energi AS	-	(2)	-	(808)
Norsk Hydro ASA	-	(263)	-	(320)
Vale S.A.	-	-	-	(5.730)
	1.233.708	(98.001)	1.176.131	(161.037)

Os valores referentes a estas transações estão incluídos nas seguintes contas da demonstração do resultado:

	2016	2015
Receita operacional bruta - Venda de produtos	1.230.328	1.172.448
Receita Serviço - Norsk Hydro Brasil Ltda.	3.380	3.683
Custo dos produtos vendidos	(27.696)	(121.606)
Despesas gerais e administrativas	(70.305)	(39.431)
	1.135.707	1.015.094

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

	2016	2015
Honorários e encargos da diretoria	1.776	1.426

10. Impostos e contribuições a recuperar

	2016	2015
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	61.107	44.161
Programa de Integração Social - PIS	15.085	11.656
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.991	2.717
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	7.974	25.159
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	774	740
	89.931	84.433
Circulante	13.355	13.355
Não Circulante	76.576	71.078
	89.931	84.433

Os créditos de PIS e COFINS são oriundos principalmente da aquisição de material de uso e consumo.
11. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.
Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.
a. Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

	2016	2015
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	262.020	259.856
Alíquota combinada do Imposto de Renda e da Contribuição Social	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação	(89.086)	(88.351)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Incentivo fiscal **(i)**	22.308	30.277
Reconhecimento(utilização) do imposto diferido sobre prejuízos fiscais/bases negativas acumulados anteriormente não reconhecidos	(29.268)	120.401
Reconhecimento do imposto diferido sobre diferenças temporárias anteriormente não reconhecidas	8.108	52.207
Outros	21.664	19.036
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado do exercício	67.120	(133.570)
Do exercício	45.114	(39.038)
Diferido	21.160	172.608
Alíquota efetiva	26%	51%

(i) Incentivo fiscal - Subvenção para investimentos
A Companhia obteve da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM uma redução por incentivo fiscal - subvenção para investimentos de 75% do imposto de renda para uma produção limitada de até 7.600 toneladas/ano. O prazo para fruição

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2016 da **MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A.**

do benefício tem início em 2008 e término em 2017. No exercício de 2016 foi reconhecido o montante de R$22.308, referente ao Incentivo Fiscal de subvenção para investimento (SUDAM).

b. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	2016	2015
Prejuízo fiscal de IRPJ	66.996	88.517
Base negativa de CSLL	24.136	31.884
Diferenças temporárias:		
Provisão para fechamento de minas	21.791	17.622
Provisão para participações nos resultados e bônus	10.391	11.416
Provisão para contingências	1.738	1.392
Provisão para perdas por *impairment* de ativo	5.396	5.396
Exaustão fechamento de mina	11.619	10.983
Provisão para Obsolescência	9.382	5.398
Total	151.449	172.608

Os créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais, para os quais não há prazo limite para utilização, e das diferenças temporárias, foram registrados com base na expectativa de geração futura de resultados tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos fiscais diferidos reconhecidos no balanço patrimonial são de R$ 151.448, pois é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios. O valor do prejuízo fiscal acumulado é de R$267.985 (R$354.068 em 2015) e base negativa de contribuição social acumulado é de R$267.985 (R$354.265 em 2015).

Como a base tributável do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social para os quais os ativos fiscais diferidos estão sendo reconhecidos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2016, não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

12. Imobilizado

a. Composição do saldo

	Edificações e Instalações Fabris	Equipamentos de Transportes	Máquinas, Equip. e Mat. Permanente	Equipamentos Aplicativos Informática	Encargos Capitalizados	Jazidas	*Leasing* Geradores	Total em Operação	Imobilizado em Curso	Imobilizado Total
Em 31 de dezembro de 2015										
Saldo inicial	799.630	157.184	897.268	16.591	-	137.942	15.289	2.023.904	76.943	2.100.847
Aquisição	-	-	-	-	-	-	-	-	138.318	138.318
Transferência	19.949	14.318	87.545	1.325	332	689	(14.483)	109.675	(109.675)	-
Baixa	(787)	(417)	(2)	(49)	-	-	-	(1.255)	-	(1.255)
Ajuste	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Depreciação/exaustão	(36.122)	(55.698)	(122.641)	(4.301)	-	(9.686)	(806)	(229.254)	-	(229.254)
Saldo contábil, líquido	782.670	115.387	862.170	13.566	332	128.945	-	1.903.070	105.586	2.008.656
Saldo em 31 de dezembro de 2015										
Custo	1.024.593	285.809	1.345.045	29.283	332	181.422	998	2.867.482	105.586	2.973.068
Depreciação/exaustão	(241.923)	(170.422)	(482.875)	(15.717)	-	(52.477)	(998)	(964.412)	-	(964.412)
Saldo contábil, líquido	782.670	115.387	862.170	13.566	332	128.945	-	1.903.070	105.586	2.008.656
Em 31 de dezembro de 2016										
Saldo inicial	782.670	115.387	862.170	13.566	332	128.945	-	1.903.070	105.586	2.008.656
Aquisição	-	-	-	-	-	-	-	-	419.577	419.577
Transferência	36.797	13.129	93.853	(1.376)	-	26.687	-	169.090	(169.090)	-
Baixa	(12.683)	(2.949)	(4.927)	(36)	-	-	-	(20.595)	-	(20.595)
Ajuste	-	-	-	-	(332)	-	-	(332)	332	-
Depreciação/exaustão	(37.287)	(37.797)	(143.472)	(2.905)	-	3.226	-	(218.234)	-	(218.234)
Saldo contábil, líquido	769.497	87.771	807.625	9.249	-	158.858	-	1.833.000	356.406	2.189.405
Saldo em 31 de dezembro de 2016										
Custo	1.048.707	295.990	1.433.971	27.870	-	208.109	998	3.015.644	356.406	3.372.050
Depreciação/exaustão	(279.209)	(208.219)	(626.347)	(18.621)	-	(49.251)	(998)	(1.182.645)	-	(1.182.645)
Saldo contábil, líquido	769.497	87.771	807.625	9.249	-	158.858	-	1.833.000	356.406	2.189.405

b. Outras informações

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas operações relacionadas à bauxita.

A depreciação e a exaustão do período, alocada ao custo de produção e às despesas (Outras despesas), monta a R$218.205 (R$228.288 em 2015) e R$29 (R$366 em 2015).

A Companhia testou o valor recuperável do seu ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016, estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados e na perspectiva de evolução do preço da bauxita no longo prazo, e concluiu não haver necessidade de reconhecimento de provisão para *impairment*.

13. Fornecedores e empreiteiros

	2016	2015
Fornecedores e Empreiteiros		
Fornecedores no País	122.620	66.006
Fornecedores Mercado Externo	45.691	230
	168.311	66.236

A informação sobre a exposição da Companhia para os riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 5.1.

14. Salários, provisões e encargos sociais

	2016	2015
Salários e Benefícios	4	63
Encargos Sociais	5.894	6.244
Provisões Folha de Pagamento	39.236	41.749
	45.134	48.056

15. Contingências e provisões

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais:

	Depósitos Judiciais		Provisões	
	2016	2015	2016	2015
Trabalhistas	5.588	2.546	5.112	4.093
Cíveis	3.718	3.985	-	-
Ambientais	-	-	125.639	88.955
	9.306	6.531	130.751	93.048

A movimentação dos depósitos judiciais e das provisões no exercicio de 2016 e 2015 está demonstrada a seguir:

	Depósitos Judiciais	Provisões
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2014	4.229	79.335
Adições	2.100	4.783
Baixas	(195)	(1.618)
Atualizações Monetárias	397	10.548
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.531	93.048
Adições	3.958	29.867
Baixas	(2.290)	(4.422)
Atualizações Monetárias	1.107	12.258
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.306	130.751

a. Natureza das provisões

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A provisão para fechamento de mina reconhecida no passivo circulante está relacionada ao início dos gastos provisionados com reflorestamento e monitoramento em 2016.

Conforme mencionado na Nota 3.9, a Companhia, efetuou provisão para fechamento de minas, com previsão para fechamento no ano de 2036.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou uma nova projeção de custos para fechamento de minas, com uma acréscimo de R$ 24.426 conforme demonstrado abaixo (excluindo a correção monetária):

	2016	2015
Saldo inicial	88.955	79.335
Revisão estimativa	24.426	(928)
Acréscimo por correção no período	12.258	10.548
Saldo final	125.639	88.955

O acréscimo apresentado teve como principal motivo a nova estimativa de desmobilização de infraestrutura de planta, mudança no tempo para reflorestamento e monitoramento ambiental, mudança de tempo para encerramento do Vale, as mudanças nas premissas macroecômicas (exemplo: taxas de desconto) utilizadas na mensuração do valor do presente da provisão para fechamento da mina.

A obrigação foi inicialmente avaliada ao valor justo e subsequentemente ajustada para despesa, com acréscimo de juros. Os gastos ligados ao fechamento de minas são capitalizados e depreciados sobre a vida útil do ativo de longo prazo com base no método das unidades produzidas.

Os valores estimados para a situação de descontinuidade atual, de acordo com a previsão de vida útil restante dos empreendimentos, foram revisados considerando a expectativa de inflação de longo prazo conforme IPCA, ajustados por prêmio de risco de mercado (2,5%) e, posteriormente, descontados pela taxa de desconto livre de risco ajustada pela SELIC.

b. Perdas contingências possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída considerando que é mais provável que não existe uma obrigação presente na data do balanço, conforme composição e estimativa a seguir:

	2016	2015
Tributárias (i)	94.226	49.675
Cíveis (ii)	1.757	-
Trabalhistas (iii)	8.730	13.198
	104.713	62.873

(i) A natureza das contingências tributárias referem-se, principalmente, à discussão quanto à cobrança de diferenças de CFEM supostamente devidas em razão da extração de bauxita no município de Paragominas - Estado do Pará no período de março de 2008 a dezembro de 2012, à cobrança de ICMS sobre encargos de conexão de energia elétrica no período outubro de 2010 a dezembro de 2012 e à cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre supostos pagamentos a beneficiários não identificados.

(ii) Civeis consistem principalmente de causas com fornecedores sendo discutidas em juízo.

(iii) Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

16. Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social subscrito é composto por 2.814.813.809 ações ordinárias, nominativas e totalmente subscritas.

Em 14 de fevereiro de 2011 a acionista Vale International S.A. efetivamente transferiu, a Vale Austria Holdings GMBH, 186 ações ordinárias nominativas de sua propriedade. Com isto a Vale Austria GMBH passou a possuir 100% das ações da Companhia.

Através do acordo de acionistas celebrado em 28 de fevereiro de 2011 a Vale S.A., acionista controlador indireto da Companhia, alienou sua participação na Companhia para a Hydro Paragominas BV através de sua subsidiária Vale Austria Holdings GMBH.

Em 15 de dezembro de 2016 a acionista Vale International Holdings GMBH (anteriormente denominada Vale Austria Holdings GMBH) transferiu a totalidade de suas ações ordinárias (383.600.542) para a acionista Hydro Paragominas BV.

Sendo assim, após a transferência de ações mencionadas acima, a composição acionária da Mineração Paragominas S.A. ficou distribuída conforme abaixo:

Sócios	Ações ordinárias (em unidade 2016)	%	Ações ordinárias (em unidade 2015)	%
Hydro Paragominas BV	2.814.813.809	100	2.431.213.267	86
Vale Austria Holdings GMBH	-	-	383.600.542	14
	2.814.813.809	100	2.814.813.809	100

17. Receitas (despesas) operacionais

	2016	2015
Gerais e administrativas		
Pessoal e Benefícios	(2.316)	(4.702)
Pesquisas e desenvolvimentos	(27.204)	(26.822)
	(29.520)	(31.524)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
Receita com venda de materiais/sucatas	101	866
Receita com venda de energia elétrica	-	6.855
Receita com venda de trans., máq., outros equip.	18	-
Outras Receita com com terceiros	188	-
Provisão de Obsolescência	(11.717)	(11.089)
Custo com baixa de ativos	(20.576)	(1.255)
Provisão trabalhista	(4.212)	(4.093)
Ajuste de inventário	(5.214)	-
Serviços contratados	(42.577)	-
Outras	(13.762)	(2.680)
	(97.751)	(11.396)
Despesas operacionais	(127.271)	(42.490)

18. Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	57.272	16.331
	57.272	16.331
Despesas financeiras		
Encargos empréstimos e financiamentos:		
Leasing	-	(624)
IOF	(518)	(350)
PIS/COFINS sobre receitas	(3.183)	(641)
Despesas bancárias	(18)	(16)
Multas/juros por infrações fiscais	(696)	(146)
Juros capitalizados	6.250	331
Outras	(320)	(536)
	1.515	(1.982)
Variações monetárias e cambiais dos ativos, líquidas		
Impostos e contribuições a recuperar	4.487	576
Partes relacionadas	402	57
Materiais em trânsito	16	790
Outras	2.148	350
	7.053	1.773

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2016 da **MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A.**

	2016	2015
Variações monetárias e cambiais dos passivos, líquidas		
Provisão para fechamento de minas	(12.258)	(10.549)
Fornecedores no exterior	-	-
Parte relacionada	(133)	(3.217)
Materiais em trânsito	(257)	(732)
Outras	(63)	19
	(12.711)	(14.479)
Variações monetárias e cambiais líquidas	(5.659)	(12.706)
Resultado financeiro, líquido	53.128	1.643

19. Outras informações

a. Receita líquida de vendas de produtos e serviços

	2016	2015
Venda de produtos e serviços:		
Bauxita	1.230.328	1.172.448
Serviços	3.380	3.683
	1.233.708	1.176.130
Tributos:		
Impostos Sobre Serviços - ISS	(169)	(467)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(257)	(657)
Programa de Integração Social - PIS	(56)	(206)
Compensação Financeira pela Exploração Mineral - CFEM	(33.914)	(32.525)
	(34.396)	(33.855)
Receita operacional líquida	1.199.312	1.142.276

As vendas de produtos realizadas pela Companhia têm como destinação exclusiva o mercado interno que é direcionado ao seu único cliente, que é a Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A..

DIRETORIA

Robson Carvalho Holanda – Diretor-Presidente

Marcio Xavier de Oliveira – Diretor

Helder Souza

Contador - CRC: MT-006400/O-2 T-SP

CPF: 632.009.961-53

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Mineração Paragominas S.A.

Paragominas - Pará

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mineração Paragominas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mineração Paragominas S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 e nº 9 às demonstrações financeiras, que indica que parte substancial das operações da Companhia é efetuada com partes relacionadas. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária para companhias fechadas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Luiz Ferreira
Contador CRC RJ-087095/O-7

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

O Conselho de Administração da Mineração Paragominas S.A., tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Sociedade, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.
Face ao exposto é de parecer, que os citados documentos merecem a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Barcarena, 25 de abril de 2017

Silvio Porto
Presidente

Carlos Ariel Ferreyra
Conselheiro

Raphael Vieira da Costa Neto
Conselheiro

Protocolo: 170397

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH
UNACON DO HOSPITAL REGIONAL DE TUCURUI

CNPJ nº 23.453.830/0013-03

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 - EM R$

Ativo	Nota	2016
Circulante		**3.331.423**
Caixa e equivalentes de caixa	**2a e 3**	1.247.827
Contas a receber	**2g e 4**	700.000
Estoques	**2b**	118.357
Outros Créditos		1.265.239
Não Circulante		**628.939**
Imobilizado líquido	**2c e 5**	2.632
Intangível líquido	**2d e 6**	191.210
Imobilizado-contrato de gestão líquido	**2c e 5**	423.404
Intangível-contrato de gestão líquido	**2d e 6**	11.693
Total do Ativo		**3.960.362**

Passivo	Nota	2016
Circulante		**493.705**
Fornecedores	**7**	104.433
Obrigações trabalhistas	**8**	221.018
Obrigações sociais	**9**	47.996
Obrigações fiscais	**10**	15.403
Outras contas a pagar	**11**	104.855
Não Circulante		**435.097**
Receitas diferidas	**12**	435.097
Passivo Líquido		**3.031.560**
Transferências		(262.905)
Superávit do exercício		3.294.465
Total do Passivo		**3.960.362**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 - EM R$

	Transferência	Superávit do Exercício	Total
Em 31/12/2015	**-**	**-**	**-**
Transferências	(262.905)	-	(262.905)
Superávit do período	-	3.294.465	3.294.465
Em 31/12/2016	**(262.905)**	**3.294.465**	**3.031.560**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 - EM R$

Descrição	Nota	2016
Receitas		**6.359.489**
Serviços prestados pacientes SUS		6.300.000
Doações		1.377
Outras receitas		58.112
Despesas		**(3.204.926)**
Pessoal e encargos		(1.015.972)
Serviços de terceiros		(1.496.899)
Materiais e medicamentos		(80.879)
Impostos, taxas e contribuições		(29.487)
Depreciação/amortização		(48.759)
Despesa - renúncia fiscal	**13**	(388.073)
Receita - renúncia fiscal	**13**	388.073
Despesas gerais		(532.930)
Financeiras		**139.902**
Despesas financeiras		(8.886)
Receitas financeiras		148.788
Resultado Operacional		**3.294.465**
Superávit do Exercício		**3.294.465**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxo de Caixa - Método Indireto para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 - EM R$

Evento	2016
Superávit do exercício	3.294.465
Depreciação/amortizações	48.759
Transferências	(262.905)
(=) Total do ajuste liquido	**3.080.319**
Variações no circulante das contas de ativo e passivo	**(1.154.794)**
Aumento/redução dos créditos - circulante	(1.965.239)
Aumento/redução de estoques	(118.357)
Aumento/redução de fornecedores	104.433
Aumento/redução de obrigações trabalhistas	221.018
Aumento/redução de obrigações sociais	47.996
Aumento/redução de obrigações tributárias	15.403
Aumento/redução de outras obrigações	104.855
Aumento/redução das obrigações - não circulante	435.097
(=) Caixa liquido proveniente das atividades operacionais	**1.925.525**
Atividades de investimentos	**(677.698)**
Aquisição de imobilizado	(449.436)
Aquisição de bens do intangível	(228.262)
(=) Variação do caixa e equivalente	**1.247.827**
Saldo existente no inicio do exercício	-
Saldo existente no final do exercício	1.247.827
(=) Resultado final de caixa (disponível)	**1.247.827**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 - Em R$

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O *Unacon do Hospital Regional do Tucuruí* foi inaugurado oficialmente pelo governo do Pará em 29 de julho de 2016, com o objetivo de disponibilizar exames e ações de apoio diagnóstico e terapêutico a usuários do SUS para tratamento de pacientes portadores de câncer. O serviço de Quimioterapia possui 13 poltronas e dois leitos de retaguarda para realização de quimioterapias, além de oferecer serviços ambulatoriais especializados em oncologia: consultas oncológicas, radioterapia, baquiterapia, análises clinicas, ultrassonografia, endoscopia e colonoscopia. Todo atendimento é 100% SUS - Sistema Unico de Saúde, assegurando assistência universal e gratuita. **Contrato de Gestão:** O Unacon do Hospital Regional do Tucuruí administrado desde 10 de março de 2016 por meio de contrato de gestão nº 003/SESPA/2016 pelo INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH CNPJ 23.453.830/0001-70, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, beneficente, filantrópica. É considerada de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 50.517/61, publicado no DOU em 23/12/1970, declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei estadual nº 5.341/1969, declarada de Utilidade Pública Municipal pela Municipal nº 416. Está registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, renovado através da portaria n° 1.347 de 23.12.2015, para o triênio 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76, 11.638/2007, 11.941/2009, com os pronunciamentos e suas respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que, incluídas na legislação brasileira, são denominadas práticas adotadas no Brasil, assim como a Resolução 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que aprovou a NBC ITG 2002 e a Lei 12.101/2009, relativas às entidades sem finalidade de lucro. O sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras são: **a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização**. c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. **e) Apuração do Superávit/Déficit do período:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **f) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência. **g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **h) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2016 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **i) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2016
Caixa	377
Banco conta movimento	153.322
Aplicações em CDB	1.094.128
	1.247.827

4. Contas a Receber: Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará.

Descrição	2016
Contrato 003/2016 - SESPA	700.000
	700.000

5. Imobilizado: Imobilizado contrato de Gestão.

	Taxa anual Depreciação %	2016 Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	2.795	163	2.632
		2.795	**163**	**2.632**

Imobilizado contrato de Gestão com recursos investimento

	Taxa anual Depreciação %	2016 Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	116.300	(4.634)	111.666
Aparelho de Medicina	10	100.943	(3.357)	97.586
Equipamentos Informática	20	107.012	(9.187)	97.825
Máquinas e equipamentos	10	76.160	(3.748)	72.412
Instrumentos Cirúrgicos	10	8.690	(435)	8.255
Instalações	10	37.537	(1.877)	35.660
		446.642	**(23.238)**	**423.404**

6. Intangível: Intangível contrato de Gestão.

	Taxa anual amortização %	2016 Custo	Depreciação	Líquido
Direito de uso	20	213.223	(23.947)	189.276
Software	20	2.190	(256)	1.934
		215.413	**(24.203)**	**191.210**

Intangível contrato de Gestão com recursos investimento

	Taxa anual amortização %	2016 Custo	Depreciação	Líquido
Software	20	12.848	(1.155)	11.693
		12.848	**(1.155)**	**11.693**

7. Fornecedores

Descrição	2016
Materiais e medicamentos	4.807
Serviços	60.626
Serviços médicos	39.000
	104.433

8. Obrigações Trabalhistas

Descrição	2016
Obrigações com pessoal	93.842
Provisão de férias	116.675
Provisão PIS s/férias	1.167
Provisão FGTS s/férias	9.334
	221.018

9. Obrigações Sociais

Descrição	2016
INSS a recolher	8.369
FGTS a recolher	12.236
PIS s/folha a recolher	1.820
IRRF s/ folha a recolher	25.528
Contribuição Sindical a recolher	43
	47.996

10. Obrigações Fiscais

Descrição	2016
ISS a recolher	4.417
PIS/COFINS/CSL a recolher	6.386
INSS s/serviços a recolher	1.734
IRRF s/serviços a recolher	2.866
	15.403

11. Outras Contas a Pagar

Descrição	2016
Sede administrativa	21.821
Outras contas a pagar	81.302
Empréstimo de material	1.732
	104.855

12. Receitas Diferidas: O hospital recebeu em 2016 o total de R$ 493.202 como verba para investimento, sendo que R$ 33.712 se refere a bens de pequeno valor. O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2016, refere-se à entrada do imobilizado/intangível com o contrato de gestão no hospital em 2016, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

Descrição	2016
Imobilizado - contrato de gestão	446.642
Intangível - contrato de gestão	12.848
Total investido em ativo	**459.490**
Depreciação/amortização acumulada	(24.393)
Total imobilizado/intangível líquido	435.097
Receita diferida	**435.097**

13. Isenções Usufruídas: Como entidade beneficente, sem fins lucrativos, o Instituto não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado, aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com o dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. O valor da isenção do recolhimento da CONTRIBUIÇÃO PATRONAL sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizado, como se devido fosse.

Descrição	2016
Isenção das contribuições previdenciária	199.073
COFINS	189.000
	388.073

14. Seguros: O hospital não possui seguros contratados para cobrir eventuais perdas. Tucuruí - PA, 31 de dezembro de 2016

Thiarle Dassi - Diretor Executivo - CPF. 685.679.529-72 **Selma do Carmo Ribeiro** - Contadora - CRC CT 1SP 159.113/O-0

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Ilmos. Srs. Diretores do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - **Unacon do Hospital Regional de Tucuruí - Tucuruí - PA. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH** - **Unacon Do Hospital Regional De Tucuruí**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais politicas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH** - **Unacon do Hospital Regional de Tucuruí - Tucuruí - PA,** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no

continua

continuação

Brasil, em especial a Resolução CFC 1409/2012 (que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidades de Lucros). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada **"Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis"**. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.São Paulo, 31 de março de 2017.

Maion & Oliveira, Auditores Independentes S/S.
CRC - 2PA 0262/T-9
José Aparecido Maion
Contador
CRC 1-SP-117.681/O-3
Reginaldo Caboatan
Contador
CRC - 1-SP- 206.149/O

Protocolo: 170398

YAMADA HOLDING ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS S/A - CNPJ Nº 12.620.846/0001-03 - NIRE 15300018978 em 03/09/2010 - RELATÓRIO DA DIRETORIA. Senhores acionistas, atendendo as submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, o Balanço Patrimonial correspondente ao Exercício Social encerrado em 31 de Dezembro de 2016, permanecendo à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário. Belém-PA, 18 de Abril de 2017.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Especificação	2016 Em R$	2015 Em R$	Especificação	2016 Em R$	2015 Em R$
ATIVO CIRCULANTE			**PASSIVO CIRCULANTE**		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**4.116.543,91**	**54.074.106,73**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**4.116.543,91**	**54.074.106,73**
OUTROS CREDITOS A RECEBER	**4.116.543,91**	**4.116.543,91**	**OUTROS DÉBITOS A PAGAR**	**4.116.543,91**	**4.116.543,91**
Dividendos a Receber de Controlada	**4.116.543,91**	**4.116.543,91**	**Dividendos a Pagar a Acionistas**	**4.116.543,91**	**4.116.543,91**
Saldo - 2013	1.615.964,01	1.615.964,01	Saldo - 2013	1.615.964,01	1.615.964,01
Saldo - 2014	2.039.070,00	2.039.070,00	Saldo - 2014	2.039.070,00	2.039.070,00
Saldo - 2015	461.509,90	461.509,90	Saldo - 2015	461.509,90	461.509,90
INVESTIMENTOS	-	49.957.562,82	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	-	49.957.562,82
Participações Societárias - Y Yamada S/A Com e Ind	16.983.947,00	16.983.947,00	Capital Social Integralizado	16.983.947,00	16.983.947,00
Resultado Acumulado da Equivalência Patrimonial	(16.983.947,00)	32.973.615,82	Reserva de Resultados/Lucros	(16.983.947,00)	32.973.615,82
Resultados Acumulados	51.763.069,60	51.763.069,60	Resultados Acumulados	51.763.069,60	51.763.069,60
(-) Lucros Distribuidos	(18.789.453,78)	(18.789.453,78)	(-) Lucros Distribuidos	(18.789.453,78)	(18.789.453,78)
Resultado do Período	(49.957.562,82)	-	Resultado do Período	(49.957.562,82)	-
TOTAL DO ATIVO	**4.116.543,91**	**54.074.106,73**	**TOTAL DO PASSIVO**	**4.116.543,91**	**54.074.106,73**

DFC - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - INDIRETO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

APLICAÇÃO OU ENTRADA DE CAIXA:	2016 em R$	2015 em R$
1. DA OPERAÇÃO		
Resultado Líquido	(49.957.562,82)	1.641.347,38
(-) Pagamentos de Lucros e Dividendos	-	(2.588.162,02)
(=) Fluxo de Caixa Operacional Líquido	**(49.957.562,82)**	**(946.814,64)**
2. DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(+) Redução de Investimentos	49.957.562,82	946.814,64
(-) No Aumento dos Investimentos	-	-
(=) Disp. Geradas ou Aplicadas em/por Investimentos	**49.957.562,82**	**946.814,64**
3. DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
(+) Integralização de Capital	-	-
(-) Pagamento de Lucros aos acionistas	-	-
	-	**-**
AUMENTO/DIMINUIÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	**-**	**-**
a. DISPONIBILIDADES - no início do período	-	-
b. DISPONIBILIDADES - no final do período	-	-
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES (1+2+3) = (a-b)	**-**	**(0,00)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Especificação	2016 em R$	2015 em R$
1- Resultado da Equivalência Patrimonial	**(49.957.562,82)**	**1.641.347,38**
2- Deduções (Custos e Despesas)	-	-
3- Lucro Liquido do Exercício (1 - 2)	**(49.957.562,82)**	**1.641.347,38**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO em R$

Especificação	Capital Subscrito	Equiv. Patrimonial	Reserva de Lucros	Total
Saldo no Inicio do Período	54.074.106,73		-	54.074.106,73
No Período		(49.957.562,82)	-	(49.957.562,82)
Lucros Distribuídos no exercício	-		-	-
Saldo Contábil em 31/12/2016	**54.074.106,73**	**(49.957.562,82)**	**-**	**4.116.543,91**

Notas Explicativas:

1 - A empresa Yamada Holding Administração de Ativos S/A, foi constituída sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, nos termos da Lei 6404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09;

2 - O Capital Social está representado por 16.983.947 (Dezesseis Milhões, Novecentos e Oitenta e Três Mil, Novecentos e Quarenta e Sete) de ações do valor de R$ 1,00 (Hum Real), cada uma.

3 - O Capital Social inicial subscrito pela sociedade foi integralizado pelos acionistas em bens móveis passíveis de avaliação em dinheiro nos termos do Art. 7º da Lei 6.404/76.

4. A sociedade passou a realizar a equivalência patrimonial no ano calendário de 2012, tendo diante disto, efetivado o ajuste de exercícios anteriores no valor correspondente à equivalência patrimonial apurada em 31/12/2011, referindo-se a totalidade daquele ajuste ao resultado positivo da equivalência apurada.

Fernando Teruo Yamada: Diretor Presidente - Maria Celia Midory Yamada: Diretora Comercial - Ismael Batista da Silva: Contador CRC/PA 6977 CPF: 043.622.762-20.

Protocolo: 170400

ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S.A.

CNPJ: 05.848.387/0001-54

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - ANO DE 2016

A Diretoria da Hydro Alunorte, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do Conselho de Administração o presente Relatório e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2016, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes.

Desempenho industrial

Em 2016, a Hydro Alunorte produziu 6,34 milhões de toneladas de alumina por meio do processo químico Bayer, superando a capacidade nominal da planta, permanecendo como referência e maior refinaria de alumina do mundo.

Atividades comerciais

As vendas totalizaram 6,35 milhões de toneladas, sendo 5,90 milhões de toneladas de alumina calcinada e 449 mil toneladas de hidrato. A qualidade dos produtos garantiu a satisfação dos clientes e o destaque mundial à Hydro Alunorte no segmento.

Desempenho financeiro

A geração de caixa operacional, medida por meio do EBITDA, apresentou um valor positivo de R$ 1,136 bilhão em 2016. O resultado foi fortemente impactado pela redução no preço de venda, que foi parcialmente diluído com diversas iniciativas de redução de custo e eficiência operacional. No encerramento do exercício de 2015, foi apurado um lucro de R$ 1,792 bilhão.

SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

Até o ano de 2015, a Hydro Alunorte obteve da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM isenção de 75% do imposto de renda para uma produção limitada a 1 milhão e 600 mil toneladas/ano de alumina. Quando aplicável, as subvenções e assistências governamentais são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação.

Gestão de recursos humanos

A Hydro Alunorte encerrou o ano de 2016 com 1.998 empregados diretos, sendo 90 na categoria de PCDs (Pessoas com Deficiência). Desde junho de 2016 os empregados contam com um novo modelo de Recursos Humanos (RH), mais especializado. Baseado no escritório da Hydro, em Belém, o Centro de Competências de RH conta com uma equipe dedicada para cuidar dos assuntos relacionados à área de Recursos Humanos. O empregado pode acessar o serviço através do telefone, bate-papo web, e-mail e pelo Portal do RH, na intranet da empresa. Os empregados que não têm acesso a computadores em sua rotina de trabalho podem utilizar os serviços através de quiosques, equipados com computadores e telefones, localizados nas unidades da empresa em Paragominas e Barcarena. O novo modelo também conta com os *Business Partners*, que atendem os grupos de gestão de cada unidade da companhia; e com o RH Global, que define e desenvolve políticas globais de RH, ferramentas e processos para operação do Centro de Competências.

Mil setecentos e oitenta (1.780) empregados participaram do Hydro Monitor, a pesquisa de clima organizacional da Hydro, com índice de engajamento de 78%, superior ao ano anterior. No planejamento do programa, 10% das equipes da operação realizaram *workshops* nas áreas e discutiram ações e oportunidades de melhoria para os resultados de cada uma das dimensões avaliadas na pesquisa.

Em treinamento e capacitação foram realizadas 203 ações. O investimento em Treinamento e Desenvolvimento realizado pela Hydro Alunorte totalizou R$ 517.202,00.

O programa de desenvolvimento profissional chamado *My Way* (Meu Jeito, em português) aplicou a metodologia de diálogos de desenvolvimento para 99,14% dos empregados. O *My Way* é um sistema de avaliação de desempenho, de perfil, de metas e de desenvolvimento cíclico.

O programa Jovem Aprendiz formou 81 jovens em 2016, nos cursos de operador de refinaria e operador de processos químicos.

Meio Ambiente

A refinaria atendeu a todos os requisitos legais de meio ambiente aplicáveis às suas atividades, bem como, às licenças ambientais e respectivas condicionantes perante a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (Semade).

Uma das principais ações realizadas junto a Semas foi a manutenção do calendário de reuniões periódicas com a equipe técnica para andamento dos processos de licenciamento. Em 2016, foram concedidas as seguintes licenças e as autorizações junto ao órgão: Autorização de Utilização de Matéria Prima Florestal, que aprova a utilização da madeira proveniente do projeto Depósito de Resíduos Sólidos 2 (DRS 2); Licença de Instalação, que autoriza a continuidade da instalação e realização de testes e comissionamento dos componentes do projeto Filtro Prensa e DRS 2; e Licença de Operação, que libera a operação dos terminais sólidos e líquidos, no porto organizado de Vila do Conde. Pela Agência Nacional de Águas (ANA) foi concedida a Outorga para Lançamento de Efluentes no Rio Pará através da Resolução N° 275, de 17 de março de 2016. Pela Secretaria Municipal de Saúde de Barcarena (Semusb) foi concedida a Licença de Funcionamento.

Ações de conscientização, também suportaram os resultados como a instituição do Comitê de Sustentabilidade de 2016; criação do grupo PMO (sigla em inglês para *Project Management Office)* de Águas, tendo como principal ganho o aumento do nível de segurança operacional do sistema de armazenamento e tratamento de efluentes; revisão do Plano de Gestão de Águas (PGA) da refinaria; atividades que garantiram o melhor resultado de consumo específico de água na planta. Houve ainda a intensificação do controle de solicitações de alimentação e cardápio no restaurante e início da produção no horário administrativo para gestão de perdas, trazendo redução de geração de resíduo orgânico. Foi alcançada a continuidade do projeto de logística reversa e reciclagem dos cartuchos e *tonners* de impressoras; além da implantação do projeto de destinação sustentável das sucatas de pneus; engajamento do comitê ambiental no Programa Hydro Alunorte Mais Sustentável e Diálogos Diários de Segurança e Meio Ambiente (DDSMA) especiais com empresas contratadas.

Na capacitação, houve treinamento do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS) para equipe de medicina, com o alcance do melhor resultado de redução de resíduos da Hydro Alunorte: mais de 8% na geração per capita em relação a 2015. Todas as campanhas de monitoramento previstas para o ano de 2016 foram realizadas. As emissões atmosféricas e a qualidade do ar indicaram os parâmetros de SO2, Material Particulado e PTS de acordo com os limites das Resoluções do CONAMA 382/2006, 436/2011, 08/1990 e 03/1990.

Ainda foram realizados os simulados de derramamento de óleo no rio Pará, conforme CONAMA 398 de 11/06/2008, Plano de Emergência Individual (PEI); de transbordo de efluentes no DRS, conforme Lei Federal nº 12.334/10 – Política Nacional de Segurança de Barragens; e 10 simulados nas áreas operacionais, conforme cronograma do Plano de Atendimento a Emergência (PAE). Em 2016, foi obtido o auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, o Habite-se do Corpo de Bombeiro para o Filtro Prensa e DRS 2.

Gestão empresarial

Em 2016 foram realizadas três auditorias externas: uma visando a manutenção das certificações nas normas de Saúde e Segurança (OHSAS 18001), Meio Ambiente (ISO 14001) e Qualidade (ISO 9001); e duas auditorias para manutenção da certificação nos requisitos da norma de Responsabilidade Social (SA 8000). As auditorias foram conduzidas pelo *Bureau Veritas Certification* (BVC), que manteve as certificações da refinaria em todas as normas. Também foram promovidas três auditorias internas corporativas, sendo uma para as normas OHSAS 18001, ISO 14001 e ISO 9001, e outras duas para a SA 8000.

A gerência geral de Sistemas da Qualidade e BABS manteve o foco na melhoria contínua dos processos e na valorização e reconhecimento das iniciativas dos empregados. O Seminário Integrado de Oportunidades de Melhorias (Siom) chegou a 12ª edição, com a apresentação de 42 trabalhos nas categorias HSE, Inovação e Performance, selecionados previamente nas diversas áreas da planta. Ao final dos três dias de evento, foram reconhecidas duas melhorias de cada uma das três categorias, para cada um dos dois grupos (da base operacional e mantenedores; e de engenheiros e técnicos), totalizando 12 prêmios.

O processo de consolidação das ferramentas do Sistema de Gestão da Área de Bauxita & Alumina (BABS) continuou na Hydro Alunorte. A filosofia do BABS é inspirada no TPS (sigla em inglês para Sistema de Produção Toyota) e têm ações fundamentadas nos princípios de Processos de Trabalhos Padronizados, Relações definidas entre Cliente e Fornecedor, Fluxo Otimizado, Equipes Dedicadas e Liderança Visível.

O ano também foi produtivo na consolidação da utilização e na padronização da forma do *Daily Management System* (DMS, sigla em inglês para Sistema de Gestão Diário), em três níveis organizacionais. Aprofundou-se a discussão sobre os indicadores, e ganhou-se agilidade, garantindo a análise adequada de eventuais desvios, trazendo com isso soluções efetivas sobre as causas raízes e, como consequência, a melhoria contínua dos processos. É importante ressaltar que se iniciou a sistemática de DMS no 2º nível na Manutenção. Isso permitiu desenvolver significativamente e solidamente na análise e evolução dos parâmetros do segmento.

Além disso, foi estruturada a sistemática do WOC (sigla em inglês para *Walk*, *Observe and Communicate,* na tradução: caminhar, observar e comunicar), com o estabelecimento de calendário, participação, forma, conteúdo a ser observado, sistemática de acompanhamento dos desvios observados, entre outras oportunidades. Em julho, iniciou a sistemática do Escritório de Gestão de Projetos (PMO, na sigla em inglês), com a seleção de oito temas. Os trabalhos foram selecionados a partir de oportunidades previamente identificadas. Foi ainda consolidada a sistemática de Análise de Grandes Perdas, que pela maneira estabelecida têm suas causas fundamentais identificadas e bloqueadas, evitando as repetições. Para isso, foi utilizado o Portal Sim, *software* destinado para registro de ações corretivas e preventivas da refinaria, assim como da documentação gerada em todas as etapas da tratativa. O sistema é dotado de diversos filtros, o que permite adequada gestão do conhecimento gerado (em banco de dados) pelo processo de tratamento e bloqueio dos desvios analisados. As equipes continuaram a utilizar a metodologia do *Kaizen,* que tem a proposta de buscar uma contínua melhoria com a eliminação de desperdícios e o aumento da produtividade, sendo sucesso em diversas áreas da refinaria, com foco ainda na redução de custos, por meio da análise e melhoria contínua dos processos, em especial, na avaliação da rotina portuária.

Saúde e segurança do trabalho

Alinhado aos valores da companhia, os programas de saúde e segurança do trabalho são os principais elementos de prevenção de doenças e acidentes dos empregados. Os processos de gestão somados aos esforços de todos os empregados resultaram na diminuição no número de incidentes registráveis, entre 2015 e 2016, com empregados contratados: de 14 para 13. Com relação ao número de incidentes registráveis com empregados próprios, ocorreram oito incidentes, mesmo número do ano anterior. Em 2016, foi feita uma revisão na forma de cálculo de Homem Hora Trabalhada (HHT), de forma que, apesar de ter ocorrido, o mesmo número de incidentes com empregados próprios, a taxa ficou em 2,3 incidentes por milhão de HHT, acima do valor de 1,8 do ano anterior. Uma revisão na forma de cálculo de HHT também foi realizada para as contratadas, mas com ajustes menos significativos, que associada a um menor número de incidentes, resultou em uma taxa de 2,3 incidentes por milhão de HHT, abaixo da taxa de 2,5 do ano anterior.

Entre as principais ações realizadas destaca-se a implantação do programa Liderança em Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSMA), que contemplou uma Análise de Clima e Cultura de SSMA feita por uma consultoria especializada, a realização dos treinamentos da Melhoria do Desempenho Humano e Organizacional (MDHO) e da Abordagem e Observação Comportamental para toda a liderança; além da renovação do Diálogo Diário de Segurança (DDS) incluindo a Tarefa de Alto Risco do Dia (TARD) e a realização de sessões de *coaching* dos líderes no campo para fazer observações comportamentais. Também foi implantada a auditoria da gestão de SSMA nas áreas operacionais (para verificação de ferramentas diversas) e com compartilhamento diário no DMS da Diretoria, além da implementação de inspeções especiais, como: arrastão de segurança; inspeção de equipamentos móveis e inspeção focada em controles operacionais.

Na área de Higiene Ocupacional foi realizada a revisão do Inventário de Riscos Ergonômicos; implementação do senso de ergonomia nos exames periódicos; aplicada uma de série de Diálogos Diários de Segurança (DDS) sobre fatores de riscos ergonômicos; cumpridas 100% das ações previstas no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) (em atendimento ao requisito legal); realizada de análise qualitativa para 100% dos grupos de exposição no programa WERA (sigla em inglês para *Work Envioronment Risk Analisys,* na tradução: Avaliação do Ambiente de Trabalho).

No campo da Saúde e Qualidade de Vida manteve-se a renovação da licença da vigilância sanitária; realizou-se 100% dos exames ocupacionais programados; aplicação da auditoria da consultoria Ius Natura; realização de 100% das campanhas programadas (a saber: luta contra o mosquito *Aedes aegypti*; campanha de Carnaval integrada CIPA e HSE; igualdade homem x mulher; Semana da Saúde - hipertensão e diabete; campanha de vacinação; saúde do homem; a importância da ginástica; Outubro Rosa contra o câncer de mama; Novembro Azul contra o câncer de próstata; e Dezembro Vermelho com prevenção a DST/AIDS).

As ações citadas adicionadas aos esforços, ferramentas, programas e pessoas premiaram a refinaria com a melhor performance em SSMA no reconhecimento global Hydro, em Oslo, o Prêmio do Presidente, uma confirmação do trabalho de melhoria contínua, executado por todos os empregados e lideranças da refinaria.

continua

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2016 da **ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S.A.**

Investimentos - projetos especiais 2016

Projeto	Desembolso em 2016 (R$ M)	Acumulado (R$ M)	Avanço físico em 2016 (%)	Acumulado (%)
Modernização da Subestação (Tag 56A)	5,213	14,316	7%	100%
Reforma dos Filtros de Hidrato (Tag 9AB)	5,517	6,522	28%	99%
Fabricação da Linha de Transbordo do Espessador (Tag T-6C-4X)	0,520	0,520	100%	100%
Reforma das Caldeiras (Alstom A e B)	19,618	43,749	29%	100%
Cabo reserva da Linha de Transmissão 230 kV	1,564	2,313	12%	85%
Recuperação da Estrada (DRS)	19,653	21,750	87%	100%
Recuperação do Sistema de Drenagem (DRS)	3,554	4,525	63%	100%
Novas tubulações dos Tanques de Hidrato (TAG 9C)	2,159	2,159	93%	93%
Reforma das Bacias de efluentes (Tag 82 C e D)	1,204	1,204	100%	100%
Novos Quiosques (RH)	0,185	0,185	100%	100%
Aquisição de Sobressalentes	6,209	6,209	84%	84%
Aquisição de novos equipamentos para Laboratório (Metrohms)	1,208	1,208	100%	100%
Aquisição de novos equipamentos para Laboratório (Malvern)	0,391	0,391	100%	100%
Reforma de trilhos e dormentes (Área 01)	0,741	0,741	49%	49%
Novos Poços de Captação	2,037	6,317	27%	100%
Novo Sistema de distribuição da área 09A	1,893	3,934	23%	100%
Filtro Prensa e DRS 2	424,065	809,124	23%	99%

A Hydro Alunorte, no ano de 2016, investiu em Pesquisas e Desenvolvimento (P&D) o montante de R$ 11 milhões, como também dispendeu mais R$ 17,5 milhões em aquisição externa de novas tecnologias e outros conhecimentos.

Engajamento e Desenvolvimento Social

Em 2016, a Hydro Alunorte desenvolveu ações de relacionamento com *stakeholders* diversos e de investimento social. Para aprimorar o relacionamento com os públicos de interesse, manteve as iniciativas de engajamento. O sistema Canal Direto, desenvolvido em parceria com as demais empresas do grupo Hydro instaladas no Pará, composto por telefone gratuito, e-mail e formulário online disponível no site da Hydro, onde qualquer pessoa pode registrar uma sugestão, reclamação, solicitação ou pedir informações a respeito das empresas, computou 1.216 interações recebidas pela equipe de Responsabilidade Social, sendo respondidas com o suporte das diversas áreas.

Foram distribuídos 60 mil exemplares das seis edições do jornal Canal Aberto, informativo que divulga as ações e programas desenvolvidos pelas empresas nas comunidades de Barcarena, mais uma ferramenta utilizada para promover a transparência no relacionamento com seus públicos.

Na estratégia de reforçar a aproximação e a transparência com os *stakeholders*, a Hydro Alunorte recebeu cerca de 172 visitantes, entre líderes e comunitários, por meio do Programa de Engajamento, responsável por abrir as portas da refinaria às comitivas formadas por moradores da região. Na programação, os visitantes das comunidades conhecem as instalações fabris, os sistemas de gestão ambiental, os programas de fomento e capacitação da mão-de-obra local e de investimento social da empresa, além dos projetos para a sustentabilidade do negócio.

Em 2016, a Hydro Alunorte participou de três edições do Diálogo Comunitário Itinerante, ação integrada com as empresas da Hydro em Barcarena para ouvir as principais demandas das lideranças das comunidades prioritárias, esclarecer mitos e dúvidas sobre as operações. A primeira aconteceu em junho, no Centro Comunitário de São Francisco Xavier com a presença de 80 pessoas. A segunda em outubro, no Centro Comunitário de Itupanema com a presença de 38 comunitários da região de Itupanema e Vila Nova. Em novembro, foi a vez da comunidade de Vila do Conde, com participação de 88 pessoas.

A refinaria promoveu, em dezembro, o 3º Diálogo Comunitário, com a participação de 48 lideranças de diferentes localidades de Barcarena, entre representantes de centros comunitários, associações, cooperativas e organizações não governamentais. Realizado no auditório da refinaria, o objetivo é estreitar laços, por meio do diálogo claro entre a sociedade civil organizada e a empresa.

O programa Educação pra Gente, desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento Social de Barcarena (Semed) e Unidade Regional de Educação (3ª URE), com o apoio da Universidade do Estado do Pará (Uepa), continuou com o foco na redução dos índices de violência nas escolas e contribuição para a melhoria da educação em Barcarena. Neste ano, participaram das atividades educacionais 16 escolas, 268 professores e 3.802 alunos do ensino fundamental e médio. Entre as atividades destacam-se: o Fórum de Educação Social, com a apresentação dos resultados das atividades desenvolvidas nas escolas e a premiação dos destaques de 2016, que foram a Escola Destaque, a Estadual Professor Acyr de Jesus Barros Pereira; o Educador Destaque foi a professor Estanislau Ribeiro da Costa, da escola Arapari; o Aluno Destaque foi Carlos Ângelo Oliveira Júnior, da Escola Municipal Aloysio da Costa Chaves; e o Universitário Destaque que foi Thais Santos da Silva, que atuou como monitora na Escola Estadual Professor Acyr de Jesus Barros Pereira.

O time Alunorte Rain Forest (ARF), braço esportivo do Programa Educação para Gente, participou da Copa da Noruega 2016, torneio de futebol juvenil realizado anualmente na cidade de Oslo, do qual os estudantes de Barcarena participaram pela 16ª vez. Além do time masculino, meninas de Barcarena também entraram em campo defendendo a camisa ARF com a retomada do time feminino, um dos marcos do programa no ano. As seletivas dos estudantes que atuarão em 2017 envolveram 299 alunos, entre meninos e meninas, com idade entre 13 e 16 anos, de 16 escolas do município e foram realizadas nas principais comunidades da região. Para a escolha das equipes masculina e feminina foram avaliados a habilidade técnica, por meio da análise dos profissionais do Sesi contratados, e também rendimento escolar e comportamento em sala de aula por meio da avaliação da parceira Semed.

A Hydro Alunorte lançou ainda o programa Voluntários em Ação, uma iniciativa de todas as empresas da Hydro no Brasil, que tem por objetivo incentivar e apoiar seus empregados na realização de atividades voluntárias destinadas à promoção do desenvolvimento das comunidades nas quais a empresa está presente. O programa teve forte atuação em Barcarena, Abaetetuba e Belém com ações de saúde, cidadania e meio ambiente. Em 2016 foram desenvolvidas 20 ações, com mobilização de 263 empregados voluntários das empresas do grupo Hydro, destes 177 voluntários da refinaria entre empregados diretos, empregados contratados e familiares de empregados.

Metas corporativas para o ano de 2017

Pautados pelos Valores que regem a empresa e de forma alinhada à aspiração de ser Melhor, Maior e Mais Verde, a Hydro Alunorte identifica como principais metas corporativas para o ano de 2017:

- Trabalho contínuo na redução do número de acidentes do trabalho, estabelecendo a cultura do ambiente livre de incidentes para sempre, treinando e capacitando as pessoas para desenvolverem um trabalho seguro no ambiente de trabalho, por meio de ações comportamentais e técnicas;
- Foco em desenvolver e implementar práticas para maior reaproveitamento da água utilizada nos processos de operação da refinaria;
- Manter ou elevar a qualidade dos produtos hidrato e alumina que são produzidos na Hydro Alunorte;
- Manter a estabilidade da produção total no nível 6,3 milhões de toneladas anuais;
- Consolidar e continuar as melhorias do sistema de energia de forma a deixá-lo mais robusto e confiável;
- Garantir os programas de redução de custos e estabilidade para o controle dos custos fixos;
- Consolidar a implementação dos projetos de Filtro Prensa e Área de disposição de Resíduo seco com uso das novas tecnologias;
- Garantir a continuidade da gestão integrada de excelência de processo, manutenção e operação;
- Garantir a padronização do Sistema Diário de Gestão nos níveis operacionais, departamento e diretoria.

Barcarena, 12 de abril de 2017

Carlos Eduardo Neves Diretor-Presidente **Júlio Cézar Vicentin** Diretor

Giuliano Siqueira - Diretor

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Notas	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	49.248	65.756
Contas a receber de clientes - Partes relacionadas	7 e 9	146.276	203.373
Estoques	8	579.463	641.883
Outras contas a Receber:			
Partes relacionadas	9	14.204	5.985
Terceiros		1.555	7.932
Impostos e contribuições a recuperar	10	329.818	288.133
Impostos e contribuições a recuperar sobre o resultado	10	2.888	23.906
Adiantamentos a fornecedores		1.600	13.035
Despesas antecipadas		4.242	2.615
Outros recebíveis		8.243	6.400
		1.137.537	1.259.018
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	610.990	714.431
Impostos e contribuições a recuperar	10	210.951	450.904
Depósitos judiciais	16	80.022	79.733
		901.963	1.245.165
Imobilizado	12	5.872.350	5.240.177
Intangível		17.371	15.911
		6.791.684	6.501.253
Total do ativo		7.929.221	7.760.271

Passivo	Notas	2016	2015
Circulante			
Empréstimos e financiamentos:			
Parte relacionadas	9 e 14	170.613	203.738
Terceiros	14	843.629	1.157.266
Fornecedores:			
Partes relacionadas	9	157.926	200.885
Terceiros	13	299.677	272.927
Arrendamento financeiro	15	11.298	8.246
Impostos e contribuições		28.790	38.298
Salários e encargos sociais		39.853	33.374
Outras contas a pagar - Partes Relacionadas	9	7.228	4.499
Provisões	16	82.713	1.649
Dividendos a pagar	17 (e)	182.485	32.987
Outros		76	165
		1.824.288	1.954.034
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos:			
Partes relacionadas	9 e 14	503.920	805.010
Terceiros	14	-	195.240
Arrendamento financeiro	15	381.369	307.327
Provisões	16	450.142	245.228
		1.335.431	1.552.805
Patrimônio líquido	17		
Capital social:			
Residentes no país		2.301.074	2.301.074
Residentes no exterior		1.486.053	1.486.053
		3.787.127	3.787.127
Reservas de capital		28.020	34.369
Reservas de lucros		954.355	431.936
		4.769.502	4.253.432
Total do passivo e patrimônio líquido		7.929.221	7.760.271

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	2016	2015
Receita líquida das vendas	20(b)	5.699.537	5.995.401
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados		(4.658.258)	(4.401.771)
Lucro bruto		1.041.279	1.593.630
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas e comerciais	18	(72.123)	(59.976)
Gerais e administrativas	18	(55.815)	(70.469)
Remuneração dos administradores	18 e 9(b)	(1.681)	(1.931)
Outras receitas (despesas) operacionais	18	(125.462)	10.910
	18	(255.081)	(121.466)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		786.198	1.472.164
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	19	(55.329)	(59.509)
Receitas financeiras	19	6.791	9.622
Variações monetárias e cambiais líquidas	19	422.129	(1.139.687)
		373.591	(1.189.574)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	11	1.159.789	282.590
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	11	(258.835)	(45.757)
Diferido	11	(103.439)	(19.817)
		(362.274)	(65.574)
Lucro líquido do exercício		797.515	217.016

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2016 da **ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S.A.**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de Reais)*

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	797.515	217.016
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	797.515	217.016

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de Reais)*

Receitas	**2016**	**2015**
Vendas brutas de produtos e serviços	5.779.288	6.081.966
Outras receitas	14.915	20.666
Receitas relativas à construção de ativos próprios	20.200	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	482	(6.944)
	5.814.884	6.095.688
Insumos adquiridos		
Parte relacionada:		
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.849.542)	(1.172.415)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(95.444)	-
	(1.944.986)	(3.056.154)
Terceiros		
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.933.656)	(3.046.221)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(679.573)	(9.933)
	(2.613.229)	(3.056.154)
	(4.558.215)	(6.112.308)
Valor adicionado bruto	1.256.669	1.867.119
Depreciação e amortização	(350.200)	(346.143)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	906.469	1.520.976
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - líquidas	63.515	141.899
IR e CSLL diferidos	(103.439)	(19.817)
Valor adicionado total a distribuir	866.545	1.643.058
Distribuição do valor adicionado		
Salário e encargos	162.595	156.404
Honorários de diretoria	1.681	1.931
Participação dos empregados nos lucros	22.558	16.029
Plano de aposentadoria e pensão	3.548	2.675
Pessoal e encargos	190.382	177.039
Federais	169.828	(85.311)
Estaduais	4.545	3.535
Municipais	6.774	4.019
Impostos, taxas e contribuições	181.147	(77.757)
Juros e variações cambiais	(302.499)	1.326.760
Financiadores	(302.499)	1.326.760
Dividendos propostos	182.485	32.987
Lucros retidos	615.030	184.029
Valor adicionado distribuído	866.545	1.643.058

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de Reais)*

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	797.515	217.016
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	350.200	346.143
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	103.441	19.817
Provisões	9.328	(2.315)
Despesas de provisão para devedores duvidosos	(6.462)	-
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(189.323)	769.086
Despesas com juros de empréstimos	35.125	43.924
Perda por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	3.194	-
Valor residual dos ativos permanentes baixados	4.822	1.867
	1.107.840	1.395.538
Redução (aumento) nos ativos:		
Clientes com partes relacionadas	56.827	(89.456)
Depósitos em garantia	-	6.580
Estoques	74.363	(172.610)
Partes relacionadas - outras contas a receber	(8.219)	1.307
Impostos e contribuições a recuperar	219.701	438.298
Adiantamento a fornecedores	11.435	9.404
Depósitos judiciais	4.539	(15.561)
Outros	9.475	(6.003)
	368.121	171.959
Aumento (redução) nos passivos:		
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	(12.705)	135.591
Partes relacionadas - outras contas a pagar	2.729	(79)
Realização com passivos de longo prazo	(12.594)	-
Impostos, contribuições, salários e encargos sociais a recolher	(3.029)	31.482
Outros	(89)	(1.854)
	(25.688)	165.140
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.450.273	1.732.637
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Adições no imobilizado e intangível	(574.436)	(574.329)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	(574.436)	(574.329)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(708.440)	(1.303.872)
Empréstimos captados a longo prazo - líquido	-	135.400
Juros pagos com empréstimos	(39.973)	(44.633)
Pagamentos de passivo com arrendamento financeiro	(11.985)	(6.688)
Dividendos Pagos	(131.947)	-
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento	(892.345)	(1.219.793)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(16.508)	(61.485)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	65.756	127.241
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	49.248	65.756

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 *(Em milhares de Reais)*

		Reservas de capital			Reservas de lucros				
	Capital social realizado	Ágio na emissão de ações	Sub-venção AFRMM	Incen-tivos fiscais	Legal	Expan-são/ investi-mentos	Dividendos a dispo-sição da assembleia	Lucros acumu-lados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.787.127	28.020	6.954	142.994	104.308	-	-	-	4.069.403
Utilização do AFRMM na amortização de financiamento de embarcações	-	-	(604)	-	-	-	-	604	-
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	217.016	217.016
Reserva Legal	-	-	-	-	10.851	-	-	(10.851)	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	10.869	-	-	-	(10.869)	-
Reversão da utilização da Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	63.953	-	-	-	(63.953)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(32.987)	(32.987)
Reserva de lucros para expansão e investimentos	-	-	-	-	-	98.960	-	(98.960)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.787.127	28.020	6.349	217.816	115.159	98.960	-	-	4.253.432
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	(98.960)	-	-	(98.960)
Utilização do AFRMM na amortização de financiamento de embarcações	-	-	(6.349)	-	-	-	-	6.349	-
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	797.515	797.515
Reserva Legal	-	-	-	-	39.876	-	-	(39.876)	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	34.047	-	-	-	(34.047)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(182.485)	(182.485)
Dividendos a disposição da Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	547.456	(547.456)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.787.127	28.020	-	251.863	155.035	-	547.456	-	4.769.502

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

1. Contexto operacional

A ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A. (ou a "Companhia"), com sede na cidade Barcarena, Pará, foi constituída em junho de 1978, tendo por objetivo principal a industrialização de alumina, matéria-prima na produção de alumínio. A Companhia entrou em operação em 1995, com a capacidade de produção de 1.100 mil toneladas de alumina por ano. Em 1999, devido às melhorias operacionais implantadas, a capacidade nominal plena foi redefinida, passando para 1.500 mil toneladas/ano. Em abril de 2003 a Companhia concluiu o Projeto de Expansão 1 de seu Parque Industrial, elevando a sua capacidade de produção para 2.325 mil toneladas/ano e durante o ano de 2004 a produção atingiu 2.549 mil toneladas/ano. No 1º trimestre de 2006 entraram em operação as linhas 4 e 5 do Projeto de Expansão 2, tendo atingido a plena capacidade de produção, elevando para 4.4 milhões de toneladas/ano a capacidade da planta. No 4º trimestre de 2008 entraram em produção as linhas 6 e 7 do Projeto de Expansão 3, tendo atingido a plena capacidade de produção, elevando para 6,3 milhões de toneladas/ano a capacidade da planta. Em 2016 foram produzidas 6.349 mil toneladas (5.962 mil em 2015) e comercializadas 5.301 mil toneladas no mercado externo (5.109 mil em 2015) e 1.044 mil toneladas no mercado interno (879 mil em 2015), totalizando 6.345 mil toneladas. Conforme divulgado na Nota Explicativa n° 9, parte substancial das operações da Companhia é efetuada com partes relacionadas.

2. Base de apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas práticas são convergentes com as normas internacionais - IFRS e diferem basicamente em função da manutenção do saldo do ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que foi totalmente amortizado em 2015. A diretoria da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 24 de fevereiro de 2017, estando as mesmas sujeitas à aprovação em assembleia de acionistas

A Administração da Companhia, confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

• Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

• Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo;

2.3 Conversão da moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda do principal ambiente econômico, no qual a em-

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2016 da **ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S.A.**

presa atua ("a moeda funcional). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado, no grupo Resultado Financeiro, como Variações Monetárias e Cambiais Líquidas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa nº 4.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, que são prontamente conversíveis em quantias conhecidas de caixa e sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor justo.

3.2 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

a. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem clientes no país e exterior, depósitos em garantia, depósitos judiciais, e caixa e equivalentes de caixa.

b. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

3.2.1 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2016 não havia indicativos de *impairment* envolvendo ativos financeiros.

3.2.2 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2.3 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou Companhia de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

• Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

• Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

• A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;

• Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

• O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

• Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

• Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

• Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.2.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

• *Hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou

• *Hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa);

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Ganho ou Perda com *Hedge*".

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). Entretanto, quando a operação protegida por *hedge* prevista resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo, estoques ou ativos fixos), os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação, no caso dos ativos fixos.

Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge*, todo ganho ou toda perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido quando a operação prevista é finalmente reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Ganho ou Perda com *Hedge*".

3.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda para crédito de liquidação duvidosa "PCLD". Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda, se necessária.

3.4 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.5 Ativos intangíveis

a. Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

3.6 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2016 da **ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S.A.**

também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.
Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.
Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e Instalações Fabris	7 a 50
Equipamentos de Transportes	2 a 20
Máquinas, Equipamentos e Mat. Permanente	2 a 50
Equipamentos e Informáticas	5 a 10
Máquinas equipamentos arrendados	18 a 20
Encargos Capitalizados	17 a 25
ARO	5 a 32

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.
O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.
Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração de resultado como "Outras Receitas Operacionais".

3.7 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.
Em 31 de dezembro de 2016, havia indicativos de *impairment* nos ativos não financeiros (UGC) da Companhia, sendo o teste de *impairment* efetuado havendo a identificação de perdas a serem reconhecidas.

3.8 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.
Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.9 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.
Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os juros pagos com empréstimos estão sendo apresentados na atividade de financiamento dentro da demonstração de fluxo de caixa.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente, são reconhecidos no resultado como despesa financeira.
A Companhia, ao final de cada exercício revisa e atualiza os valores das provisões para fechamento Depósito de Resíduos (DRS). Esta provisão tem como objetivo principal a formação de valores de curto e longo prazo, baseado em estudos técnicos realizados por empresa especializada, no momento de encerramento do ativo. O cálculo desta provisão inicia-se com a avaliação das condições do ativo no momento da provisão. O passo seguinte consiste na formação dos montantes a serem descontados a valor presente pela taxa de juros projetadas a longo prazo (SELIC) que reflita a avaliação das condições de mercado vigentes e dos riscos específicos associados ao passivo a ser desativado (a Companhia utiliza o indicador inflacionário IPCA e adicionalmente um prêmio de risco de mercado de 2,5%). Por fim o montante a valor presente é registrado contabilmente. A revisão dos cálculos desta provisão acontece ao final de cada exercício, se um novo ativo existir, ou se a situação no momento indicar uma necessidade de revisão da provisão. A provisão é constituída inicialmente com o registro de um passivo de longo prazo com contrapartida em um item do ativo imobilizado principal. O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente pela taxa de desconto atualizada (SELIC), e registrado contra o resultado do período, em resultado financeiro (Variações monetárias e cambiais, líquidas). O ativo é depreciado linearmente pela taxa de vida útil do bem principal, e registrado contra o resultado do exercício.

3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.
O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social, com alíquota vigente de 34%, é calculado pelo regime de tributação - Lucro Real, com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Impostos de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.
O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.
O Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.
Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os Impostos de Renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.12 Benefícios a empregados

a. Participação nos resultados e Bônus

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.
O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.13 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

3.14 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia.
A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a. Venda de produtos - Alumina e Hidrato

A Companhia é uma refinaria que produz e vende a alumina calcinada e hidrato de alumínio, sendo este um produto intermediário do processo de fabricação de seu produto final que é a Alumina Calcinada. As vendas de alumina e hidrato ocorre em duas diferentes modalidades: FOB (*Free on Board*) em navios no Porto de Vila do Conde (Barcarena/Pará/Brasil), que são destinadas ao mercado externo, e FOT (*Free on Truck*), que é para o mercado interno. As transferências de título e risco das mercadorias se dão na hora do carregamento, mais precisamente quando o produto ultrapassa a murada do navio (mercado externo), ou quando é disposto no caminhão (mercado interno).
As vendas da Alunorte são feitas apenas para seus acionistas, ou outras partes que receberão a cessão de um acionista, de acordo com as quantidades anuais contempladas nos contratos comerciais. Tais contratos também estipulam a qualidade do produto e as condições de pagamento, contemplando o prazo de 7 dias após data da entrega.
Tanto a alumina quanto o hidrato são vendidos mediante um preço fórmula definido no Acordo Básico de Vendas da Companhia e qualquer alteração desta fórmula é devidamente aprovada pelos acionistas e a última alteração ocorreu em outubro de 2013.

b. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.15 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

CPC 48/IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

CPC 47/IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da America ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicavel a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.
A companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.
A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.
A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A apresentação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC requer que a Administração

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2016 da **ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S.A.**

da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.
Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planejam realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.
As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão assim apresentadas:

4.1 Imposto de Renda/Impostos Diferidos

A determinação da provisão para Imposto de Renda ou o Imposto de Renda diferido ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado. A provisão para desvalorização feita com relação aos prejuízos fiscais acumulados depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro em que o Imposto de Renda diferido ativo foi reconhecido baseada na produção e planejamento de vendas, preços de *commodities*, custos operacionais, planos de reestruturação e custos de capital planejados.
A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro.

4.2 Contingências

As contingências estão registradas quando a probabilidade de perda é considerada provável por nossos consultores jurídicos (Internos e Externos) e estão divulgadas quando a probabilidade é possível. As contingências encontram-se dispostas na Nota n° 16.
O registro das contingências de um determinado passivo na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor de perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

4.3 Redução de valor recuperável de ativos

A Companhia anualmente testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis e intangíveis. A recuperabilidade dos ativos com base no critério do fluxo de caixa descontado depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e dessa forma a Administração entende não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão ou não no futuro.

4.4 Provisão para fechamento do depósito de resíduo sólido

O valor justo é estimado com base no valor presente dos custos de reflorestamento do depósito de resíduo industrial (DRS1 e DRS2 "Fase 1") de lama vermelha. O passivo é reconhecido quando o ativo é construído e está pronto para uso ou quando a obrigação for incorrida se imposta em uma data posterior. As mudanças na valorização do ARO são reconhecidas pela mudança no valor presente do passivo e classificadas como parte da despesa financeira. Passivos que dependam de evento futuro (por exemplo, o período ou método de liquidação) são reconhecidos no valor justo do passivo, se puder ser razoavelmente estimado.

4.5 Provisão para obsolescência de materiais auxiliares

A companhia reconhece como provisão para obsolescência de materiais auxiliares, todos os itens sem movimentação em específico período de tempo, e sem previsão de uso de acordo com avaliação das áreas operacionais. Esta provisão é reavaliada e atualizada anualmente sempre ao final do exercício.

4.6 Arrendamento Mercantil

Os contratos de arrendamento são classificados como arrendamentos financeiros, haja vista que os termos do contrato de arrendamento transferem substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário.
Os arrendamentos financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.
Cada parcela paga do arrendamento financeiro é alocada, parte no passivo e parte aos encargos financeiros. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do contrato. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados durante a vida útil-econômica dos ativos.
Para os arrendamentos mercantis operacionais, os pagamentos das prestações são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

5.1 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.
A gestão de risco é realizada pela área financeira da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A área financeira da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a. Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar americano (USD). O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos.
A administração estabeleceu uma política que exige que Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidas em moeda diferente da moeda funcional da entidade.
O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia fornecido pela Administração baseia-se na sua política de gerenciamento de risco, conforme abaixo:

	2016				2015			
	R$	USD	EUR	NOK	R$	USD	EUR	JPY
Clientes	136.421	41.858	-	-	175.466	44.936	-	-
Empréstimos e financiamentos	(1.509.319)	(463.109)	-	-	(2.347.561)	(601.199)	-	-
Fornecedores	(98.371)	(29.906)	(212)	(460)	(51.167)	(12.992)	(67)	(4.716)
Exposição líquida do balanço patrimonial	(1.744.110)	(534.874)	(212)	(460)	(2.223.262)	(569.255)	(67)	(4.716)

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade abaixo reflete o efeito da variação cambial para os empréstimos de longo prazo em moeda estrangeira que ocorreriam, considerando-se uma variação para mais de 25% e 50% na variável dólar de risco relevante em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Valores representados em milhões.

	Cenário Provável	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Em 31 de dezembro de 2014 Empréstimos (USD)	1.083	(271)	(541)
31 de dezembro de 2015 Empréstimos (USD)	1.000	(250)	(500)
Em 31 de dezembro de 2016 Empréstimos (USD)	672	(168)	(336)

(ii) Risco de taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.
O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Todos os empréstimos de longo prazo da Companhia são em taxas variáveis, mantidas em dólares.
A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. Com base nesses cenários, se necessário, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui dois contratos de longo prazo com taxa de Libor + 0,65% de Juros com Partes Relacionadas e outros quatro com taxa de Libor + juros que variam entre 1,65% a 2,0% com terceiros. Dessa forma a administração entende que a análise de sensibilidade de juros não é representativa do risco inerente de instrumento financeiro.

b. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades com patrimônio líquido acima de 1 bilhão de dólares. No caso de clientes todas as entregas da Companhia são feitas aos próprios acionistas, eliminando por completo qualquer risco de inadimplência.
Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

c. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pela Área Financeira. Esta Área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais, por exemplo, restrições de moeda.
O eventual excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pela Área Financeira. A Área Financeira investe a disponibilidade de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha fundos de aplicações financeiras de curto prazo de R$ 31.394 (2015 - R$ 20.202) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. Em 2016, a Companhia também mantinha outros ativos líquidos (clientes) de R$ 146.276 (R$ 203.373 em 2015).
A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores	473.812	-	-	-
Empréstimos	1.358.634	398.863	603.757	-
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores	464.831	-	-	-
Empréstimos	1.014.243	335.946	167.973	-

No que se refere aos empréstimos vencíveis em até 1 ano, a Companhia pretende e possui condições de quitá-los através de desconto de recebíveis futuros e das perspectivas de realização dos seus fluxos de caixa nos próximos anos.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.
Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.
Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.
Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser assim sumarizados:

	2016	2015
Total dos empréstimos (Nota n° 14)	1.518.162	2.361.254
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota n°6)	(49.248)	(65.756)
Dívida líquida	1.468.914	2.295.498
Total do patrimônio líquido	4.769.502	4.253.432
Total do capital	6.238.416	6.548.930
Índice de alavancagem financeira - %	24	35

5.3 Instrumentos financeiros, valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a per-

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2016 da **ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S.A.**

da (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia adotou o CPC 40 (R1)/IFRS 7 para a mensuração dos instrumentos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, e que requerem divulgação da hierarquia do valor justo.

	Valor Contábil	
	2016	**2015**
Ativos Mensurados pelo valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa - nível 1	49.248	65.756
Total	49.248	65.756
Ativos mensurados pelo custo amortizado		
Contas a receber de clientes	146.276	203.373
Contas a receber outras	15.759	13.917
Total	162.035	217.290
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	299.677	272.927
Fornecedores partes relacionadas	157.926	200.885
Financiamentos	1.518.162	2.361.254
Leasing financeiros	392.667	315.573
Salários e impostos	7.108	6.430
Outros contas a pagar	7.228	4.499
Total	2.382.768	3.161.568

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

• **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

• **Nível 2** - *Inputs* diferentes dos preços negociados, em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

• **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Caixa e bancos	2.764	4.446
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	31.394	20.202
Recebimento no Exterior não Internalizado (i)	15.090	41.108
	49.248	65.756

As aplicações financeiras consistem em Certificados de Depósito Bancário (CDB), com remuneração média de 100% da variação do CDI.

Os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com liquidez diária e efetuadas com bancos de primeira linha.

As aplicações financeiras são resgatáveis a qualquer momento, sem perda do rendimento auferido, de acordo com a necessidade de caixa da companhia.

(i) Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuia recebíveis em moeda US$ disponível no banco Bradesco referente a recebimento de contas a receber no exterior que não foram internalizados dentro do período, devido ao feriado bancário no Brasil, em 31 de dezembro de 2016 . No balanço o valor está registrado em conta transitória de banco e em Janeiro de 2017 o montante foi recebido em conta corrente.

7. Contas a receber de clientes - Partes Relacionadas

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Contas a receber de partes relacionadas - no exterior(i)	136.421	174.976
Contas a receber de partes relacionadas - no país	9.855	28.397
Total Circulante	146.276	203.373

(i) O total de contas a receber no exterior é indexado em US$ (dólares americanos).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o saldo de contas a receber com clientes é composto apenas de títulos a vencer.

8. Estoques

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Produto acabado - Alumina Calcinada	14.222	20.241
Produto acabado - Hidrato	169.482	192.755
Matéria-prima	267.892	301.236
Materiais auxiliares	96.603	92.809
Provisão para obsolescência (Materiais auxiliares)	(21.142)	(13.928)
Importação em andamento outros	52.406	48.770
	579.463	641.883

O custo dos estoques reconhecidos no resultado como "Custo dos produtos vendidos" totalizou R$ 3.729.442 (2015 - R$ 3.543.889).

9. Partes relacionadas

a. Transações e saldos

Os saldos destas contas estão representados por valores a receber e/ou a pagar relativos a transações comerciais, que têm como base o valor de mercado das *commodities* correspondentes, prestação de serviços, bem como por financiamentos remunerados pelas taxas mencionadas na Nota 14 com prazos semestrais de pagamento dos juros. Todas as transações possuem contratos formais com prazos de pagamento/recebimento definidos.

	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Albras - Alumínio Brasileiro S.A.	10.237	1.693	29.051	55
Mineração Paragominas S.A.	4.388	114.248	2.765	140.496
Hydro Aluminium International S.A.	31.894	1.093	90.228	176
Mineração Rio do Norte - MRN	7.040	22.292	2.044	46.112
Hydro Aluminium AS	104.528	5.689	84.939	3.786
Norsk Hydro ASA	-	674.533	-	1.008.802
Norsk Hydro Brasil Ltda.	329	9.880	207	14.181
Companhia de Alumina do Pará - CAP	2	-	124	2
Hydro Energy AS	-	446	-	483
Hydro Energia Ltda.	2.062	9.813	-	39
	160.480	839.687	209.358	1.214.132

Esses saldos com partes relacionadas estão incluídos nas seguintes contas do balanço patrimonial:

	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Ativo circulante:				
Clientes	146.276	-	203.373	-
Outras contas a receber	14.204	-	5.985	-
Passivo circulante:				
Empréstimos e financiamentos	-	170.613	-	203.738
Fornecedores	-	157.926	-	200.885
Outras contas a pagar	-	7.228	-	4.499
Passivo não circulante: Empréstimos e financiamentos	-	503.920	-	805.010
	160.480	839.687	209.358	1.214.132

As transações comerciais e financeiras com partes relacionadas são os seguintes:

	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Receita	**Despesa/Custo**	**Receita**	**Despesa/Custo**
Venda de alumina:				
Albras - Alumínio Brasileiro S.A.	841.320	-	906.250	-
Norsk Hydro Brasil Ltda.	2.652	-	1.300	-
Companhia Brasileira de Alumínio - CBA	174.917	-	51.370	-
Hydro Aluminium ASA	1.987.017	-	2.479.293	-
Hydro Aluminium International S.A.	2.637.698	-	2.332.469	-
Mitsui and Co. Ltd.	125.680	-	229.456	-
Votorantim GMBH	-	-	57.795	-
Venda de serviços e outros:				
Mineração Paragominas S.A.	-	-	100	-
Compra de matéria-prima e serviços:				
Mineração Paragominas S.A.	-	(1.210.998)	-	(1.172.415)
Norsk Hydro Brasil Ltda.	-	(2)	-	(7.250)
Mineração Rio Norte S.A. - MRN	-	(608.749)	-	(501.440)
Companhia Alumina do Pará - CAP	-	(417)	-	-
Norsk Hydro ASA, HKO	-	(116)	-	-
Albras - Alumínio Brasileiro S.A.	-	(6.377)	-	-
Hydro Energia - EGA	-	(86.642)	-	-
Com vendas e comerciais:				
Hydro Aluminium International S.A.	-	(1.683)	-	(910)
Hydro Aluminium AS	-	(1.532)	-	(1.206)
Mitsui and Co. Ltd.	-	(75)	-	(46)
Votorantim GMBH	-	(60)	-	(235)
Norsk Hydro Brasil Ltda.	-	(4)	-	(51)
Outras despesas operacionais:				
Norsk Hydro ASA, HKO	-	(33)	-	-
Norsk Hydro Brasil Ltda.	-	(86.437)	-	(48.039)
Hydro Energy AS	-	(2.149)	-	(47)
Albras - AlumÍnio Brasileiro S.A.	-	(927)	-	-
Hydro Aluminiun AS, Projects	-	(1.108)	-	-
Hydro Aluminiun AS BAB	-	(103)	-	-
Hydro Energia - EGA	-	(1.000)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas:				
Albras - AlumÍnio Brasileiro S.A.	-	(917)	-	(33)
Norsk Hydro Brasil Ltda.	-	(941)	-	(4.036)
Norsk Hydro ASA, HKO	-	-	-	(82)
Hydro Aluminum International AIS	-	(9.246)	-	(6.994)
Hydro Aluminum International ACS	-	(147)	-	(155)
Hydro Aluminum AS BAB	-	(362)	-	(385)
Financeiras e variações monetárias e cambiais:				
Norsk Hydro ASA	148.333	-	-	(364.692)
Hydro Aluminum Other Units	365	-	-	(1.100)
Hydro Aluminium AS CMN	-	(8.710)	-	-
Hydro Aluminum International S.A.	-	(3.080)	13.450	-
Mitsui and Co. Ltd.	-	(2.788)	1.097	-
Votorantim GMBH	-	-	1.230	-

Os valores referentes a estas transações estão incluídos nas seguintes contas da demonstração do resultado:

	2016	**2015**
Receita operacional bruta - venda de produtos e serviços	5.769.284	6.058.033
Custo dos produtos vendidos e serviços	(1.913.299)	(1.681.105)
Gerais e Administrativas	(11.614)	(11.655)
Com Vendas e Comerciais	(3.354)	(2.448)
Resultado Financeiro líquido	(11.417)	(11.354)
Variações monetárias e cambiais líquidas	145.537	(338.661)
Outros	(91.757)	(48.086)
	3.883.380	3.964.724

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2016 da **ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S.A.**

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

	2016	2015
Remuneração e encargos da diretoria	(1.681)	(1.931)
	(1.681)	(1.931)

10. Impostos e Contribuições a recuperar

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	2	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	834	2.054
Reintegra - Decreto 7633	41.292	92.544
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	399.736	534.776
Programa de Integração Social - PIS	98.904	109.663
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.827	1.370
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	62	22.536
	543.657	762.943
Circulante	332.706	312.039
Não Circulante	210.951	450.904
	543.657	762.943

A partir de dezembro de 2011 a ALUNORTE passou a contabilizar o Reintegra, que é um benefício às empresas produtoras que efetuem exportação de bens manufaturados e podem apurar valor para fins de ressarcir parcial ou integralmente o resíduo tributário existente na sua cadeia de produção. O valor é calculado mediante a aplicação do percentual, que em 2016 foi de 0,1%, sobre a receita decorrente da exportação de bens produzidos pela pessoa jurídica em referência. Foi criado pela Lei 12.546 de 2011 e está regulamentado atualmente pelo Decreto Lei 8.543 de 21/10/2015. Em 2016 a companhia recebeu valores referentes a créditos de Reintegra de exercícios anteriores.

Os impostos a recuperar de longo prazo referem-se substancialmente a PIS e COFINS sobre insumos que a Companhia compensa com outros tributos federais, Imposto de Renda e Contribuição Social oriundos de incentivo fiscal. Projeções feitas pela Companhia indicam total recuperação do saldo reconhecido em 31 de dezembro de 2016.

11. Impostos de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do Imposto de Renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a. Reconciliação do benefício (despesa) do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2015
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.159.789	282.590
Alíquota combinada do Imposto de Renda e da Contribuição Social	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação	(394.328)	(96.081)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Incentivo Fiscal -	34.047	10.869
Adições - itens permanentes		
Reintegra	1.615	19.775
Outros	(3.608)	(137)
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício	(362.274)	(65.574)
Do exercício	(258.835)	(45.757)
Diferido	(103.439)	(19.817)
Alíquota efetiva	31%	23%

b. Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

A Companhia obteve da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM uma redução 75% do Imposto de Renda para uma produção maior que 3.200 mil toneladas/ano limitada até 4.800 mil toneladas/ano para o período de 2007 a 2016. No exercício de 2016 foi reconhecido o montante de R$ 34.047, referente ao Incentivo Fiscal de subvenção para investimento (SUDAM), R$ 10.869 em 2015.

c. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social

Os saldos de ativos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Prejuízos Fiscais de Imposto de Renda	402.544	494.900
Base Negativa de CSLL	144.916	178.164
Provisão para Obsolescência	7.188	4.735
Provisão para Participação nos Resultados	7.505	5.805
Fechamento DRS	25.987	15.827
Provisão para Contingências	10.134	6.963
Perdas com Devedores Duvidosos	74	238
Exaustão DRS	11.552	7.790
Provisão para redução de valor recuperável	1.086	-
Outros	4	9
Não circulante	610.990	714.431

Os créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais, para os quais não há prazo limite para utilização, e das diferenças temporárias, foram registrados com base na expectativa de geração futura de resultados tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos fiscais diferidos reconhecidos no balanço patrimonial são de R$ 610.990 (714.431 em 2015), pois é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios. O valor do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado é de R$ 1.609.601 (R$ 1.979.875 em 2015).

Como a base tributável do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social para os quais os ativos fiscais diferidos estão sendo reconhecidos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2016, não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

12. Imobilizado

a. Composição do saldo

	Terrenos, Edificações e Instalações Fabris	Equipamentos de Transportes	Máquinas, equip. e mat. permanente	Equi/ aplicat. informática	Encargos Capitalizados	ARO	*Leasing* Navio	Total em Operações	Imobilizado em curso	Imobilizado Total
Em 31 de dezembro de 2015										
Saldo inicial	660.051	19.092	3.467.518	2.878	302.886	56.122	155.726	4.664.273	237.525	4.901.798
Aquisição	-	-	-	-	-	-	-	-	676.532	676.532
Transferência	5.628	3.337	193.786	4.947	7.986	105.462	-	321.145	(321.145)	-
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.867)	(1.867)
Ajuste	-	(206)	-	-	-	-	-	(206)	206	-
Depreciação/Exaustão	(56.793)	(7.533)	(236.902)	(4.822)	(17.803)	(4.648)	(7.786)	(336.286)	-	(336.286)
Saldo contábil, líquido	608.886	14.690	3.424.402	3.003	293.069	156.936	147.940	4.648.926	591.251	5.240.177
Saldo em 31 de dezembro de 2015										
Custo	827.900	33.540	4.521.076	57.465	379.194	179.848	170.000	6.169.022	591.251	6.760.273
Depreciação	(219.013)	(18.850)	(1.096.674)	(54.462)	(86.125)	(22.912)	(22.060)	(1.520.096)	-	(1.520.096)
Saldo contábil, líquido	608.886	14.690	3.424.402	3.003	293.069	156.936	147.940	4.648.926	591.251	5.240.177
Em 31 de dezembro de 2016										
Saldo inicial	608.886	14.690	3.424.402	3.003	293.069	156.936	147.940	4.648.926	591.251	5.240.177
Aquisição	-	-	-	-	-	-	-		996.681	996.681
Transferência	169.357	3.906	283.452	2.112	11.048	259.359	170.000	899.235	(899.235)	-
Baixa	-	(4.815)	-	(8)	-	-	-	(4.822)	-	(4.822)
Ajuste	-	(3.195)	-	-	(7.986)	-	-	(11.181)	7.986	(3.195)
Depreciação/Exaustão	(58.218)	(5.158)	(247.789)	(966)	(17.987)	(11.063)	(15.308)	(356.490)	-	(356.490)
Saldo contábil, líquido	720.026	5.428	3.460.065	4.141	278.144	405.232	302.631	5.175.668	696.683	5.872.350
Saldo em 31 de dezembro de 2016										
Custo	997.257	29.436	4.804.528	59.569	382.256	439.207	340.000	7.052.254	696.683	7.748.936
Depreciação	(277.231)	(24.008)	(1.344.463)	(55.428)	(104.112)	(33.975)	(37.369)	(1.876.586)	-	(1.876.586)
Saldo contábil, líquido	720.026	5.428	3.460.065	4.141	278.144	405.232	302.631	5.175.668	696.683	5.872.350

b. Outras informações

A depreciação do período, alocada ao custo de produção e às despesas (Gerais e administrativas), monta a R$ 352.936 (2015 - R$ 307.510), R$ 3.554 (2015 R$ 2.393).

13. Fornecedores

Terceiros:	2016	2015
País	208.534	226.258
Exterior	91.143	46.669
	299.677	272.927

14. Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são mantidos em dólares americanos.

	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
No país - Terceiros				
Adiantamento Contrato de Câmbio - ACC e Pré-pagamento				
Principal - (a) (d)	837.426	-	1.146.059	195.240
Encargos	6.203	-	11.207	-
	843.629	-	1.157.266	195.240
No exterior - Partes relacionadas				
Norsk Hydro ASA - Pré-pagamento				
Principal (b)	110.809	332.428	132.763	531.053
Encargos	1.742	-	1.640	-
Norsk Hydro ASA.				
Principal (c)	57.164	171.492	68.489	273.957
Encargos	898	-	846	-
	170.613	503.920	203.738	805.010
	1.014.242	503.920	1.361.004	1.000.250

(a) ACCs - Com vencimento entre janeiro a abril de 2017 equivalentes (valor do principal) a US$ 256,950 em 31 de dezembro de 2016 (US$ 143,500 em 2015). Com taxas anuais entre 0,6% a 1,52%.

(b) Norsk Hydro ASA. - Pré-Pagamento - Vencíveis entre abril de 2017 a outubro de 2020, equivalente (valor do principal) a US$ 136,000.

(c) Norsk Hydro ASA. - Vencíveis entre abril de 2017 a outubro de 2020, equivalentes (valor do principal) a US$ 70,159.

(d) Os contratos de Pré-pagamento que a empresa mantinha no balanço em 31 de dezembro de 2015 foram todos quitados dentro do exercício de 2016 seguindo os prazos de quitação previstos em contrato.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados a longo prazo (não circulante) se aproximam ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as posições em aberto são as seguintes:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
2017	-	396.492
2018	167.973	201.252
2019 até 2020	335.947	402.506
	503.920	1.000.250

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2016 da **ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S.A.**

a. Garantias

Em dezembro de 2006, a Companhia celebrou um contrato de financiamento com Japan Bank for International Corporation - JBIC e Norsk Hydro N.V. no valor total de US$ 340.000 mil e US$ 175.398 mil, respectivamente, com o objetivo de financiar parte de seus investimentos para o novo projeto de expansão - Projeto de Expansão 3. O total desses empréstimos era de US$ 515.398 mil.

De acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos junto ao JBIC, os pagamentos de principal e juros ocorreriam semestralmente. A primeira parcela do principal teria vencimento em abril 2011 e a última em outubro de 2020. A primeira parcela dos juros teve início em abril de 2007 e encerraria em outubro de 2020. Em 2009, face a reestruturação financeira da Companhia, a administração decidiu pela extinção do contrato mantido junto ao JBIC e a Vale S.A. assumiu a dívida e as garantias mantidas com essa instituição financeira. Em contrapartida, a Companhia assumiu uma dívida de pré-pagamento de exportação junto a Vale International S.A. com as mesmas características mantidas com a anterior instituição financeira, JBIC.

A garantia atrelada ao contrato de empréstimo junto ao JBIC foi extinto com a assunção da dívida pela Vale S.A.. Uma nova garantia foi dada a Vale S.A. pelos acionistas da ALUNORTE, de acordo com o percentual de participação acionária: Companhia Brasileira de Alumínio - CBA (3,62%), Nippon Amazon Aluminium Co. Ltd. - NAAC (2,59%), Mitsui &Co. Ltd. (2,19%) and Japan Alunorte Investment Co. - JAIC (0,54%).

A partir de 1º de março de 2011 com a transferência dos ativos da Vale S.A. para Norsk Hydro ASA, as garantias em nome da Vale S.A. passaram a ser de responsabilidade da Norsk Hydro N.V., assim como o credor do empréstimo, originalmente junto ao JBIC, foi transferido da Vale International S.A. para Norsk Hydro N.V. A partir de novembro de 2013 esse credor foi substituída de Norsk Hydro N.V para Norsk Hydro ASA.

Em 31 de dezembro de 2016 os saldos (excluindo os encargos) de empréstimos com a Norsk Hydro ASA. totalizavam de R$ 503.920 (R$ 1.000.250 em 2015).

b. Financiamento para projeto de expansão 3

Em 21 de dezembro de 2006 foi contratada uma nova linha de crédito junto ao Japan Bank for International Corporation - JBIC e Norsk Hydro N.V. no valor de US$ 340,0 milhões, e US$ 175,4 milhões, respectivamente, totalizando US$ 515,4 milhões, com a finalidade de financiar parte da expansão 3 da Alunorte, que elevará a sua capacidade para 6,3 milhões de toneladas anuais. Esse contrato terá carência de 4 anos, o principal será amortizado em 20 parcelas semestrais de abril de 2011 a outubro de 2020 e o pagamento dos juros será semestral a partir de abril de 2007 a outubro de 2020. Até 31 de dezembro de 2008, foram liberados US$ 340,0 milhões pelo Japan Bank for International Corporation - JBIC e US$ 175,4 milhões pela Norsk Hydro N.V. totalizando US$ 515,4 milhões. Em função da reestruturação que a Companhia passou em 2009, o contrato com o JBIC foi assumido pela Vale S.A..

A partir de 1º de março de 2011 as operações de US$ 340,0 milhões e US$ 175 milhões foram assumidas pela Norsk Hydro N.V. A partir de novembro de 2013 o credor foi substituído de Norsk Hydro N.V para Norsk Hydro ASA.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo destes empréstimos é de US$ 206,159 (US$ 257,699 em 2015).

15. Passivos de arrendamento financeiros

	Pagamentos mínimos futuros de arrendamento		Juros		Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Menos de um ano	38.427	30.075	27.129	21.829	11.298	8.246
Entre um e cinco anos	192.133	150.376	122.147	99.293	69.986	51.083
Mais de cinco anos	461.118	390.976	149.735	134.732	311.383	256.244
Total	691.678	571.427	299.011	255.854	392.667	315.573

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2013, começou a ser utilizada a primeira embarcação para transporte marítimo e fluvial de bauxita a granel adquirida da Companhia de Mineração Rio do Norte S.A, localizada em Porto Trombetas /PA. O contrato de prestação de serviços de transporte foi pactuado em 20 de abril de 2009 com a Log-in Logística Intermodal S.A e prevê a construção e utilização de duas embarcações exclusivas especializadas no transporte de bauxita a granel e construídas com especificações apropriadas aos portos de embarque e destino utilizados nas operações da Companhia. O prazo de vigência do contrato iniciou em 1 de janeiro de 2010 e encerrará em 31 de dezembro de 2034.

Em dez/2016 foi concluído a transferência dos ativos da empresa Log-in Logísticas Intermodal S.A. para a Hidrovias do Brasil, inclusive a propriedade das embarcações Tucunaré e Tambaqui, e a cessão do contrato firmado entre a Log-in e a Alunorte - Alumina do Norte do Brasil.

O aumento nos saldos com arrendamento financeiro no balanço ocorreu exclusivamente pela entrada em operação da segunda embarcação para transporte de bauxita, conforme previsto em contrato.

Apesar do acordo não ter a forma legal de um arrendamento, a Companhia concluiu que o acordo contém o arrendamento do equipamento, uma vez que o cumprimento do acordo é economicamente dependente da utilização do equipamento, sendo improvável que quaisquer partes, exceto a Companhia, venham a utilizar a embarcação construída de acordo com as especificações requeridas pelas operações da Companhia.

O arrendamento foi classificado como um arrendamento financeiro. A Companhia não pode estimar de forma confiável os valores justos relativos ao elemento de arrendamento e outros elementos dos pagamentos necessários. Assim, no início do arrendamento a Companhia reconheceu um ativo e um passivo em um montante igual ao valor justo estimado do equipamento. Os custos financeiros atribuídos ao passivo foram determinados com base na taxa de juros de 7% a.a..

16. Provisões, Contingências e Depósitos judiciais

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais**:**

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Trabalhistas	6.656	3.690	3.749	5.213
Cíveis	-	-	11.251	2.359
Tributárias	73.366	76.043	14.807	12.907
Restauração dos depósitos de resíduos (Nota 3.10)	-	-	503.048	226.398
	80.022	79.733	532.855	246.877

A movimentação dos depósitos judiciais e das provisões no exercício de 2016 e 2015 está demonstrada a seguir:

	Depósitos Judiciais	Provisões
Saldo inicial	57.197	129.420
Adições	21.887	112.160
Baixas	(6.326)	(10.277)
Atualizações monetárias	6.975	15.574
Saldo em 31 de dezembro de 2015	79.733	246.877
Adições	2.381	270.932
Baixas	(6.919)	(14.838)
Atualizações monetárias	4.827	29.884
Saldo em 31 de dezembro de 2016	80.022	532.855

a. Natureza das provisões

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A Companhia mantém constituída em 31 de dezembro de 2016 provisões dessa natureza no passivo não circulante de R$ 29.807 (R$ 20.479 em 2015).

A companhia possui um local específico para armazenamento dos seus resíduos de produção. Estes resíduos são armazenados em Depósito de Resíduos Sólidos (DRS1) em uma área estimada de 260 hectares, cujo fechamento e reabilitação estão previstos para o período compreendido entre 2016 a 2030.

Em dezembro de 2015 foi constituída uma nova provisão para o DRS2 (“fase 1”) em uma área estimada de 200 hectares, com previsão de iniciar a operação da sua primeira fase em agosto 2016, cuja a reabilitação progressiva está prevista para o período compreendido entre 2018 a 2026.

Para cobertura dos custos com a recuperação e reabilitação da áreas destinadas ao DRS’ 1 e 2 e a reabilitação em outras áreas a título de compensação, a Companhia mantém constituída em 31 de dezembro de 2016 uma provisão de R$ 82.713 no passivo circulante (R$ 1.649 em 2015) e R$ 420.335 no passivo não circulante (R$ 224.749 em 2015).

b. Perdas contingenciais possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída considerando que é mais provável que não existe uma obrigação presente na data do balanço, conforme composição e estimativa a seguir:

	2016	**2015**
Tributárias(i)	628.204	632.800
Cíveis	47.753	39.665
Trabalhistas	225.886	226.802
Ambiental	57.665	45.957
	959.508	945.224

(i) A natureza das contingências tributárias referem-se, principalmente, aos questionamentos pelo não recolhimento de Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre conexão de energia elétrica entre os anos de 2007 a 2012, a glosas ocorridas em pedidos de restituição ou compensação de créditos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) realizados entre os anos de 2005 e 2012 e à discussão sobre a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre equipamentos considerados edificações exigido entre os anos de 2010 a 2015.

17. Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social subscrito é composto por 2.209.966 mil ações ordinárias, 115.434 mil ações preferenciais classe C, sem valor nominal e 447.479 mil ações preferenciais classe A, com valor nominal.

As ações preferenciais Classe C são asseguradas: (1) o direito de prioridade na distribuição de ativos residuais no caso de liquidação da Companhia; (2) prioridade na distribuição de dividendos, com direito de receber dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (3) dividendo mínimo anual de 1%, não cumulativo, calculado sobre a parcela do capital constituído por essa classe de ações; (4) direito a voto caso o dividendo mínimo anual de 1% não tiver sido pago durante um período de 3 anos consecutivos, iniciando-se a partir da data em que a fábrica tiver alcançado uma produção acumulada de 2.325 mil toneladas métricas de alumina ao longo do ano.

Em AGE realizada em 21 de setembro de 2010, nos termos do acordo de acionistas da Alunorte, firmado em 19 de agosto de 1993, foi aprovada a transferência para a Ananke Alumina S.A. da totalidade da participação acionária da Vale S.A. no capital social da Companhia, representada por 1.304.250.027 ações ordinárias, 197 ações preferenciais Classe “A” e 21.992.308 ações preferenciais Classe “C”.

Em AGE de 18 de setembro de 2012 os acionistas aprovaram a proposta de aumento de capital social da Companhia no valor total de R$ 819.961.820,60 mediante a emissão de 447.479.710 ações preferenciais de classe A, com valor nominal de R$ 1.8324 por ação a serem integralizadas em 4 parcelas de novembro de 2012 a fevereiro de 2013. As novas ações preferenciais emitidas serão totalmente subscritas e integralizadas pelos seguintes acionistas, de acordo com Boletim de Subscrição de Ações. Ananke Alumina S.A., Hydro Aluminum Brasil Investment BV e Mitsui & Co., Ltd.

A partir de 2013 a participação acionária passou a ser a seguinte: Ananke Alumina S/A 57,7%, Hydro Aluminium Brasil Investment BV 34,43%, Companhia Brasileira de Alumínio 3,03%, Nippon Amazon Aluminium CO., Ltd 2,17%, Mitsui & CO., Ltd 2,22% e Japan Alunorte Investment CO., Ltd 0,45%. Não houve nenhum outra mudança com relação a participação dos acionistas nos últimos anos.

b. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Com base no estatuto social da Companhia,após a constituição da reserva legal será destinado 25% do lucro liquido para atendimento ao art. 202 da Lei 6.400/76 como dividendos obrigatórios, e os 75% remanescentes serão colocados a disposição da Assembleia Geral que através de proposta da Diretoria deliberará sobre sua destinação.

c. Reserva para incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007). Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de Lucros Acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

d. Subvenção ao Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM

Refere-se a realização de reserva pela depreciação de embarcação, (Rebocador), adquiridos com recursos de Adicional ao frete para renovação da marinha mercante - AFRMM, Recurso que a ALUNORTE tinha direito quando arrendava Navios para o transporte de Bauxita entre os portos de Trombetas e Vila do Conde.

Em fevereiro de 2016 ocorreu a venda do Rebocador Victorio que dava origem a essa reserva, consequentemente a mesma foi extinta.

e. Destinação do resultado do exercício

A administração propôs aos acionistas, com base no artigo 202 da Lei 6.404/76 e no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, a distribuição de 25% de dividendos obrigatórios, após constituição da reserva legal, sobre o lucro a ser distribuído.

Dividendos apurado em 31 de dezembro de 2016:

	2016	**2015**
Lucro Líquido	797.515	217.016
Reserva Legal 5% (lucro líquido do exercício)	(39.876)	(10.851)
Reserva de Incentivos Fiscais	(34.047)	(10.869)

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2016 da **ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S.A.**

	2016	2015
Reversão da ultização da Reserva Incentivos Fiscal exercício de 2014	-	(63.953)
Realização da reserva do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)	6.349	604
Resultado do exercício a ser destinado	729.941	131.947
Distribuição do Lucro do exercício:		
Constituição de dividendos mínimos a Pagar (25%)	182.485	32.987
Dividendos a Disposição da Assembleia Geral	547.456	
Reserva de lucros para Expansão e Investimentos - constituição (i)	-	98.960
	729.941	131.947
Porcentagem da distribuição do resultado	100%	100%

(i) Ato contínuo, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reservas, a distribuição, na forma de dividendos adicionais, do montante dos 75% (setenta e cinco por cento) remanescentes do lucro líquido ajustado, no valor de R$ 98.960.339,16 (noventa e oito milhões, novecentos e sessenta mil, trezentos e trinta e nove reais e dezesseis centavos) propostos previamente pela Diretoria para a constituição da reserva de Expansão/Investimento.

18. (Despesas) receitas operacionais

	Exercício findo em 31 de dezembro 2016	2015
Gerais e Administrativas		
Pessoal	(10.136)	(8.867)
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(19.901)	(19.043)
Propaganda e publicidade	(48)	(581)
Despesas de viagem	(524)	(753)
Alugueis e tributos	(3.108)	(4.285)
Parte relacionadas	(11.614)	(11.655)
Depreciação e amortização	(8.353)	(16.490)
Outras	(2.131)	(8.796)
	(55.815)	(70.469)
Remuneração dos administradores	(1.681)	(1.931)
Com vendas e comerciais		
Parte relacionada	(3.354)	(2.448)
Carga e descarga	(53.836)	(36.483)
Outras	(14.933)	(21.045)
	(72.123)	(59.976)
Outras		
Partes Relacionadas	(91.757)	(48.086)
Pesquisa e Desenvolvimento	(11.246)	(1.335)
Revisão de Vida útil Depreciação	-	(26.383)
Custo com venda de ativos	1.885	(1.867)
Ajuste de inventário	3.568	(3.261)
PIS e COFINS e outras receitas	(218)	(1.408)
Reversão para devedores duvidosos	483	6.944
Reintegra Incentivo - Lei nº 7633	4.750	58.163
Recuperação com Sinistro	-	12.198
Diferimento ICMS - Lei nº 6.307/00	(3.471)	(2.811)
Provisão para perda de valor recuperável	(3.195)	-
Reversão de provisão - processos Trabalhistas	(257)	2.626
(Provisão)/Reversão - processos Cíveis e Tributários	(10.792)	(1.818)
(Provisão) para Obsolescência	(7.215)	(8.821)
Reajuste com Seguro Operacional	(7.520)	-
Despesas com Sinistro	-	(362)
PIS e COFINS a recuperar	-	33.338
Outras despesas operacionais	(477)	(6.207)
	(125.462)	10.910
	(255.081)	(121.466)

19. Resultado financeiro

	Exercício findo em 31 de dezembro 2016	2015
Despesas financeiras		
Encargos empréstimos e financiamentos:		
Internos	(23.708)	(32.569)
Leasing	(27.533)	(19.404)
IOF	(2.641)	(1.435)
Multas/juros por infrações fiscais	(9.241)	(1.600)
Juros Capitalizados	20.200	7.986
Parte relacionada	(11.417)	(11.354)
Outras	(989)	(1.133)
	(55.329)	(59.509)
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	6.759	9.276
Outras	32	346
	6.791	9.622
Variações monetárias e cambiais passivas		
Empréstimos e financiamentos:		
Internos	197.185	(676.541)
Parte relacionada	159.750	(407.046)
Clientes Partes Relacionadas	(46.250)	-
Fechamento de depósito de resíduos sólidos (DRS)	(29.884)	(14.162)
Leasing	91.975	(136.202)
Fornecedor no exterior	(2.940)	(30.632)
Fornecedor no exterior - Partes relaciondas	(3.017)	-
Outras	(1.413)	(7.381)
	365.406	(1.271.964)
Variações monetárias e cambiais ativas		
Parte relacionada	35.054	68.384
Aplicações financeiras	4.818	3.016
Materiais em trânsito	-	6.660
Leasing	(9.479)	33.838
Fornecedor no exterior	26.364	-
Outras	(34)	20.379
	56.723	132.277
Variações monetárias e cambiais líquidas	422.129	(1.139.687)
Resultado financeiro, líquido	373.591	1.189.574

Os impactos das variações cambiais positivamente no exercício de 2016 se deu principalmente pelo menor individamento nesse exercício em relação a 2015, considerando que as principais transações da empresa ocorrem na moeda U$ e envolvem empréstimos.

20. Outras informações

a. Obrigações contratuais

A Companhia está compromissada por um contrato, tendo adquirido aproximadamente 4.5 milhões toneladas métricas de bauxita em 2016 da Mineração Rio do Norte S.A. - MRN, por preço calculado com base na cotação do alumínio na Bolsa de Metais de Londres (*London Metal Exchange* - LME) e na cotação da alumina australiana conforme publicada nas estatísticas oficiais australianas (*International Trade Report - Australian Bureau of Statistics*).

A Companhia também está compromissada por um contrato, tendo adquirido aproximadamente 11.0 milhões toneladas métricas de bauxita em 2016 da Mineração Paragominas S.A., por preço calculado com base na cotação do alumínio na Bolsa de Metais de Londres (*London Metal Exchange* - LME) e na cotação da alumina australiana conforme publicada nas estatísticas oficiais australianas (*International Trade Report - Australian Bureau of Statistics*). Em 31 de dezembro de 2016 não havia qualquer saldo pendente relativo a quantidade contratada para o exercício, inexistindo, portanto, qualquer obrigação dessa natureza.

A Companhia está compromissada por um contrato, a utilizar o serviço de transporte de bauxita com a empresa Log-In (vide nota 17). Em 31 de dezembro de 2016 a quantidade mínima definida em contrato não foi alcançada e essa obrigação, será quitada pela Companhia no exercício de 2017. A partir de 2017 essas operações passarão a ser realizadas com a empresa Hidrovias do Brasil que em dez/2016 adquiriu os ativos da Log-In.

b. Receita líquida de vendas de produtos e serviços

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Venda de produtos:		
Alumina	5.408.779	5.757.892
Hidrato	360.503	300.041
Venda de serviços, materiais e sucatas	10.006	24.033
	5.779.288	6.081.966
Impostos:		
Venda de produtos - Alumina	(78.068)	(83.949)
Venda de serviços e outros	(1.684)	(2.616)
	(79.751)	(86.565)
Receita líquida	5.699.537	5.995.401

As vendas de produtos realizadas pela Companhia têm as seguintes destinações:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Mercado externo:		
América do Norte	1.625.257	1.667.337
Europa	1.717.910	1.464.984
América do Sul	92.280	40.554
Ásia	305.774	494.749
África	120.080	26.382
Oriente Médio	1.064.009	1.456.378
	4.925.310	5.150.384
Mercado interno:	843.972	907.549
Partes relacionadas	5.769.282	6.057.933
	5.769.282	6.057.933

Carlos Eduardo Neves - Diretor-Presidente
Júlio Cézar Vicentin - Diretor
Helder Souza
Contador - CRC: MT-006400/O-2 T-SP - CPF: 632.009.961-53

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.
Barcarena - Pará

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, que indica que parte substancial das operações da Companhia é efetuada com partes relacionadas. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Continuação das Demonstrações Financeiras Exercício de 2016 da **ALUNORTE - ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S.A.**

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes — CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Marcelo Luiz Ferreira — Contador CRC RJ-087095/O-7

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

O Conselho de Administração da ALUNORTE – ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S.A., tendo examinado, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Sociedade, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, aprovou, por unanimidade, a referida proposição. Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos merecem a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Barcarena, 25 de abril de 2017

Silvio Roberto Monteiro Porto – Presidente do Conselho
Carlos Ariel Ferreyra – Conselheiro
Kenichi Kibe – Conselheiro
Yoshiki Takizawa – Conselheiro
Mitsuya Tsuda – Conselheiro
Luciano Francisco Alves – Conselheiro

Protocolo: 170399

AGROBRAGANTINA S/A
CNPJ Nº 04.657.227/0001-65
NIRE 15 3 0001108 6
- ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA -
- EDITAL DE CONVOCAÇÃO -

Ficam convocados os senhores acionistas da AGROBRAGANTINA S/A, a se reunirem em primeira e única chamada, em Assembleia Geral Ordinária, às 15 horas do dia 28/04/2017, na sede social da sociedade, sito na Estrada Castanhal/Marapanim, Km 68, bairro rural, cidade de Curuçá, Estado do Pará, para deliberem sobre a seguinte pauta: 1) Apreciação e discussão do Relatório da Diretoria e das Demonstrações Financeiras, do exercício social encerrado em 31/12/2016; 2) Eleição do Conselho de Administração para o triênio 2017/2020; 2) Fixação dos honorários da Diretoria e do Conselho de Administração para 2017.

Curuçá/PA, 20 de abril de 2017
Antonio Georges Farah
Presidente do Conselho de Administração

Protocolo: 170378

AGRO-PECUÁRIA RIO TARTARUGA S/A

CNPJ/MF 05.248.067/0001-63 ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA -CONVOCAÇÃO - 2ª CHAMADA -Convidamos os senhores acionistas para a reunião de Assembléia Geral Ordinária que se realizará em 2ª chamada, com a presença de qualquer número de acionistas, no dia 28/04/2017 às 09:00hs., nesta empresa, sito à Trav. São Francisco nº 118 Sala 01, na cidade de Belém/Pará, com a seguinte ordem do dia:a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício de 2016; b) delibera sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) outros assuntos de interesse social. Belém, 25/04/17. Leopoldo José lobato de Miranda Alvares de Castro - CPF: 032.155.202-49-Presidente.

Protocolo: 170382

ALISSON CANDIDO DE SOUSA, CPF 030.231.066-57, Detentor de PMFS/POA, Agropecuária Junqueira - Lote 12, torna público que recebeu da SEMAS/PA, Licença de Atividade Rural - LAR nº 12726/2017 e Autorização para Exploração Florestal - AUTEF nº 273005/2017, com validade até 12/04/2019.

Protocolo: 170386

O Consórcio Construtor Belo Monte, CNPJ nº13.380.006/0001-83 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Vitória do Xingú (SEMAT) a Licença de Operação Nº 012/2017 - Transporte de Substâncias e Produtos Perigosos, emitida dia 27 de março de 2017.

Protocolo: 170390

Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., CNPJ nº 00.190.373/0007-68, situada na Rod. Augusto Meira Filho, Km 03, nº 3920, Fazenda Eldorado, Paricatuba, Benevides/PA, torna público que recebeu da SEMAS/PA a Licença de Instalação nº 2737/2017, válida até 12/04/2018, para Estação de Tratamento de Efluentes Industriais. Processo nº 42883/2016.

Protocolo: 170394

O Consórcio Construtor Belo Monte, CNPJ nº13.380.006/0001-83 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Vitória do Xingú (SEMAT) a Licença de Operação Nº 012/2017 - Transporte de Substâncias e Produtos Perigosos, emitida dia 27 de março de 2017.

Protocolo: 170389

A Empresa MARTINS SERVIÇOS DE REPARAÇÃO MECÂNICA DE AUTOMÓVEIS LTDA ME, CNPJ 11.317.199/0001-00, comunica o extravio de um Bloco de notas Fiscais Nº 3, serie 1 de páginas 51 a 100, como consta no B.O Nº 00277/2017084150-4, registrado em 11/04/2017.

Protocolo: 170381

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 03/2017. UASG: 996612.

OBJETO: contratação, por intermédio de operadora ou agência de viagens, para cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone), para atender as necessidades do Conselho Regional de Contabilidade do Pará, fornecendo ferramenta online de autoagendamento (selfbooking), para um período de 12 (doze) meses, em regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações e obrigações constantes do Anexo I deste Edital. Abertura: 09/05/2017, às 10:00h (horário Brasília), no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Edital: disponível na íntegra nos sites: www.crcpa.org.br/ www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações pelos fones: 3202-4166 ou pelo e-mail:pregoeiro@crcpa.org.br. Belém, 25 de abril de 2017. Márcio Cordovil Couto Pontes Ferreira-Pregoeiro do CRCPA.

Protocolo: 170393

COMUNICADO

Pemaza Centro Norte S/A, empresa inscrita no CNPJ sob o nº 33657677002523, Inscrição Estadual nº 152087982, estabelecida a avenida Orival Prazeres, nº 1593, bairro vista alegre, no município de Novo Progresso/PA, venho através desde comunicar que foi rompido e extraviado o lacre de segurança de número 164019 do equipamento fiscal com o nº de ordem 002 de marca SWEDA com nº de fabricação SW0310000000000000173 modelo IF ST200 versão 01.00.05

Protocolo: 170370

ABC AGROPECUÁRIA BRASIL NORTE S/A – PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO

CNPJ: 20.722.575/0001-25

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria da empresa ABC BRASIL NORTE S.A PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO apresentam, a seguir, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Os membros da Diretoria encontram-se à disposição dos Srs. acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito dos documentos acima referidos. A Administração.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	139	265
Contas a receber	5	2.383	2.509
Ativos biológicos	6	2.889	4.472
Tributos a recuperar	7	201	201
Adiantamentos a terceiros		134	106
Outros Créditos			2
Total do Ativo circulante		**5.747**	**7.555**
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		31	31
Depósitos judiciais	12b	545	545
		576	**576**
Investimentos		127	2.179
Ativos biológicos	6	1.019	1.075
Intangível			2
Imobilizado	8	3.521	1.631
Total do Ativo não circulante		**5.243**	**5.463**
Total do Ativo		**10.990**	**13.018**

Passivo e patrimônio líquidos	Nota	2016	2015
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	9	120	25
Impostos taxas e contribuições	10	219	316
Tributos parcelados			8
Salários, provisões e encargos sociais	11	202	67
Adiantamento de clientes		1.495	1.057
Outras obrigações			2
Total do Passivo circulante		**2.037**	**1.474**
Passivo não circulante			
Tributos parcelados			17
Provisões (contingências)	12a	10	10
Outras obrigações		1.334	1.334
Total do Passivo não circulante		**1.344**	**1.361**
Patrimônio líquido			
Capital social	13	21.142	21.142
Prejuízos acumulados		(13.533)	(10.959)
Patrimônio líquido		**7.609**	**10.183**
Passivo e patrimônio líquido		**10.990**	**13.018**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**21.142**	**(10.959)**	**10.183**
Resultado líquido do exercício		(2.574)	(2.574)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**21.142**	**(13.533)**	**7.609**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita líquida de vendas de produtos e mercadorias	14	**2.412**	**1.776**
Custos de produtos e mercadorias	15	(3.691)	(1.562)
Lucro bruto		**(1.279)**	**215**
Despesas com vendas / administrativas e outras			
Despesas com vendas	16	(168)	
Despesas administrativas	17	(1.036)	(776)
Outras despesas / receitas operacionais	18	(73)	(70)
		(2.556)	**(631)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(2.556)	(631)
Receitas financeiras	19		12
Despesas financeiras	19	(18)	(16)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**(2.574)**	**(635)**
Contribuição social e imposto de renda			
Contribuição social			
Imposto de renda			
Resultado líquido do exercício		**(2.574)**	**(635)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto operacional - A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado. Tem por principais objetivos operacionais as atividades de pecuária de corte (cria e recria em todos os níveis), sua comercialização e também o arrendamento de parte de sua propriedade para extração e comercialização de madeira tropical.
A Companhia faz parte do Grupo Algar é controlada pela ALGAR S/A Empreendimentos e Participações.
2 Bases de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC's), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08, observando também a legislação fiscal vigente, atendendo aos princípios fundamentais de contabilidade.

Portel PA, 31 Dezembro de 2016.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Resultado antes do IR/CS	(2.574)	(635)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa aplicado nas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	182	214
Ganho/Perda na venda de Ativos	(3)	71
Valor justo dos ativos biológicos	(310)	(329)
Ajustes p/ conciliar o resultado ao caixa aplicado nas atividades operacionais	**(2.706)**	**(679)**
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em contas a receber circulante	126	1.028
(Aumento) redução em ativos biológicos circulantes	1.894	(34)
(Aumento) redução em tributos a recuperar circulantes		(9)
(Aumento) redução em despesas antecipadas circulantes		3
(Aumento) redução em outros ativos circulante	(26)	54
Aumento (redução) em fornecedores circulante	96	(45)
Aumento (redução) em salários, provisões e encargos circulante	135	(29)
Aumento (redução) em obrigações fiscais circulante	(122)	162
Aumento (redução) em adiantamento de clientes	439	512
Aumento (redução) em outros passivos não circulantes	(2)	(7)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos (aplicados) gerados pelas operações	**(167)**	**958**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos		(9)
Aquisição ativo imobilizado e intangível	(28)	(323)
Venda ativo imobilizado e intangível	70	60
Caixa e equiv. de caixa líquidos (aplicados) gerados pela ativ. de investimento	**42**	**(272)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos/recebimentos de mutuos passivos		(494)
Caixa e equiv. de caixa líquidos gerados (aplicados) na ativ. de financiamento		**(494)**
Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(125)	192
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	265	72
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**139**	**265**
Caixa e equivalentes de caixa	**139**	**265**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Luiz Alexandre Garcia - Diretor Presidente
Marlos Ferreira Alves - Diretor de Operações
Rogerio Teixeira de Melo - Consultor jurídico e administrativo

CONTADOR

Maximir Dias de França
CRC – MT 006930/O-9 "T" MS

Protocolo: 170401

Y. YAMADA S/A Comércio e Indústria - C.N.P.J/MF Nº 04.895.751/0001-74 NIRE 1530000994-4 de 16/08/1950. Senhores acionistas, credores e quaisquer outros interessados: A Y.Yamada S. A. Comércio e Indústria pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, nos termos da Lei 6.404/76 e em observância ao que regulamentada pela Lei 11.638/2007 faz publicar neste ato suas demonstrações econômico-financeiras relativas ao ano encerrado em 31/12/2016 para que surta os efeitos totalidade dos documentos e relatórios relativos à prestação de contas da administração, assim como aqueles que dão origem aos demonstrativos ora publicados estão à disposição na sede da Companhia. Relacionamento com Auditores Independentes - Em Atendimento ao previsto na legislação em vigor, a Companhia contratou a firma Walter Heur Auditores Independentes,com sede no Rio de Janeiro, para realização da auditoria independente das demonstrações contábeis, levantadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, cujos trabalhos de auditoria estão em curso e não puderam ser concluídos até esta publicação. Após a conclusão dos referidos trabalhos e com base no correspondente relatório de auditoria, a Assembléia Geral dos Acionistas poderá deliberar sobre a aprovação das contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A firma contratada estima concluir seus trabalhos em mais ou menos oito semanas. A política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos serviços prestados às empresas do grupo Y Yamada. À Diretoria. Belém, 18 de Abril de 2017.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	2016 em R$	2015 em R$
ATIVO CIRCULANTE	**211.784.412,41**	**408.029.763,98**
Caixa e Bancos	689.911,48	7.024.246,72
Estoques de Mercadorias para Revenda	48.513.876,86	108.792.911,55
Clientes a Receber	125.188.647,60	257.076.322,57
Outras Contas e Valores a Receber	22.991.279,34	32.860.275,85
Despesas Antecipadas Apropriáveis	14.400.697,13	2.276.007,29
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**227.200.714,60**	**228.342.587,65**
Empréstimos e Depósitos Compulsórios	6.878.697,85	6.878.697,85
Aplicação em Titulo de Capitalização	88.000,00	188.500,20
Créditos com Pessoas Não Ligadas(PJ)	4.580.837,31	2.197.200,00
Créditos com Pessoas Ligadas(PJ)	192.554,14	33.000,00
INVESTIMENTOS	**69.029.081,12**	**36.459.476,60**
Participações Societárias	69.029.081,12	36.459.476,60
IMOBILIZADO	**137.624.393,76**	**173.714.226,14**
Imoveis	101.389.995,56	97.381.707,10
Moveis e Utensilios	10.099.001,98	10.099.001,98
Veículos	17.829.965,00	17.829.965,00
Maquinas e Equipamentos	103.714.982,75	105.915.086,77
Outras Imobilizações	15.414,62	10.801,28
Construção em Andamento	-	29.466.208,94
(-) Depreciação Acumulada	(95.424.966,15)	(86.988.544,93)
INTANGIVEL	**8.807.150,42**	**8.871.486,86**
Intangíveis	9.387.973,14	9.178.879,71
(-) Amortização Acumulada	(580.822,72)	(307.392,85)
TOTAL DO ATIVO	**438.985.127,01**	**636.372.351,63**
	2016 em R$	**2015 em R$**
PASSIVO CIRCULANTE	**416.734.137,51**	**356.037.923,35**
Fornecedores	229.907.921,12	233.122.007,78
Financiamentos a Curto Prazo	106.044.804,77	33.463.531,56
Impostos, Contrib. e Taxas a Recolher	58.753.530,08	63.501.645,37
Outras Contas a Pagar	22.027.881,54	25.950.738,64
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**22.250.989,50**	**280.334.428,28**
Emprestimos e Financiamentos	93.651.799,15	200.738.483,65
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**(71.400.809,65)**	**79.595.944,63**
Capital Social	25.000.000,00	25.000.000,00
Reserva Legal	5.041.218,88	4.944.058,90
Reserva de Lucros	(101.442.028,53)	49.651.885,73
TOTAL DO PASSIVO	**438.985.127,01**	**636.372.351,63**

DVA - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO em R$

Especificação	2016 em R$	2015 em R$
1 - Receita Operacional Bruta	**571.994.106,60**	**1.331.823.817,43**
2 - Insumos adquiridos de Terceiros	440.460.743,92	983.150.792,63
3 - Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	131.533.362,68	348.673.024,80
4 - Depreciação, Amortiz e Exaustão	8.711.357,66	10.278.791,36
5 - Valor Adicionado líquido (3 - 4)	122.822.005,02	338.394.233,44
6 - Valores Recebidos em Transferência	17.967.480,57	22.260.708,12
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)	**140.789.485,59**	**360.654.941,56**
8 - Distribuição do Valor Adicionado	**140.789.485,59**	**360.654.941,56**
8.1 - Pessoal	160.253.714,01	149.776.305,54
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	61.349.409,55	143.601.166,38
8.3 - Remuneração de Capital de Terceiros	69.583.153,44	65.334.270,05
8.4 - Remuneração de Capitais Próprios	(150.396.791,41)	1.943.199,59

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	2016 em R$	2015 em R$
1- Receita Operacional Bruta	**551.192.221,42**	**1.307.550.518,76**
2- Deduções de Vendas (Impostos Faturados e Devoluções)	58.235.262,85	138.636.772,49
3- Receita Operacional Liquida (1 – 2)	**492.956.958,57**	**1.168.913.746,27**
4- Custo das Mercadorias Vendidas	357.379.902,82	864.772.922,48
5- Lucro Operacional Bruto (3 - 4)	**135.577.055,75**	**304.140.823,79**
6- Despesas de Vendas	3.954.852,86	12.407.581,93
7- Despesas Gerais e Administrativas	242.493.848,95	258.919.061,93
7.1 - Despesas com Pessoal	156.072.019,12	144.111.283,00
7.2 - Despesas Administrativas	79.125.988,24	105.970.288,22
7.3 - Honorários/Prolabore	4.181.694,89	5.665.022,54
7.4 - Impostos e Taxas	3.114.146,70	3.172.468,17
8- EBITDA (5 - 6 - 7)	**(110.871.646,06)**	**32.814.179,93**
10- Depreciação/Amortização	8.711.357,66	10.278.791,36
11- Outras Receitas Operacionais	20.801.885,18	24.273.298,67
12- Outras Despesas Operacionais	27.368.142,05	2.183.932,40
13- Lucro Operacional (8 - 9 - 10 + 11 - 12)	**(126.149.260,59)**	**44.624.754,84**
14- Receitas Financeiras	17.967.480,57	22.260.708,12
15- Despesas Financeiras	42.215.011,39	63.150.337,65
16- Resultado antes da Contribuição Social (13+14-15)	**(150.396.791,41)**	**3.735.125,31**
17- Provisão para Contribuição Social	-	336.161,28
18- Resultado antes do Imposto de Renda (16 - 17)	**(150.396.791,41)**	**3.398.964,03**
19- Provisão para Imposto de Renda	-	1.455.764,44
20- Lucro Liquido do Exercício (18 - 19)	**(150.396.791,41)**	**1.943.199,59**

DFC - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

APLICAÇÃO OU ENTRADA DE CAIXA:	2016 em R$	2015 em R$
1. DA OPERAÇÃO		
Lucro Líquido	(150.396.791,41)	1.943.199,59
(+/-) Variação de Estoques - CP	60.279.034,69	356.421,16
(+) Depreciação + Amortização - RE	8.709.851,09	10.278.791,36
(+/-) Variação de Clientes - CP	131.887.674,97	117.992.309,18
(+/-) Variação de Outras Contas a Receber - CP	(2.255.693,33)	(4.350.207,89)
(+/-) Variação de Outras Contas a Pagar - CP	(3.922.857,10)	(3.441.113,54)
(+/-) Variação de Tributos a a Pagar - CP	(4.748.115,29)	(12.657.205,62)
(+/-) Variação de Fornedecores a Pagar - CP	(3.214.086,66)	(17.238.298,79)
(+/-) Variação de Emprestimos a Receber - LP	-	353.063,25
(+/-) Variação de Créditos a Ligadas a Receber - LP	(2.543.191,45)	(2.230.200,00)
(+/-) Variação de Aplicações a Receber	100.500,20	-
(+/-) Ajuste de Exercicio Anterior - Liquido	-	-
(+) Baixa de Imobilizado por Perecimento	-	-
(=) Fluxo de Caixa Operacional Líquido	**33.896.325,71**	**91.006.758,70**
2. DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(+) Recebimento pela Venda de Imobilizado	-	-
(-) Aquisição de Ativo Permanente	(5.125.286,79)	(5.805.585,15)
(=) Disp. Geradas ou Aplicadas em/por Invest	**(5.125.286,79)**	**(5.805.585,15)**
3. DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
(+/-) Empréstimos Tomados ou Liquidados	(34.505.411,29)	(89.376.734,47)
(+) Integralização de Capital	-	-
(-) Pagamento de Dividendos/JsCP/Constituição de Reservas	(599.962,87)	(3.336.890,76)
(=) Disp. Geradas ou Aplicadas em/por Financiam	**(35.105.374,16)**	**(92.713.625,23)**
AUMENTO/DIMINUIÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	**(6.334.335,24)**	**(7.512.451,68)**
a. DISPONIBILIDADES - no início do período	7.024.246,72	14.536.698,40
b. DISPONIBILIDADES - no final do período	689.911,48	7.024.246,72
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES (1+2+3) = (a-b)	**(6.334.335,24)**	**(7.512.451,68)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO em R$

Especificação	Capital	Reservas de Lucros	Reserva Legal	Total
Saldo no Inicio do Período	25.000.000,00	49.651.885,73	4.944.058,90	79.595.944,63
Ações Subscritas/ Integralizadas	-	-	-	-
Trasnf. P/ Reserva Legal	-	(97.159,98)	97.159,98	-
Transf. P/ Dividendos/ Gratificações	-	(599.962,87)	-	(599.962,87)
Transf. Ajuste Exerc. Anterior	-	-	-	-
Lucro Líquido de 2016	-	(150.396.791,41)	-	(150.396.791,41)
Saldo Contábil em 31/12/2016	**25.000.000,00**	**(101.442.028,53)**	**5.041.218,88**	**(71.400.809,65)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

Y.YAMADA S/A COMERCIO E INDUSTRIA é uma Companhia de capital fechado, com sede na cidade de Belém, no estado de Pará, constituída no mês de maio de 1950, que tem por objeto principal o comércio varejista de móveis e eletrodomésticos em geral, lojas de departamento, magazines e supermercados.

A partir do ano de 2015, considerando a forte crise do comércio varejista, no segmento de atuação e ainda persistente no ano de 2016, resultou na queda da lucratividade das operações da companhia com o incremento do endividamento operacional e financeiro. A Administração vem adotando medidas que objetivam a recuperação do grau de lucratividade de suas operações, tendo a destacar, a reestruturação operacional visando a redução de custos fixos; o equacionamento do quadro funcional, a melhoria nos processos interno administrativos e operacionais.

2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRATICAS CONTABEIS ADOTADAS

a) A elaboração e preparação foi de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas compreendem os dispositivos incorporados as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, quando aplicável, que estavam em vigor 31 de dezembro de 2016. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

b)Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. Assim, os resultados são apurados em conformidade com o regime de competência do exercício. As receitas de vendas e afins são registrados pelo valor justo recebido ou a receber, líquidas dos impostos incidentes sobre estas receitas, dos cancelamentos e abatimentos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros contratada, na rubrica de receitas/despesas financeiras. Os lucros ou prejuízos foram apurados de acordo com as operações efetuadas no

exercício.

c) A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento e baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas podem resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

d) Ativos financeiros, mensurados ao valor de realização, mantidos para negociação, quando são adquiridos para este fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor de custo histórico na data das demonstrações financeiras e são constituídos por saldos bancários em conta corrente e aplicações financeiras para negociação, contas a receber, e outros ativos, e, quando existentes, os valores mensurados são compostos pelo principal, contratados acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Passivos financeiros, mensurados ao valor de liquidação, mantidos para negociação, quando são adquiridos para este fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor de custo histórico na data das demonstrações financeiras, e compreendem fornecedores, repasses e créditos com terceiros, obrigações fiscais e tributárias e outras contas a pagar.

f) Imobilizado, mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

g) Impostos e contribuições sobre o lucro e sobre a receita de serviços, são reconhecidos no resultado em bases correntes. A Sociedade apura o imposto de renda e contribuição social com base no lucro

h) Provisão para contingências, no curso normal dos negócios a Companhia está sujeita a inspeções e reclamações em potencial, decorrentes da condução de suas operações, principalmente, na adoção de certas práticas sujeita a interpretações diferentes por parte dos órgãos oficiais.As declarações de impostos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos da data das declarações.

i) A sociedade possui investimentos relevantes em outras sociedades que avalia pelo método da equivalência patrimonial devidamente demonstrado em suas demonstrações econômico-financeiras;

j) A sociedade constitui sobre parcela de seus ativos imobilizados, ônus pela sua nomeação a penhora em processos de execução fiscal. Aquelas nomeações, no entanto, não afetam sua estrutura patrimonial uma vez que referidas nomeações são exclusivamente para cumprir obrigação de forma processual em ação cujo crédito cobrado tem sentença transitado em julgado em favor da sociedade, sendo indevida aquela execução;

k) A forma de tributação do Lucro é pelo Lucro Real, através de balancete de suspensão e redução mensal, o regime de apuração de PIS/COFINS é pelo método Não Cumulativo;

l) Os empréstimos e financiamentos tomados pela empresa são demonstrados pelo valor principal acrescido dos encargos praticados pelo mercado financeiro em operações para grandes clientes;

3 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

a) O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado pelos acionistas, é representado por 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de ações Ordinárias Nominativas, no valor de R$1,00 (Hum Real) cada uma. A empresa Yamada Holding Administração de Ativos S/A é a acionista majoritária com 67,94%;

b) A sociedade não outorgou opções de compra de ações durante o ano.

Fernando Teruo Yamada: Diretor Presidente -Maria Célia Midory Yamada: Diretora Vice-Presidente de Patrimônio e Logística - Sophocles Senji Horiguchi: Diretor Vice-Presidente Institucional - José Figueiredo de Sousa: Diretor Vice- Preseinte Jurídico -Fusako Yamada: Diretora Vice-Presidente Social Ismael Batista da Silva Contador CRC/PA 6977-O CPF/MF 043.622.762-20.

Protocolo: 170402

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº. 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br,

Imprensa Oficial do Estado
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE